

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**Instituto de Geociências e Ciências Exatas**

**Campus de Rio Claro**

**DA GEOGRAFIA DA FOME AO FOME ZERO:  
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA FOME NO BRASIL**

**Luiz Cláudio dos Santos**

**Orientador: Prof. Dr. Adler Guilherme Viadana**

**Tese de Doutorado elaborada junto ao  
Programa de Pós-Graduação em Geografia -  
Área de Concentração em Organização do  
Espaço, para obtenção do Título de Doutor  
em Geografia.**

**Rio Claro (SP)  
2009**

910h.081 Santos, Luiz Cláudio dos  
S237d Da Geografia da fome ao Fome Zero: contribuição ao  
estudo da fome no Brasil / Luiz Cláudio dos Santos. – Rio  
Claro : [s.n.], 2009  
204 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista,  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Orientador: Adler Guilherme Viadana

1. Geografia humana – Brasil. 2. Pobreza. 3.  
Segurança  
alimentar. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP  
Campus de Rio Claro/SP

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

---

---

---

---

---

---

Luiz Cláudio dos Santos

Rio Claro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009

Resultado: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor Adler Guilherme Viadana pela orientação e pela confiança depositada em meu trabalho desde o primeiro momento;

Aos Professores Enéas Rente Ferreira e Fadel David Antonio Filho pelas sugestões e correções na passagem do Exame de Qualificação;

À professora de língua inglesa Carla Diniz Lapenda pelas traduções dos conceitos sobre segurança alimentar;

À professora de língua inglesa Maria José Olin Della Motta pelo *Abstract*;

Ao corpo de funcionários da UNESP, em especial ao pessoal das bibliotecas, secretaria da Pós-Graduação e prédio da Pós-Graduação da Geografia, pelo empenho e dedicação ao trabalho e as tarefas cotidianas.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Uma parte de mim  
almoça e janta:  
outra parte  
se espanta.

(Ferreira Gullar, Traduzir-se)

## RESUMO

Desde a publicação do livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, na década de 1940, este país passou por grandes mudanças demográficas e socioeconômicas, apesar disso, a fome permanece no seio da população brasileira. Recentemente, essa questão voltou ao debate nacional por meio do *Projeto Fome Zero*, tornado, posteriormente, política do governo federal. O presente trabalho pretende discutir o papel da fome no Brasil de hoje. Percebe-se que a persistência desse fenômeno não está ligada a escassez ou dificuldade física de acesso aos alimentos, mas, ao baixo poder aquisitivo de boa parcela da população que, por conta disso, não proporciona renda suficiente para que essas pessoas possam alimentar-se de forma adequada diariamente.

Palavras-chave: fome; pobreza; segurança alimentar.

## ABSTRACT

Since the publication of the book *Geografia da Fome* by Josué de Castro in the 1940s, this country has experienced major demographic and socioeconomic changes. However, the hunger remains amongst Brazilian population. Recently, this issue came back to the national debate through the *Projeto Fome Zero*, that became later, the federal government's policy. This paper will discuss the role of hunger in Brazil today. It is perceived that the persistence of this phenomenon is not linked to scarcity or physical difficulty in accessing food, but to low purchasing power of a good portion of population that, due to it, does not provide enough income for these people to feed themselves properly every day.

Keywords: hunger, poverty, food security.

## SUMÁRIO

	Página
I. INTRODUÇÃO .....	1
II. BARRIGA VAZIA: A FOME .....	8
III. BOLSO VAZIO: A POBREZA.....	15
IV. DESPENSA VAZIA: A INSEGURANÇA ALIMENTAR .....	24
V. “FOME JUNTO COM A VONTADE DE COMER”: A DESNUTRIÇÃO / OBESIDADE .....	39
VI. DENÚNCIA: A <i>GEOGRAFIA DA FOME</i> .....	49
6.1. A Amazônia de Josué de Castro .....	56
6.2. O Nordeste de Josué de Castro .....	78
6.2.1. O Nordeste açucareiro .....	79
6.2.2. A área do Sertão do Nordeste.....	92
VII. “ <i>NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESSE PAÍS</i> ”: O FOME ZERO.....	104
7.1. O Projeto Fome Zero.....	104
7.2. O Fome Zero .....	111



VIII. FOME: DE TERRA, DE RENDA.....	124
8.1. A questão da terra.....	124
8.2. A questão da renda.....	142
IX. A GEOGRAFIA DA VULNERABILIDADE À FOME .....	154
X. CONCLUSÃO .....	173
XI. REFERÊNCIAS .....	178
XII. ANEXOS.....	203
12.1. Anexo A - Questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), segundo Segall-Corrêa (2004).....	203
12.2. Anexo B - Fome Zero: Programas e ações .....	209
12.3. Anexo C - Movimentos Sociais envolvidos em conflitos e ocupações de terra no Brasil - 2007.....	211

**LISTA DE FIGURAS E QUADROS**

Página

**Figuras**

Figura 1 -	Mapa das áreas alimentares do Brasil segundo Josué de Castro ..	52
Figura 2 -	Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil segundo Josué de Castro .....	53
Figura 3 -	O nanismo nutricional na figura do “homem-gabiru” .....	101
Figura 4 -	Mapa da insegurança alimentar domiciliar, segundo as Unidades Federativas e Distrito Federal - Brasil - 2004 (%) .....	167

**Quadros**

Quadro 1 -	Símbolos e linguagens no processo de interpretação da fome .....	10
Quadro 2 -	Pontuação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ..	37

## LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 1 - Redução da linha de indigência no Brasil segundo diferentes institutos e metodologias - Brasil - Períodos selecionados (%)..	19
Gráfico 2 - Estimativa das necessidades calóricas diárias, segundo diferentes autores, para determinadas regiões metropolitanas - Brasil - Períodos selecionados (kcal/dia) .....	20
Gráfico 3 - Estimativa dos domicílios com segurança alimentar nos Estados Unidos 1995-1999 (%).....	30
Gráfico 4 - Estimativa da situação de segurança alimentar existente nos domicílios segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Brasil - 2004 (%).....	37
Gráfico 5 - Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população adulta (acima de 20 anos), por sexo - Brasil - 2002-2003 (%).....	42
Gráfico 6 - Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo, segundo classes de rendimento monetário mensal familiar <i>per capita</i> - Masculino - Brasil - 2002-2003 (%) .....	43
Gráfico 7 - Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo, segundo classes de rendimento monetário mensal familiar <i>per capita</i> - Feminino - Brasil - 2002-2003 (%).....	43
Gráfico 8 - Relação dos países com os maiores e menores percentuais de população adulta com Índice de Massa Corporal (IMC) Normal segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) - 2006 .....	46
Gráfico 9 - Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual de leite de vaca (kg), por classes de rendimento monetário mensal familiar (R\$) - Região Norte - Brasil - 2002-2003 .....	73

Gráfico 10 -	Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual de carne bovina (kg), por classes de rendimento monetário mensal familiar (R\$) - Região Norte - Brasil - 2002-2003 .....	74
Gráfico 11 -	Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual de aves e ovos, hortaliças e frutas (kg), por classes de rendimento monetário mensal familiar (R\$) - Região Norte - Brasil - 2002-2003 .....	74
Gráfico 12 -	Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual de leguminosas (feijão), arroz polido e farinha de mandioca (kg), por classes de rendimento monetário mensal familiar (R\$) - Região Norte - Brasil - 2002-2003 .....	75
Gráfico 13 -	Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual de pescados de água doce e pescados de água salgada (kg), por classes de rendimento mensal familiar (R\$) - Região Norte - Brasil - 2002-2003 .....	76
Gráfico 14 -	Produção de álcool no Brasil, São Paulo e Pernambuco - 1952-2007 (m <sup>3</sup> ).....	85
Gráfico 15 -	Produção de açúcar no Brasil, São Paulo e Pernambuco - 1952-2007 (ton).....	86
Gráfico 16 -	Famílias operárias de Recife (PE) com acesso a alimentos e grupo de alimentos, segundo Josué de Castro - Brasil - 1932 (%).....	89
Gráfico 17 -	Comparativo entre diferentes classes de rendimento monetário mensal familiar com despesas de alimentação e habitação - Região Nordeste - Brasil - 2002-2003 (%).....	90
Gráfico 18 -	População beneficiária dos programas de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Brasil - Unidades Federativas - 2008 (%) .....	120
Gráfico 19 -	Consumo de milho por segmento - Brasil - 2007 (%).....	126
Gráfico 20 -	Distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria - Brasil e Grandes Regiões - 1998 (%).....	131
Gráfico 21 -	Distribuição da área total dos imóveis rurais segundo classes de imóveis com diferentes dimensões em hectares - Brasil 2003 (%).....	133

Gráfico 22 -	Distribuição do número de imóveis rurais segundo classes de imóveis com diferentes dimensões em hectares - Brasil 2003 (%).....	134
Gráfico 23 -	Representação da bancada ruralista no Congresso Nacional - Brasil - 1996-2007 .....	135
Gráfico 24 -	Evolução do número de famílias assentadas e de ocupações de terras - Brasil - 1997-2007 .....	137
Gráfico 25 -	Número de famílias acampadas por Unidades da Federação segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - Brasil - 2005 (1000 famílias).....	139
Gráfico 26 -	Renda <i>per capita</i> do Brasil e dos países com as maiores desigualdades de renda, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - 2007.....	144
Gráfico 27 -	Rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos da população segundo as Grandes Regiões - Brasil- 2007 (salários mínimos) .....	145
Gráfico 28 -	Rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos e relação de rendimento médio entre as duas classes - Brasil e Regiões Metropolitanas - 2007 (salário mínimo).....	146
Gráfico 29 -	Comparativo da valorização do rendimento do trabalho por nível de escolaridade, na comparação com zero ano de estudo (%) .....	149
Gráfico 30 -	Situação de segurança alimentar no domicílio segundo anos de estudo da pessoa de referência - Brasil - 2006 (%) .....	151
Gráfico 31 -	Situação de segurança alimentar existente no domicílio segundo a raça/cor da pessoa de referência no domicílio - Brasil - 2004 (%).....	161
Gráfico 32 -	Situação de segurança alimentar existente no domicílio segundo a cor da mulher entrevistada - Brasil - 2006 (%).....	162
Gráfico 33 -	Renda média da ocupação principal segundo sexo, raça/cor - Brasil - 1996/2006 .....	163

Gráfico 34 - Razão de renda domiciliar <i>per capita</i> entre brancos e negros - Brasil - 1987-2007 .....	163
Gráfico 35 - Taxa de analfabetismo segundo raça/cor - Brasil - 1992 - 2007 (%).....	164
Gráfico 36 - Número médio de anos de estudo segundo raça/cor - Brasil 1992 - 2007 .....	164
Gráfico 37 - Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, Grandes Regiões - Brasil - 2004 (%).....	166
Gráfico 38 - Determinados serviços de infra-estrutura prestados a domicílios particulares em Santa Catarina e Maranhão - Brasil - 2007 (%).....	169
Gráfico 39 - Existência de determinados bens de consumo duráveis em domicílios particulares de Santa Catarina e Maranhão - Brasil - 2007 .....	169
Gráfico 40 - Situação de insegurança alimentar no domicílio, conforme estratos de renda mensal domiciliar <i>per capita</i> em salários mínimos - Brasil - 2004 (%).....	170
Gráfico 41 - Redução da insegurança alimentar conforme aumento da renda mensal domiciliar <i>per capita</i> - Brasil - 2004 (%) .....	171

## LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 - Comparativo entre diferentes metodologias por diferentes autores na estimativa da indigência no Brasil (%).....	16
Tabela 2 - Estimativa dos domicílios com segurança alimentar nos Estados Unidos 2000-2006 .....	31
Tabela 3 - Indicadores de desenvolvimento humano e antropometria - Filipinas, Laos e Gana - 2006/2007.....	46
Tabela 4 - Comparativo entre antropometria e indicadores socioeconômicos - Países selecionados - 2005/2007.....	47
Tabela 5 - Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual, por Grandes Regiões, segundo produtos selecionados - Brasil - 2002-2003 (kg) .....	71
Tabela 6 - Produção de álcool e açúcar no Brasil, São Paulo e Pernambuco - 1952-2007.....	85
Tabela 7 - Distribuição da despesa monetária média mensal familiar com alimentação, por classes de rendimento monetário mensal familiar - Região Nordeste - Brasil - 2002-2003 .....	90
Tabela 8 - Escala de valores e critérios dos benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família segundo classes de rendimento mensal <i>per capita</i> dos beneficiários - Brasil - 2008 (R\$) .....	118
Tabela 9 - Recursos investidos e total de famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Brasil - Outubro 2008 .....	119
Tabela 10 - População beneficiária dos programas de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, segundo as Unidades Federativas - Brasil - 2008.....	120
Tabela 11 - Exportação de produtos agrícolas - Brasil - 2008.....	125

Tabela 12 - Área colhida e quantidade produzida de cereais, leguminosas e oleaginosas - Produtos selecionados - Brasil - 2007 .....	126
Tabela 13 - Índice de Gini dos países com maior concentração da propriedade da terra, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) - 2000 .....	130
Tabela 14 - Recursos federais e número de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - Brasil e Grandes Regiões - 2006/2007 .....	132
Tabela 15 - Estrutura fundiária Brasil - 2003 .....	133
Tabela 16 - Índice de Gini e Índice de Desenvolvimento Humano dos países com as maiores e as menores desigualdades de renda, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - 2007 .....	143
Tabela 17 - Produto Nacional Bruto (PNB), renda <i>per capita</i> e Índice de Gini dos países com as maiores desigualdades de renda, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - 2007 ....	143
Tabela 18 - Rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos - Brasil e Regiões Metropolitanas - 2007 (salário mínimo) .....	146
Tabela 19 - Rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos e relação entre os rendimentos médios, segundo as Unidades da Federação e Distrito Federal - Brasil - 2007 (Salário Mínimo).....	148
Tabela 20 - Relação entre anos de estudo da mãe e déficits de altura e peso para a idade, e excesso de peso para a idade, em crianças menores de cinco anos de idade - Brasil - 2006 (%) .....	151
Tabela 21 - Número de beneficiários do Programa Cesta Alimentar, do Governo Federal, segundo unidades federativas selecionadas - Brasil - Jan - Out 2008 .....	154
Tabela 22 - Domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 2004 .....	156



Tabela 23 - Moradores em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 2004 .....	157
Tabela 24 - Relação entre poder aquisitivo, condições do domicílio e insegurança alimentar - Brasil - 2004 - 2006.....	159
Tabela 25 - Prevalência da situação de segurança alimentar no domicílio conforme o sexo da pessoa de referência do domicílio - Brasil - 2004/2006 .....	160
Tabela 26 - Média de anos de estudo e taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça - Brasil - 2007 .....	161
Tabela 27 - Situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar segundo as Unidades Federativas e Distrito Federal - Brasil - 2004 (%).....	168
Tabela 28 - Domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> - Brasil - 2007 (%).....	172
Tabela 29 - Tabela 29 - Total de ocupações de terra por unidades da federação e movimentos sociais envolvidos - Brasil - 2007	212

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IMC - Índice de Massa Corporal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil)

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil)

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil)

MI - Ministério da Integração Nacional (Brasil)

MS - Ministério da Saúde (Brasil)

ODM - Objetivos do Milênio

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNDS - Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde

PNSN - Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

UNICEF - Fundo das Nações Unidas Para a Infância

USDA - United States Department of Agriculture

## I - INTRODUÇÃO

A fome é um fenômeno essencialmente geográfico; tal afirmação se funda em dois dos princípios clássicos da geografia: o da extensão e o da conexão. Sobre o primeiro princípio, Josué de Castro (2003b) afirma que a fome é universal e nenhum continente escapa a sua ação nefasta. Quanto a sua conexão, ela igualmente existe, pois, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a curto prazo a fome poderá aumentar no mundo devido a forte e atual demanda por biocombustíveis. Também a conexão do fenômeno mostra seus efeitos na conversão do milho norte-americano em etanol e a conseqüente elevação do preço do cereal no mercado mundial, daí a análise da ONU.

Do mesmo modo a fome se encaixa no *princípio da atividade ou da constante transformação* de Jean Brunhes (1962, p. 27). Para ele “tudo se transforma em nosso redor; tudo diminui ou cresce”; no caso da fome ela tem crescido no mundo; dados da Organización de las Naciones Unidas Para la Agricultura y la Alimentación (2008a, p. 12) indicam que o total de famintos em todo o globo saltou de 842 milhões, estimados no período 1990/92, para 848 milhões em 2003/05.

Mesmo Ratzel (1983, p. 95), ao discorrer sobre o papel do solo para a sociedade, destacou o papel central da nutrição: “é sempre da natureza da alimentação que dependem o lugar da habitação e a extensão do terreno que produz os alimentos”. Garantir a alimentação para a “sociedade” era umas das funções do Estado: “Quanto mais as necessidades da habitação e da alimentação ligam estreitamente a sociedade à terra, tanto mais é premente a necessidade de nela se manter. É dessa necessidade que o Estado tira suas melhores forças”.

Pierre George (1971), por sua vez, em “Geografia do Consumo” sustenta que nas aldeias indianas, africanas e vilas sul-americanas a fome aparece embutida no “ciclo de miséria” que ronda aquelas populações. Ao estudar a relação entre despesas de alimentação e ganho salarial o pesquisador aponta como provável causa da fome a questão do baixo salário. Deste modo, ele estabelece uma relação direta entre baixo rendimento familiar e insegurança alimentar com uma escala de probabilidades de subnutrição e desnutrição mensurada em três níveis: “possível”, “freqüente” e “inevitável”.

A questão do rendimento familiar talvez seja a base para Pierre George (1971, p. 7) afirmar que “a condição humana se diversifica pela natureza e volume de bens de consumo e prestação de serviços...”. Melhor interpretação seria sustentar que a “condição humana” se diferenciou na história pela posse de bens materiais; assim, para um melhor entendimento, digamos que é a “sociedade humana”, dividida em classes, que se diferencia pelo seu poder de consumo.

Para Susan George (1971, p. 34, 41) a exploração e a pobreza é que são as reais causas da fome: “um individuo sem terra ou que habite em zonas urbanas num país subdesenvolvido terá o seu consumo inteiramente dependente do volume de seu rendimento”. Para a autora a regra é simples: “[...] se quer comer, é preciso ou poder produzir ou poder comprar os alimentos, ou combinar ambas as possibilidades”.

Josué de Castro (2003b, p. 32), em *Geografia da Fome*, escreveu que “toda terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome”. Castro tem razão nessa afirmativa da fome enquanto produção humana, no entanto, nessa mesma terra, ao longo do processo histórico, uma parcela da espécie humana, proprietária dos meios de produção, não tem sofrido e muito menos sentido os efeitos da fome. O próprio Castro (2003b) comentou a esse respeito:

Eu acredito que já é passado o tempo em que as pessoas pobres podiam se conformar segundo a frase das Escrituras: “Aos pobres é reservado é reservado o reino dos céus”. Agora devemos pensar que aos pobres deve também ser reservado o reino da Terra, pois a Terra é para todos os homens e não só para um grupo de privilegiados (CASTRO, 2003b, p. 125).

Atualmente, a escassez de alimentos e, posteriormente fome, não estabelece nenhuma conexão com crescimento populacional (se é que algum dia estabeleceu),

como tanto quis creditar Thomas Malthus (1986). Para ele, a fome era obra da natureza:

A fome parece ser o último, o mais pavoroso recurso da natureza. O poder de crescimento da população é tão superior ao poder do solo para produzir a subsistência para o homem que a morte prematura, de uma maneira ou de outra, ataca a espécie humana. Os vícios da humanidade são ativos e hábeis agentes do despovoamento. Eles são os antecessores do grande exército da destruição e freqüentemente eles próprios executam o pavoroso trabalho. Entretanto, quando eles fracassam nessa guerra de extermínio, períodos de enfermidade, epidemias, peste e praga entram em ação com uma terrível disposição e eliminam milhares e dezenas de milhares de homens. Quando o sucesso fosse ainda incompleto: a fome gigantesca e inevitável espreita na retaguarda e com um possante sopro varre a população e o alimento do mundo (MALTHUS, 1986, p. 315).

A argumentação teórica de Malthus não condiz mais com o presente estágio de desenvolvimento tecnológico porque passa o setor agropecuário (“*agronegócio*”), no entanto, produção agrícola e produção de alimentos, hoje, soam como coisas bem distintas.

Para Susan George (1978, p. 129) “o fato de que os alimentos são uma necessidade humana básica não quer dizer que sejam universalmente considerados como um direito humano universal”. Sobre a questão da atual produção de alimentos ela comenta:

Para um limitado número de agentes em posição de dar as cartas, os alimentos não são mais do que uma série de mercadorias com que se pode ganhar dinheiro (e mesmo ocasionalmente perdê-lo), exatamente como a borracha ou o ouro. Os poderosos negociantes de trigo ou soja, açúcar ou leite, são, em geral, eles mesmos processadores e, também, comercializadores.

[...]

Quando hoje falamos de escassez - e os alimentos devem ser “escassos”, do contrário, por que haveria tantas centenas de milhões de famintos? - há que colocar o problema no contexto político daquelas nações que, em grande parte, controlam o atual suprimento alimentar mundial e das gigantescas corporações que dominam o comércio de alimentos. Hoje como ontem, a natureza e por vezes as políticas dos governos podem produzir abundância, mas somente o homem pode criar a escassez (GEORGE, 1978, p. 129,130).

Acerca da questão escassez *versus* abundância Montanari (2003) escreve:

Com relação à assimilação do alimento, o *homo sapiens* desenvolveu historicamente uma extraordinária capacidade de adaptação fisiológica, à medida que ia modificando as próprias exigências de acordo com a efetiva disponibilidade dos recursos, ora abundantes (como, por exemplo, no período da caça), ora escassos.

[...] a antítese escassez/abundância tornou-se um fato mental além de fisiológico, e transmitiu-se historicamente adaptando-se a situações sociais concretas. Somente a fantasia, ou o interesse, dos poucos privilegiados pôde produzir imagens de pobreza feliz, de uma frugalidade (aquela da maioria) alegremente satisfeita consigo mesma. E também é verdade que comer pouco faz bem: mas somente é permitido pensar nisso àquele que come muito (ou pelo menos, pode comer muito). Só uma longa experiência de barriga cheia pode justificar o tremor de um apetite refreado. Os esfomeados, aqueles verdadeiros, sempre desejaram empanturrar-se a não poder mais: fazendo-o, algumas vezes; sonhando com freqüência (MONTANARI, 2003, p. 124-125).

Em seu livro “Fome e abundância na Europa”, Montanari (2003, p. 139) associa à carência alimentar ao desenvolvimento do capitalismo: “os saques de fornos não são invenções literárias: centenas de sublevações do gênero são deflagradas por toda parte entre os séculos 16 e 18”. O autor ainda complementa: “é a época dos grandes conflitos por comida, ligados não somente à carência produtiva, mas ao desenvolvimento do capitalismo e o conseqüente processo de proletarização”.

O historiador Eric Hobsbawm (1977, p. 227) aponta quem eram os atores dessa proletarização: trabalhadores assalariados, trabalhadores rurais domésticos e os camponeses pobres e/ou de terras inférteis. Porém, o estudioso afirma que eram nas cidades e nas zonas industriais os lugares mais afetados pela fome “onde os pobres morriam de fome de uma maneira menos passiva e menos oculta”.

Para Montanari (2003, p. 124), mesmo nos períodos históricos de carência alimentar “a fome, no sentido estrito, é uma experiência que as classes privilegiadas desconhecem; mas não o medo da fome, a preocupação de um provisãoamento alimentar que esteja à altura das próprias (elevadas) expectativas”.

Escassez produzida, assim é a fome na história humana desde o momento em que o modo de produção capitalista deixou de lado o valor nutricional e cultural do alimento transformando-o apenas em mercadoria. Adiante, o que interessaria aos dignitários do capitalismo seria apenas o valor de troca desses alimentos.

Portanto, neste trabalho a fome é considerada como fruto da ação humana. Não de toda a espécie humana. Mas, daqueles seres humanos que, em diversos

momentos da história, se diferenciaram dos demais pela concentração dos meios de produção e distribuição dos alimentos (e das riquezas) em suas mãos.

Assim, para que se possa compreender melhor o fenômeno da fome, seu processo de produção histórico-espacial deve ser analisado a partir da formação econômica da sociedade; deste modo, a opção metodológica aqui assumida é o de se trabalhar o temário geográfico da fome à luz do materialismo histórico e dialético a partir da conceituação dada por Engels (1981):

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz o pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata (ENGELS, 1981, p. 54).

Na visão do autor deste trabalho, o materialismo histórico é o que melhor condiz para o entendimento da fome numa sociedade dividida em classes, cujo principal critério de divisão centra-se na propriedade privada dos meios de produção e na quantidade de capital que cada indivíduo é possuidor.

A questão da fome no Brasil não é diferente. Tanto que Josué de Castro (2003b) nas páginas finais da sua “Geografia da Fome” declarou:

O Brasil, como país subdesenvolvido, em fase de desenvolvimento autônomo e de acelerado processo de industrialização não conseguiu ainda se libertar da fome e da subnutrição que durante séculos marcaram duramente a sua evolução social, entretendo o seu progresso e o bem-estar social do seu povo (CASTRO, 2003b, p. 289).

Este país “ainda” não conseguiu se libertar da fome porque ela não está ligada à escassez de alimentos. É resultante do baixo poder aquisitivo da maior parte da população brasileira, sendo que a principal causa está na brutal desigualdade de renda existente entre as camadas pobres e ricas desta terra. Esta é a tese que aqui se defende.



Entrementes, os famintos de hoje no Brasil não são de fácil mapeamento. Diferente da época de Josué de Castro (2003b) quando o então pesquisador, baseado nas carências nutricionais e nas endemias médicas da população, dividiu o país em três grandes áreas, sendo duas classificadas por ele como “áreas de fome” (Norte e Nordeste) e a terceira (Centro-Sul) como área de subnutrição.

Passados mais de meio século depois de Josué de Castro as coisas mudaram. Alguns estudiosos do problema afirmam que, hoje, dificilmente se morre diretamente de fome nesse país (MONTEIRO, 2003; SAWAYA, 2003); todavia, ela existe. Afeta milhões de brasileiros, se distribui por todo território nacional e é ao mesmo tempo oculta e explícita. Oculta porque se foram as “levas” de famélicos de Josué de Castro; explícita porque se mostra suficientemente presente ao ponto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter transformado o seu combate em política oficial de seu governo por meio do Projeto Fome Zero.

Da *Geografia da Fome* ao *Fome Zero*. A fome volta à agenda nacional com outros autores, outros atores. Alguma coisa mudou nesse período?

Com o objetivo de se pesquisar o perfil de quem passa fome no Brasil, assim como a sua distribuição pelo território brasileiro, e diante da necessidade de se embasar este estudo historicamente, estabeleceu-se como recorte temporal a partir do livro de Josué de Castro - *Geografia da Fome*. Os motivos para tal escolha estão relacionados à importância dessa publicação como uma das pioneiras em abordar a questão da fome no Brasil a partir de uma visão integradora entre aspectos sociais, econômicos e nutricionais. Isto feito na década de 1940, quando o país ensaiava os seus passos rumo ao processo de urbanização.

A escolha do Projeto Fome Zero, por sua vez, marca-se por sua importância quanto documento que elevou a problemática da fome à condição de programa de governo, posteriormente política de governo com a criação, inclusive, da criação de um ministério próprio para se tentar equacionar o problema no país, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No entanto, cabe ressaltar que este trabalho não tem por centralidade o Projeto Fome Zero, nem tampouco a finalidade de se prover um estudo sobre a vida e obra de Josué de Castro; tão somente, usar-se-á sua publicação pelas razões anteriormente expostas. Entretanto será dada uma atenção especial a este valoroso pesquisador por seu precursor papel na História como um dos pioneiros nos estudos da fome enquanto fenômeno social.

Para tanto, uma parte de trabalho foi reservada para discussão sobre a conceituação do que sejam a fome e a pobreza frente às diversas abordagens que a pesquisa científica oferece. Também se discute o conteúdo da Geografia da Fome (CASTRO, 2003b) e se faz uma revisão do Projeto Fome Zero (INSTITUTO CIDADANIA, 2001).

Passo seguinte será a vez de se analisar a fome frente à realidade atual procurando-se estabelecer a dimensão e o alcance territorial deste fenômeno na população brasileira.

## II. BARRIGA VAZIA: A FOME

*“A fome não é um flagelo e sim um escândalo”*

(Susan George, 1978)

Quando, na década de 1940, Josué de Castro (2003b) publicou seu mais conhecido trabalho - a *Geografia da Fome*, ele já sustentava que se tratava de um tema bastante complexo, extenso e sujeito a grande confusão. Para ele, a origem da imprecisão dava-se porque a maioria dos trabalhos científicos apenas expunha análises parciais do problema, com abordagens ora de profissionais ligados a saúde humana, ora de pesquisadores ligados à economia. Daí sua preocupação em se estudar o fenômeno da fome de modo a contemplar tanto aspectos os médico/nutricionais, quanto os originados da desigualdade econômica da sociedade humana.

De antemão, para um melhor entendimento deste fenômeno, há de se diferenciar a fome enquanto calamidade populacional (que age no interior de uma sociedade) daquela fome que age no indivíduo. No primeiro - enquanto classe social, a fome se manifesta pela falta parcial ou total de comida e atinge, sobretudo, os despossuídos de bens e capitais. O mestre Pierre George (1971), ao tratar do consumo humano, fornece sua contribuição:

Salvo pequenas minorias privilegiadas, as populações de todos os países subdesenvolvidos vivem numa situação constante de subconsumo, trate-se de grupos que vivem numa economia natural ou de locatários e assalariados cuja renda anual em dinheiro não atinge o mínimo vital mensal do trabalhador de um país industrializado. A maior parte da humanidade vive num estado de subconsumo, no sentido de que as necessidades elementares da vida não são satisfeitas. O principal problema, senão o único, é, nesse caso, a passagem de uma economia de carência e de privação a uma de consumo, passagem que é em geral acompanhada, pelo menos na fase inicial, por uma intensificação das disparidades entre os desprovidos de tudo e uma pequena camada social que se propõe alcançar o mais rapidamente possível o mais alto nível de vida do país mais desenvolvido (GEORGE, 1971, p. 11).

Quanto à fome individual, obviamente, ela também ocorre pela falta de comida, mas, os seus efeitos no indivíduo são percebidos a partir de um conjunto de sensações físicas e subjetivas.

Freitas (2002), a partir de um estudo etnográfico realizado em um bairro de Salvador/BA, descreve a fome como sendo “um fenômeno impregnado no ser humano que viveu ou ainda vive precárias condições de vida” e, por assim sendo, “a temporalidade, no corpo e na memória, transcende ao evento econômico e social de sua ocorrência”. Para a autora, a sensação de fome no indivíduo é narrada da seguinte forma:

Observa-se, ainda, que o homem faminto e mundano interpreta e compreende sua fome, desvelando-a como uma figuração, uma qualidade ou um julgamento sem uma estrutura de fundo claramente definida. Em outras palavras, o fundamento para uma outra leitura sobre a experiência de fome não se reduz ao conglomerado de sensações físicas, mas àquelas vividas pelo indivíduo e por outros, em uma intersubjetividade de apreensão do mundo, em meio às ambigüidades, em um nível da pré-reflexão. Segundo esta prerrogativa, a sensação de fome de um pode ser distinta daquela de um outro também faminto, mesmo havendo “algo” comum entre eles, porque as coisas do mundo não se impõem ao homem de uma forma linear ou causal (FREITAS, 2002).

A mesma pesquisadora ainda assegura que, para os moradores estudados a fome “nem sempre é percebida por eles como uma produção da pobreza, mas, antes, é vista como um fatalismo que habita o seu mundo. Com isso, o faminto analisa este fenômeno como um fantasma a rondar sua casa e seu corpo”. A autora, então, sustenta que:

Para os atores sociais a fome é uma 'criatura', ou 'um demônio', ou 'um vento', que anda pelo bairro, assusta, provoca dor e pode matar quem a percebe e sente. As metáforas dos sentidos da fome têm muitas moradas no corpo: o peito que dói, a cabeça que endoidece, as pernas que não querem andar, etc.

(...)

Nesta trajetória, aproximam-se os sentidos não só da realidade da vida dos famintos como também dos símbolos adotados por eles para representar sua existência. Os conhecimentos expressados e as histórias de vida passam a revelar elementos para a interpretação, reflexionados pela história social. Com isso, na experiência dos famintos, as influências sociais e culturais e a linguagem se constituem em uma infinidade no processo de interpretar para compreender a fome (FREITAS, 2002).

A associação entre fome e as suas diversas manifestações emocionais, que foram identificadas na população analisada, são descritas por Freitas (2002), no Quadro 1:

<b>Quadro 1 - Símbolos e linguagens no processo de interpretação da fome</b>		
Significantes	Polissemia	Significação
Dor no peito	Sente rasgar, sente uma coisa	Medo da fome quando o filho foi preso, quando está sem trabalho
Vento ruim	A gente sente quando chega, dói o peito, dá insônia	Quando tem polícia no bairro, tiroteio, aviso de morte, de doença, falta de alimentos, ficou desempregado
Criatura do mal	Dá arrepio no corpo, medo, pavor, dor no peito, agonia de noite, insônia	A fome é um espírito de mulher
Coisa	Dá arrepio no corpo, medo, vexame, preocupação	Aflicção de fome
Peste	Se chamar atrai coisa ruim, dor no peito, um vexame	Polícia, traficante perigoso, fome, violência
Inferno	Castigo, provação, abandonado por Deus	A vida e o bairro

Fonte: Freitas, 2002.

São inúmeras as manifestações do “sentir a fome” encontradas em depoimentos, em testemunhos, nas ciências, na música, na poesia, na literatura.

Uma dessas manifestações é a da escritora Carolina Maria de Jesus (2001), favelada que retratou em um diário o seu cotidiano de pobreza e miséria na capital paulista nos idos de 1950. Esse diário, transformado em livro - *Quarto de despejo* - traz seus relatos sobre sua convivência com a fome:

...Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve

isso é louco”. Mas quem passa fome há de dizer: Muito bem Carolina. Os gêneros alimentícios deve ser ao alcance de todos.

Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?”. Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha a panela e não tem mais (JESUS, 2001, p. 34).

O próprio Josué de Castro (2003c), em *Homens e Caranguejos*, também nos relata a sua experiência com a fome: “o tema deste livro é a história da descoberta que da fome fiz nos meus anos de infância, nos alagados da cidade de Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria”. O seu “sentir a fome” é retratado de seguinte maneira:

Foi com estas sombrias imagens dos mangues e da lama que comecei a criar o mundo da minha infância. Nada eu via que não me provocasse a sensação de uma verdadeira descoberta. Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome. Da fome de uma população inteira escravizada à angústia de encontrar o que comer. Vi os caranguejos espumando de fome à beira da água, à espera que a correnteza lhes trouxesse um pouco de comida, um peixe morto, uma casca de fruta, um pedaço de bosta que eles arrastariam para o seco matando a sua fome. E vi, também, os homens sentados na balaustrada do velho cais a murmurarem monossilabos, com um talo de capim enfiado na boca, chupando o suco verde do capim e deixando escorrer pelo canto da boca uma saliva esverdeada que me parecia ter a mesma origem da espuma dos caranguejos: era a baba da fome. Pouco a pouco, por sua obsessiva presença, este vago desenho da fome foi ganhando relevo, foi tomando forma e sentido em meu espírito. Fui compreendendo que toda a vida dessa gente girava sempre em torno de uma só obsessão - a angústia da fome (CASTRO, 2003c, p. 3-4).

Em outra passagem, dessa mesma obra, Castro descreve o cotidiano dos famintos, denominado, por ele, de *ciclo do caranguejo*:

Os mangues do Recife são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita para o homem, com tudo para bem servi-lo, o mangue foi feito especialmente para o caranguejo. Tudo aí é, foi, ou está para ser, caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz. Quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive dela, cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fabricando com a lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo e com sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a do corpo de seus filhos. São duzentos mil indivíduos, duzentos mil cidadãos feitos de carne de caranguejos. O que o organismo rejeita volta como detrito para a

lama do mangue para virar caranguejo outra vez. Nesta aparente placidez do charco desenrola-se, trágico e silencioso, o ciclo do caranguejo. O ciclo da fome devorando os homens e os caranguejos, todos atolados na lama (CASTRO, 2003c, p. 8).

Uma abordagem sobre os efeitos nutricionais da fome encontra-se em Sawaya (2003). Para a autora fome significa “diminuição da quantidade de alimento consumido por falta ou dificuldade de acesso”. Na sua interpretação a carência de alimentos leva, necessariamente, a chamada *desnutrição energético-protéica*, definida como sendo a “diminuição da quantidade de alimentos + qualidade inadequada (falta de proteínas de boa qualidade, vitaminas e minerais) + aumento da frequência, duração e intensidade de infecções”. Ela ainda complementa:

Estes três fatores estão associados entre si formando um ciclo vicioso perverso, cada qual aumentando a influencia negativa do outro. A insuficiência alimentar (quantidade e qualidade) prejudica o sistema imunológico levando a uma menor resistência às infecções; e o aumento da duração, intensidade e frequência das infecções prejudica a alimentação e absorção dos alimentos. Este ciclo vicioso é tão forte que apenas a distribuição de alimentos ou o tratamento isolado das patologias associadas (em unidades de saúde), não são efetivos para a recuperação do estado nutricional e a manutenção da saúde. A desnutrição é mais nociva em crianças e gestantes, pois o organismo, além de precisar se alimentar para a manutenção da vida necessita crescer ou sintetizar tecidos corporais. Esta, em geral, é uma condição crônica, decorrente da pobreza (SAWAYA et. al., 2003, p. 23-24).

Também, na área nutricional, o pesquisador Carlos Augusto Monteiro (2003) reitera que “a fome é certamente o problema cuja definição se mostra mais controversa”. Apesar disso, ele a descreve do seguinte modo:

Haveria inicialmente que se distinguir a fome aguda, momentânea, da fome crônica. A fome aguda equivale a urgência de se alimentar, a um grande apetite. A fome crônica, permanente, ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção de seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas. Nesse sentido, a fome crônica resulta em uma das modalidades de desnutrição: a deficiência energética crônica (MONTEIRO, 2003, p. 8).

Segundo Monteiro (2003) e Sawaya (2003), o modo mais usual de se medir a presença e/ou dimensão da fome em uma população é por meio da proporção de indivíduos adultos magros no total desse grupo populacional. Estes, os magros, são

estimados a partir da relação peso/altura obtido por meio de um cálculo matemático conhecido por *Índice de Massa Corporal* (IMC), que é a relação entre o peso do indivíduo (expresso em quilograma), dividido pelo quadrado de sua altura (expressa em metros).

Anjos (1992), em artigo versando sobre a revisão da literatura do Índice de Massa Corporal (também conhecido como *Índice de Quételet*) apresenta a seguinte escala de valores: “baixo peso ( $IMC < 20 \text{ kg/m}^2$ ), normal ( $20 \geq IMC < 25 \text{ kg/m}^2$ ), sobrepeso ( $25 \geq IMC < 30 \text{ kg/m}^2$ ) e obeso ( $IMC \geq 30 \text{ kg/m}^2$ )”. Referindo-se como proposta da Organização Mundial de Saúde (OMS), o autor ainda apresenta os índices de  $IMC < 18,5 \text{ kg/m}^2$  para a determinação da deficiência energética crônica e  $IMC = 12 \text{ kg/m}^2$  como limite mínimo de sobrevivência humana. Contudo ele alardeia cautela quanto ao uso destes indicadores:

Ao contrário do que ocorre em crianças, não é aconselhável a utilização de dados de massa corporal e de estatura obtidos em populações do Primeiro Mundo como referência, devido à grande variação da estatura do adulto em varias partes do mundo. Dados recentes da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN) de adultos brasileiros corroboram esta afirmação, visto que mesmo para o segmento da população de melhores condições de renda, a mediana da estatura dos adultos brasileiros não alcança a estatura de populações do Primeiro Mundo (ANJOS, 1992).

A proporção de pessoas magras na população, mesmo em áreas sem incidência da fome, gira em torno de 3% a 5% de seu total. Segundo Monteiro (2003), acima desses níveis a Organização Mundial de Saúde (OMS), utiliza uma escala que varia desde a baixa prevalência de déficits energéticos (entre 5% a 9%); prevalência moderada (entre 10% e 19% da população); prevalência alta (entre 20% e 39% da população) e chegando-se às taxas muito altas de déficits energéticos quando atingem mais de 40% do total da população. No entanto, o autor ressalva:

Fome e desnutrição tampouco são equivalentes, uma vez que, se toda fome leva necessariamente à desnutrição [...] nem toda deficiência nutricional se origina do aporte alimentar insuficiente em energia, ou, sendo mais direto, da falta de comida (MONTEIRO, 2003, p. 8).

Para Monteiro (2005) e Sawaya (2003), atualmente no Brasil, é raro que ocorram mortes por causas diretas da fome. O que ocorre é a fome oculta, de difícil



qualificação e quantificação; muitas vezes identificada num quadro de desnutrição crônica ou, em outros casos, num estado de insegurança alimentar grave num ambiente familiar.

Por conta das diversas interpretações e manifestações que a fome enseja é que Josué de Castro (2003b p. 16) destaca que a carência alimentar deve ser vista “como um complexo de manifestações biológicas, econômicas e sociais” onde, por meio de uma visão panorâmica, “pequenos detalhes certamente se apagarão, mas na qual se destacarão, de maneira compreensiva, as ligações, as influências e as conexões dos múltiplos fatores que interferem na manifestação do fenômeno”.

### III. BOLSO VAZIO: A POBREZA

*“Pobreza, como dizia Dom Helder Câmara, é viver do indispensável. Miséria é carecer do indispensável”.*

*Frei Betto (2003, p. 53)*

Se a compreensão do que seja a fome engendra diversas interpretações, dentre elas a falta de comida, o problema torna-se maior quando se trata de conceituar a pobreza, maiormente, devido as diferentes metodologias que, principalmente, a ciência econômica lança mão para suas análises.

Mesmo entre economistas não existe um consenso sobre essa questão. O Instituto Cidadania (2001), autor do Projeto Fome Zero, demonstra essas diferentes abordagens em uma análise comparativa com estudos de quatro economistas e mais o do próprio Projeto Fome Zero (Tabela 1).

O intuito da tabela, neste contexto, é apenas o de visualizar os diferentes resultados a que, diferentes autores<sup>1</sup>, seguindo diferentes metodologias, chegam para a mesma questão. Enquanto Hoffmann, Rocha e Árias indicam queda acentuada na indigência no país (Rocha e Árias destacam, inclusive, uma brusca

---

<sup>1</sup> HOFFMANN, Rodolfo. A distribuição de renda no Brasil 1993-99. (mimeo.), 2001. ROCHA, Sonia. Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, abril 2000.(Texto para discussão nº. 720). ÁRIAS, Alfonso Rodriguez. Estimativas de indigência e pobreza no Brasil no período 1990-1996. Resumo metodológico e resultados. (mimeo), março, 1999. FERREIRA, Francisco H. G. et. Al.. A new poverty profile for Brazil, using PPV, PNAD and Census Data. PUC-Rio, Departamento de Economia, Texto para Discussão nº418. Fonte: SILVA et al., 2001.

queda de 41% num prazo de seis anos - 1990/1996), Ferreira et al. sustenta exatamente o contrário, ou seja, que a pobreza aumentou no período 1996/1999.

**Tabela 1 - Comparativo entre diferentes metodologias por diferentes autores na estimativa da indigência no Brasil (%)**

Autor Anos e Áreas	Hoffmann (2001)	Rocha (2000)	Árias (1999)	Ferreira et al. (2000)	Projeto Fome Zero
<b>1990</b>					
Total	-	17,4	23,4	-	-
Metropolitana	-	11,7	13,4	-	-
Urbana não-metrop.	-	13,5	19,2	-	-
Rural	-	33,3	47,3	-	-
<b>1993</b>					
Total	24,7	16,1	20,2	-	-
Metropolitana	13,8	12,1	12,9	-	-
Urbana não-metrop.	21,2	12,9	16,5	-	-
Rural	49,6	30,0	39,3	-	-
<b>1996</b>					
Total	18,9	10,2	13,9	22,6	27,6
Metropolitana	8,8	6,8	7,1	7,5 // 10,1 *	16,6
Urbana não-metrop.	16,0	8,3	11,3	10,2 // 30,8**	25,8
Rural	42,1	20,3	30,8	52,0	49,6
<b>1999</b>					
Total	18,1	8,7	-	29,0	27,6
Metropolitana	10,1	7,1	-	-	19,1
Urbana não-metrop.	15,1	7,3	-	-	25,5
Rural	38,5	15,3	-	-	46,1

Fonte: Instituto Cidadania, 2001. \* Proporção de indigentes para Região Metropolitana central (7,5%) e Metropolitana periférica (10,1%). \*\* Proporção de indigentes para áreas urbanas de grandes cidades (10,2%) e pequenas cidades (30,8%).

Provavelmente, esta seja uma das causas do porque, no Brasil, o número de pessoas na condição de pobreza ora aumenta ou diminuí, a depender do interesse do pesquisador ou do instituto autor da pesquisa.

Essa polêmica surgiu na recente história do presidencialismo brasileiro quando da passagem do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, idos de 2002/2003. Enquanto o segundo afirmava haver mais de 40 milhões de pobres no Brasil, o primeiro se defendia com uma cifra de cerca de 10 milhões de almas carentes.

A parte os interesses políticos envolvidos na polêmica, as diversas linhas de estudo que são usadas para se abordar a problemática da pobreza e a sua quantificação são as razões para tão profundas divergências.

Para Ferreira e Litchfield (2000, p. 64) a discussão sobre a quantificação da pobreza “inclui visões de que a pobreza deveria ser vista em termos relativos, e

visões alternativas, segundo as quais pobreza é um conceito inerentemente distinto do de desigualdade”. Os autores se exemplificam:

(...) no Reino Unido e em alguns outros países europeus, famílias pobres são geralmente definidas como aquelas em que a renda equivalente é menor do que 40% da renda média. Por outro lado, famílias pobres nos Estados Unidos são identificadas usando o custo da cesta de bens e serviços básicos e um coeficiente de Engel<sup>2</sup> (FERREIRA; LITCHFIELD, 2000, p. 64).

Romão (2000) assegura que a mensuração da pobreza consiste em duas operações distintas: a primeira delas é identificar quem são os pobres e a segunda é conseguir agregá-los combinando-os de acordo com as características de pobreza de cada indivíduo. Para o autor os critérios utilizados para identificar os pobres podem ser de “caráter objetivo ou subjetivo”:

Os do primeiro tipo são aqueles que se baseiam em certos aspectos objetivos relacionados com a situação dos indivíduos, tais como, renda, tamanho da família, situação ocupacional, habitação etc. Já os do segundo tipo, aqueles de natureza subjetiva, dizem respeito a opiniões ou sentimentos das pessoas sobre quais deveriam ser os padrões mínimos de satisfação das necessidades dos indivíduos (Romão, 2000, p. 107).

O mesmo autor ainda discorre sobre a idéia de *pobreza relativa* e *pobreza absoluta*. Para ele a pobreza relativa é aquela que “ênfatiza a idéia de comparação situacional do indivíduo em termos da posição que ele ocupa na sociedade com respeito a seus semelhantes”. Por conseguinte, a pobreza é interpretada em relação “ao padrão de vida vigente na sociedade: os pobres são os que se situam na camada inferior da distribuição de renda em comparação com os membros melhor aquinhoados da sociedade nessa distribuição”. Já, a condição de pobreza absoluta “implica o estabelecimento de padrões mínimos de necessidades, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres” (ROMÃO, 2000, p. 108, 110).

Hoffmann (2000) prefere discutir a idéia de pobreza absoluta:

A idéia de pobreza está associada a condições de vida inadequadas decorrentes de baixos rendimentos. Como o que é inadequado

<sup>2</sup> O coeficiente de Engel é a relação entre a proporção da renda familiar gasta com alimentação e com a despesa total (ROCHA, S., 2000; TAKAGI; SILVA; GROSSI, 2001).

depende do grau de riqueza do país analisado, há, certamente, um elemento relativo no conceito de pobreza. Mas se a definição de “ser pobre” depende da comparação da situação de “pobres” e “ricos”, o conceito de pobreza se confunde com o conceito de desigualdade econômica. É mais interessante, então, usar um conceito de pobreza absoluta, no qual o grau de pobreza não seja diretamente dependente do nível de renda dos ricos (HOFFMANN, 2000, p. 94).

Barros, Henriques e Mendonça (2000) também apresentam uma versão para a mensuração da pobreza atendo-se a questão da renda:

[...] consideramos a pobreza na sua dimensão particular (evidentemente simplificadora) de insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas. A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e a distância da renda *per capita* de cada família pobre em relação à linha de pobreza (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 22, grifo do autor).

Regra geral, esses métodos e/ou mecanismos incluem uma extensa terminologia sustentada por instituições de ensino, de pesquisa, de caráter político e mesmo por organismos internacionais. Os quantificadores mais conhecidos são a *linha de pobreza* e a *linha de indigência*. As “linhas” procuram definir as situações de penúria econômica e social das pessoas e são definidas segundo indicadores de renda ou de consumo.

A linha de pobreza e indigência (ou pobreza extrema) determinada pela renda, geralmente, é baseada no Salário Mínimo ou em outro critério chamado de “paridade de poder de compra” (*Purchasing power parity* - PPP<sup>3</sup>). No primeiro caso, considera-se pobre aquele indivíduo que possua rendimento familiar *per capita* de meio Salário Mínimo. Na condição de indigente está aquele cuja renda seja igual ou inferior a um quarto desse mesmo salário.

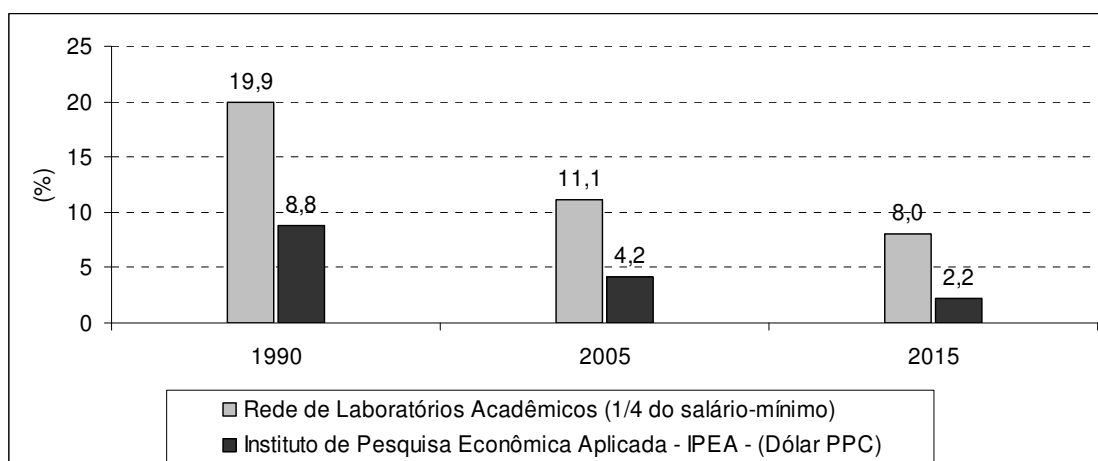
Pela metodologia utilizada pelo Banco Mundial e pelo Programa das Nações

---

<sup>3</sup> Purchasing power parity (PPP) “Os fatores de conversão da paridade de poder de compra (PPP) tomam em consideração as diferenças nos preços relativos dos bens e serviços, particulares não-comercializáveis e fornecem, portanto, uma melhor medida do valor real da produção de uma economia em comparação com outras economias. A PPP é medida em dólares correntes internacionais que, em princípio, têm o mesmo poder de compra que um dólar gasto nos Estados Unidos. Porque a PPP proporciona uma melhor medida do nível de vida dos residentes de uma economia, eles são a base para os cálculos do Banco Mundial das taxas de pobreza de US \$ 1 e \$ 2 por dia” (WORLD BANK, 2007, tradução nossa).

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - paridade de poder de compra - é considerado pobre quem vive com até dois dólares por dia e extremamente pobre quem sobrevive com menos de um dólar ao dia. Por se tratar de um critério utilizado internacionalmente o dólar referenciado possui um mecanismo que elimina as desigualdades monetárias (diferenças no custo de vida) entre os países.

Contudo, mesmo essas duas formas de cálculo apresentam resultados diferentes. Compare-se, pelo Gráfico 1, o resultado de duas pesquisas, acerca do percentual de indigentes, realizadas pela *Rede de laboratórios Acadêmicos para Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*<sup>4</sup> e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre o percentual de indigentes no Brasil:



Fonte: YURI, 2007.

**Gráfico 1. Redução da linha de indigência no Brasil segundo diferentes institutos e metodologias - Brasil - Períodos selecionados (%)**

Note-se que o percentual de indigentes estimado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é cerca de 2,3 vezes menor que o da Rede de Laboratórios Acadêmicos. Quando se projeta a fração de indigentes para 2015 a disparidade entre os dados das duas fontes chega, praticamente, a quadruplicar: com 8% para a Rede de Laboratórios Acadêmicos e 2,2% para o IPEA.

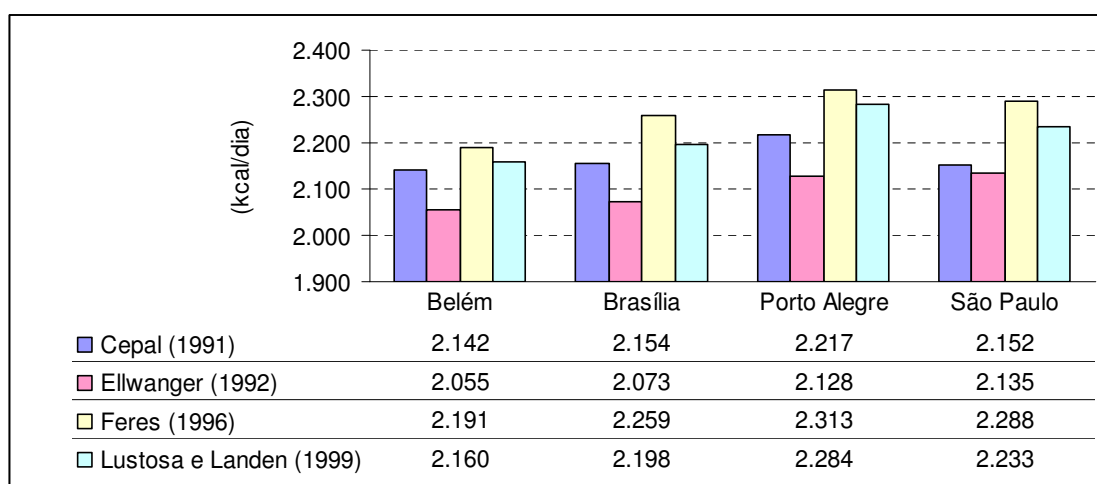
O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada alega que segue os critérios do

<sup>4</sup> A Rede de laboratórios Acadêmicos para Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é formada por um grupo de instituições de ensino que contam com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). As Universidades participantes são: Pontifícia Universidade Católica - PUC Minas (responsável pelo relatório da região Sudeste), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Sul), Universidade Federal de Pernambuco (Nordeste), Universidade Federal do Pará (Norte) e Universidade de Brasília (Centro-Oeste). Fonte: YURI, 2007.

Banco Mundial (paridade do poder de compra), estipulado pela Organização das Nações Unidas como parâmetro para o cumprimento dos “Objetivos do Milênio (ODM)” - cuja meta é a de se reduzir a pobreza no mundo pela metade até 2015; dessa forma, pelo IPEA, o Brasil atingiria a meta estipulada pela ONU tendo como referência o ano de 2005.

Além da questão da insuficiência da renda, o “poder de consumo” também é igualmente utilizado para se estabelecer a linha da indigência e pobreza na população. A determinação de pobreza é dada pelo valor necessário para a satisfação das necessidades básicas do indivíduo relativas à alimentação, habitação, saúde, educação, transporte, seguridade social, lazer etc. São considerados pobres aqueles indivíduos cuja renda familiar *per capita* é insuficiente para cobrir tais gastos. Na condição de indigentes, figuram aquelas pessoas cuja renda é insuficiente para a compra, apenas, de alimentos, cujo valor é calculado a partir da cesta básica de menor custo (BARROS et al. 2000; IPEA, 2007; MONTEIRO, 2003; ROCHA, 2000, 2006; ROMÃO, 2000; SILVA, M., 2001; TAKAGI, 2001).

Também essa forma de caracterização da pobreza e indigência apresenta distorções de um autor para outro, notadamente, porque a composição da cesta básica passa pelo cálculo das necessidades calóricas diárias para cada indivíduo. Sobre este procedimento Rocha (2000) igualmente comparou diversos autores. Os resultados estão expressos no Gráfico 2:



Fonte: Rocha, 2000. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 2. Estimativa das necessidades calóricas diárias, segundo diferentes autores, para determinadas regiões metropolitanas - Brasil - Períodos selecionados (kcal./dia)**

Diante da visão geral, até agora exposta sobre a definição da pobreza, observa-se que, apesar da utilização de diferentes metodologias para se “descobrir” quem são os pobres de um determinado lugar, a sua conceituação/caracterização, por fim, se reduz a questão de caráter econômico sobre quanto as pessoas ganham ou quanto se tem de dinheiro para se gastar com alimentação e com a aquisição algum bem de consumo.

Mesmo duas famílias, hipoteticamente, com igual rendimento *per capita* e com iguais características domiciliares e familiares, podem se diferenciar quanto ao consumo dependendo de suas prioridades. Um caso de doença, por exemplo, em um membro de uma das famílias provavelmente irá gerar um gasto diferenciado entre elas devido ao custo da terapia medicamentosa que, certamente influirá na aquisição de gêneros alimentícios e de outras necessidades de consumo.

Também a questão da habitação é outro diferenciador importante sobre gastos familiares, uma vez que uma determinada família poderá optar pelo pagamento do aluguel da moradia em detrimento do consumo alimentar.

A questão da satisfação das necessidades humanas básicas (alimentação, abrigo, vestuário etc.), no vigente modo de produção capitalista somente se faz por intermediação do mercado, portanto, para que sejam satisfeitas há de se ter capital suficiente para se consumir.

A quantidade e a qualidade desse consumo também dependem da quantidade de moeda que se tenha, pois, para aquelas parcelas da população alijada de qualquer capital, inevitavelmente, também estarão privadas da esfera de consumo de qualquer bem, inclusive alimentício. Qualquer ser humano, individual ou coletivamente, que se encontre nessa situação, é classificado como em estado de extrema pobreza.

Devidamente, por isso que a Organização das Nações Unidas define a extrema pobreza como a “pobreza que mata”, pois, priva os “indivíduos dos meios de permanecerem vivos diante da fome, da doença e dos perigos ambientais”:

[...] quando os indivíduos sofrem de extrema pobreza e carecem de uma renda mínima para suprir suas necessidades básicas, um único episódio de doença, ou uma seca, ou uma praga que destrua uma colheita podem representar a diferença entre a vida e a morte” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 4).



Onde buscar as causas da extrema pobreza?

Giovanni Arrighi (1997, p. 296), a partir de uma ótica marxista, denomina a isto de “desamparo proletário”. Para ele, o fato da burguesia dispor de um exército industrial de reserva (desempregados) “leva-o a um tal estado de pobreza que ele se torna um peso morto para a sociedade, ao invés de força produtiva”.

Em outra abordagem marxista, David Harvey (2005, p. 133) afirma que esse contingente humano é visto, pelo capital hegemônico, apenas como “excedente de trabalho”:

Os excedentes que não podem ser absorvidos são desvalorizados; algumas vezes, são até destruídos fisicamente (...). A renda real dos trabalhadores, seu padrão de vida, seguridade e até oportunidades de vida (expectativa de vida, mortalidade infantil etc.) são muito aviltados, especialmente para aqueles jogados na categoria dos desempregados.

Interpretando-se a pobreza como a incapacidade de consumo do ser humano devido a exclusão do processo produtivo capitalista, percebe-se que a mesma se torna tão global quanto o próprio capital.

Por conta disso, Milton Santos (1979), ao debater a pobreza urbana, afirma que a pobreza existe em toda parte e sua definição é relativa a uma determinada sociedade:

A questão da pobreza não pode, na verdade, ficar restrita a definições parciais. Já se tentou também estabelecer um limiar estatístico exato da pobreza, tomando como ponto de referência, por exemplo, salários e horas de trabalho. Mas a noção de “linha de pobreza”, avaliada dessa forma por órgãos internacionais interessados em informações quantitativas, e por planejadores preocupados em oferecer soluções contábeis, não constitui um parâmetro válido e não permite comparações.

[...]

Estamos lidando com uma noção historicamente determinada. É por isso que a comparação de diferentes séries temporais levam freqüentemente à confusão. A combinação de variáveis, assim como sua definição, mudam ao longo do tempo; a definição de fenômenos resultantes também muda. De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à situação no campo, se esse indivíduo não tem mais o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence (SANTOS, 1979, p. 9).

Sem dúvida, a pobreza, ou a condição dela, não pode ser reduzida a uma questão de se mensurar quantos indivíduos possuem renda *per capita* desse ou daquele determinado mínimo valor ou se os mesmos têm acesso a um determinado número padrão de calorias/dia. O debate deve se situar sobre a dignidade da sobrevivência humana, entendida aqui como o acesso universal as necessidades de alimentação, moradia, saúde, educação, lazer etc.

Contudo, no atual estágio do capital globalizado até mesmo a dignidade humana é transformada em mercadoria e, conseqüentemente, mensurável. A questão da pobreza, antes (e além) de ser um problema de exclusão social e de acesso aos bens de consumo, é um problema estrutural do capitalismo que, contraditoriamente, se reproduz sobre a própria pobreza.

Criticamente, Santos (1979) afirma que “a medida da pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria”, portanto, as suas causas estão além dos números e das estatísticas:

É inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões - agora e no futuro - serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país. Além do que, um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição da pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual ele pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social (SANTOS, 1979, p. 10).

Para a geografia, as verdadeiras causas da pobreza devem ser averiguadas além da quantificação e classificação porque, como observa o Santos (1979, p. 11) este tema, além de ser objeto de copiosa literatura, já alimentou uma atividade intelectual infatigável “mas as explicações simplistas ou falsas a respeito do que é pobreza e como ela é criada, como funciona e evolui continuam sendo o verdadeiro problema”.

#### IV. DESPENSA VAZIA: A INSEGURANÇA ALIMENTAR

As dificuldades apresentadas pelos usuais indicadores econômicos e/ou antropométricos para se identificar as pessoas e famílias em situação de fome cotidiana levou diversos pesquisadores e instituições a buscar alternativas que pudessem aferir diretamente a percepção da fome nas pessoas e no meio familiar. Da necessidade de se ter parâmetros diretos da fome veio a noção de segurança e insegurança alimentar.

O uso do termo “segurança alimentar” não é novo, data da Primeira Guerra Mundial. De início estava ligado a uma questão de segurança nacional, visto que, refletia a preocupação das nações européias sobre o controle de seus estoques alimentícios (produção, abastecimento) e sobre a possibilidade de se tornarem vulneráveis em uma situação conflituosa.

Para Frei Betto (2003), este conceito realmente tem a ver com segurança nacional:

A soberania de uma nação corre o risco de fragilizar-se na medida em que ela não assegura a sua população alimento em quantidade e qualidade suficientes, não prevê estoques reguladores, nem medidas preventivas às calamidades naturais e se vê obrigada a importar alimentos imprescindíveis à cesta básica (FREI BETTO, 2003, p. 53).

O Instituto Cidadania (2001), autor do Projeto Fome Zero, também aponta a relação existente entre alimentação e segurança nacional:

Assim, fortaleceu-se a idéia de que a soberania de um país também

dependia da sua capacidade de auto-suprimento de alimentos. A alimentação adquiriu um significado estratégico de segurança nacional, impondo a necessidade a cada país de assegurar por conta própria o suprimento da maior parte dos alimentos que sua população consome, fazendo inaugurar um conjunto de políticas específicas, entre as quais a formação de estoques de alimentos (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 11).

Para outros autores, como Hoffmann (1995) e Sawaya (2003), a conceituação do que seja a “segurança alimentar” ainda está em construção e/ou apresenta limitações. Para Hoffmann “o tema da Segurança Alimentar leva a focar a produção e a distribuição de alimentos, ao passo que a análise do estado nutricional leva a focar a alimentação e a saúde das pessoas”. Sawaia (2003), no entanto, preocupa-se em alertar quanto ao uso dessa expressão:

É preciso ter cuidado ao se utilizar os termos *segurança alimentar* e *fome* no Brasil. Estes termos têm sido utilizados por organismos internacionais como a FAO, cujo olhar se concentra em países do continente africano e sul da Ásia, onde os problemas da fome e da desnutrição são realmente graves (Sawaya 2003, p. 34, grifo da autora).

Para Smith (2003) a segurança alimentar é influenciada por um conjunto de fatores globais (disponibilidade mundial de alimentos), nacionais (importação e produção nacional) e locais (ambiente doméstico e pessoal). Para a autora, a segurança alimentar, no domicílio, é apenas mais um fator de uma equação onde se interrelacionam renda familiar, acesso aos alimentos, acesso à saúde e outros para, resultar individualmente, na “segurança nutricional”.

Nada obstante, e apesar das controvérsias, esse conceito classificatório de “segurança alimentar” vem largamente sendo usado por muitas organizações internacionais, sobretudo, pela Organização das Nações Unidas, e pelos diversos organismos que a compõem: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Organização Mundial de Saúde (OMS), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dentre outros.

Um resumo a seguir, a partir de Mason (2003), Pérez-Escamilla (2005) e Smith (2003) discorre sobre as vantagens e desvantagens dos vários métodos utilizados para a avaliação da segurança/insegurança alimentar na população:

**a) Método da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação FAO** - mede a disponibilidade energética por meio da ingestão média calórica *per capita*:

- **Vantagens:** a disponibilidade de dados acerca da disponibilidade calórica *per capita* em muitos países permite comparações internacionais; dados atualizados regularmente, o que permite medir as tendências da disponibilidade calórica *per capita* nos países ao longo do tempo; o custo razoável facilita a aceitabilidade a nível mundial.

- **Desvantagens:** • Mais útil a nível mundial do que a nível nacional; não se pode utilizá-lo para compreender as causas da insegurança alimentar; não permite se estimar ou identificar a insegurança alimentar dentro de países; baseia-se na estimativa da disponibilidade de calorias utilizando-se de informações nacionais sobre os alimentos (estoques, produção etc.).

**b) Renda Familiar e Despesas Domésticas** - baseado na quantidade de dinheiro gasto com alimentação e com a satisfação de outras necessidades básicas:

- **Vantagens:** utilizada em escala nacional e regional; permite identificar domicílios com insegurança alimentar.

- **Desvantagens:** os dados primários refletem os alimentos disponíveis, mas não os consumidos; dificuldade em se mensurar a quantidade de alimento disponível no domicílio que foi consumida por convidados ou visitas; não permite identificar o risco de insegurança alimentar dos diferentes indivíduos dentro do mesmo domicílio.

**c) Antropometria** - Baseado nas medidas de peso e comprimento (estatura) de bebês, crianças e adultos:

- **Vantagens:** a padronização das medidas facilita as comparações entre países e ao longo do tempo; as medidas individuais permitem comparações entre os grupos etários e por sexo.

- **Desvantagens:** as medidas geradas não são válidas como indicadores diretos de insegurança alimentar.

**d) Consumo Alimentar Individual** - Inquérito direcionado ao indivíduo quanto ao seu consumo de alimentos e/ou de outros membros de sua família:

**Vantagens:** baseia-se na mensuração do consumo real de alimentos e não apenas na sua disponibilidade dentro do domicílio; a mensuração ocorre a nível individual dentro do

domicílio; permite comparações entre os grupos etários e por sexo; permite identificar domicílios e indivíduos com risco de insegurança alimentar.

- **Desvantagens:** complexidade de coleta e tratamento dos dados encarece o método; não é viável para muitos países devido aos elevados custos; método muito invasivo, podendo influenciar os hábitos alimentares dos indivíduos avaliados; as medidas geradas não são válidas como indicadores diretos de insegurança alimentar.

**e) Métodos Qualitativos** - Objetiva compreender o fenômeno da insegurança alimentar por meio de inquérito alimentar direto:

- **Vantagens:** baixo custo de aplicação; mensuração direta do fenômeno da insegurança alimentar com dados qualitativos e quantitativos; permite captar as dimensões físicas e também as dimensões psicológicas da insegurança alimentar; permite classificar os domicílios segundo sua vulnerabilidade ou nível de risco de insegurança alimentar.

- **Desvantagens:** a comparação entre países é dificultada pela necessidade de adaptação da escala às circunstâncias locais; os custos de desenvolvimento de cada nova etapa são muito altos; suscetível a declarações incorretas devido ao caráter subjetivo das perguntas.

De acordo com Kennedy (2003), os primeiros debates relacionados ao estado de segurança alimentar na população surgiram nos Estados Unidos, no final da década de 1960, motivados por vários acontecimentos, dentre eles, um documentário televisivo intitulado “*Hunger in America*”, apresentado pela rede CBS em 1968; uma visita de vários parlamentares aos bolsões de pobreza do país (notadamente no Delta do Mississipi, sul dos Estados Unidos); e uma pesquisa conduzida pelo Departamento de Saúde, Educação e Bem-estar Social cujo objetivo era o de mensurar a incidência da fome e da desnutrição no país, denominada “*Ten-State Nutrition Survey*” essa pesquisa foi aplicada em dez estados norte-americanos num universo que abrangia famílias urbanas e rurais.

Diante da constatação da existência da fome no território norte-americano, o governo, em 1969, reuniu pesquisadores, políticos e profissionais da área para uma conferência intitulada *White House Conference on Food, Nutrition and Health*. Nessa conferência a recomendação era para que os participantes pensassem medidas para se eliminar a fome e a insegurança alimentar da população.

No entanto, apenas oito anos mais tarde, em 1977, foi que uma pergunta

sobre segurança alimentar foi incluída no levantamento nacional sobre o consumo alimentar da população - *Nation-wide Food Consumption Survey*. Tal pesquisa foi conduzida pelo Departamento de Agricultura (*United States Department of Agriculture* - USDA). Na década seguinte, várias questões sobre segurança alimentar foram incluídas em outra pesquisa organizada pelo Departamento de Saúde dos Estados Unidos (*Health and Human Services* - HHS) o “*National Health and Nutrition Examination Survey*”.

Mesmo assim, o debate sobre a incidência da fome no país mais rico do mundo, ainda iria continuar, pois, um relatório divulgado em 1984, por um grupo de trabalho incumbido de analisar o problema alimentar (*Task Force on Food Assistance*), chegou a resultados divergentes sobre a presença ou não da fome na população norte-americana; alegou-se que as medidas clínicas e/ou nutricionais eram incompletas para se fornecer indicadores de insuficiência alimentar e de fome dentro dos Estados Unidos. Kennedy (2003) transcreve esse trecho do relatório:

Para muitas pessoas a fome significa não apenas os sintomas que podem ser diagnosticados por um médico, ela anuncia a existência de um problema social, e não um problema médico: uma situação em que alguém não consegue obter uma quantidade adequada de alimentos, mesmo que a escassez não seja suficientemente prolongada para causar problemas de saúde (KENNEDY, 2003, tradução nossa).

Posteriormente, em 1990, relata Kennedy (2003), que o congresso norte-americano aprovou um decreto legislativo onde delegou aos seus respectivos departamentos de Agricultura e de Saúde (USDA e HHS) a incumbência de padronizar instrumentos e mecanismos para a mensuração da insegurança e da insuficiência alimentar no país.

Concomitante, pesquisadores do *American Institute of Nutrition* chegaram a uma definição conceitual para segurança alimentar, insegurança alimentar e fome. Estas definições foram publicadas pela primeira vez em 1990 pelo *Life Sciences Research Office* (LSRO) e pela *Federation of American Societies for Experimental Biology* com o seguinte texto:

**Segurança Alimentar:** Acesso de todas as pessoas em tempo integral a alimentos suficientes para uma vida ativa, saudável. A segurança alimentar inclui, no mínimo, (1) a pronta disponibilidade de alimentos nutricionalmente adequados e seguros e (2) a garantia da

capacidade para a aquisição de alimentos aceitáveis em formas socialmente aceitáveis (ou seja, sem ter de recorrer a cestas básicas, mendicância, roubo ou outras estratégias adversas).

**Insegurança Alimentar:** Limitada ou incerta disponibilidade de alimentos nutricionalmente adequados e seguros ou limitada ou incerta a capacidade de adquirir alimentos de maneiras socialmente aceitáveis.

**Fome:** A sensação inquietante ou dolorosa causada pela falta de alimentos. A carência repetida e involuntária de acesso aos alimentos. A fome, como a carência repetida e involuntária do acesso ao alimento, pode produzir desnutrição ao longo do tempo (KENNEDY, 2003, grifo nosso, tradução nossa).

Bickel et al. (2000) comenta que esses conceitos baseavam-se apenas na disponibilidade (limitação) dos recursos financeiros no domicílio, ou seja, de que a insegurança alimentar e a fome ocorriam no domicílio porque a família não possuía dinheiro suficiente para comprar comida. Ele sustenta, porém, que a fome poderia ocorrer também em situações de dieta ou mesmo por falta de tempo do indivíduo para alimentar-se adequadamente.

Contudo, após esse primeiro passo, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos reuniu diversos segmentos (pesquisadores, parlamentares etc.) em 1994 para uma conferência sobre segurança alimentar; nesta reunião se avançou para a elaboração de uma “escala de medida da insegurança alimentar”. Tal escala, composta por um questionário com 18 perguntas, objetivava medir a constância e a gravidade da insegurança alimentar e da fome nos domicílios norte-americanos a partir de condições subjetivas e comportamentais das famílias.

Coube ao *United States Census Bureau* a aplicação, em abril de 1995, do primeiro questionário para a avaliação da insegurança alimentar em cerca 18 mil famílias daquele país (BICKEL et al., 2000; KENNEDY, 2003).

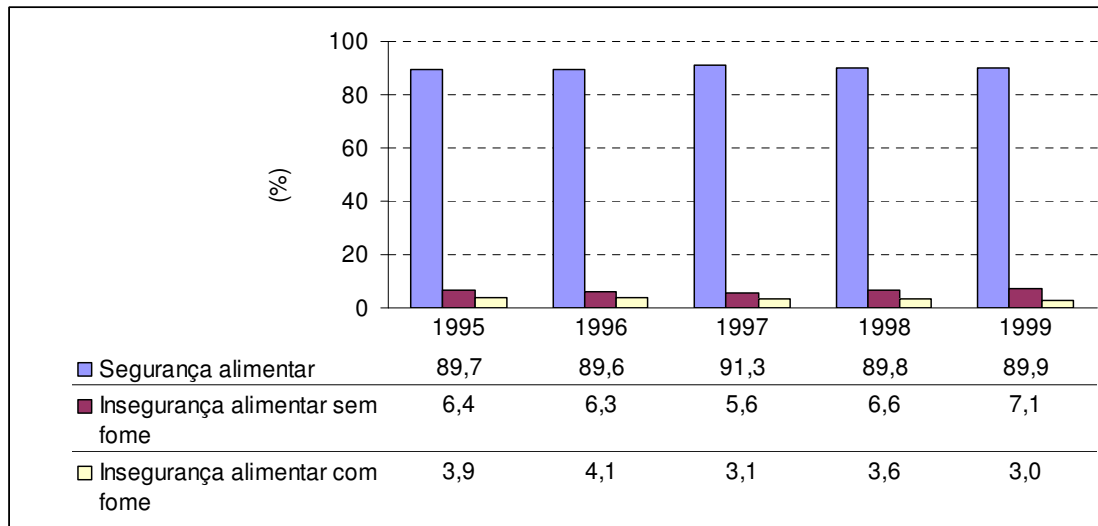
De acordo com Bickel et al. (2000, p. 8), a missão do inquérito alimentar era captar a percepção e a ansiedade das pessoas diante da possibilidade de se vivenciar uma situação de insegurança alimentar ou fome, por isso, abordava as seguintes condições:

- A ansiedade dos familiares de que a renda doméstica ou a quantidade de alimentos sejam insuficientes para satisfazer as necessidades básicas;



- A experiência de ficar sem comida e sem dinheiro para se obter mais;
- A percepção de que os alimentos consumidos pelos familiares eram inadequados em termos de qualidade ou de quantidade;
- Modificação da alimentação pela substituição dos alimentos habituais por outros mais baratos e em menor quantidade;
- Exemplos da redução da ingestão de alimentos por adultos no domicílio, ou as conseqüências dessa redução, tais como a sensação física de fome ou de perda de peso;
- Exemplos da redução da ingestão de alimentos, ou as conseqüências dessa redução, para as crianças do domicílio (Bickel et al., 2000, p. 8).

As conclusões da primeira pesquisa sobre segurança alimentar realizada nos Estados Unidos (1995), evidenciaram, para o espanto de muitos, que uma parcela significativa da população vivia em estado de insegurança alimentar. O Gráfico 3, a seguir, mostra os resultados dos primeiros anos da aplicação do Inquérito alimentar utilizando-se a metodologia da “escala de segurança alimentar”:



Fonte: Kennedy, 2003. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

### Gráfico 3. Estimativa dos domicílios com segurança alimentar nos Estados Unidos 1995-1999 (%)

Provavelmente, os primeiros resultados dos inquéritos sobre segurança alimentar nos Estados Unidos não devem ter agradado àqueles setores mais conservadores da política norte-americana que, ainda hoje, procuram vender a

imagem da grande nação americana como a terra da “abundância” e das “oportunidades”. Contudo, como demonstrado na tabela anterior, cerca de 10% dos domicílios viviam em constante estado de insegurança alimentar. Segundo Kennedy (2003) a prevalência da fome é maior nos domicílios chefiados por mulheres e nos lares das famílias negras e de origem latino-americana.

Ainda de acordo com a autora, as taxas de insegurança alimentar nos Estados Unidos seguem um padrão geográfico: enquanto as áreas das regiões oeste e sul do país apresentam taxas acima da média nacional, os estados do centro-oeste se sobressaem com taxas inferiores à média nacional. As razões para este fenômeno espacial, segundo ela, não são claras, necessitando-se de uma maior investigação para entender essas diferenças.

Dados mais recentes sobre segurança alimentar nos Estados Unidos (Tabela 2) mostram que o percentual de insegurança alimentar domiciliar se mantém em torno de 10% indicando que não houve grandes alterações desde a primeira edição da pesquisa realizada em 1995.

**Tabela 2 - Estimativa dos domicílios com segurança alimentar nos Estados Unidos 2000-2006**

Ano	Total	Domicílios com Segurança alimentar		Insegurança alimentar					
				Total		Domicílios com baixa segurança alimentar		Domicílios com muito baixa segurança alimentar	
				(1.000)	(%)	(1.000)	(%)	(1.000)	(%)
2000	106.043	94.942	89,5	11.101	10,5	7.786	7,3	3.315	3,1
2001	107.824	96.303	89,3	11.521	10,7	8.010	7,4	3.511	3,3
2002	108.601	96.543	88,9	12.058	11,1	8.259	7,6	3.799	3,5
2003	112.214	99.631	88,8	12.583	11,2	8.663	7,7	3.920	3,5
2004	112.967	99.473	88,1	13.494	11,9	9.045	8,0	4.449	3,9
2005	114.437	101.851	89,0	12.586	11,0	8.158	7,1	4.428	3,9
2006	115.609	102.961	89,1	12.648	10,9	8.031	6,9	4.617	4,0

Fonte: Nord; Andrews; Carlson, 2007.

A partir de 2006 a terminologia de classificação da escala de segurança alimentar dos Estados Unidos sofreu uma modificação: os termos “domicílios com insegurança alimentar sem fome” e “domicílios com insegurança alimentar com fome” foram substituídos por “domicílios com baixa segurança alimentar” e “domicílios com muito baixa segurança alimentar”, respectivamente.

Segundo Nord, Andrews & Carlson (2007), a mudança da terminologia ocorreu por recomendação do Comitê Nacional de Estatísticas (*Committee on*

*National Statistics of the National Academies - CNSTAT*). A justificativa foi a de que o termo “fome” não poderia vigorar naquela escala uma vez que o fenômeno não era adequadamente avaliado nos inquéritos sobre segurança alimentar. Entretanto, mesmo com a modificação da terminologia constata-se pela Tabela 2 que, cerca de, 4,6 milhões de domicílios (mais de 11 milhões de pessoas) se enquadram na situação de insegurança alimentar com fome ou, de acordo com a nova nomenclatura, “com muito baixa segurança alimentar”.

O objetivo primeiro de um inquérito alimentar é extrair de forma direta a situação alimentar dentro de um domicílio. Por isso pergunta-se ao morador, por exemplo, se ele tem ou não comida dentro de sua casa ou, então, se ele passou o dia todo sem comer por falta de comida. As respostas que se poderão obter nessas duas situações - “sim” ou “não”, serão semelhantes em qualquer lugar. Assim, os motivos da alteração da escala norte-americana de insegurança alimentar pode ser que estejam além dos fatores de ordem técnica.

Não obstante, ressalta-se o pioneirismo dos Estados Unidos nas experiências em medição direta da insegurança alimentar. Após as experiências iniciais, grupos de pesquisadores de universidades norte-americanas têm procurado expandir aquele modelo para outros países, observando-se as respectivas adaptações socioculturais. De acordo com Pérez-Escamilla (2005), tais experiências estenderam-se para diversos países “em desenvolvimento” na América Latina (Brasil, Bolívia, Equador e México) na África (Burkina Faso, Gana e Senegal).

No Brasil, o conceito de segurança alimentar passou a ser empregado nos meios governamentais em meados dos anos 1980. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2002), em 1985, o termo foi empregado pela primeira vez pelo Ministério da Agricultura quando da elaboração de uma proposta de “política nacional de segurança alimentar” visando ao atendimento das necessidades alimentares da população e da auto-suficiência na produção de alimentos.

Na década seguinte, em março de 1993, durante o governo do presidente Itamar Franco, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); composto por ministros de Estado e representantes da sociedade civil, o Conselho elaborou o “Plano de Combate à Fome e à Miséria”. Dentre as suas propostas estavam o combate à desnutrição infantil, a descentralização do programa de alimentação escolar e a reformulação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

No entanto o CONSEA teve vida curta, pois, em janeiro de 1995, logo no início do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Conselho foi extinto e substituído pelo *Programa Comunidade Solidária*, presidido pela primeira dama do país, Ruth Cardoso (SILVA, A. 1995; SILVA, M. 2001; VASCONCELOS, 2005).

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o CONSEA foi recriado por meio do Decreto nº. 4.582, de 30 de janeiro de 2003 (posteriormente, substituído pelos Decretos nº. 5.079, de 12 maio de 2004; nº. 5.303, de 10 de dezembro de 2004; nº. 6.245, de 22 de outubro de 2007 e, atualmente, em vigor, o Decreto nº. 6.272 de 23 de novembro de 2007).

Segundo o atual Decreto presidencial, em seu Artigo 2<sup>a</sup>, compete ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) dentre outros:

I - convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a quatro anos;

II - definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência;

III - propor à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução (BRASIL, P. R., 2007).

O CONSEA é formado por representantes da sociedade civil, do Governo Federal (ministros de Estado) e observadores convidados.

A conceituação de segurança alimentar também recebeu por parte do governo Lula uma definição oficial. Veio com a lei federal nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN). Conhecida como “Losan”, em seu artigo 3<sup>o</sup>, define:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, P. R., 2006).

Quanto ao uso da escala de medição da segurança alimentar no Brasil, segundo a pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Ana

Maria Segall-Corrêa (2004), sua validação (metodologia e questionário) ocorreu a partir de uma investigação conjunta entre pesquisadores de quatro universidades brasileiras (Universidade Estadual de Campinas, Universidades Federais da Paraíba e Mato Grosso, Universidade Nacional de Brasília), além do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Contou, ainda, com a assistência do pesquisador Rafael Pérez-Escamilla, do Instituto de Pesquisa em Nutrição do Colégio de Agricultura e Ciências Naturais da Universidade de Connecticut, nos Estados Unidos.

O inquérito para a validação da escala brasileira ocorreu entre abril de 2003 e fevereiro de 2004. Foram entrevistadas cerca de 1.700 famílias distribuídas entre as áreas urbanas e rurais dos municípios de Campinas (SP), Brasília (DF), João Pessoa (PB), Manaus (AM) e Cuiabá (MT).

Na ocasião da aplicação dos questionários Segall-Corrêa (2004, P. 9), destacou que os recursos técnicos e científicos e os métodos de análise utilizados deveriam “produzir uma escala de uso nacional, adequada para capturar os distintos graus de segurança alimentar, insegurança alimentar na família e fome entre crianças”. Baseada na escala de segurança alimentar descrita por Bickel et al<sup>5</sup> (2000) a escala brasileira destacava as seguintes categorias:

- a) situação de SEGURANÇA ALIMENTAR;
- b) receio ou medo de sofrer insegurança alimentar no futuro próximo (componente psicológico da insegurança) e problemas de qualidade da alimentação da família IA LEVE;

---

<sup>5</sup> A escala de segurança alimentar apresentada por Bickel et al. (2000) divide-se em quatro categorias sendo que cada uma representa um significativo nível de severidade em relação à anterior:

*Segurança Alimentar* - domicílios que não apresentam qualquer evidência mínima de insegurança alimentar.

*Insegurança alimentar sem fome* - A insegurança alimentar é evidente nos membros do domicílio. Existe a preocupação em se adequar e administrar a quantidade de comida no domicílio, incluindo a diminuição da qualidade dos alimentos e o aumento incomum das situações adversas. Pouca ou nenhuma diminuição na ingestão de alimentos dos familiares é relatada.

*Insegurança alimentar com fome (moderada)* - O consumo de alimentos para os adultos no domicílio foi reduzido para uma quantidade onde se tem repetidamente a sensação física da fome. Na maioria (mas não em todos) os domicílios em estado de insegurança alimentar com crianças, a diminuição dos alimentos, nessa fase, ainda não é observada em crianças.

*Insegurança alimentar com fome (grave)* - neste nível, todos os domicílios com crianças reduziram o consumo de alimentos das crianças para uma quantidade que indica que elas experimentaram a fome. Em alguns domicílios com crianças isto já ocorreu numa fase anterior com esta mesma gravidade. Os adultos nesses domicílios, com ou sem filhos, vivenciam a redução da ingestão alimentar numa frequência muito maior (BICKEL, 2000, p. 11-12, grifo nosso, tradução nossa).

c) restrição na quantidade dos alimentos na Família - IA MODERADA;

d) fome entre adultos e/ou crianças da família - IA SEVERA (SEGALL-CORRÊA, 2004, p. 9, grifo da autora).

Ao final dos trabalhos Segall-Corrêa (2004) descreve que, os participantes aprovaram a criação da *Escala Brasileira de Insegurança Alimentar* (EBIA), incluindo-se a elaboração de um questionário e a declaração de que os procedimentos para a sua validação “cumpriram todas as etapas previstas nas recomendações internacionais”:

- alta validade interna de seu conteúdo atestada pela aceitação após análise dos participantes dos painéis de especialistas;

- alta validade interna, considerando a compreensão de seus conceitos pelos representantes das comunidades locais que participaram dos grupos focais;

- alta validade preditiva, medida pela associação entre gradientes de IA e estratos de renda e padrão diário de consumo alimentar [...] (SEGALL-CORRÊA, 2004, p. 23).

Após a sua validação, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar foi utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a elaboração de sua “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Segurança Alimentar 2004”. O próprio texto da pesquisa reafirma a importância do uso da escala e de sua metodologia:

A validade da escala foi, portanto, confirmada em cinco regiões do Brasil antes de ser incorporada à PNAD 2004 (SEGALL-CORRÊA et al., 2004; PÉREZ-ESCAMILLA et al., 2004). O Quadro 1 mostra os 15 itens da escala, reproduzindo as perguntas incluídas na PNAD, nove deles relativos aos adultos moradores no domicílio e seis às crianças. A cada pergunta da escala, referente ao período de noventa dias que antecedem ao dia da entrevista, são dadas as alternativas de respostas “Sim” e “Não” e, se a resposta é afirmativa, pergunta-se a frequência de ocorrência do evento nesse período, oferecendo-se as seguintes alternativas de respostas: “em quase todos os dias”, “em alguns dias” e “em apenas um ou dois dias” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006, p. 26).

O questionário utilizado pelo IBGE (2006, p. 26), entretanto, apresenta algumas alterações quando comparado com o de Segall-Corrêa (2004), vide Anexo

A. Os motivos, conforme o próprio Instituto afirma, foram necessários “para que houvesse adequação ao questionário padrão da pesquisa nacional”. A seguir, o conteúdo das perguntas incluídas no Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD 2004 referentes à escala EBIA:

Moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

Alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida?

Moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

Moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?

Algum morador de 18 anos ou mais de idade diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida?

Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

Algum morador de 18 anos ou mais de idade perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido à falta de dinheiro para comprar comida?

Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez fez apenas uma refeição ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?

Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?

Algum morador com menos de 18 anos de idade diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições porque não havia dinheiro para comprar comida?

Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida? (IBGE, 2006, P. 26).

A determinação sobre a condição de um domicílio estar ou não em situação de insegurança alimentar é dada conforme o número de respostas afirmativas para cada pergunta do inquérito alimentar. Posteriormente, os dados são confrontados com uma escala de pontuação conforme demonstrado no Quadro 2, a seguir:

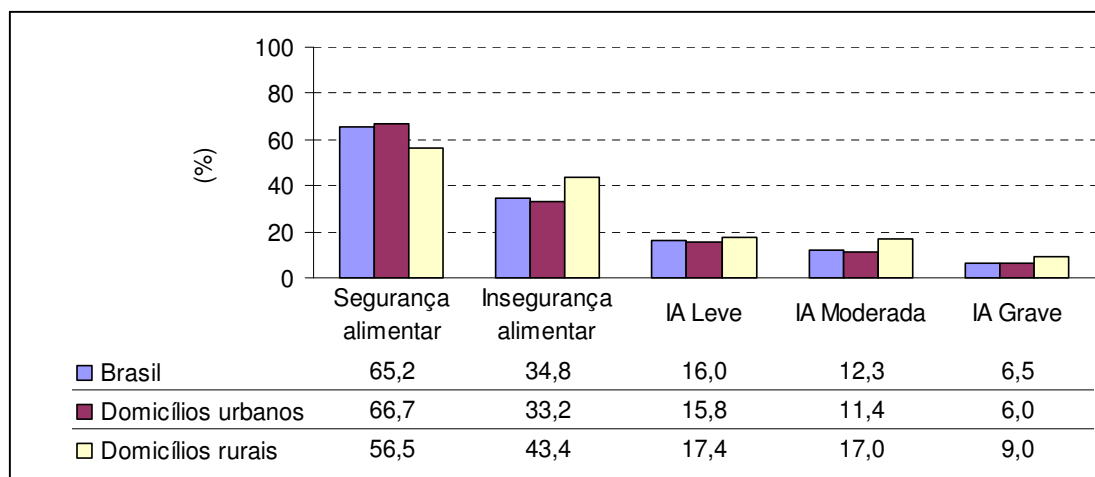
**Quadro 2 - Pontuação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

Categorias Pontuação	Situação I	Situação II
Segurança Alimentar	0 pontos	0 pontos
Insegurança Alimentar leve	1 a 5 pontos	1 a 3 pontos
Insegurança Alimentar moderada	6 a 10 pontos	4 a 6 pontos
Insegurança Alimentar grave	11 a 15 pontos	7 a 9 pontos

- Situação I: Pontuação para classificação dos domicílios com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade nas categorias de segurança alimentar.
- Situação II: Pontuação para classificação dos domicílios com somente moradores de 18 anos ou mais de idade, nas categorias de segurança alimentar.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

Finalizada, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Segurança Alimentar 2004, apresentou os seguintes resultados (Gráfico 4):



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 4. Estimativa da situação de segurança alimentar existente nos domicílios segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Brasil - 2004 (%)**

Conforme exposto no gráfico, aproximadamente, 2/3 dos domicílios brasileiros (65,2%) vivenciavam, no período pesquisado, uma situação de segurança alimentar.

Por outro lado, ainda de acordo com o IBGE (2006), mais de um terço da



população brasileira, aproximadamente 72 milhões de pessoas, se encontrava, no período, em estado de insegurança alimentar. Isto significa que esses milhões de brasileiros, em algum momento dos últimos 90 dias que antecederam a pesquisa, vivenciaram, no mínimo, “receio ou medo de sofrer insegurança alimentar num futuro próximo e/ou problemas de qualidade/restrrição da alimentação da família”. Ainda nessa situação estão incluídos cerca de 14 milhões de pessoas que declararam conviver com a fome entre “um ou dois dias” até “quase todos os dias” do mês.

## V. “FOME JUNTO COM A VONTADE DE COMER”: A DESNUTRIÇÃO/OBESIDADE

“Existe uma idéia de que comer bem é comer muito ou comer carne, o que não é verdade. É preciso ensinar as pessoas a comerem nutricionalmente bem”.

Professor Dr. José Eduardo Dutra de Oliveira (2005)

Em pesquisa realizada sobre aquisição alimentar domiciliar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004c) constatou que a disponibilidade média nacional de alimentos nos lares brasileiros, no período 2002-2003, estava em cerca de 1.800 kcal por pessoa por dia, com variação de 1.700 kcal para as áreas urbanas e 2.400 kcal para o meio rural. Atribui-se o percentual urbano bem inferior ao rural devido às refeições feitas fora do domicílio. Diante dessa constatação, o Instituto ressalta algumas características positivas e negativas referentes aos resultados da pesquisa:

- 1) padrões diversificados de consumo alimentar caracterizam as cinco grandes regiões do País, o meio urbano e o meio rural e os diferentes estratos socioeconômicos da população brasileira;
- 2) características positivas dos padrões de consumo alimentar, evidenciadas em todo o País e em todas as classes de rendimento, foram a adequação sistemática do teor protéico das dietas e o elevado aporte relativo de proteínas de alto valor biológico (proteínas de origem animal);
- 3) características negativas dos padrões de consumo alimentar, também evidenciadas em todo o País e em todas as classes de

rendimento, foram o teor excessivo de açúcar nas dietas e o consumo insuficiente de frutas e hortaliças.

4) nas regiões economicamente mais desenvolvidas (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) e, de modo geral, no meio urbano e entre famílias com maior rendimento, além do consumo insuficiente de frutas e hortaliças e do consumo excessivo de açúcar, há consumo excessivo de gorduras em geral e consumo excessivo de gorduras saturadas (IBGE, 2004c, p. 40).

Entre os destaques da pesquisa está a afirmação de que houve um aumento de alimentos e grupos de alimentos na dieta do brasileiro, quando são comparados os períodos de 1974-1975 e 2002-2003. Dentre os alimentos que aumentaram a participação na dieta estão carnes (bovina 22%; frango mais de 100%; embutidos 300%); leite e derivados (36%); óleos e gorduras vegetais (16%).

Também se destacaram os produtos industrializados (biscoitos e refrigerantes) e as refeições prontas com aumentos de 400% e 80%, respectivamente. O excessivo aumento do teor de açúcares e de gorduras na dieta está entre as causas apontadas por diversos pesquisadores como responsáveis pelo sobrepeso e obesidade da população brasileira.

Para o pesquisador da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Carlos Augusto Monteiro (2005) “quatro em cada dez adultos sofrem de excesso de peso no país. A obesidade já é o segundo fator que mais mata e causa doenças no Brasil, atrás apenas do consumo do álcool”. Utilizando-se das informações da mesma pesquisa do IBGE anteriormente citada ele comenta:

O mesmo inquérito do IBGE de 2003 revelou um aumento substancial do teor de gorduras em geral e de gorduras saturadas na alimentação do brasileiro, a manutenção de níveis absurdamente elevados de consumo de açúcar e aumentos geométricos no consumo de alimentos processados ricos em gordura, sal e açúcar, incluindo biscoitos, embutidos, refrigerantes e refeições prontas. Esses fatores são consistentes com o papel destacado da obesidade, da hipertensão e de colesterol alto no perfil das doenças e de mortalidade do país (MONTEIRO, 2005).

Outro estudo, igualmente com base na pesquisa do IBGE (2004c), encontra-se em Levy-Costa et al. (2005, p. 530); neste, a autora conclui que os “padrões e tendências da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil são consistentes [...] com o aumento contínuo da prevalência da obesidade no País”. Segundo ela:

[...] tendências muito claras e preocupantes foram detectadas com

relação a alguns alimentos, destacando-se o aumento de 400% observado com relação a refrigerantes e biscoitos. O aumento notável no consumo de refrigerantes preocupa, pois há evidências de que o consumo desses produtos esteja associado ao maior consumo de calorias e ao ganho excessivo de peso em adolescentes. Há evidências, ainda, de que as calorias presentes em alimentos líquidos são menos reconhecidas pelo organismo do que as presentes em alimentos sólidos. Os biscoitos por sua vez são uma das principais fontes de ácidos graxos trans da dieta, ao lado de margarinas e produtos fritos, principalmente aqueles comercializados em cadeias de *fast-food* (LEVY-COSTA et al., 2005, p. 539).

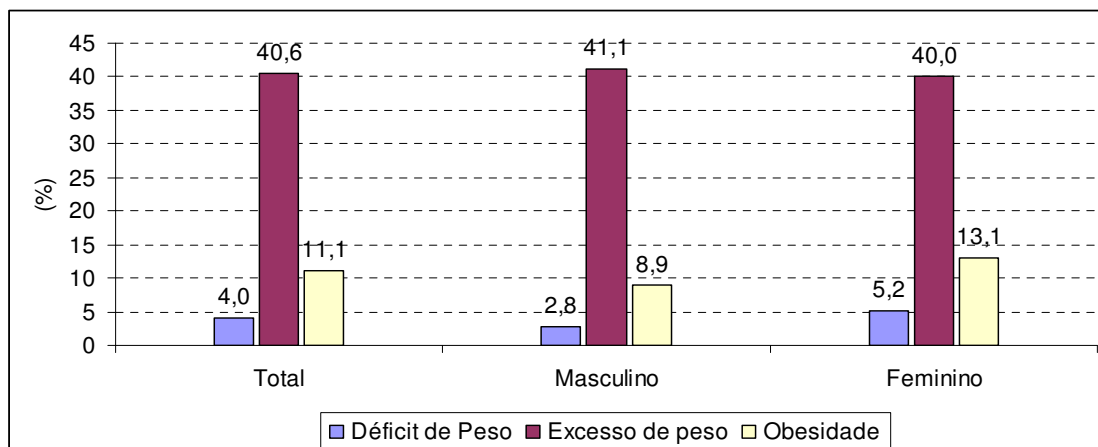
Para Levy-Costa et al. (2005) a situação pode ser ainda mais agravante visto que a pesquisa do IBGE (2004c) se restringiu às áreas metropolitanas:

Quanto à evolução temporal dos indicadores avaliados, os dados da pesquisa devem ser tomados como estimativa conservadora das mudanças que ocorreram no padrão da dieta brasileira nas últimas três décadas. Uma vez que apenas as populações vivendo em áreas metropolitanas foram consideradas, não foram captadas todas as mudanças decorrentes da intensa urbanização do País observada no período (LEVY-COSTA et al., 2005, p. 539).

Se houve modificação na dieta da população brasileira, como o aumento de determinados alimentos e grupos de alimentos, houve, também, a inversão no consumo com a redução de outros itens alimentícios.

O IBGE (2004c) informa que diminuiu o consumo de certos alimentos tradicionais, como o arroz (com redução de 23%), feijão e demais leguminosas (30%), raízes e tubérculos (30%). Outros alimentos que igualmente tiveram uma baixa no consumo foram: peixes com diminuição em torno de 50%, ovos (84%) e gordura animal (65%). A participação na dieta de frutas, verduras e legumes, de acordo a pesquisa, manteve um baixo percentual de consumo, entre 3% e 4%, durante todo o período. Consta, ainda, que a ingestão recomendável para esse grupo de alimentos e da ordem de 6% a 7% do total de calorias consumidas.

A mudança no perfil da dieta do brasileiro vem sendo classificada por alguns estudiosos como indicativo da transição nutricional no país. Acerca dessa alteração o Gráfico 5 apresenta os indicadores de déficit de peso, excesso de peso (sobrepeso) e obesidade da população brasileira:



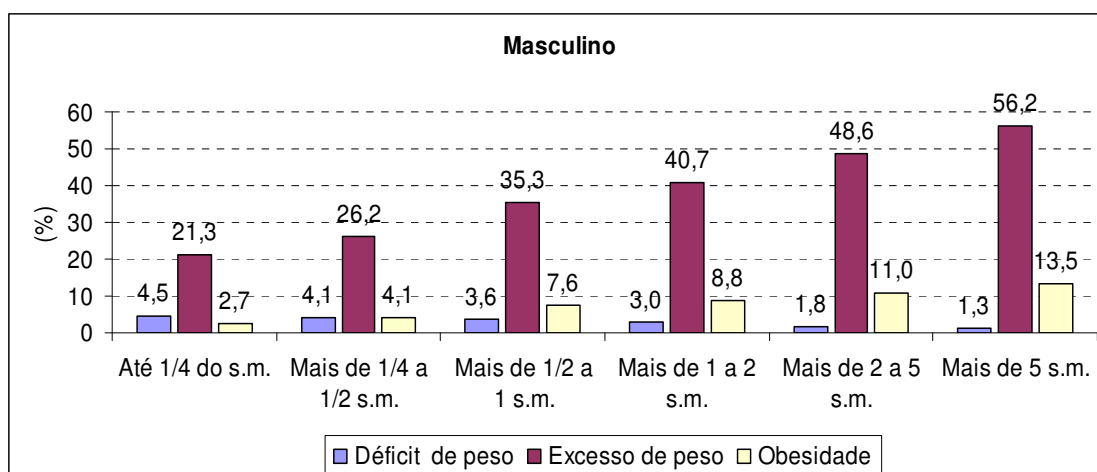
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004c. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 5. Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população adulta (acima de 20 anos), por sexo - Brasil - 2002-2003 (%)**

A determinação do quadro de desnutrição se faz por meio de medidas antropométricas (Índice de Massa Corporal, vide capítulo 2). Esses valores correspondem a: desnutrição ( $IMC \leq 18,5 \text{ kg/m}^2$ ), sobrepeso ( $25 \geq IMC < 30 \text{ kg/m}^2$ ) e obesidade ( $IMC \geq 30 \text{ kg/m}^2$ ) (ANJOS, 1992; MONTEIRO, 2000). O IBGE (2004c) também segue os mesmos valores antropométricos, porém considera normal um percentual entre 3% a 5% de indivíduos magros na população ( $IMC \leq 18,5 \text{ kg/m}^2$ ), classificados na categoria de “déficit de peso”; a desnutrição aparece quando esse índice supera aos 5% do total de indivíduos magros na população.

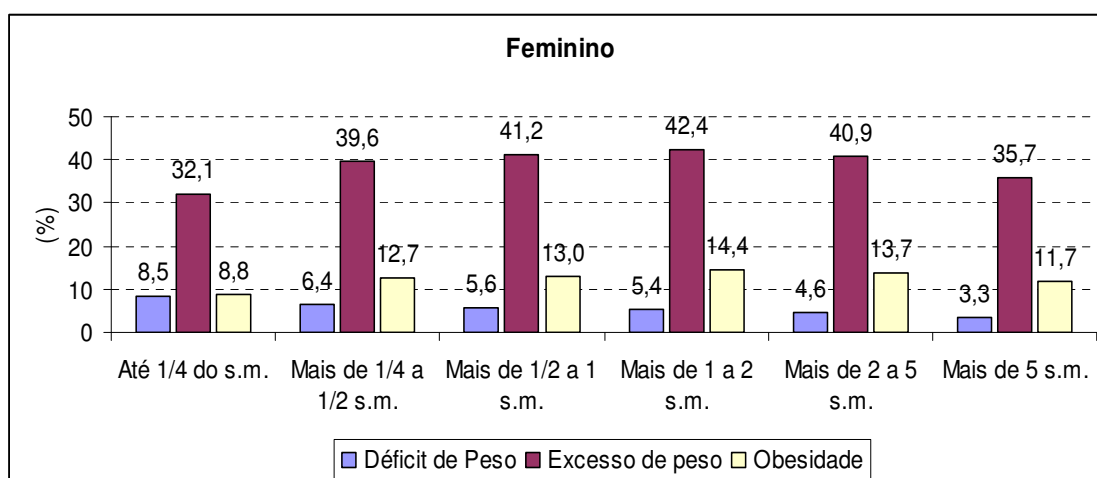
No entanto, pela análise do Gráfico 5 se constata que o percentual de déficit de peso nas mulheres atinge 5,2%, correspondente ao quadro de desnutrição, embora mínimo. A publicação do IBGE (2004c) explica que a prevalência da desnutrição no sexo feminino encontra-se em mulheres com até trinta anos de idade, cujas causas ainda não são totalmente conhecidas, entretanto arrisca-se a hipótese de que este caso poderia estar associado ao temor das mulheres mais jovens em engravidar.

Apesar de que a pesquisa do IBGE (2004c) abrangeu somente as áreas metropolitanas, o Instituto garante que esse padrão se repete por todo país, apenas com pequenas variações. Assim sendo, é expressiva a estimativa de que 40% da população brasileira esteja acima do peso ideal. Preocupante mesmo, pois, até mesmo a parcela da população considerada pobre, segundo os indicadores de renda, também está acima do peso (Gráficos 6 e 7):



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004c. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 6. Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo, segundo classes de rendimento monetário mensal familiar per capita - Masculino - Brasil - 2002-2003**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004c. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 7. Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo, segundo classes de rendimento monetário mensal familiar per capita - Feminino - Brasil - 2002-2003 (%)**

Mesmo que o Brasil passe por um período de transição nutricional rumo à obesidade existe, contudo, uma singular situação onde presenciamos obesos e desnutridos convivendo num mesmo espaço territorial. Sawaia (1997), por exemplo, ao realizar um inquérito nutricional em favelas da metrópole paulistana, obteve um índice de 13% para famílias que apresentavam, simultaneamente, um membro desnutrido e outro obeso.

Este inerente paradoxo motivou, inclusive, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a organizar, em 2005, um seminário internacional para se debater o assunto da obesidade na população brasileira (lembra-se que o nome do ministério leva “combate à fome”). Intitulado “*Os rumos da transição nutricional no Brasil: fome e obesidade no contexto de exclusão social*” o seminário contou com a participação do professor Benjamin Caballero, da Escola de Saúde Pública Johns Hopkins (Estados Unidos). Estudioso do tema nos países em desenvolvimento, ele expõe o seguinte argumento para o aumento da obesidade:

A globalização dos mercados de alimentos resultou na introdução de alimentos produzidos em massa e a baixo custo, no suprimento alimentar doméstico de muitos países em desenvolvimento. Esta mudança, juntamente com as campanhas publicitárias, podem ter um efeito poderoso sobre a escolha dos alimentos e os padrões alimentares das famílias de baixa renda. A introdução de óleos vegetais de baixo custo vindos dos países industrializados, por exemplo, aumentou em muito a proporção de gordura na dieta média nos países que vêm sofrendo a transição nutricional. Embora muitos destes alimentos comercializados de baixo custo tenham alta densidade energética, eles podem ser pobres em nutrientes. Alimentos baratos, com alta densidade energética e pobres em nutrientes, podem afetar negativamente o crescimento das crianças, porém fornecer calorias o suficiente para que o adulto ganhe peso em excesso (CABALLERO, 2005, P. 11).

Monteiro et al. (2000), igualmente acerca da contradição nutricional do brasileiro, afirma que as razões para o aumento de peso da população adulta ainda não estão muito claras. Contudo, o autor escreve que:

Aspectos singulares da transição nutricional ocorrida neste século são encontrados em cada país e região do mundo, mas elementos comuns convergem para uma dieta rica em gorduras (particularmente de origem animal), açúcar e alimentos refinados e reduzida em carboidratos complexos e fibra - freqüentemente denominada “dieta ocidental” (MONTEIRO et al., 2000, p. 247).

O autor, ainda destaca o declínio progressivo das atividades físicas e ressalta uma possível relação entre o fenômeno da obesidade e a atividade profissional do indivíduo:

No Brasil, a progressiva contração do contingente populacional envolvido com ocupações agrícolas, a automação do setor fabril e a expansão do setor de serviços em que predominam ocupações que não demandam alto gasto energético sugerem que fenômeno semelhante possa ocorrer (MONTEIRO et al., 2000 p. 253).

Também Caballero (2005) observa a questão do sedentarismo e acrescenta:

O acesso amplo à televisão favoreceria um estilo de vida sedentário e restrito ao ambiente doméstico, reduzindo ainda mais o gasto energético médio diário. Nos segmentos mais abastados desta mesma população, essas influências podem ser contrabalançadas pelo acesso a uma melhor educação acerca da saúde e nutrição, uma renda suficiente para adquirir alimentos mais saudáveis (que são, no geral, mais caros), maiores quantidades de tempo para praticar uma atividade física, bem como um melhor acesso ao tratamento de saúde, o que ajudaria a cuidar de problemas relacionados ao excesso de peso (CABALLERO, 2005, P. 10).

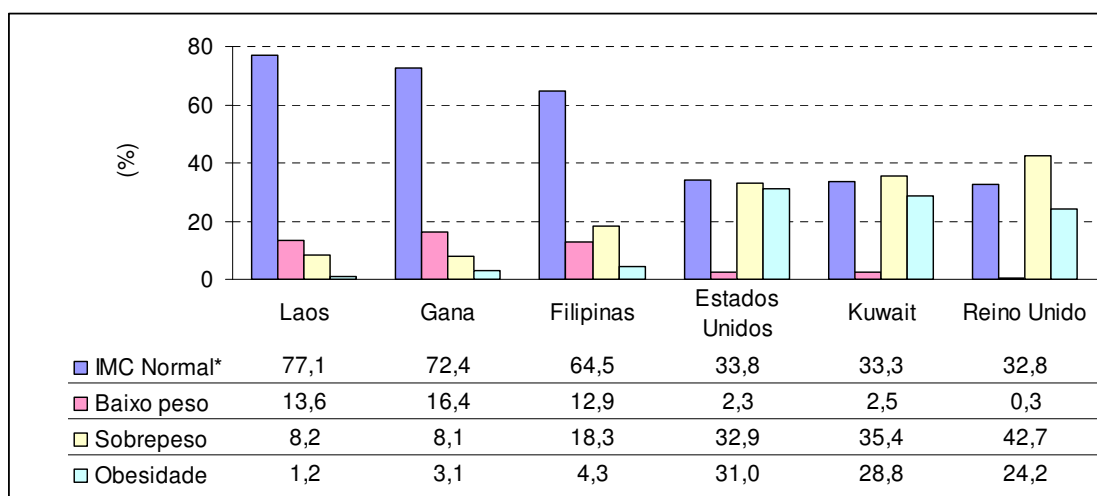
Obesos ou magros, essa questão, diante da visão mercadológica do modo de produção capitalista tornou-se mais um lucrativo mercado. Novamente, o capital encontra mais um modo de multiplicar os lucros sobre a saúde humana. Nos Estados Unidos, por exemplo, o jornalista Vinícius Galvão (2006) descreve que o mercado para a obesidade e para o emagrecimento movimentou, anualmente, cerca de 117 bilhões e 33 bilhões de dólares, respectivamente.

Na Grã-bretanha, segundo Froguel (2004), 59% do lucro das emissoras de televisão com a publicidade destinada ao público infantil vêm de anúncios de doces, batatas chips, cereais e bebidas com açúcar ou refeições à venda em *fast-foods*.

Ressalte-se que essa “nova” fatia de mercado é acusada de ser a causadora de diversas enfermidades, tais como diabetes, problemas cardiovasculares, hipertensão, acidente vascular cerebral e certos tipos de câncer (LEVY-COSTA et al., 2005; MONTEIRO et al., 2000; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2006b).

O Gráfico 8 traz a relação dos países que apresentam, respectivamente, os maiores e menores percentuais de Índice de Massa Corporal Normal (entre 18,5 kg/m<sup>2</sup> e 24,9 kg/m<sup>2</sup>) para a população adulta (apenas aqueles veiculados à Organização Mundial de Saúde com disponibilidade de informações):





Fonte: World Health Organization, 2006a. \*A Organização Mundial da Saúde entende como Índice de Massa Corporal (IMC) Normal os valores entre 18,5 kg/m<sup>2</sup> e 24,9 kg/m<sup>2</sup>. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 8. Relação dos países com os maiores e menores percentuais de população adulta com Índice de Massa Corporal (IMC) Normal segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) - 2006 (%)**

Pela classificação da Organização Mundial de Saúde, quando a categoria *baixo peso* (IMC  $\leq$  18,5 kg/m<sup>2</sup>) apresenta índice superior a 5% denota a presença de desnutrição na população. No caso analisado, observa-se que os países que apresentam os maiores percentuais de população adulta com peso normal - Laos, Gana e Filipinas também apresentam taxas superiores a 12% de magreza na população, conseqüentemente, indicativo de desnutrição e/ou subnutrição.

Diversos fatores estão associados ao baixo peso e ao excesso de peso, principalmente, aqueles relacionados ao poder aquisitivo da população. Um demonstrativo dessa questão se observa nas Tabelas 3 e 4:

**Tabela 3 - Indicadores de desenvolvimento humano e antropometria - Filipinas, Laos e Gana - 2006/2007**

País	Esperança de vida ao nascer	Taxa de alfabetização adultos (%)	População abaixo da linha de pobreza (%)		Baixo peso da população (%)
			1 dólar/dia	2 dólares/dia	
Filipinas	71	92,6	14,8	43,0	12,9
Laos	63	68,7	27,0	74,1	13,6
Gana	59	57,9	48,8	78,5	16,4

Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2006; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2007. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Tabela 4 - Comparativo entre antropometria e indicadores socioeconômicos - Países selecionados - 2005/2007**

País	IMC Normal adultos (%)	População (milhões)	PNB <sup>b</sup> (milhões) (US dólares)*	Renda <i>per capita</i> (US dólares)*	IDH/ONU** 2005
Laos	77,1	5.860	3.413	580	(130) 0.601
Gana	72,4	23.462	13.905	590	(135) 0.553
Filipinas	69,1	87.892	142.623	1.620	(90) 0.771
EUA	35,1	301.621	13.886.472	46.060	(12) 0.951
Kuwait	33,3	2.663	80.221	31.640	(33) 0.891
Reino Unido	32,8	61.034	2.608.513	42.740	(16) 0.946

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2007; World Bank, 2007; World Health Organization, 2006a. \*Método Atlas. \*\*Índice de Desenvolvimento Humano. ( ) Posição mundial do país na classificação do IDH. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

No caso dos países listados, os elevados índices de baixo peso (indicativo de desnutrição na população) e de peso ideal, certamente, explicam-se pela vida de carências materiais visto que, a maioria da população vive abaixo da linha de pobreza. Em Gana, por exemplo, 78,5% da população sobrevive com até dois dólares por dia.

No caso do sobrepeso e obesidade a renda também influencia, pois, observando-se a renda *per capita* dos Estados Unidos, Kuwait e Reino Unido (Tabela 4), compreende-se que não é difícil ganhar peso nesses países, visto que a população tem acesso a todo tipo de gêneros alimentícios, principalmente, os altamente calóricos (gordurosos e açucarados).

Exemplo disso é o maior sinônimo de *fast food* - O lanche “Big Mac”, da rede de lanchonetes McDonald’s<sup>7</sup>. Este lanche, quando acompanhado de batatas fritas e refrigerante, fornece cerca de 1.196 kcal de uma só vez. Somente o “Big Mac”, de 204 g, contém 504 kcal. O restante das calorias está distribuído nas batatas fritas (porção de 146g - 412 kcal) e refrigerante (700 ml - 280 kcal). Segundo o *site* da rede, o consumo desses produtos representa apenas 60% das necessidades calóricas diárias de uma pessoa adulta, estimadas em 2.000 kcal.

Philippe Froguel (2004), sobre as mesmas 2.000 kcal/dia, porém na França, comenta:

<sup>6</sup> Produto nacional bruto: Inclui o Produto interno bruto (PIB) mais a receita líquida enviada/recebida do exterior. Para efeito de cálculo, o Banco Mundial utiliza a média trienal das taxas de câmbio como forma de atenuar os efeitos das flutuações cambiais transitórias - “método Atlas” (WORLD BANK, 2007).

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.mcdonalds.com.br/qualidade/pdfs/TabelaNutricional.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2008.

Infelizmente, os dados apresentados pelo McDonald's estão completamente defasados, tendo pelo menos 30 anos de atraso. Cada vez mais sedentário, o consumidor ocidental gasta, em média, menos de 1.800 calorias por dia (em comparação com 5.000 na época dos caçadores nômades da pré-história e 3.000 no caso de um agricultor do século XIX) (FROGUEL, 2004).

De fato, não se pode negar que a obesidade é hoje um problema mundial. Porém, apesar do excesso de peso atingir diversas camadas sociais, a parte abastada dessa população, possui vários recursos e possibilidades para o tratamento do sobrepeso e obesidade.

O “mercado” oferece uma infinidade de “serviços” para este fim. Coisas que vão desde as mais invasivas como cirurgias de redução de estômago, lipoaspiração e terapias medicamentosas, até as soluções mais amenas (e nem por isso baratas) como os modismos dos “spas” (centros de “tratamento”) ou do “personal” (pessoas que são contratadas para “orientar” o “cliente” sobre as rotinas). Mantovani e Biderman (2005) escrevem que o mercado tem “personal” para tudo: “*personal dieter*” - para indicar à pessoa sobre o que comprar/comer; “*personal chef*” - para “ensinar” o cliente a preparar a própria comida; “*personal trainer*” - sobre como gastar as calorias excessivas e o “*personal stylist*” - para “orientar” o cliente sobre como comprar/vestir roupas que “escondam” as “gordurinhas” excessivas.

A obesidade já é considerada pela Organização Mundial de Saúde como uma “epidemia”. A entidade estima que existam hoje no mundo cerca de 1,6 bilhão de pessoas com sobrepeso. Aproximadamente o dobro do número de famintos estimados pela Organização das Nações Unidas. Diante da constatação desses números, pergunta-se: Qual das “epidemias” é pior?

## **VI. DENÚNCIA: A GEOGRAFIA DA FOME**

O conceituado livro de Josué de Castro - *A Geografia da Fome*, resultou de “observações e investigações” ao longo de 15 anos, conforme o próprio autor nos revela no prefácio de sua primeira edição. Período em que reuniu “documentos estatísticos e informes científicos” por meio da “valiosa colaboração” de inúmeros pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento científico, como da antropologia, demografia, vigilância sanitária, nutrição, epidemiologia, geologia, cartografia e sociologia. Coube-lhe o mérito de reunir todas aquelas contribuições na forma de um livro denúncia, de um conteúdo bastante crítico que o próprio autor julga necessário precaver aos seus leitores:

Para que se compreenda bem e se possa perdoar o uso que faz o autor, em certas passagens do livro, de tintas um tanto negras, é bom que o leitor se lembre de que esta obra, documentário de uma era de calamidades, foi pensada e está sendo escrita sob a influência psicológica da pesada atmosfera que o mundo vem respirando nos últimos dez anos. Atmosfera abafada pela fumaceira das bombas e dos canhões, pela pressão das censuras políticas, pelos gritos de terror e de revolta dos povos oprimidos e pelos gemidos dos vencidos e aniquilados pela fome (CASTRO, 2003b, p. 20).

Sobre a fome, Castro queixa-se da pouca literatura que envolve o assunto. Para ele, a temática da fome constitui-se, juntamente com a questão sexual, em dois grandes tabus da civilização humana:

Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura:

foram os interesses e preconceitos de ordem oral e de ordem política e econômica de nossa civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente. O fundamento moral que deu origem a esta espécie de interdição baseia-se no fato de que o fenômeno da fome, tanto a fome de alimentos, como a fome sexual, é um instinto primário e por isso um tanto chocante para uma cultura racionalista como a nossa, que procura por todos os meios impor o predomínio da razão sobre o dos instintos na conduta humana. Considerando o instinto como o animal e só a razão como o social, a nossa civilização, em fase decadente, vem procurando negar sistematicamente o poder criador dos instintos, considerando-os como forças desprezíveis. Aí encontramos uma das imposições da alma coletiva da cultura, que fez do sexo e da fome tabus - impuros e escabrosos - e por isto indignos de serem tocados (CASTRO, 2003b, p.12).

Hoje, tanto a fome quanto o sexo deixaram de ser tabus; transformaram-se em mercadorias, ainda que a própria história humana já registrasse o comércio de ambos há muito tempo. No caso da fome, o seu comércio se concretiza por intermédio do mercado global - objetivo e destinação final da produção de alimentos. Castro (2003b), em sua época, já denunciava esse mecanismo do capitalismo:

É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos - dirigidos e estimulados dentro de seus interesses econômicos - e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública (CASTRO, 2003b, p. 13).

Pelo fato da fome atingir, em sua época, cerca de dois terços da população mundial o autor afirma ser este fato um dos “grandes erros de nossa civilização”:

Desses erros, um dos mais graves é, sem dúvida, este de termos deixado centenas de milhões de indivíduos morrendo à fome num mundo com capacidade quase infinita de aumento de sua produção, dispondo de recursos técnicos adequados à realização desse aumento (CASTRO, 2003b, p. 14).

Embora, em linhas anteriores, o pesquisador tenha, indiretamente, atribuído as causas da fome ao “imperialismo econômico”, ou seja, àquela parcela da sociedade que detêm a propriedade privada dos meios de produção, denominada pelos clássicos de “burguesia”, atualmente, “classe hegemônica”, Castro (2003b, p. 15), neste momento, percebe a sociedade de forma uma atribuindo mesmo “um

sentimento de culpa” as “organizações culturais vigentes” por sua incapacidade, quanto aos estudos sobre a alimentação, em “satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas - a necessidade de alimentos”. Seguidamente, ele procura explicar os entraves que passam os estudiosos dessa questão:

Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais. A maior parte dos estudos científicos sobre o assunto se limita a um de seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema. São quase sempre trabalhos de fisiólogos, de químicos ou de economistas, especialistas em geral limitados por contingência profissional ao quadro de suas especializações (CASTRO, 2003b, p. 16).

Mesmo situando a fome como um fato de caráter social e econômico, Josué de Castro, contudo, enfatiza o aspecto biológico do fenômeno, chegando-se mesmo a afirmar que, ao final das contas, a fome é um problema biológico:

O que tentaremos mostrar é que, mesmo quando se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em última análise, através do mecanismo biológico: é através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, é através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante. Não defenderemos, pois, nenhuma primazia na interpretação da evolução social brasileira. Nem o primado do biológico sobre o cultural, nem o do cultural sobre o biológico. O que pretendemos é por ao alcance da análise sociológica certos elementos do mecanismo biológico de ajustamento do homem brasileiro aos quadros naturais e culturais do país (CASTRO, 2003b, p. 21).

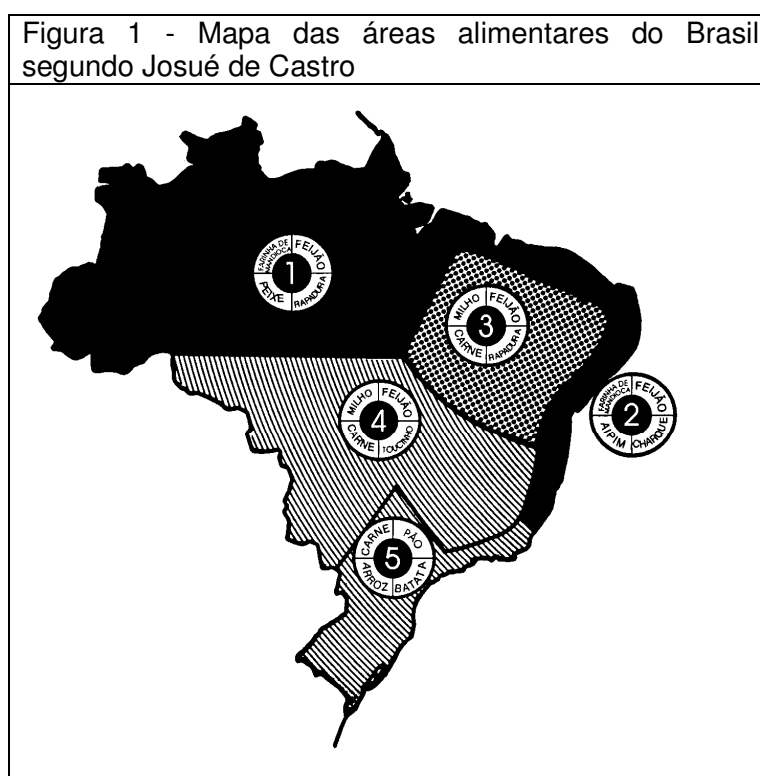
Por conseguinte, no prefácio de *Geografia da Fome*, Castro (2003b, p. 22) declara: “É por isso que julgamos ser este primeiro volume<sup>8</sup>, até certo ponto, uma tentativa de interpretação biológica de certos aspectos da formação e da evolução histórico-sociais brasileiras”.

Ao escrever sobre a questão alimentar no Brasil, em *Geografia da Fome*,

---

<sup>8</sup> Josué de Castro pretendia editar um conjunto de cinco livros tratando do problema da fome no mundo. O primeiro volume foi dedicado ao Brasil - “Geografia da Fome”, os demais volumes seriam: v. 2 - continente americano; v. 3 - grupos humanos da África; v. 4 - terras asiáticas e v. 5 - continente europeu. Estes volumes não chegaram a ser lançados, no entanto, em “Geopolítica da Fome”, livro seguinte do autor (lançado originalmente em 1948), os continentes são analisados sob o título de “Distribuição regional da fome” (CASTRO, 1968, p. 466; 2003b, p. 22-23).

Castro (2003b), de antemão, avisa que sua atenção se voltará para as áreas onde “o fenômeno da fome se manifesta numa categoria de calamidade coletiva”. Para tanto, decompôs o país em um cinco grandes “áreas alimentares” delimitando-as como “áreas de fome” (Amazônia, Nordeste Açucareiro e Sertão Nordestino) e “áreas de subnutrição” (Centro-Oeste e extremo Sul). Acompanhe na Figura 1, a distribuição espacial das áreas alimentares propostas por ele:



Fonte: Castro, 2003b, p. 37. Conforme original.

**Legenda:**

Área	Dieta básica	Característica nutricional
1. Amazônica	Farinha de mandioca, feijão, peixe, rapadura	Área de fome endêmica
2. Nordeste Açucareiro	Farinha de mandioca, feijão, aipim, charque	Área de fome endêmica
3. Sertão Nordestino	Milho, feijão, carne, rapadura	Área de epidemias de fome
4. Centro-Oeste	Milho, feijão, carne, toucinho	Área de subnutrição
5. Extremo Sul	Carne, pão, arroz e batata	Área de subnutrição

Fonte: Castro, 2003b, p. 37. Conforme legenda e dados originais expostos na figura 1.

Para a classificação e mapeamento das respectivas áreas de fome, Castro (2003b) utilizou o seguinte critério:

Consideramos áreas de fome aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome). Não é o grau de especificidade carencial que assinala e marca uma área, mas a extensão numérica em que o fenômeno incide na população. [...] Para que uma determinada região possa ser considerada área de fome, dentro do nosso conceito geográfico, é necessário que as deficiências alimentares que aí se manifestam incidam sobre a maioria dos indivíduos que compõem seu efetivo demográfico (CASTRO, 2003b p. 35).

Conforme leitura da citação anterior, Castro (2003b) considerava como fator determinante para que uma região fosse considerada como “área de fome” a presença de determinadas deficiências nutricionais na maioria de sua população. A presença da fome, deste modo, era feita de forma indireta, pois, concluía-se que aqueles estados carenciais, assim como as anomalias médicas, haviam se originado da falta de comida. A Figura 2 traz o mapa elaborado pelo pesquisador com a distribuição territorial das carências nutricionais:

Figura 2 - Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil segundo Josué de Castro



Fonte: Castro, 2003b, p. 38. Conforme original.



Reprodução da legenda da Figura 2 conforme mapa original de Josué de Castro (2003, p. 38):

Área	Estado nutricional	Manifestação carencial
<b>1. Amazônica</b>	Carências protéicas	Formas frustas <sup>9</sup> , Formas típicas endêmicas
	Carências de cálcio sem manifestações de raquitismo	
	Carências de vitamina A (hemeralopia xerose, xeroftalmia e querotomalacia)	Formas frustas
	Carências de ácido nicotínico - pelagra	
	Carências de cloreto de sódio	Formas típicas endêmicas
	Carências de ferro - anemias alimentares	Formas típicas endêmicas
	Carências de vitamina B2 - ariboflavinose	Formas típicas endêmicas
	Carências de vitamina B1	Formas frustas; crises epidêmicas

Área	Estado nutricional	Manifestação carencial
<b>2. Nordeste Açucareiro</b>	Carências protéicas	Formas frustas, Formas típicas endêmicas
	Carências de vitamina B2 - ariboflavinose	Formas típicas endêmicas
	Carências de ferro - anemias alimentares	Formas típicas endêmicas
	Carências de cloreto de sódio	Formas frustas e em crises epidêmicas
	Carências de vitamina B1	Formas frustas e em crises epidêmicas
	Carências de vitamina A (hemeralopia xerose, xeroftalmia e querotomalacia)	Formas típicas endêmicas
	Carências de ácido nicotínico - pelagra	
	Carências de cálcio sem manifestações de raquitismo	Formas frustas
	Carências de vitamina C - escorbuto	

Área	Estado nutricional	Manifestação carencial
<b>3. Sertão Nordestino</b>	Carências de iodo - bócio cretínico	Formas típicas - casos esporádicos
	Carências de vitamina A (hemeralopia xerose, xeroftalmia e querotomalacia)	
	Carências de cloreto de sódio	
	Carências de ferro - anemias alimentares	
	Carências protéicas	Formas típicas - crises epidêmicas
	Carências de ácido nicotínico - pelagra	
	Carências de vitamina B2 - ariboflavinose	
	Carências de vitamina B1	
	Carências de cálcio sem manifestações de raquitismo	
	Carências de vitamina C - escorbuto	

<sup>9</sup> Frustró: "Malogrado; incompleto, que não chegou a desenvolver-se; *Med.* Diz-se da forma benigna ou incompleta de uma doença". Fonte: BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1969; FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Folha de São Paulo / Editora Nova Fronteira, 1995.

Área	Estado nutricional	Manifestação carencial
4. Centro-Oeste	Carências de iodo - bócio cretínico	Formas típicas endêmicas
	Carências de ferro - anemias alimentares	Formas típicas - casos esporádicos
	Carências protéicas	
	Carências de vitamina A (hemeralopia xerose, xerofalmlia e querotomalacia)	Formas frustas
	Carências de vitamina C - escorbuto	
	Carências de ácido nicotínico - pelagra	
	Carências de vitamina B2 - ariboflavinose	
	Carências de cálcio sem manifestações de raquitismo	
Carências de vitamina B1	Formas frustas; casos esporádicos	
Carências de cloreto de sódio	Formas típicas - casos esporádicos	

Área	Estado nutricional	Manifestação carencial
5. Extremo Sul	Carências de vitamina D - raquitismo	Formas típicas - casos esporádicos
	Carências de iodo - bócio cretínico	Formas típicas endêmicas
	Carências de ferro - anemias alimentares	Formas frustas
	Carências de vitamina B2 - ariboflavinose	
	Carências de ácido nicotínico - pelagra	
	Carências de vitamina C - escorbuto	
	Carências de vitamina A (hemeralopia xerose, xerofalmlia e querotomalacia)	
	Carências de cálcio sem manifestações de raquitismo	

Fonte: Castro, 2003b, p. 38 (Áreas: 1. Amazônica; 2. Nordeste Açucareiro; 3. Sertão Nordestino; 4. Centro-Oeste; 5. Extremo Sul). Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

Ao se observar o mapa produzido por Castro (2003b), Figura 2, constata-se que o autor relacionou um total de onze tipos de carências nutricionais que se espalham pelo Brasil, dividido em cinco áreas alimentares.

Mesmo situando o “Extremo Sul” (equivalente às regiões Sul e porção do Sudeste) livre das carências protéicas, da falta de sal e da vitamina B1 o autor faz uma ressalva de que “os inquéritos realizados em diferentes pontos da área do Sul têm mostrado que as dietas são, sob diferentes aspectos, incompletas e impróprias” e, mais adiante, complementa: “embora libertadas em sua maioria das formas mais graves da fome, estão no entanto longe de gozar os benefícios de um metabolismo perfeitamente equilibrado” (CASTRO, 2003b, p. 261-262).

Atualmente, sabe-se que estudos baseados apenas em carências nutricionais não são indicativos completos da presença da fome em determinado lugar (BATISTA FILHO; BATISTA, 2003). São importantes complementos para a constatação do fenômeno famélico, no entanto, a literatura apresenta casos onde a

deficiência de nutrientes não está diretamente relacionada com a falta de comida e, assim, conseqüentemente, com a fome.

Contudo, no Brasil dos anos 1940, efetuar um mapeamento das deficiências nutricionais e alimentares tal qual Josué de Castro (2003b) elaborou, sem dúvida, foi uma grande feito. Desse feito, a maior ênfase de seu livro, a pormenorização das carências alimentares com suas conseqüências médicas, é dada às áreas as quais ele considerava como “áreas de fome”, especificadamente, Amazônia e Nordeste (“Açucareiro” e “Sertão”).

### **6.1. A Amazônia de Josué de Castro**

O objetivo maior destas linhas é o de fazer uma releitura sobre a questão da alimentação na Amazônia a partir de *Geografia da Fome*. Contudo, mesmo um estudo sobre as condições nutricionais da população amazônica não pode ignorar a presença da floresta e suas implicações sobre a vida das pessoas que lá habitam. Dessa forma, discorreu Castro (2003b) sobre a Amazônia. No entanto, algumas de suas idéias, poderiam, nos dias de hoje, polemizar profundamente com a vertente ambientalista que luta pela conservação e/ou preservação daquela região. Acompanhe, na visão do autor, os obstáculos que o meio natural oferece ao processo de colonização da Amazônia:

Assim se apresenta o caso da conquista econômica da Amazônia: luta do homem contra a floresta e contra a água. Contra o excesso de vitalidade da floresta e contra a desordenada abundancia da água dos seus rios. Água e floresta que parecem ter feito um pacto de natureza ecológica, para se apoderarem de todos os domínios da região. O homem tem que lutar de maneira constante contra esta floresta que superocupou todo o solo descoberto e que oprime e asfixia toda a fauna terrestre, inclusive o homem, sob o peso opressor de suas sombras densas, das densas copas verdes dos seus milhares de espécimes vegetais, do denso bafo de sua transpiração. Luta contra a água dos rios que transbordam com violência, contra a água das chuvas intermináveis, contra o vapor d'água da atmosfera, que da mofo e que corrompe os viveres. Contra a água estagnada das lagoas, dos igapós e dos igarapés. Contra a correnteza. Contra a pororoca. Enfim, contra todos os exageros e desmandos da água fazendo e desfazendo a terra. Fertilizando-a e

despojando-a de seus elementos de vida. Criando ilhas e mares interiores numa geografia de perpetua improvisação, ao sabor de suas violências (CASTRO, 2003b, p. 83).

A seguir, Castro indica quais seriam as táticas para vencer a luta contra a floresta:

Para vencer a força desadornada da natureza ainda em formação, para abrir algumas brechas nesses cerrados batalhões de árvores inexpugnáveis, seria necessária uma sábia estratégia do elemento humano. Seria preciso, antes de tudo, que ele concentrasse as suas forças. Que se agrupasse em zonas limitadas e desencadeasse nesses pontos estratégicos a luta contra a floresta. Infelizmente isto não se fez. O povoamento amazônico foi conduzido de maneira dispersiva, sem nenhuma tática para a luta a ferir-se e, portanto, previamente condenado ao fracasso (CASTRO, 2003b, p. 83).

Para lavrar as linhas anteriores, Castro buscou subsídios em *L'Homme et la Forêt*, de Pierre Défontaines, um dos discípulos de Paul Vidal de La Blache, criador da escola francesa de geografia e da corrente denominada possibilismo, segundo a qual a natureza ofereceria os meios para o desenvolvimento da ação humana, mas, caberia a cada povo saber aproveitar as “possibilidades” oferecidas pelo meio natural. Disto resultaria o grau/diferenciação de desenvolvimento dos vários povos do mundo, chamado por Vidal de La Blache de “gêneros de vida” (MORAES, 1987; SANTOS, 1986; SODRÉ, 1987).

Josué de Castro foi fortemente influenciado pela geografia francesa. Tanto que incorporou ao seu discurso sobre a Amazônia a expressão Lablachiana da “luta do homem contra o meio”. Observe-se essa passagem em *Geografia da Fome*:

A conquista de qualquer tipo de terra pela colonização é sempre o resultado de uma luta lenta e tenaz entre o homem e os obstáculos do meio geográfico. Entre a força criadora do elemento humano e as resistências dos fatores naturais. Na paisagem virgem, o homem é sempre um intruso que só se pode manter pela força (CASTRO, 2003b, p. 82).

Encontramos semelhante discurso em Vidal de La Blache, acompanhe:

Criando instrumentos, o homem obedeceu a uma intenção; aplicando-os de forma a mais aperfeiçoar as suas armas, os seus utensílios de caça, de pesca ou de cultura, as paragens onde podia colocar em segurança a sua pessoa e os seus bens, seus utensílios domésticos ou seus ornamentos de luxo, foi guiado por um desejo de apropriação mais preciso a um fim determinado. Nas diferentes

condições de meio em que se encontrou colocado tendo, em primeiro lugar, que assegurar a sua existência, concentrou tudo o que existia nele de habilidade e de engenhosidade sobre esse fim. [...] Assim, através dos materiais que a natureza lhe fornecia, por vezes a despeito de sua resistência e de suas insuficiências, o homem obedeceu a intenções, realizou arte. Obedecendo aos impulsos e ao próprio gosto, ele humanizou ao seu uso a natureza ambiente (VIDAL DE LA BLACHE, 1948, p. 200 apud SODRÉ, 1987, p. 90).

Com essa visão, não é de se estranhar que logo nas primeiras páginas de seu estudo sobre a Amazônia, Castro refira-se a baixa densidade populacional como “a primeira tragédia geográfica da região”:

Dentro da grandeza impenetrável do meio geográfico, vive este punhado de gente esmagado pelas forças da natureza, sem que possa reagir contra os obstáculos opressores do meio, por falta de recursos técnicos, só alcançáveis com a formação de núcleos demográficos de bem mais acentuada densidade. Núcleos que pudessem atuar por sua força colonizadora como verdadeiros fatores geográficos, alterando a paisagem natural, modelando e polindo as suas mais duras arestas, amaciando os seus rigores excessivos a serviço das necessidades biológicas e sociais do elemento humano. Sem forças suficientes para dominar o meio ambiente, para utilizar as possibilidades da terra, organizando um sistema de economia produtiva, as populações regionais têm vivido até hoje, no Amazonas, quase que exclusivamente num regime de economia destrutiva. Da simples coleta dos produtos nativos, da caça e da pesca. Da colheita de sementes silvestres, de frutos, de raízes e de cascas de árvores. Do látex, dos óleos e das resinas vegetais (CASTRO, 2003b, p. 42).

Algumas das ações referidas por Castro como de economia destrutiva (coleta de produtos nativos, colheita de sementes silvestres, frutos, raízes, cascas de árvores, látex, óleos e resinas vegetais) são tidas, hoje em dia, como meios de se garantir a sustentabilidade tanto da floresta quanto das populações locais.

Entretanto, devemos levar em consideração que nos anos 1940 a questão ambiental apenas engatinhava. Ribeiro (2001) aponta que a primeira ação internacional voltada para a temática ambiental ocorreu em 1949 com a realização da “Conferência das Nações Unidas para a Conservação e Utilização dos Recursos”, mas, segundo o mesmo autor, a reunião mais importante para o temário ambiental aconteceu somente em 1968, na cidade de Paris (França), e ficou mundialmente conhecida como “Conferência da Biosfera”.

Mesmo tratando a floresta como um meio hostil quase inexpugnável, Castro

(2003b, p. 46) alterna momentos em que sugere a completa “higienização” de todo o vale amazônico (por meio do uso de repelentes e inseticidas) a momentos em que denuncia a prática predatória da caça as tartarugas e da destruição da fauna aquática: “a enorme riqueza em quelônios do Amazonas vem infelizmente decrescendo muito pela devastação que a espécie tem sofrido”; “idêntica conduta destrutiva tem sido mantida para várias espécies de peixes da região”. Ele ainda defende um “desenvolvimento sustentável” para a Amazônia nos mesmos moldes ambientalistas da atualidade:

[...] seria no entanto possível vencer tais dificuldades e desenvolver o povoamento da região desde que sua colonização fosse realizada dentro de um plano de aproveitamento racional e não de intempestiva destruição. Destruição da riqueza vegetal com as seringueiras sangradas até a última gota de seu látex, com os peixes e as tartarugas destruídos sem discernimento, quase até o extermínio das espécies. Sem nenhuma preocupação de melhorar os processos de agricultura primitiva nem de ampliar a sua área de cultivo (CASTRO, 2003b, p. 81-82).

Quanto a questão nutricional, dentre os fatores que Castro (2003b, p. 50) atribui a região amazônica para defini-la coma “área de fome” está a monotonia da dieta alimentar, constituída de “farinha de mandioca, um pouco de feijão e de arroz [...] peixes, crustáceos, carnes e ovos de tartaruga e tracajá. [...] o consumo de verdura e de legumes verdes sempre foi muito baixo nessa região”.

A carne bovina para Castro (2003b) é exígua na região. Aparece apenas em pequenas quantidades e na forma de charque (seca e salgada). Segundo o estudioso o motivo é que “a floresta é um obstáculo a criação de gado”. Também o leite e seus derivados são escassos na região. De acordo com a narrativa de Castro (2003b, p. 48), em Belém, no ano de 1950, o consumo diário de leite<sup>10</sup> era de 20 gramas por pessoa, bastante inferior ao consumo médio de 600 gramas, apontado por ele, para os Estados Unidos.

Igualmente havia dificuldade na obtenção de carne de frango e ovos porque os terrenos alagadiços dificultavam a criação das aves domésticas. A carne fresca

---

<sup>10</sup> Interessante observar que Vidal de La Blache procurava estabelecer uma relação causal entre desenvolvimento das cidades e aumento do consumo de leite: “porque o consumo desses produtos cresce sem cessar, não somente nas regiões em que constituem uma cultura natural, mas por toda parte onde vai se multiplicando e crescendo a vida urbana, a produção de leite e o desenvolvimento das cidades aparecem como dois fatos sincrônicos e conexos” (VIDAL DE LA BLACHE, 1948, p. 50 apud SODRÉ, 1987, p. 99).

era somente obtida a partir da caça (carne de anta, de pato bravo, de macaco ou de peixe) e mesmo assim restrita às populações ribeirinhas.

Semelhante limitação ocorria com as frutas amazonenses. Conforme Castro (2003b, p. 51), “a riqueza natural em outras frutas é muito escassa, sendo mais lenda que realidade a abundância frutífera da floresta tropical”. Contudo, ele destaca as qualidades nutricionais do buriti e do açaí, frutas oleaginosas com alta concentração de vitamina A.

Pelo conjunto de todos esses fatores limitantes à alimentação é que Josué de Castro (2003b, p. 52) afirmou que a população amazônica vivia em “estado de anorexia crônica”. Na época, ele escreveu: “o que um homem come durante um dia inteiro não daria para uma só refeição dos habitantes de outras áreas climáticas, condicionadora de hábitos diferentes”. Adiante, complementa:

Trata-se de uma alimentação incompleta, com deficiências de elementos nutritivos das mais variadas categorias. Deficiências em proteínas, sais minerais e em vitaminas. O déficit protéico resulta da quase ausência absoluta, no regime dessa gente, de fontes de proteínas animais: carne, leite, queijo e ovos. Proteínas completas capazes de fornecer ao organismo os diferentes ácidos aminados de que ele necessita para a formação de seu próprio protoplasma vivo (CASTRO, 2003, p. 56).

Castro (2003b) atribui a deficiência da alimentação dos moradores da região amazônica como causadora de diversas e diferentes enfermidades. Observe-se a relação dessas carências nutricionais com suas possíveis causas e conseqüências:

- |                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| • Deficiência de cálcio | <p>Causas: pobreza do solo em cálcio (águas e alimentos, conseqüentemente, pobres em cálcio); fontes alimentares ricas em cálcio como leite e queijo quase não entram nos hábitos alimentares da população.</p> <p>Conseqüências: grande incidência de caries dentárias (áreas urbanas em populações mestiçadas de índios com brancos; diminuição na área rural).</p> |
| • Deficiência protéica  | <p>Causas: carência de proteínas de origem animal.</p> <p>Conseqüências: crescimento insuficiente, estatura abaixo do normal.</p>                                                                                                                                                                                                                                     |

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deficiência de cloreto de sódio</li> </ul>	<p>Causas: fatores naturais (transpiração excessiva, devido ao clima equatorial, que espolia o organismo em extremo das suas reservas de sal) e culturais (hábitos e tradições indígenas da alimentação com pouco ou nenhum sal)</p> <p>Conseqüências: esgotamento neuromuscular e fadiga rápida; insuficiência supra-renal climática.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deficiência de vitamina B1 (tiamina)</li> </ul>	<p>Causas: ausência de cereais integrais na alimentação regional.</p> <p>Conseqüências: fenômenos gastrointestinais e nervosos: anorexias, palpitações, câibras, irritabilidade, perda de memória, insônia; beribéri.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deficiência de ferro</li> </ul>	<p>Causas: escassez de plantas que sejam fontes de ferro; verminoses.</p> <p>Conseqüências: anemia; geofagia<sup>11</sup>.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deficiência de vitamina A</li> </ul>	<p>Causas: regime alimentar magro. Pouca ingestão de gorduras animais, leite, manteiga e folhas verdes.</p> <p>Conseqüências: falta de crescimento; visão deficiente; perturbações cutâneas (manchas escuras na pele, aumento das rugosidades - "couro de jacaré").</p>

Além de listar os problemas de saúde relacionados com a má alimentação da população amazônica, Castro (2003b) afirma, com relação às avitaminoses, que raramente elas configuram-se em casos de carências totais, na maioria das vezes, são deficiências parciais nas formas latentes e frustas.

Situação diferente ocorreu com a deficiência de vitamina B1 (tiamina) responsável pela origem e manifestação do beribéri. Apregoada como uma "típica doença de carência", ele narra, de forma bastante eloqüente, o surgimento da doença:

Levas de aventureiros seduzidos pela miragem de enriquecerem da noite para o dia, com a exploração do "ouro branco" do látex valioso que jorrava como sangue das seringueiras feridas em todo o vale amazônico. A floresta virgem cobrou caro a ousadia desses pioneiros que tentavam arrancar a riqueza maldita do seio da selva tropical. E a sua vingança predileta fora exatamente o beribéri.

<sup>11</sup> Geofagia: hábito de comer terra. Fonte: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Folha de São Paulo / Editora Nova Fronteira, 1995.



A maior parte dos desbravadores da borracha que ali chegavam, atraídos pelo *rush* do produto, foi derrubada pela terrível doença. Chegavam dispostos e cheios de entusiasmo, vindos a maior parte deles das terras secas do sertão do Nordeste e deslumbrados com a abundância de água da região. Metiam-se mato adentro pelas estradas dos seringais. Sangravam as seringueiras e recolhiam o seu precioso leite. Defumavam a borracha. Vendiam o produto por preço fabuloso. E quando estavam se sentindo donos do mundo, começavam a sentir o chão fugindo de seus pés, a sentir as pernas moles e bambas, a dormência subindo dos pés à barriga. Uma cinta apertando-lhes o peito como uma garra. Era o beribéri chegando, tomando conta do corpo, roendo-lhes os nervos, acabando com a vitalidade do aventureiro nordestino. O nômade que tinha atravessado léguas e léguas a pé, distâncias intermináveis por picadas, rios, igarapés e paranás, vencendo como um bravo todos os obstáculos, tinha que se entregar sem resistência ao golpe terrível do beribéri (CASTRO, 2003, p. 73-74).

Não menos eloqüente também, é a descrição do aparecimento da doença no corpo humano:

Daí em diante ou vinham as inchações, as terríveis hidropisias, ficando os membros com a pele esticada e brilhante, porejando linfa - pernas de cristal -, ou murchava tudo, dessecando-se as massas musculares, fundindo-se a carne por encanto como se estivesse sendo comida com violência pela própria doença (CASTRO, 2003b, p. 74).

Categoricamente, Castro (2003b) afirma que a origem do mal tem sua base em “fenômenos econômico-sociais bem caracterizados”. Segundo ele, com a valorização da borracha (surto econômico) a população nativa e imigrante voltou-se para a atividade da coleta do látex. Disso resultou o abandono das atividades tradicionais de pesca, da prática agrícola e da criação do rebanho bovino. Como os gêneros alimentícios locais ficaram escassos, a comida do contingente envolvido com a borracha passou a ser importada de outros lugares. Deste modo, ele descreve a situação da alimentação do seringueiro:

Passou a ser constituída quase que exclusivamente de alimentos secos, de conservas importadas de terras distantes. O regime alimentar do seringueiro era composto de carne-seca ou charque, *corned-beef*, feijão empedrado ou bichado, farinha-d’água, arroz sem casca, conservas em lata, doce, chocolate e bebidas alcoólicas, importadas diretamente da Europa. Regime impróprio, carente de alimentos frescos e muito semelhante ao dos antigos veleiros, onde o beribéri grassou a solta, não é de admirar que desse lugar ao surto do mal que deu (CASTRO, 2003b, p. 75).

Pela descritiva de Josué de Castro, borracha e beribéri andaram lado a lado. Para ele, a partir do momento em que a economia da borracha entrou em declínio o mesmo ocorreu com beribéri “quando o ciclo da borracha se encerrou, o produto vindo a representar menos de 10% do volume da exportação brasileira, o beribéri desapareceu da região da borracha” (CASTRO, 2003, p. 75). A justificativa para tal ocorrência seria:

É que, sem o excesso de dinheiro para queimar à toa, para comprar bebidas finas e *corned-beef* inglês, o homem da Amazônia teve que voltar a seus antigos misteres da era de antes da borracha. À sua caça, à sua pesca, à sua colheita de raízes e frutos silvestres, à sua agricultura incipiente. Agricultura rudimentar, mas capaz de fornecer alguns produtos frescos: milho, feijão verde, favas e legumes que, com os produtos da colheita nativa, melhoram muito seu padrão de dieta, anulando a carência e exterminando, deste modo, o beribéri (CASTRO, 2003b, p. 75).

Quantos sucumbiram a este mal, afinal? Castro afirma que não existem estatísticas que possam precisar o número certo de vítimas, mas, de acordo com ele, baseado nas crônicas da história da borracha, “se pode concluir que pelo menos 50% da população flutuante da Amazônia foram atingidos por esse tipo de carência alimentar” (CASTRO, 2003b, p. 74). Ele ainda assegura que a epidemia de beribéri ceifou tantas vidas que se transformou em um dos fatores da não consolidação da economia amazônica.

Sobre o declínio da produção de borracha, o historiador Caio Prado Junior (1998), em seu notável livro - “Historia Econômica do Brasil”, também comenta sobre a escassez de mão-de-obra para os seringais, razão pela qual os seringalistas (donos dos seringais) lançavam mão de diversos ardis e meios espúrios para manter o trabalhador enfiado na floresta. Entretanto, para o autor, as razões do declínio da economia da borracha foram outros. A começar, o autor classifica a exploração da borracha como um processo bastante rudimentar quanto aos seus aspectos técnicos, econômicos e sociais consistindo-se apenas na colheita do látex da seringueira e seu posterior despacho para o exterior.

Dessa forma, praticava-se uma exploração predatória das seringueiras. Cada árvore do ouro branco era submetida à extração de seu precioso látex até a sua completa destruição. À medida que cada árvore esgotava o seu potencial buscavam-se outras cada vez mais distantes e mais dispersas, quase inacessíveis.

Essa prática destrutiva é comentada por Caio Prado (1998, p. 239): “era evidente a ruína que se preparava para curto prazo. Porém os preços altos da borracha e o trabalho miseravelmente pago disfarçavam essa realidade”.

Contudo, o grande golpe na produção brasileira de borracha veio com a produção asiática. No último quartel do século XIX os ingleses transportaram mudas da *Hevea brasiliensis* para o sudeste asiático e as introduziram em países com condições climáticas semelhantes à Amazônia. Nesses países (Ceilão, Singapura e Malásia) procedeu-se a um regime de plantio, baseado na silvicultura, que suplantou com folga a produção extrativista brasileira. Em 1919, do total mundial de 423.000 toneladas, o Brasil contribuiu com apenas 34.000 toneladas, cerca de 8% desse total. O conjunto destes fatores levou Caio Prado a concluir que:

Não é difícil compreender esta brusca mutação do cenário econômico internacional da borracha. A concorrência que se estabeleceu era entre uma região produtora primitiva como a Amazônia, e outra que contava com todos os grandes recursos técnicos e financeiros da Inglaterra, seguida pela França e Holanda. Além disto, o Brasil nunca passara de mero produtor da matéria-prima; todo o negócio propriamente da borracha, desde o financiamento e comércio até a manipulação e o consumo do produto industrializado era-lhe alheio. Estava assim inteiramente à mercê de seus concorrentes que dispunham de todos os setores e alavancas econômicas da economia da borracha (PRADO Jr., 1998, p. 239).

Quanto aos números controversos do total de vidas que pereceram por conta do beribéri, o médico sanitarista Carlos Chagas também deixou sua contribuição. Durante os meses de outubro de 1912 a março de 1913 o pesquisador, a serviço do Instituto Manguinhos do Rio de Janeiro, integrou uma expedição a região amazônica cujo objetivo era investigar as condições médico-sanitárias locais para possível saneamento com vistas a tornar possível a permanência dos trabalhadores nos seringais. Em suas anotações constam alguns relatos:

Do beri-beri é também tradicional a grande frequência e extrema gravidade no valle do Amazonas. Atribuem a essa doença a destruição total de diversas commissões militares ao Acre e também as mais mortíferas e intensas epidemias a bordo dos navios mercantes. Na lethalidade de diversas regiões do extremo Norte, o beri-beri representaria factor preponderante e delle as modalidades clinicas apresentariam anomalias surprehendentes pela extrema rapidez da sua evolução. Fala-se, mesmo, de uma condição morbida especial - "*o beri-beri galopante*", - muito frequente em alguns rios, de maxima gravidade e levando a morte no curto prazo de algumas horas (CHAGAS, 1913).

A propósito da propagação e mortandade do beribéri, Carlos Chagas (1913) afirma que “foram na Amazonia objecto de nossa mais demorada atenção [...] tivemos vasto campo para ajuizar do assumpto e sobre elle adquirir segura convicção pessoal”, após, ele sustenta que:

Sem qualquer systematisação clinica, figuram no quadro estatístico do beri-beri da amazonia as mais variadas condições morbidas. Assim é que são considerados beri-bericos esses doentes edematosos do Acre, que representam modalidades da malaria e nos quaes verificamos a ausencia de syndromes daquela polynevrite. Tambem seriam beri-bericas essas formas cerebraes da malaria com as pertubações paralyticas que as acompanham. Finalmente, a mesma interpretação defeituosa é dada ás mais variadas alterações da motilidade e da sensibilidade, prescindindo-se, para o diagnostico, dos signaes classicos que caracterisam o beri-beri e o individualisam como entidade pathologica.

E', justamente, do rio Acre, lá onde observámos aquellas formas edematosas da malaria, que a tradição faz o maior foco do beri-beri, proclamando elevadissima naquelle rio a lethalidade ocasionada por essa doença. Ahi fizemos observações bem demoradas e, do beri-beri verdadeiro, não foram muitos os casos que verificámos. Existe, sem duvida, no Acre e em outras regiões do Amazonas, o beri-beri com expressão symptomatica que o individualisa; a sua gravidade e excepcional frequencia, porem, constituem dados que as nossas pesquisas não puderam confirmar, sinão interpretar como resultantes de apreciações defeituosas (CHAGAS, 1913).

Mesmo sobre a modalidade “galopante” do beribéri, o sanitaria testemunha que “procuramal-o com o maximo de curiosidade por toda a parte, obstinado mesmo na convicção da sua existência”, porém, somente encontrou algo que condizia com as histórias que reinavam nos seringais nos hospitais de Manaus em pacientes que apresentavam um quadro clínico de edemas generalizados. Após analisar aqueles doentes ele que assegurou que “nada resultou de positivo” para concluiu da seguinte forma: “acreditamos que o *beri-beri galopante*, como entidade autonoma, ocasionando epidemias mortiferas nos rios da Amazonia, constitue um mytho insubistente á analyse epidemiologica exacta daquellas regiões” (CHAGAS, 1913).

Também merece constar o relatório que o diretor do Instituto Manguinhos, o sanitaria Oswaldo Cruz (1913), enviou, ao Senhor Pedro de Toledo, “Ministro da Agricultura, Industria e Commercio”. Nele estava o relato do beribéri na Amazônia:

A questão do beri-beri, do beri-beri fulminante, galopante, que envolve em véos de trevas e terror a nosologia da região, e a que se tem attribuido as maiores hecatombes e contra o qual nada havia, é lenda que a observação cuidadosa e scientifica acaba de fazer cahir.

Que possa existir beri-beri na Amazonia, não se discute, mas os casos são relativamente raros, não constituem flagello especial. O que se atribuía a beri-beri deve ser levado ao acervo do impudismo, que se apresenta sob modalidade nova, que a comissão estudou com o possível cuidado e cuja solução final depende de observações mais demoradas em que o factor – tempo – deve entrar com contingente maior (CRUZ, 1913).

Se a extensão e profundidade do surto de beribéri na Amazônia foi algo difícil de se estimar, no entanto Josué de Castro bem sentenciou quando afirmou ser aquela moléstia uma “típica doença de carência”. Suas palavras se comprovam nos dias atuais com o recente surto da doença que acometeu parte da população do estado do Maranhão nos anos de 2006 e 2007.

Segundo dados do Ministério da Saúde (BRASIL, M. S., 2007), em 2006 foram registrados 281 casos de beribéri e 38 óbitos em 28 municípios do Maranhão. Na época constituiu-se um grupo de estudo formado pelas Secretarias Estadual e municipais daquele estado e mais técnicos do Ministério da Saúde.

Logo se apontaram as causas para a “Síndrome do Beribéri”. Além da deficiência de vitamina B1, os seguintes fatores de risco foram associados ao aparecimento da doença: “gênero (masculino), atividade física intensa e o consumo de bebida alcoólica”. As medidas emergenciais adotadas para conter a expansão da doença compreendiam o “tratamento dos pacientes, incluindo o uso de Vitamina B1; distribuição de Vitamina B1 para a população sob risco; distribuição de *cesta básica* e implantação da *vigilância nutricional*” (BRASIL, M. S., 2007, grifo nosso).

Em 2007, apesar das medidas adotadas, no primeiro semestre daquele ano, foram registrados mais 240 casos de beribéri no Maranhão com quatro óbitos. Houve também registros de casos nos estados de Tocantins e do Pará. Levantou-se a hipótese da doença ter origem tóxica ou infecciosa por meio da comprovação laboratorial do fungo *Penicillium citreonigrum* encontrado em amostras de arroz coletadas em lavouras e beneficiadoras. Acerca dessa dúvida, a publicação do Ministério da Saúde traz o seguinte comentário:

Com estas novas informações, passou-se a considerar a hipótese de que este evento inusitado no Maranhão seja de etiologia tóxica, decorrente de ingestão de citreoviridina. Esta substância interfere no metabolismo do tecido nervoso e muscular, competindo com a absorção de Vitamina B1 pelas células destes tecidos. Desta forma, o quadro clínico apresentado é de Beri-béri e associa-se com a baixa ingestão de Vitamina B1, ainda que não seja exclusivamente dependente deste.

[...] Paralelamente e considerando o caráter inusitado e pouco conhecido na comunidade científica deste evento, estão sendo realizadas colaborações com instituições e pesquisadores nacionais e internacionais (BRASIL, M. S., 2007).

Embora, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) associaram o aparecimento da doença a propagação de fungos e microtoxinas causadas pela umidade nos armazéns de arroz (SANTOS; FIGUEIREDO, 2008); Lira e Andrade (2008), professores do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, apresentam outros fatores para o surgimento do beribéri no Maranhão:

Um outro aspecto relevante refere-se à origem da epidemia na suas dimensões ecológica, social e econômica. Nas últimas décadas, o desenvolvimento nessa região tem priorizado o desmatamento extenso com intensificação da plantação de eucalipto para atender mineradoras e madeireiras instaladas na área, além da agropecuária extensiva, em detrimento da produção de alimentos básicos, principalmente arroz, feijão, milho, mandioca e de frutos nativos como castanhas, babaçu e buriti, trazendo como consequência a desestruturação da economia local, ampliando a desigualdade social, comprometendo o acesso aos alimentos e a qualidade de vida da população (LIRA; ANDRADE, 2008).

Mesmo que a eclosão do surto de beribéri no Maranhão seja de origem tóxica não pode se descartar o fator carencial, simplesmente, porque o Maranhão figura entre os estados com os piores indicadores sociais do Brasil; exemplo disso é a estimativa de que 69% de seus domicílios apresentam-se em situação de insegurança alimentar, destes, 18% estão na condição de insegurança alimentar grave - correspondente à presença da fome no domicílio (IBGE, 2006). Com esse quadro social uma sintomatologia de beribéri por deficiência nutricional torna-se uma realidade bastante plausível.

A atividade física intensa também deve ser salientada como fator de risco do beribéri no Maranhão, pois, 56% da mão-de-obra masculina, com mais de 10 anos de idade, está empregada em atividades que exigem diariamente grande esforço físico (45% dos trabalhadores na agricultura e outros 10,8% na construção civil).

Como referencial comparativo dessa mesma situação temos o estado de São Paulo com 18,4% dos trabalhadores empregados nestes dois setores; e o estado de Santa Catarina (que possui o maior taxa de domicílios em estado de segurança

alimentar - cerca de 83%) com 30,9% de sua força de trabalho na agricultura e construção civil (IBGE, 2006; 2008a).

Com pessoas em permanente estado de fome e submetidas diariamente a estafantes jornadas de trabalho, o beribéri não deveria ser o único problema de saúde pública a ser investigado no Maranhão e na Amazônia.

Outras enfermidades. ocorrentes na região amazônica são descritas pelo pesquisador da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) Ulisses Confalonieri (2005) em um interessante trabalho onde se relaciona paisagens com doenças. O autor identifica três tipos de paisagens<sup>12</sup>: natural, antropizadas e construídas. A sua justificativa para a classificação das áreas baseia-se no uso da terra:

A cada uma destas grandes categorias correspondem subcategorias, definidas principalmente pelas formas de uso da terra. O "uso da terra" é um conceito essencialmente econômico e relaciona-se aos aspectos espaciais de todas as atividades humanas sobre a terra e às formas por meio das quais a superfície terrestre é, ou pode ser, adaptada para servir às necessidades humanas (CONFALONIERI, 2005, p. 225).

Na categoria da "paisagem natural" o autor situa a "população tradicional rural", sujeita a doenças "resultantes da exposição humana em atividades de subsistência, ou, simplesmente, pela proximidade e contato direto com os elementos do meio natural (vegetação; solo; animais; água etc.)". As possíveis enfermidades são:

**Paisagem Natural**

- infecções por arbovírus silvestres (febre amarela, Oropouche, Mayaro etc.);
- oncocercose (endêmica entre os indígenas Yanomami);
- acidentes por insetos peçonhentos, como a pararamose e contatos com larvas de *Lonomia sp*;
- blastomicose queiloideana de Jorge Lobo;
- gastroenterites de veiculação hídrica;
- ictismo (contacto com peixes venenosos e peçonhentos);
- doença de Chagas;
- hepatites virais no sudeste Amazônico;
- helmintoses como a hidatidose policística e a lagoquilascaríase;
- leishmaniose tegumentar americana;
- malária (CONFALONIERI, 2005, P. 225-226).

<sup>12</sup> Confalonieri (2005) define paisagem como sendo "um mosaico onde a mistura de ecossistemas locais e usos da terra se repete, de forma similar, por áreas de quilômetros de extensão" (FORMAN, R. T. T. *Land Mosaics. The Ecology of Landscapes and Regions*. Cambridge University Press, 1995).

No segundo cenário de Confalonieri (2005, P. 227), a “paisagem antropizada” é composta pelas atividades agropecuárias, áreas de garimpo, barragens, exploração madeireira, assentamentos rurais etc. São áreas ocupadas por migrantes oriundos de outras partes do país sem experiências anteriores com os ambientes e culturas amazônicas. As doenças relacionadas são:

**Paisagens antropizadas**

- malária, transmitida por mosquitos silvestres ou adaptados ao meio modificado;
- viroses silvestres que "transbordam" dos ecossistemas para as periferias urbanas (febre de Oropouche);
- efeitos respiratórios de fumaça de queimadas;
- contaminação mercurial em áreas poluídas por garimpos de ouro;
- infecções endêmicas em periferias urbanas, transmitidas por vetores oriundos das florestas próximas (por exemplo: malária e leishmaniose tegumentar americana em Manaus);
- aumento da praga de mosquitos associada à formação do lago de hidroelétricas;
- ataques por morcegos hematófagos conseqüentes à depleção local da fauna de vertebrados;
- leishmaniose visceral

No terceiro ambiente listado por Confalonieri (2005, p. 228) o termo “paisagens construídas” é utilizado para designar as áreas “essencialmente urbanas, principalmente das capitais, e aquelas vinculadas a grandes projetos de infraestrutura, especialmente de mineração e petróleo”. No entanto, trata-se também de áreas antrópicas, por isso, serão chamadas de “paisagens antropizadas essencialmente urbanas”. O pesquisador relata que nestas áreas, devido às profundas transformações do meio natural, as populações estão expostas a menores riscos de doenças infecciosas e parasitárias originadas do meio natural, porque possui perfil epidemiológico predominante “das sociedades urbanizadas modernas, de outras partes do país (extra-amazônicas) e do mundo”:

**Paisagens antropizadas essencialmente urbanas**

- expostas a menores riscos de infecções focais;
- prevalência reduzida de doenças infecciosas e parasitárias, com origem nos sistemas ecológicos naturais;
- doenças circulatórias;
- endocrinopatias;
- neoplasias;
- lesões associadas à violência social e a acidentes, principalmente os de trabalho e trânsito;
- efeitos da poluição atmosférica e sonora;



Confalonieri (2005) ainda alerta sobre a ocorrência de casos de natureza infecciosa e parasitária como leptospirose e dengue nas periferias urbanas, carentes de equipamentos urbanos (saneamento). O pesquisador da Fiocruz informa que a incidência da malária ocorre nas três situações paisagísticas descritas.

Segundo informações do Ministério da Saúde, 99% dos casos de malária de todo o país se concentra na chamada Amazônia Legal (composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte dos estados do Maranhão e Mato Grosso). Em 2005 foram registrados naquela região 600.952 casos de contaminação (BRASIL, M. S., 2006).

Entre os fatores que mais contribuem para a persistência e disseminação da doença estão o desmatamento para extração de madeira e áreas de garimpo, a criação de gado, a agricultura e assentamentos não oficiais, além da construção de tanques artificiais para a piscicultura e lagos de barragens.

Apesar da presença constante da malária na Amazônia e do contemporâneo surto de beribéri no Maranhão, a situação nutricional, regra geral, quando comparada aos tempos de Josué de Castro, apresenta-se muito diferente, primeiramente porque são momentos históricos diferentes com outros instrumentais de análise e, segundo, porque os critérios de análise não devem se basear apenas na simples avaliação de “mais famintos ou menos famintos”. A esse respeito Batista Filho e Batista (2003) observam que:

Um obstáculo crucial, ao se fazer um estudo comparativo da problemática alimentar nutricional descrita por Josué de Castro e a situação prevalecente nos dias atuais, consiste em compatibilizar óticas e, sobretudo, instrumentos diferentes utilizados na avaliação dos cenários representativos, nos dois momentos históricos (Batista Filho e Batista, 2003, p. 41).

No caso da Amazônia, ocorreram fortes mudanças quanto aos aspectos nutricionais se comparado aos tempos de Josué de Castro. O consumo de carne, por exemplo, descrito por Castro (2003b) como “quase ausente” e apontado como responsável pelo deficiente fornecimento de proteínas e, por conseqüência, pela baixa estatura da população local, é hoje o maior do Brasil suplantando, inclusive, a região Sul, tradicional consumidora deste tipo de alimento.

No período 2002-2003, a região Norte apresentou um consumo domiciliar *per capita* de 18,8 quilos de carne bovina (“carnes de primeira e de segunda”), contra 16,1 kg da região Sul; bem mais que a média nacional de 13,1 kg. As regiões

Centro-Oeste e Sudeste apresentaram, respectivamente, os índices de 14,2 kg e 12,3 kg; o Nordeste apresentou o menor consumo domiciliar da proteína animal com 10,8 kg *per capita* (IBGE, 2004b).

A presença do enorme rebanho bovino da região Norte poderia ser associado ao alto consumo de carne bovina naquela parte do país, contudo, dados do IBGE (2004e) indicam que a região apresenta o segundo maior efetivo bovino do país (19,4%), atrás do Centro-Oeste (34,8%) e, praticamente, emparelhada com a região Sudeste (19,2%). As regiões Sul e Nordeste apresentam, respectivamente, os índices de 13,7% e 12,7%.

Outro exemplo significativo da mudança nutricional da região Norte é o seu consumo de leite. Castro (2003b, p. 48) aponta que o consumo diário de leite na cidade Belém em 1950 era de 20 gramas por pessoa. Um quadro bem diferente do atual. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Gado de Leite (2008) indica que o consumo brasileiro *per capita* de leite fluido em 2007 foi de 77,0 kg/ano (210 gramas/dia). Em igual período, o consumo *per capita* do mesmo tipo de leite nos Estados Unidos foi de 95,6 kg (262 gramas/dia). Índice bem superior ao fornecido por Josué de Castro, apesar do indicador da Embrapa não diferenciar o tipo de consumo, nem fornecer dados sobre consumo regional. Outros dados sobre aquisição de alimentos Brasil podem ser conferidos na Tabela 5:

**Tabela 5 - Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual, por Grandes Regiões, segundo produtos selecionados - Brasil - 2002-2003 (kg)**

Produtos	Aquisição alimentar domiciliar per capita anual (kg)					
	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
Laticínios	49,9	24,4	29,1	59,8	70,9	57,1
hortaliças	29,0	19,7	22,4	32,4	39,3	23,3
Arroz polido	24,5	26,9	20,7	27,3	18,0	34,6
Frutas	24,5	17,5	20,0	27,6	31,0	17,4
Aves	13,9	16,9	12,6	13,5	16,6	12,3
Leguminosas (feijão)	12,9	10,2	17,9	11,5	9,8	10,3
Óleos e Gorduras	10,2	8,9	7,9	11,1	11,6	12,5
Farinha de mandioca	7,8	33,8	15,3	1,4	1,0	1,4
Carne bovina (de primeira)	6,0	8,5	4,6	6,3	6,2	6,9
Farinha de trigo	5,1	2,2	1,5	3,7	18,0	3,9
Carne suína	2,9	2,5	1,4	2,7	6,8	2,9
Pescados de água doce	2,1	17,8	1,8	0,3	0,5	0,5
Pescados de água salgada	1,8	5,5	2,2	1,5	0,8	0,4
Ovos	1,7	2,5	1,8	0,1	5,5	2,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004b. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

A tabela fornece informações sobre a quantidade de alimentos que adentrou ao domicílio, mas, nada diz sobre a forma de consumo dentro de cada domicílio.

A região Norte, objeto de análise nesse momento, apresenta um menor consumo de alimentos entre as outras regiões brasileiras, apenas nos itens hortaliças e laticínios, alimentos que, juntamente com cereais e carnes, são ricos em tiamina, a vitamina responsável por evitar o surgimento ou combater o beribéri (COELHO, 2008).

O que se sobressai na região Norte é o elevado consumo de farinha de mandioca. A região consome mais que o dobro da região Nordeste e quase cinco vezes mais que a média nacional. Josué de Castro (2003b, p. 44) mesmo observara: “já vimos que o alimento básico da dieta é a farinha de mandioca [...] constitui um complemento obrigatório de quase tudo que se come na região. [...]. O seu uso mais abundante se fazia sob a forma de farofas, mingaus, beijus e bebidas fermentadas”.

Contudo, ele criticava o alto consumo da mandioca enquanto base alimentar: “Se bem que a farinha de mandioca constitua o alimento básico do regime, ela não é consumida pura, num exclusivismo que seria funesto e que tornaria o regime local, por sua deficiência, idêntico ao de certas áreas de fome da China e da Indochina” (CASTRO, 2003b, p. 45).

Algo que Castro não detalhou é que, mesmo nos tempos dos seringais, a aquisição alimentar daquela população estava condicionada ao seu poder aquisitivo. Caio Prado Junior (1998) bem escreveu sobre o sistema produtivo da borracha e suas antagônicas classes sociais: o seringueiro e o seringalista. Empregado e patrão. Ante uma descrição pormenorizada das relações de trabalho nos seringais, valem as linhas subseqüentes para sintetizar, na visão de Prado Jr., o que foi o ciclo da borracha:

Menos que uma sociedade organizada, a Amazônia destes anos de febre da borracha terá o caráter de um acampamento. Enquanto a massa da população, os trabalhadores dos seringais, dispersos e isolados, se aniquilavam nas asperezas da selva e na dura tarefa de colher a goma, os proprietários dos seringais, os comerciantes e toda esta turbamalta marginal e parasitaria de todas as sociedades deste tipo, se rolavam nos prazeres fáceis das cidades, atirando a mancheias o ouro que lhes vinha tão abundante da mata. A riqueza canalizada pela borracha não servirá para nada de sólido e ponderável (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 240).

Talvez, faltou a Josué de Castro (2003b) uma análise diferenciada das classes sociais envolvidas na “colonização” e exploração da borracha da Amazônia,

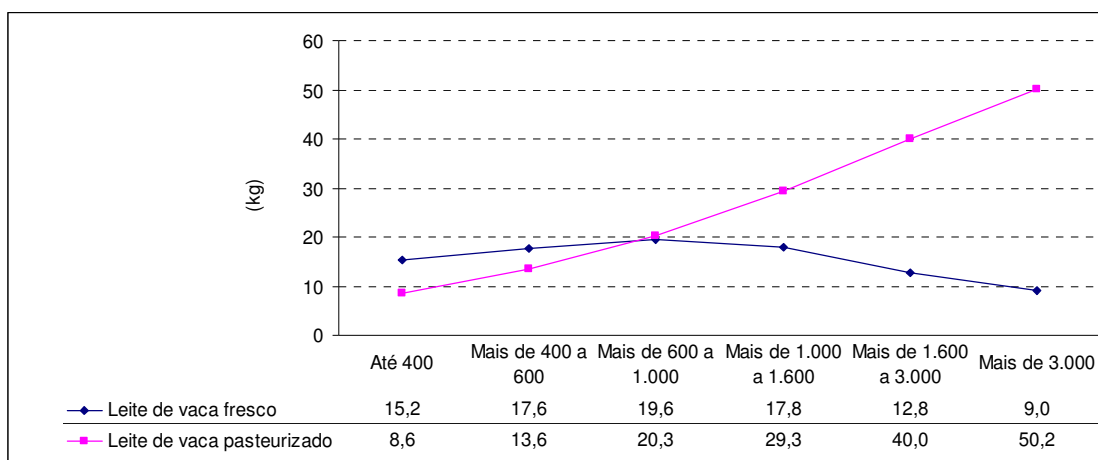
com bem as definiu seu contemporâneo Caio Prado Júnior (1998).

Deste modo, Castro (2003b) ao colocar num mesmo plano econômico e social o explorador (o seringalista, o colonizador) e o explorado (o seringueiro, o peão), transformou o antagonismo (dos interesses de classes) entre patrão e empregado na luta dos dois contra a natureza. A floresta passa a ser o único entrave do estabelecimento da “sociedade” humana na Amazônia, sendo responsabilizada, inclusive, pelas carências alimentares e conseqüentemente, pela fome na região, como demonstram suas palavras:

Que a região amazônica seja uma região de fome justifica-se até certo ponto, pela luta desigual entre o homem desarmado e as forças extremamente agressivas do meio geográfico pobre em recursos alimentares. A fome na Amazônia decorre principalmente da pobreza natural da floresta equatorial em alimentos (CASTRO, 2003b, p. 96).

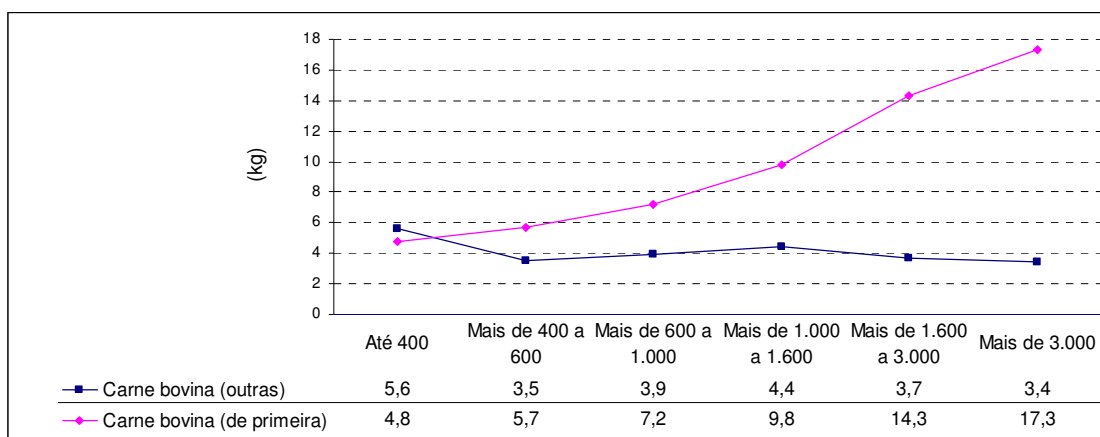
Hoje, a região amazônica tem uma enormidade de outros (os mesmos) problemas: questões ambientais, fundiárias, de furto de suas riquezas minerais e genéticas (eco/biopirataria), de sua população carentiada sob diversos aspectos.

A região Norte continua a ser uma área de carência alimentar, no entanto, não por causa da escassez de alimentos. Nesses tempos, a aquisição e mesmo a diversificação da dieta alimentar da população amazônica depende, antes de tudo, de seu poder aquisitivo. À medida que se agrega valor aos produtos os mesmos tornam-se de difícil acesso para as classes mais pobres. Observe-se nos gráficos seguintes a associação entre montante de dinheiro e aquisição de alimentos:



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004b. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

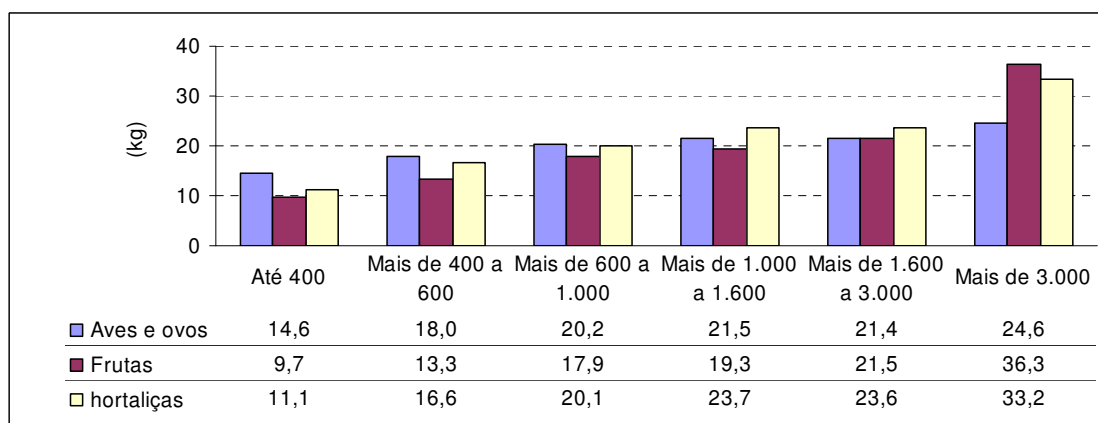
**Gráfico 9. Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual de leite de vaca (kg), por classes de rendimento monetário mensal familiar (R\$) - Região Norte - Brasil - 2002-2003**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004b. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 10. Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual de carne bovina (kg), por classes de rendimento monetário mensal familiar (R\$) - Região Norte - Brasil - 2002-2003**

Nos gráficos 9 e 10 nota-se tanto o consumo de “leite de vaca pasteurizado” quanto o de “carne bovina de primeira” estão numa relação direta com o aumento do poder aquisitivo familiar - quanto mais se ganha mais se consome. No caso da categoria “mais de 3.000 reais”, ela tem ao seu alcance uma enorme gama de produtos podendo escolher entre diversos itens, geralmente, optam pelos “de primeira”. Diferente da classe mais pobre (“até 400 reais”) onde o consumo de leite fresco e carne de bovina de segunda (“outras”) não é uma questão de escolha, mas, da capacidade financeira daquelas famílias.

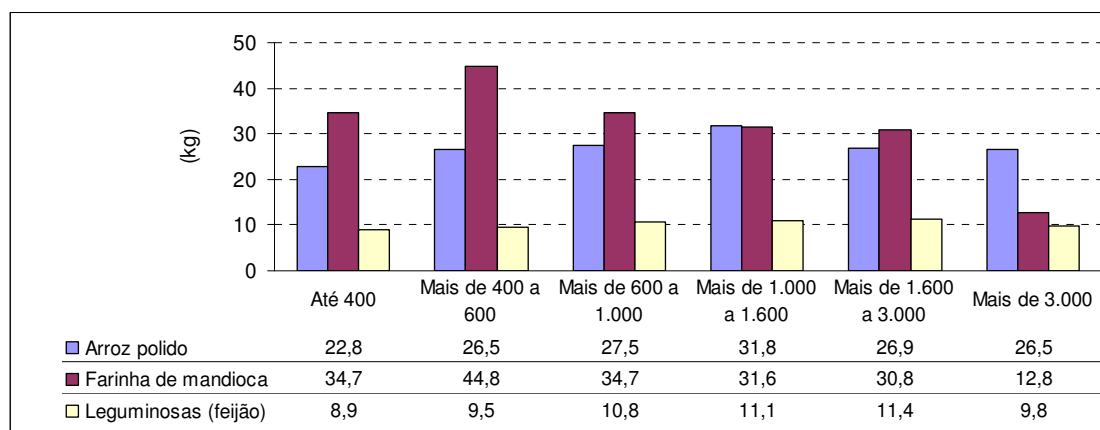


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004b. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 11. Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual de aves e ovos, hortaliças e frutas (kg), por classes de rendimento monetário mensal familiar (R\$) - Região Norte - Brasil - 2002-2003**

A aquisição de aves e ovos, frutas e hortaliças (Gráfico 11) também são exemplos da disparidade entre renda e aquisição de alimentos, pois o consumo segue no mesmo sentido do leite e da carne, ou seja, aumenta conforme a renda familiar. Com relação as frutas e hortaliças os mais ricos consomem, respectivamente, 26,6 kg e 22,1 kg a mais que os mais pobres.

Somente para alguns produtos alimentares básicos é que a aquisição dos mais pobres se aproxima dos mais ricos. É o que acontece com relação ao consumo de arroz e feijão. No Gráfico 12 observa-se que a quantidade total adquirida pelas duas classes extremas do gráfico (até 400 reais e mais de 3.000 reais) apresenta uma pequena diferença em relação ao peso total: enquanto a categoria mais rica adquiriu 26,5 kg de arroz polido e 9,8 kg de feijão no transcorrer de um ano, os mais pobres compraram, no mesmo período, 22,8 kg de arroz polido e 8,9 kg de feijão, representando uma diferença entre a aquisição de ambas as classes de apenas 3,7 kg para o arroz e 0,9 kg para o feijão. Bem diferente dos 41,6 kg de leite pasteurizado e 12,5 kg de carne bovina de primeira que os mais ricos consumiram a mais em relação aos mais pobres.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004b. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

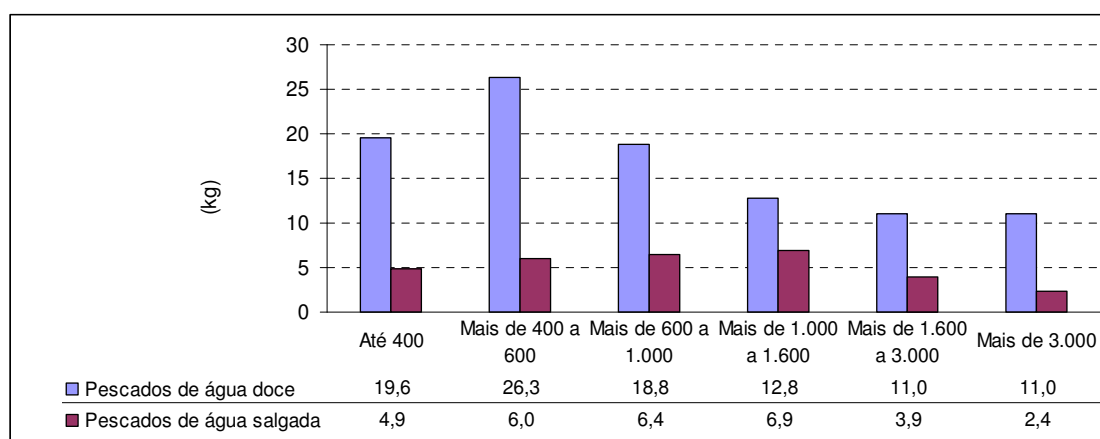
**Gráfico 12. Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual de leguminosas (feijão), arroz polido e farinha de mandioca (kg), por classes de rendimento monetário mensal familiar (R\$) - Região Norte - Brasil - 2002-2003**

A aquisição de farinha de mandioca mostra-se bastante singular; o Gráfico 12 assinala que o consumo desse produto se mantém alto (acima de 30 kg anuais) até mesmo na classe de rendimento monetário “mais de 1.600 a 3.000 reais”. A partir dela, ocorre uma sensível redução para a classe melhor posicionada financeiramente (12,8 kg anuais), entretanto, mesmo nessa classe se consome mais

farinha de mandioca do que feijão demonstrando que o seu consumo trata-se, como afirmou Josué de Castro (2003b) de um hábito cultural.

Por outro lado, o elevado consumo de farinha de mandioca na classe até 600 reais, 44,8 kg anuais (32 kg a mais que os integrantes da classe “mais de 3.000 reais), não se faz por conta dos hábitos culturais, mas, o ingrediente “baixo preço”, possivelmente, seja o fator determinante.

Além da farinha de mandioca os dois outros produtos onde os pobres consomem mais que os ricos são os pescados de água doce e de água salgada, observe-se o Gráfico 13:



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004b. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 13. Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual de pescados de água doce e pescados de água salgada (kg), por classes de rendimento mensal familiar (R\$) - Região Norte - Brasil - 2002-2003**

Os pescados, principalmente de água doce, entram na dieta da população carente porque o grande volume da produção regional barateia o custo. Observa-se que as famílias com renda até 600 reais se sobressaem com uma aquisição domiciliar *per capita* de 26,3 kg de pescados de água doce.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2008), em 2006 a região Norte respondeu por 58,8% (147.931 toneladas) de toda a pesca extrativa continental do Brasil. Geograficamente, a região Norte está situada na maior bacia hidrográfica do mundo; formada por uma rede complexa rede canais, lagos e lagoas que se estendem por milhares de quilômetros sendo responsáveis por drenar cerca de 20% de toda a água doce que chega aos oceanos (ROSS, 1995).

Mesmo as famílias ricas também são grandes consumidoras de pescados. Com uma aquisição anual de 11,0 kg o consumo de pescados de água doce nessa classe ficou atrás da carne bovina de primeira (17,3 kg) apenas em 6,3 kg.

Em termos nacionais, a região Norte, de longe, se destaca como a maior consumidora de peixes do país. A Tabela 5 mostra que o consumo domiciliar *per capita* nessa região é de 17,8 kg/ano, enquanto que a média nacional é de 2,1 kg/ano. A região Sudeste é a que menos consome, apenas 0,3 kg/ano.

Situação bastante diferente da época de Josué de Castro (2003b, p. 49). Segundo ele, o consumo de peixes estava limitado às populações que viviam as “margens dos rios, dos igarapés e das lagoas”.

Entretanto, Castro (2003b) acertou ao afirmar que a Amazônia é uma área de fome. Mesmo que os fatores que identificam a presença da fome tenham mudado. A esse respeito, Batista Filho e Batista (2003) comentam:

[...] há 55 anos, Josué de Castro considerava como áreas de endemias ou de epidemias carenciais os espaços geográficos onde mais da metade da população apresentasse evidências dietéticas, clínicas ou bioquímicas de um perfil alimentar ou estado orgânico claramente relacionado com a deficiência de energia ou de nutrientes específicos. Na realidade, a vertente alimentar era privilegiada nas descrições e análises que configuram a Geografia da Fome. Os indicadores clínicos e bioquímicos constituíam, de fato, um elenco de descritores secundários (BATISTA FILHO; BATISTA, 2003, p. 42).

Os mesmos autores fornecem, dentro do campo da nutrição, quais foram as mudanças ocorridas, nos últimos cinquenta e cinco anos, acerca das análises identificativas de situações carenciais:

Já hoje prevalecem métodos e técnicas de avaliação que ressaltam a antropometria, a clínica e os subsídios laboratoriais [...]. Assim, na apreciação de diferentes aspectos, como “déficits” antropométricos, níveis sanguíneos de nutrientes ou seus metabólicos, a tolerância para estabelecer comparações com uma população “normal” pode ser de 2,3% (dois desvios-padrão), de 3% ou de 10% (percentuais 3 e 10, respectivamente), a partir dos quais se estabelecem diferenciais de ocorrência para fins epidemiológicos. São valores substancialmente diferentes dos utilizados por Josué de Castro há 55 anos, quando a ciência da nutrição ainda ensaiava os seus primeiros passos (BATISTA FILHO; BATISTA, 2003, p. 42).

Por fim, os autores não deixam de referenciar a obra de Josué de Castro -



Geografia da Fome - como um livro singular e matricial. Para eles a importância da obra de Castro está na “convergência de saberes diversos (biológicos, antropológicos, econômicos, políticos, sociológicos) unificados pelo cimento da compreensão histórica” (BATISTA FILHO; BATISTA, 2003, p. 42).

Hoje os pesquisadores dispõem de diversos meios técnico-científicos para a identificação da fome a partir de critérios médicos e nutricionais (medidas antropométricas, dados clínicos e laboratoriais etc.), entretanto, considera-se neste trabalho que a fome, tanto na região Norte como em qualquer outra parte do Brasil, está diretamente relacionada ao poder aquisitivo da população. As informações que subsidiaram os gráficos deste tópico sustentam essa afirmação.

Ainda a esse respeito - a relação entre “mais dinheiro” igual a “mais comida”, se observa pelos gráficos impressos (de 9 a 13) que a classe com menor rendimento percebia um ganho mensal familiar de 400 reais. Considerando-se que o valor médio do salário mínimo, no período pesquisado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004b) - entre julho de 2002 e junho de 2003, era de 200 reais<sup>13</sup>, conclui-se que a menor classe da pesquisa (até 400 reais) ganhava o equivalente a dois salários mínimos.

Se com o ganho equivalente a dois salários mínimos mensais a dieta alimentar de parte da população da região Norte apresenta pouca diversificação, o que será, então, dos 15% de domicílios dessa região estimados pelo IBGE (2008a) cujo rendimento médio em 2007 ficou abaixo ou no limite de um salário mínimo?

Seguramente são essas famílias, esses 15% de um salário mínimo, que compõem os 10,9% dos domicílios que, segundo o mesmo IBGE (2006), se encontram em situação de insegurança alimentar grave na região Norte.

## 6.2. O Nordeste de Josué de Castro

Em *Geografia da Fome*, Josué de Castro (2003b) divide o Nordeste em duas áreas distintas - “o da mata e o das secas”, denominadas por ele, respectivamente,

---

<sup>13</sup> BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Maior salário mínimo nominal - 1940/2008*. [Ministério do Trabalho e Emprego > Emprego e Renda > Salário Mínimo]. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/sal\\_min/MINIMO01.pdf](http://www.mte.gov.br/sal_min/MINIMO01.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2008.

de “Nordeste Açucareiro” (correspondente a faixa litorânea, de clima úmido) e “Sertão” (com predomínio do clima tropical semi-árido, atenuado pelo contato com o clima equatorial da Amazônia) subdividido, por sua vez, em “agreste”, “caatinga” e “alto sertão”.

Tanto o Nordeste Açucareiro quanto o Sertão são consideradas “áreas de fome”, porém, diferenciadas pelo caráter e intensidade do fenômeno da fome.

A faixa litorânea é classificada como área de *fome endêmica* porque a precária alimentação da população pobre a conduz a um permanente estado de deficiência alimentar e nutricional resultando em uma “pobreza energética” e numa “miséria orgânica”, nas palavras do autor. Pelo outro lado, no Sertão Nordestino as manifestações carenciais da fome estão relacionadas aos períodos de seca, por isso, a área é classificada com de *fome epidêmica*.

Em ambas as áreas, Josué de Castro foi bastante crítico na análise dos fatores que condicionavam a vida daquela população à situação de penúria alimentar. Fatores que ainda hoje se fazem atuais.

### 6.2.1. O Nordeste Açucareiro

A região denominada por Josué de Castro como “Nordeste Açucareiro” compreende a seguinte delimitação:

Geograficamente, abrange uma estreita faixa de terrenos de decomposição e sedimentação, estendendo-se ao longo de todo o litoral do Nordeste brasileiro, do Estado da Bahia até o Ceará. Faixa com largura média de 80 quilômetros, ora se estreitando entre o mar e os tabuleiros da zona do agreste, ora se alargando em várzeas, brejos e colinas ondulantes, sem nunca ultrapassar, no entanto, a largura máxima de 30 quilômetros. Zona de solo rico e profundo e com uma relativa abundância de chuvas, era primitivamente recoberta por um revestimento de floresta do tipo tropical, não tão luxuriante e cerrada como a floresta úmida amazônica, mas por isto mesmo mais fácil de se deixar penetrar e conquistar pelo homem (CASTRO, 2003b, p. 96).

Andrade (1987) refere-se a esta área como a sub-região da Mata e Litoral Oriental cuja paisagem é marcada por quatro zonas distintas: zona litorânea, zona canavieira, zona do Recôncavo baiano e zona do cacau.

Ao comparar as condições climáticas da Amazônia e do litoral nordestino, Castro (2003b, p. 96), em detrimento do clima amazônico, alega que no litoral nordestino o clima não apresenta “o excesso de água da região amazônica”. Segundo ele, “o clima tropical [...] com um regime de chuvas de estações bem definidas, também contribui favoravelmente para o cultivo fácil e seguro de cereais, frutas, verduras e leguminosas de uma grande variedade”.

Para Conti e Furlan (1995), o litoral oriental e setentrional do Nordeste apresenta-se atípico quanto à distribuição anual de chuvas, concentradas entre março e agosto, no período de outono/inverno. Andrade (1987) destaca que os climas são do tipo quente e úmido e as temperaturas médias se apresentam acima dos 18º centígrados mesmo nos meses mais frios.

Os solos, de acordo com Andrade (1987), variam desde os arenosos, das praias e tabuleiros, aproveitados para cultivo de coqueiros, aos solos de massapé e turfa, das várzeas aluviais dos baixos cursos dos rios, utilizadas para o plantio da cana-de-açúcar.

Essa mesma cana-de-açúcar, com sua cultura em grandes latifúndios, recebe de Josué de Castro (2003b) a designação de “grave doença da economia agrária”. Segundo ele, o cultivo da cana se faz num regime de autofagia:

A cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida. E é a pura verdade. A história da economia canavieira do Nordeste, como em outras zonas de monocultura da cana, tem sido sempre uma demonstração categórica desta capacidade que tem a cana de dar muito no princípio para devorar depois quase tudo, autofagicamente (CASTRO, 2003b, p. 99).

A empreitada da introdução e desenvolvimento da monocultura canavieira, creditada por Castro (2003b) ao processo de colonização portuguesa, é chamada por ele de “aventura açucareira”:

Poucas regiões do mundo se prestam tão bem para um ensaio de natureza ecológica como a do Nordeste açucareiro, com sua típica paisagem natural, tão profundamente alterada, em seus traços geográficos fundamentais, pela ação do elemento humano. [...] teve o Nordeste a vida de seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às conseqüências de seus atos, pela paixão desvairada que dele se apoderou, de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar (CASTRO, 2003b, p. 95).

Não menos crítico, ele responsabiliza a grande concentração de terras nas mãos de poucos como o fator gerador da pobreza e da carência alimentar da população:

[...] a absorção das terras pelo latifundiarismo progrediu assustadoramente, acentuando a miséria alimentar nesta zona. Nestes últimos cinquenta anos as condições de alimentação da zona açucareira chegaram ao grau mais acentuado de pobreza, e as medidas tomadas até hoje para remediar a situação quase nada têm conseguido (CASTRO, 2003b, p103).

O latifúndio açucareiro também foi responsabilizado pela destruição da flora e da fauna e pela degradação ambiental dos cursos d'água, como podemos observar nestas passagens de Geografia da Fome (CASTRO, 2003b):

A destruição da floresta alcançou tal intensidade e se processou em tal extensão que, nesta região da chamada mata do Nordeste, por seu revestimento de árvores quase compacto, restam hoje apenas pequenos retalhos esfarrapados deste primitivo manto florestal. [...] Com a destruição da floresta contribuiu também a monocultura da cana para o empobrecimento rápido, o esgotamento violento do solo, diminuindo de um lado a renovação do seu húmus formado pela decomposição da matéria orgânica vegetal e, de outro lado, facilitando ao extremo seus processos de lavagens exageradas do solo e sua conseqüente erosão.

[...]

Mas não foi só atuando sobre as condições edáficas da região, sobre a riqueza e qualidade do solo, que o desflorestamento se constitui em fator de degradação do Nordeste, mas também fazendo minguar os recursos da fauna regional, cuja vida estava intimamente ligada à própria vida da floresta. [...] e falava-se nos veados e porcos selvagens, coelhos e antas, pacas e tatus. Estes e outros elementos da fauna nordestina foram sendo pouco a pouco dizimados, afugentados pelas coivaras, se escondendo nas nesgas de mata cada vez mais ralas, mais limitadas, até quase se extinguiem de vez.

[...]

Já na zona dos engenhos e usinas escasseiam estes recursos da fauna aquática. É verdade que as terras dos engenhos e das usinas são quase sempre atravessadas pelos rios e riachos, muitos deles com peixes e crustáceos, carapebas, camorins, jundiás e pitus que os índios utilizavam para suas muquecas, mas infelizmente também esses recursos alimentares foram devastados pela sanha destrutiva das usinas. As suas caldas, ou seja, os dejetos de suas engrenagens, com resíduos de fabricação do açúcar despejados nas águas, têm sido uma causa terrível de matança de tudo quanto é peixe, ficando os rios quase que despovoados (CASTRO, 2003b, p. 104, 108, 132).

Hoje, os relatos de Castro (2003b) sobre a degradação do ambiente natural revestem-se de um caráter de denúncia acerca da devastação e poluição ambiental, entretanto, naquele momento histórico, seu apelo era para a conservação do ambiente natural enquanto recurso alimentar:

O que é mais grave é que não foi apenas destruindo o que havia de aproveitável para a alimentação regional - riquezas da fauna, da flora e do próprio solo - que a cana foi prejudicial, mas também, e principalmente, dificultando e hostilizando em extremo a introdução de recursos outros de subsistência, que encontraria nessas terras tropicais condições as mais propícias ao seu desenvolvimento (CASTRO, 2003b, p. 108).

Obviamente, por traz da produção açucareira estavam os autores de toda aquela calamidade ambiental e social - os latifundiários. Esses, para manterem seus privilégios, não poupavam meios e esforços em perpetuar as mesmas condições fundiárias, sociais e agrícolas. Sobre essa classe social, agentes da colonização, e seus mecanismos de perpetuação no poder, Castro (2003b) escreveu:

No Brasil, a resistência dos índios abstencionistas e dos negros rebeldes dos quilombos, e mesmo dos colonos brancos e mestiços mais pobres desprovidos de terras, não deu para vencer a força opressiva do latifundiarismo. Para vencer as proibições contra a agricultura de outras utilidades e a criação de quaisquer espécies - proibições estabelecidas em cartas-régias e reforçadas ao máximo pela autoridade ilimitada dos senhores de engenho, onipotentes em seu regime de vida escravocrata e patriarcal. Homens com um ciúme de suas terras maior do que de suas mulheres e horrorizados com o perigo de que estas terras se rebaixassem devassamente a produzir qualquer outra coisa que não fosse cana. Qualquer coisa menos nobre. Seja de cultura índia ou negra - mandioca, milho, amendoim, feijão (CASTRO, 2003b, p. 118).

As palavras de Josué de Castro (2003b), décadas mais tarde, seriam, ratificadas por Celso Furtado (2001), quando, de 1959 a 1964, esteve a frente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE):

Naquela época, me recorde, visitei muitas fazendas, usinas, grandes propriedades, Perguntava: "Quanto por cento da área vocês utilizam?". "Cinqüenta por cento". "Mas, e o resto?" E eles: Não queremos produção de alimentos aqui porque o pessoal se vicia nisso, fica querendo só fazer isso". E, então, proibiam a produção de alimentos. [...] Havia uma mentalidade contra a produção de alimentos na Zona da Mata: "Ih, se puser isso aqui, vai acabar com o açúcar..." (FURTADO, 2001, p. 32).

Mesmo salientando que a narrativa de Geografia da fome era sobre a fome e suas imbricações nutricionais, Castro (2003b) não se ateve somente a essa questão. A sua crítica à cultura canavieira torna-se uma manifestação contra a concentração de terras e contra a monocultura da cana que, desde sua época, somente aumentou de área e produção.

No Brasil, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, M. A. P. A., 2007), a área plantada com cana-de-açúcar quase quadruplicou em apenas 30 anos. Saltou de 2 milhões de hectares em 1976 para 7 milhões de hectares em 2006. A produção, no mesmo período, passou de 102 milhões de toneladas para 457 milhões, representando um crescimento de mais de 400%. A produtividade, do mesmo modo, teve um grande incremento; subiu de 49 toneladas de cana colhida por hectare, em 1976, para 74 toneladas, média para todo o país.

No estado natal de Josué de Castro - Pernambuco, não foi diferente. Até meados do século XX o Estado foi o principal produtor nacional de açúcar. Andrade (2001) afirma que a produção pernambucana de açúcar em 1914 foi de 40.050 sacas de 60 kg (2.403 toneladas), distribuídas por cerca de 56 usinas. Na safra de 1934 essa produção saltou para 193.147 toneladas e o número de usinas cresceu para 66 estabelecimentos.

As décadas subseqüentes representaram momentos de altos e baixos na produção pernambucana de açúcar. Dentre os motivos estão os de origem climática (seca), os oriundos de administrações desastrosas e de disputas entre grupos da oligarquia pernambucana. Andrade (2001) narra um desses momentos ocorrido na década de 1950:

Neste período, pequenas usinas em crise encerraram as suas atividades, e foi travada uma luta entre três grupos econômicos estaduais: o da Central Barreiros, liderado pelo ex-governador, ex-ministro e ex-vice-presidente da República, Estácio Coimbra; o de Catende, que durante mais de um decênio foi a usina de maior produção de açúcar e álcool do país, liderado por Antônio Ferreira da Costa Azevedo, conhecido pelo apelido de Tenente; e o de José Pessoa de Queiroz, da usina Santa Teresinha, apoiado por uma família de comerciantes e industriais, influente no setor açucareiro, na indústria de fiação e tecelagem e na imprensa (ANDRADE, 2001).

Moura, Melo e Medeiros (2004) apontam como fatores da baixa produtividade em Pernambuco a utilização de terras pouco apropriadas, o emprego de técnicas ultrapassadas e a falta de investimento em pesquisa e desenvolvimento no setor. As

conseqüências, segundo eles, se fizeram pela deterioração dos níveis de produção, pelo fechamento de usinas, endividamento e perda de mercado. Os autores acreditam que o retorno dos incentivos e financiamentos por parte do poder público poderia mudar essa situação.

Visão diferente tem Manuel Correia de Andrade (2001). Atuante crítico do latifundiarismo em seu estado natal, ele critica a oligarquia açucareira pernambucana responsabilizando-a pelos problemas enfrentados pelo setor:

A agroindústria açucareira pernambucana permaneceu isolada de interferência de capitais do Sudeste e do exterior até os dias atuais, fato que ocorreu também, com grande intensidade, no setor têxtil e de mineração, que estiveram sempre sob o controle da oligarquia açucareira. Implantada no século XVI, manteve o controle político e econômico do estado até quase os nossos dias. Famílias tradicionais vêm controlando engenhos banguês, usinas e destilarias, contando sempre com o apoio governamental para subsidiar e financiar os seus empreendimentos. No governo republicano, os usineiros conseguiram leis que lhes facilitaram empréstimos a juros baixos e perdão de dívidas. O governo federal foi também generoso com os grupos nordestinos - fato que ocorreu também em outros estados -, fornecendo créditos e avalizando empréstimos em dólares, no exterior. Foi neste período que oito usinas obtiveram esses empréstimos, com o aval do Banco do Estado de Pernambuco. Deixando de quitar suas dívidas, levaram o Bandepe a honrar os compromissos assumidos e entrar em uma forte crise que o levou à privatização, em 1998.

[...]

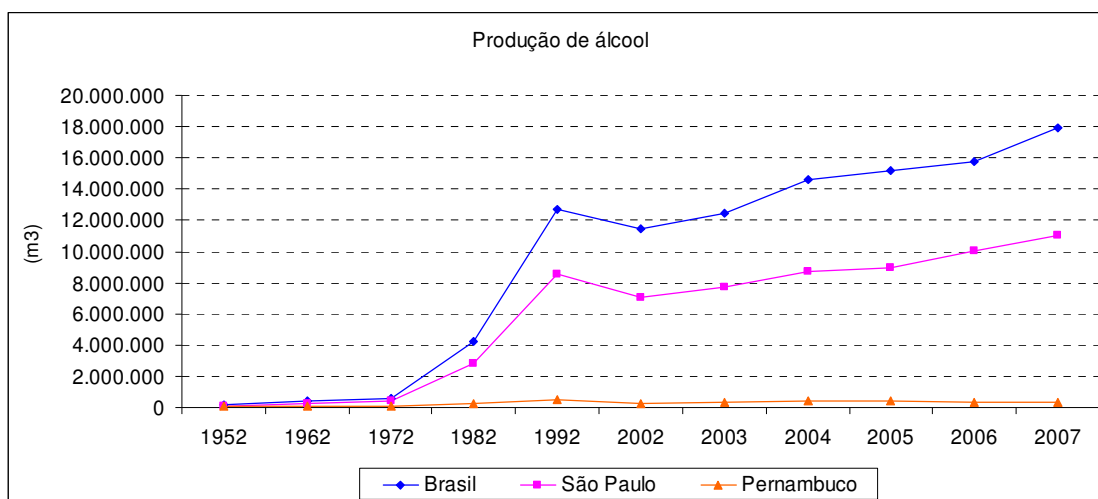
Salienta-se ainda que o grupo dominante, formado com a colonização, teve a capacidade de se adaptar a cada momento histórico, continuando até hoje no controle da produção açucareira regional, expandindo-se até em outros estados da Federação e formando uma oligarquia política que manteve por muito tempo o controle do estado (ANDRADE, 2001).

A partir da década de 1970 a agroindústria canavieira, de um modo geral, obteve um grande avanço devido à criação do “Programa Nacional do Alcool” (Proálcool). Programa do governo federal que consistia em dar incentivos fiscais, financiamentos e subsídios ao setor sucroalcooleiro como forma de estimular a produção de álcool para fins combustíveis. A Tabela 6 traz a evolução da produção de álcool e açúcar no Brasil, em Pernambuco no estado de São Paulo, atualmente, maior produtor interno:

<b>Tabela 6 - Produção de álcool e açúcar no Brasil, São Paulo e Pernambuco - 1952-2007</b>						
	Brasil		São Paulo		Pernambuco	
	Álcool (m <sup>3</sup> )	Açúcar (t)	Álcool (m <sup>3</sup> )	Açúcar (t)	Álcool (m <sup>3</sup> )	Açúcar (t)
1952	170.362	1.595.706	63.621	486.314	55.037	474.201
1962	427.520	3.385.946	216.246	1.416.463	99.556	806.275
1972	613.068	5.386.635	453.101	2.596.853	49.088	1.039.101
1982	4.240.123	7.935.321	2.833.641	3.915.168	255.378	1.211.728
1992	12.722.233	8.530.462	8.578.915	4.509.763	518.631	1.162.024
2002	11.467.795	18.994.363	7.077.748	12.145.392	261.933	1.104.199
2003	12.485.426	22.381.336	7.706.281	14.246.237	306.974	1.230.998
2004	14.639.923	24.944.434	8.750.923	15.215.525	381.660	1.434.156
2005	15.207.909	26.632.074	8.957.565	16.381.739	415.316	1.464.335
2006	15.808.184	26.214.391	10.001.941	17.188.644	325.579	1.226.763
2007	17.909.822	30.629.827	11.060.113	20.265.290	314.294	1.267.801

Fonte: Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2007. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

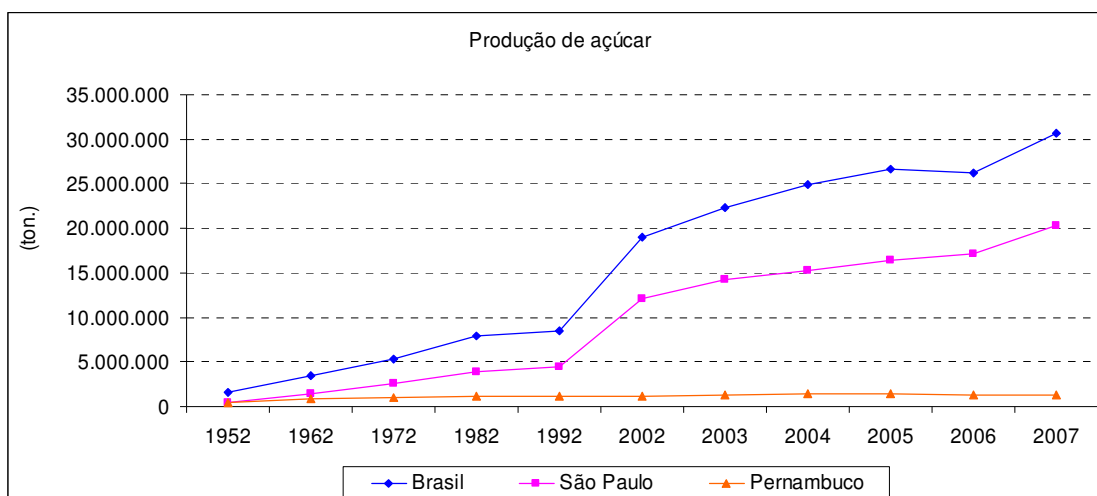
Observe-se que, enquanto São Paulo mostrou um expressivo aumento de produção, Pernambuco manteve um patamar com poucas oscilações. Os Gráficos 14 e 15 permitem uma melhor visualização:



Fonte: Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2007. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 14. Produção de álcool no Brasil, São Paulo e Pernambuco - 1952-2007 (m<sup>3</sup>)**





Fonte: Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2007. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 15. Produção de açúcar no Brasil, São Paulo e Pernambuco - 1952-2007 (ton.)**

Mesmo com modestos índices de produtividade, quando comparado ao maior produtor brasileiro de açúcar e álcool, Moura, Melo e Medeiros (2004) garantem que “a atividade canieira é responsável, em toda a região da Zona da Mata pernambucana, pela quase totalidade dos postos de trabalho disponíveis”. Os autores afirmam que na época de safra o setor chega a empregar cerca de 6% da mão-de-obra de todo o Estado. No entanto, ainda segundo os mesmos autores, o salário pago à mão-de-obra agrícola não passa de um salário mínimo, inclusive nos períodos de maior remuneração.

Mesmo com o passar do tempo algumas coisas pouco mudaram em Pernambuco desde os tempos do apogeu canieiro: de um lado a propriedade da terra e dos meios de produção continua nas mãos de uma “oligarquia açucareira” como afirmou Andrade (2001); do outro lado uma massa de despossuídos continua a receber os mesmos “salários de fome” aos quais Josué de Castro (2003b) se referiu acerca dos ganhos dos trabalhadores da cidade de Recife, quando da conclusão de um inquérito sobre suas condições de vida.

Destacado pelo próprio Castro (1959) como o primeiro inquérito do gênero realizado no país, o autor entrevistou, em 1932, quinhentas famílias, com abrangência de 2.585 pessoas, domiciliadas em três bairros operários da cidade de Recife. O trabalho foi publicado originalmente no livro “Documentário do Nordeste”, lançado em 1937, sob o título de “As condições de vida das classes operárias no Nordeste”.

Nesse inquérito, de acordo com Castro (1959, p. 77,78), seus objetivos eram de se associar os “dados estatísticos e econômicos de índole puramente social com os dados de indagação biológica das classes sociais”. Para ele, o importante não era apenas saber a quantidade de homens que produziam, mas a qualidade dos que produziam:

Este trabalho visa precisamente a averiguar a alimentação das classes assalariadas, aquelas que por suas condições econômicas desfavoráveis e seu baixo nível intelectual pior se alimentam, necessitando portanto uma assistência social urgente neste sentido, para que seja entravado o seu progressivo estiolamento provocado por uma inanição crônica e congênita, verdadeira fome tradicional (CASTRO, 1959, p. 76-77).

O inquérito alimentar seria, para o autor, “uma tentativa de interpretação histórica e econômica à luz da bio-sociologia”. Observe:

Este trabalho indaga das condições de vida do operário exclusivamente da área urbana, apurando o seu salário médio, a distribuição proporcional dos seus gastos e, particularmente, os gastos em alimentação e sua composição média, habitual (CASTRO, 1959, p. 78).

Para o próprio Josué de Castro (1959, p. 75) o seu mérito foi ter aberto o caminho “para este gênero de pesquisa sociológica”. Ele argumenta que depois de seu trabalho pioneiro “logo surgiram inquéritos semelhantes noutras áreas do país, confirmando a trágica realidade social das massas brasileiras, que era até então como que ignorada, pelo menos, dentro de uma visão objetiva dos fatos”.

Trabalhos nessa área, hoje, são realizados por diversos órgãos e institutos especializados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE) de sua parte, elabora a “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)” e a “Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)”, as últimas (ou mais recentes) edições desses inquéritos que abordam a questão alimentar e nutricional no domicílio são:

- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004 (PNAD 2004);
- Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Aquisição alimentar domiciliar *per capita* - Brasil e Grandes Regiões (POF 2002-2003);

- Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil (POF 2002-2003).

No tempo presente, os inquéritos alimentares e nutricionais detalham melhor a questão da aquisição e consumo de alimentos conforme o rendimento domiciliar, permitindo, assim, saber qualitativa e quantitativamente o que se come nas diversas classes de renda da população. Além disso, houve avanços tanto nas ciências voltadas para nutrição, quanto ao entendimento dos fatores geradores e/ou indicadores da desnutrição e da fome.

Um exemplo dessa mudança é a abordagem sobre o total de calorias/dia necessárias ao organismo. Castro (2003b) considerava como necessidade energética para uma pessoa adulta na cidade de Recife, em 1932, um total de 2.640 calorias/dia. Assim, quando encontrou um regime calórico de 1.645 kcal/dia no seu inquérito alimentar, referiu-se aquele regime como sendo um “traço negro do perfil nutritivo daquela gente” (o outro traço “negro” seria a deficiência nutricional da dieta). Para ele, o “baixo” regime calórico era um dos fatores da presença da fome naquela população.

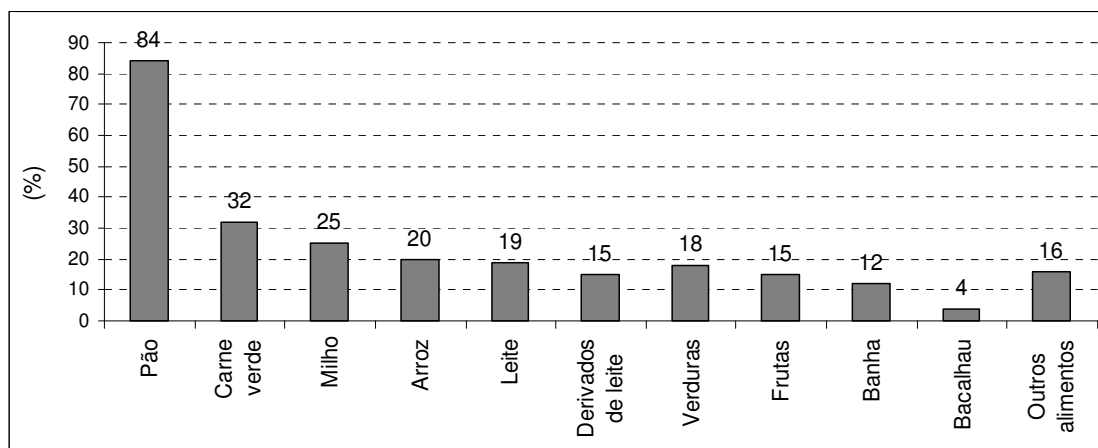
Hoje, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (2003) considera como Valor Diário de Referência (VDR) um total de 2.000 k/cal para que as empresas do setor alimentício forneçam o percentual calórico de seus produtos nas suas embalagens.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003, IBGE (2004b; 2004c) estimou, com base na disponibilidade de alimentos no domicílio, o consumo nacional de 1.800 kcal/dia por pessoa. Estes valores se alteram entre o meio urbano (1.689 kcal/dia) e o meio rural (2.401 kcal/dia). Na cidade de Recife, por exemplo, esse valor ficou em 1.613 k/cal, e para o estado de Pernambuco o mesmo valor de 1.645 k/dia que Castro (2003b) considerava como insuficientes.

Pelas conclusões de seu inquérito, Castro (2003b, p. 122) afirmou que no “Nordeste açucareiro, do que mais se morria era de fome. Das conseqüências da fome crônica em que vivem há séculos as populações regionais”. Para ele, a causa principal dessa mortandade era a terrível monotonia e falta de variedade de substâncias alimentares da dieta, composta, basicamente de farinha, feijão, charque, café e açúcar.

Mesmo com uma dieta insuficiente, Castro (1959) afirma que, das famílias

consultadas, 71,6% do orçamento domiciliar era destinado exclusivamente à alimentação. O autor fornece o percentual das famílias que tinham acesso aos alimentos que entravam na composição da dieta. De acordo com ele, foi constatado o consumo dos alimentos feijão, farinha, charque, café e açúcar em todas as residências, para os demais alimentos, os percentuais estão expostos no Gráfico 16:

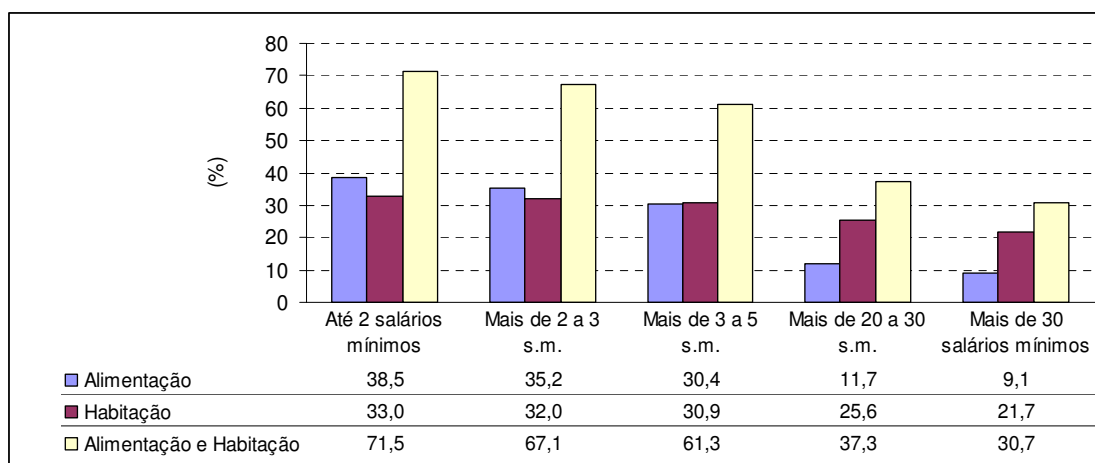


Fonte: Castro, 1959. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 16. Famílias operárias de Recife (PE) com acesso a alimentos e grupo de alimentos, segundo Josué de Castro - Brasil - 1932 (%)**

Apesar do interessante levantamento, Castro (1959) não indicou a quantidade (kg) em que os alimentos entravam na composição da dieta alimentar de cada domicílio. Pelos dados apresentados, por exemplo, sabe-se que em apenas 20% das famílias havia o consumo de arroz, contudo, não se sabe quantos quilos (ou fração) cada alimento participava da dieta de cada família. Provavelmente, a preocupação principal de Castro (1959) fosse a de demonstrar que “não mais que” 20% das famílias recifenses de baixa renda consumiam arroz, assim como aos demais produtos listados.

Estes indicadores também mudaram desde a segunda metade do século XX. O Gráfico 17 mostra as mudanças ocorridas na região Nordeste referentes à renda familiar e aos gastos com a alimentação e habitação. Observa-se que para as classes de rendimento até dois salários mínimos mensais os gastos com alimentação e habitação chegam a 71,5% do total mensal, enquanto que na classe de maior rendimento, mais de 30 salários mínimos mensais, a soma total destes mesmos gastos (30,7%) é inferior aos gastos individuais com alimentação e/ou habitação da classe de menor rendimento.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004d. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 17. Comparativo entre diferentes classes de rendimento monetário mensal familiar com despesas de alimentação e habitação - Região Nordeste - Brasil - 2002-2003 (%)**

Salienta-se, ainda, que o fato dos mais pobres gastarem cerca de 38,5% de seus rendimentos mensais com alimentação não garante que a mesma seja em quantidade suficiente ou nutricionalmente sadia. A Tabela 7 traz a participação de diversos tipos de alimentos na composição dos gastos com a alimentação domiciliar por classes de rendimento na região Nordeste:

**Tabela 7 - Distribuição da despesa monetária média mensal familiar com alimentação, por classes de rendimento monetário mensal familiar - Região Nordeste - Brasil - 2002-2003**

Produtos	Distribuição da despesa monetária média mensal familiar (%)			
	Classes de rendimento monetário mensal familiar (salário mínimo)			
	Até 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 s.m.	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 20 salários mínimos
Arroz	8,93	7,89	6,17	1,65
Aves e ovos	7,64	7,50	7,54	4,63
Leites e derivados	7,48	7,30	8,15	10,21
Feijão	6,92	5,98	4,89	1,55
Açúcar	5,93	5,07	3,78	3,21
Carne bovina de segunda	4,76	4,22	3,86	0,82
Pão (francês)	3,91	4,23	4,86	4,03
Farinha	3,75	3,14	2,30	0,40
Óleos e gorduras	3,60	3,02	2,60	1,11
Pescados frescos	2,60	2,09	1,92	1,76
Frutas	2,44	2,81	3,10	4,07
Carne bovina de primeira	2,36	3,29	3,54	4,44
Café	2,33	1,83	1,53	0,47
Legumes e verduras	2,10	2,28	2,58	1,90

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 2004d. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

A tabela anterior traz a participação percentual de cada alimento no rendimento mensal familiar. Quando esses índices são transformados em dinheiro vivo a disparidade social se revela. Em 2008 (a partir de 1º de março) o valor do salário mínimo<sup>14</sup> era de R\$ 415,00, deste modo, a classe de menor rendimento da tabela - “até 2 salários mínimos” - possuía um ganho mensal de R\$ 830,00 e o seu extremo - a classe de “mais de 20 salários mínimos” detinha, mensalmente, um ganho domiciliar de R\$ 8.300,00.

A exemplificação da desigualdade de renda se confirma com o gasto percentual em “legumes e verduras”: nas duas classes mencionadas ele é semelhante (2,1% na classe até dois salários mínimos e 1,9% para a classe com mais de 20 salários mínimos), todavia, essas cifras quando são monetarizadas (R\$) indicam que a categoria melhor abonada da tabela compra nove vezes mais vegetais que os menos afortunados, pois, mensalmente, essas duas classes dispõem de R\$ 157,70 (“mais de 20 salários mínimos”) e R\$ 17,43 (“até dois salários mínimos”) para as referidas aquisições.

Outro exemplo da disparidade rendimento/consumo entre essas mesmas classes diz respeito ao valor gasto com “leite e derivados”. Pelos percentuais expostos na tabela, a classe mais aquinhoadada gasta 10,21% de seus rendimentos com laticínios, equivalente a R\$ 847,43; somente esse montante já é superior ao ganho mensal domiciliar da classe mais pobre, correspondente a R\$ 830,00, conforme o salário mínimo da época.

Dados mais recentes, fornecidos pela Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios - PNAD 2007 (IBGE, 2008a) estimam que 25% dos domicílios nordestinos possuam renda domiciliar mensal inferior ou igual a um salário mínimo. Quando a pesquisa se refere ao rendimento domiciliar *per capita*, esse percentual salta para 40,7% dos indivíduos com ganho até meio salário mínimo.

Não é por menos que Josué de Castro (2003b) se referiu a região Nordeste, em sua totalidade, como “área de fome”. Quando, em 1932, ele realizou o seu inquérito alimentar, apontou que os mais pobres de Recife gastavam 71,6% de seus rendimentos somente com a alimentação, o mesmo percentual que o IBGE (2004d) apurou mais de meio século mais tarde (Gráfico 17). Na época, Castro já

---

<sup>14</sup> A partir de 1º de março de 2008 o valor do salário mínimo passou a ser de R\$ 415,00, conforme a Lei nº 11.709, de 19 de junho de 2008. BRASIL, Presidência da República. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Lei/L11709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11709.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2009.

questionava a relação entre rendimentos e poder de consumo:

Apenas os salários em dinheiro não dão nenhuma indicação precisa do nível de vida, mas só em função dos preços equivalentes em substâncias e artigos de necessidade. Sabido quanto se ganha é preciso ver quanto se pode adquirir com este ganho (CASTRO, 1959, p.78).

Se partirmos do “sabido quanto se ganha”, para o “quanto se pode adquirir” chegaremos ao número de 2,4 milhões de domicílios nordestinos (de um total de 13,1 milhões) com rendimento mensal *per capita* de até 1/4 do salário mínimo, desses, 85,3% se encontram em situação de insegurança alimentar (IBGE, 2006); diante desse quadro, poderemos, então, concluir que essa população (cerca de 12,4 milhões de brasileiros), tristemente, atualiza a *Geografia da Fome*.

### 6.2.2. A Área do Sertão do Nordeste

Primeiramente, seguem-se os limites territoriais do Sertão<sup>15</sup> de Josué de Castro (2003b):

A chamada área do sertão do Nordeste se estende desde as proximidades da margem direita do Rio Paraíba, no seu extremo norte, até o Rio Itapicuru, no seu extremo sul, abrangendo as terras centrais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, numa extensão territorial de cerca de 760.000 quilômetros quadrados segundo cálculos dos técnicos da Inspeção de Obras Contra as Secas. Nesta extensa zona semi-árida que constitui a hoje chamada área do polígono das secas vivem cerca de sete milhões de habitantes, num regime que tem como alimento básico o milho. É esta zona das secas uma área alimentar do milho (CASTRO, 2003b, p. 157-158).

Esse sertão está dividido em três subáreas com base em suas características

---

<sup>15</sup> Atualmente, o Ministério da Integração Nacional divulga que uma “Nova Região Semi-Árida do Nordeste” foi tornada oficial por Portaria Interministerial com objetivos de se a operar políticas públicas federais nessa região. Segundo a publicação a região semi-árida tem hoje uma área territorial de 980.089,26 km<sup>2</sup>, abriga uma população de 21.718.168 habitantes em 1.135 municípios. A área do polígono das secas, por sua vez, ocupa uma área de 1.082.596,53 km<sup>2</sup>, envolve 1.353 municípios, com uma população de 30.789.818 habitantes. Porém, para o Ministério da Integração Regional “embora o Polígono das Secas tenha sido abandonado como unidade de planejamento para as ações de governo nas áreas afetadas pelas secas, o conceito continua sendo utilizado para a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), em função do qual toda propriedade com até 50 ha de superfície, situada no Polígono, está isenta deste tributo” (BRASIL, M. I., 2005, p. 13-14).

climatobotânicas: “agreste”, “caatinga” e “alto sertão”. Segundo o autor, a caatinga representa o “verdadeiro coração do deserto”, “o reino das cactáceas”, enquanto que as outras duas áreas são apenas “formas atenuadas da caatinga” (CASTRO, 2003b, p. 161).

Na região semi-árida Castro (2003b, p. 157) afirma que o sertanejo vive momentos de relativa abundância intercalados ciclicamente com impiedosos períodos de seca - “surtos agudos de fome que surgem com as secas”. Segundo ele, é nesses momentos que tanto a economia quanto o modo de vida sertanezino se desfazem e a fome se instala no sertão exaurindo “toda vida regional”:

São epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres e crianças, todos açoitados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo das secas (CASTRO, 2003, p. 157).

Neste pequeno trecho onde Castro (2003b) descreve o tipo de fome que se instala no sertão (“epidêmica”) ele não diferencia a fome da seca, chegando mesmo a utilizar os dois termos como sinônimos. Sustenta, ainda, que a fome atinge a todos - “ricos e pobres”, indistintamente. No entanto, a realidade dos fatos mostra que os efeitos desses dois fenômenos recaem sobre a população sertaneja de forma bastante diferenciada. Um fazendeiro abastado, certamente, irá sentir os efeitos da seca nas suas propriedades e nas suas finanças, mas, ele mesmo, enquanto indivíduo (e enquanto classe social) não será atingido nem pelos efeitos da seca e muito menos pela fome.

Diferentemente, ocorre com a população pobre, esta sim, de imediato sofre os efeitos climáticos da seca na sua agricultura e na sua pecuária de autoconsumo; na seqüência, por falta capital, por falta de crédito, por falta de uma estrutura governamental, sofre com a fome.

O próprio Castro (2003b), em linhas subseqüentes, faz a diferenciação entre seca, fome e pobreza:

Pelo Brasil afora se tem a idéia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o Nordeste é seco, nem a seca é tudo, mesmo nas áreas



do sertão. [...] Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez [...]. Tudo é pobreza, é magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não chova no sertão. Sem reservas alimentares e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome (CASTRO, 2003b, p. 242).

O geógrafo Manuel Correia de Andrade (1987) também comenta sobre a estrutura agrária nordestina e aponta quais seriam os seus principais problemas:

A baixa produtividade é o resultado do sistema de exploração da terra; a grande concentração fundiária faz com que não haja interesse dos grandes proprietários em realizar uma exploração intensiva e não permite aos minifundiários obterem altos rendimentos devido ao seu baixo nível cultural e econômico. Assim podemos afirmar que o baixo nível técnico-cultural, a concentração fundiária e a descapitalização da grande maioria dos agricultores contribuem para manter a produtividade agrícola em níveis baixos e, conseqüentemente, impedir a elevação do nível de vida do homem do campo (ANDRADE, 1987, p. 90).

A questão da seca no Nordeste é assunto, que apesar de antigo, se faz atual. Escassez de água, não é, necessariamente, sinônimo de carência ou de miséria.

O problema maior no sertão nordestino é a falta de uma estrutura governamental permanente para se combater os rigores climáticos juntamente com as desigualdades sociais. A situação de penúria e fome do sertanejo pobre é resultante do desmazelo político (ainda o “coronelismo”) daqueles que pouco interesse tem em transformar uma realidade calcada na concentração de renda e numa estrutura agrária latifundiária.

Assim, a seca enquanto fenômeno natural não pode ser responsabilizada pela situação de abandono porque sofre a população pobre do sertão. Aliás, ela própria é usada na chamada “indústria da seca” como “moeda de troca” onde, a mais comum das ações é se barganhar voto por água.

Também a seca é utilizada como pretexto para diversos tipos de ações ilícitas, especialmente por parte dos proprietários de terras, para se conseguir crédito bancário e, posteriormente, para se pedir o perdão da dívida ou para requerer o saque do seguro agrícola com a alegação da perda da safra por causa da intempérie climática.

A história brasileira recente guarda memoráveis casos a esse respeito. Um deles, ocorrido na década de 1980, ficou conhecido como “escândalo da mandioca”; ganhou repercussão nacional devido ao assassinato de um procurador da República que investigava o caso porque envolvia desvio de dinheiro público.

Pelo escândalo, ocorrido na cidade de Floresta, interior de Pernambuco, diversos agricultores conseguiam financiamento junto à agência local do Banco do Brasil para o plantio de mandioca, feijão, cebola, melão e melancia, utilizando-se de cadastros frios, propriedades fictícias e agricultores fantasmas. Em seguida desviavam o dinheiro para uso pessoal para, depois, reivindicarem o perdão da dívida e/ou o saque do seguro agrícola alegando prejuízo devido a seca. Esse golpe somente funcionava porque o gerente da mesma agência bancária também participava da fraude. Em valores de 1999, ultrapassava-se aos 20 milhões de reais. Sobre o desfecho dos crimes contra a pessoa e o sistema bancário, o Diário do Nordeste, em 1999, emitiu a seguinte opinião:

A circunstância atenuante para a procrastinação do julgamento terá sido a condição de ser um dos réus deputado estadual, portanto, gozando de imunidade parlamentar. Não obstante, para a sociedade agredida com a audácia do golpe, o julgamento foi uma tremenda frustração. A maioria absoluta dos golpistas não pagará pelo crime em virtude da prescrição das penas; o dinheiro público desviado não foi recuperado; um servidor público dedicado foi morto. Com tanta impunidade a amparar os autores de ação delituosa, se desespera o cidadão honesto e trabalhador (DIÁRIO DO NORDESTE, 1999).

Outro exemplo, que envolve a aristocracia agrária nordestina, está nas benesses públicas que esses latifundiários conseguem junto aos órgãos públicos de financiamento agrícola. Independentemente de quem esteja no poder, conseguem, dentre outras mazelas, que suas dívidas sejam “perdoadas” pelos órgãos de fomento. Foi assim com o “acordo dos usineiros”, ocorrido em 1988, no estado de Alagoas quando o ex-presidente cassado Fernando Collor de Mello era governador do estado. Na época ele assinou um acordo que garantia aos donos do setor de açúcar e álcool a devolução do valor pago do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O acordo foi cancelado em 1994 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo informações dessa própria instituição jurídica, o ato celebrado por Collor de Mello fez com que a arrecadação do ICMS caísse de 58,02% em 1983 para ínfimos 1,48% no ano de 1991 (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2004).

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a situação não se fez diferente. Segundo informações do jornal Folha de São Paulo (SOUZA, 2007), entre os anos de 2004 e 2006 o Banco do Brasil perdoou mais de um bilhão de reais ao renegociar dívidas do setor canavieiro. Nessas “renegociações” mais de 20 usineiros foram beneficiados, a maior parte do Nordeste. Como exemplo, a matéria jornalística cita o caso do grupo pernambucano União, que possuía uma dívida de 208,6 milhões de reais, porém, pagou apenas R\$ 3,7 milhões de reais e mais o compromisso de repassar ao mesmo banco 25% de um crédito que tenta receber do Instituto Nacional de Reforma Agrária.

Esses são apenas “alguns” relatos entre tantos outros desmandos que compõem as crônicas do autoritarismo e do favorecimento da elite agrária do Nordeste (e do Brasil). Celso Furtado (2001), quando na década de 1960 comandava Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), comenta as ações orquestradas pelos latifundiários nordestinos a fim de barrar qualquer iniciativa que visasse alijá-los do poder, ou, pelo menos, amenizar a condição de atraso socioeconômico da região das secas das quais eles se beneficiavam:

Não me surpreende. Essas forças foram exatamente as que me derrotaram na Sudene. Para a lei de irrigação, contei com o apoio dos militares, do pessoal dos batalhões de engenharia. O próprio comandante militar da região me apoiou. Vários governadores estavam contra; não queriam nem tocar em irrigação com desapropriação de terras. Diziam: “Isso aí se resolve caso por caso...”. Só que quando o comandante militar declarou que considerava fundamental para a segurança pública do Nordeste abordar esse problema de frente, com a lei de irrigação, foi que eles recuaram. Mas recuaram porque sabiam que podiam bloquear o projeto no Congresso. E assim foi: depois de aprovado na Sudene, o projeto de lei foi rejeitado pelo Congresso. A maior parte dos deputados nordestinos, na época, era contrária à Sudene. [...] Esse era o clima: não se deixava passar nada. Se, 40 anos atrás, tivéssemos começado uma transformação na estrutura agrária por esse método - desapropriar antes de irrigar e antes de açudar... Há muita água, muita açudagem feita no Nordeste. Só que ela é subutilizada do ponto de vista da irrigação, só serve para pecuária (FURTADO, 2001, p. 20-21).

Acerca da Sudene, Josué de Castro (2003b), em uma das atualizações de *Geografia da Fome*, mostra-se um pouco reticente com a criação do órgão devido a alguns “defeitos estruturais e burocráticos” que, segundo ele, poderiam desviar a

Superintendência das verdadeiras necessidades regionais de desenvolvimento:

Não estou muito de acordo com alguns dos princípios que orientaram a formulação doutrinária deste órgão, principalmente quando em documento de base os seus criadores afirmam que o subdesenvolvimento do Nordeste é produto da pobreza da base física e quando advogam o deslocamento dos supostos excedentes estruturais de sua população... (CASTRO, 2003b, p. 245).

Para Castro (2003b, p. 244), os fatores do subdesenvolvimento do Nordeste se encontravam na “expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região”, por isso, apontava o subdesenvolvimento como um dos fatores causadores da fome:

Se a região do Nordeste não fosse uma área subdesenvolvida, de economia tão fraca e rudimentar, poderia resistir perfeitamente aos episódios das secas sem que sua vida econômica fosse ameaçada e as suas populações acossadas pela fome. [...] A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca (CASTRO, 2003b, p. 243).

Diante deste quadro socioeconômico, Castro (2003b, p. 244) aponta a reforma agrária - “racional que liberte as suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades” e o combate ao desemprego - “não apenas de desemprego ostensivo e endêmico, mas do desemprego dissimulado, mascarado, parcial ou estacional” como as medidas necessárias para se lutar contra a fome.

Apesar de todos esses entraves ao desenvolvimento agrário e social do Nordeste, Castro (2003b) não abandona a causa do nordestino pela melhora da situação, porém, o que se observa de sua narrativa em Geografia da Fome é o enaltecimento da figura do sertanejo ao ponto de compará-lo aos povos nômades dos desertos africanos (como exemplo de vigor humano) e avantajá-lo diante dos demais brasileiros de suas duas outras “áreas de fome”:

Muitos dos aventureiros que se internaram pelo sertão adentro em sua penetração pastoril foram certamente cristãos-novos - judeus e árabes - trazendo na massa do sangue ou na mentalidade de nômades inquietos muito da experiência viva dos beduínos, dos berberes do deserto saariano, adestrados, de muito, na luta perene contra a escassez de água e contra a rispidez do meio natural. [...] nesta maior atividade energética do sertanejo, reside em parte o

mistério de sua inquieta atividade, tão diferente da madorra amazonense e do sedentarismo um tanto cansado da gente do açúcar. O cearense, exemplar típico do nômade brasileiro, sempre cheio de fé e de iniciativa, de energia e de inquietação criadora, é, como o árabe, o saariano, enfim, como todo habitante do deserto tropical, um hipermetabólico, gastador de muita energia (CASTRO, 2003b, p. 175,186).

Mesmo a dieta alimentar do sertanejo recebe, por parte de Castro (2003b), elogios:

É a alimentação bem servida de proteínas que dá ao sertanejo essa resistência um tanto impressionante para os habitantes de outras zonas do país [...] Chega-se, assim, à conclusão de que vive o sertanejo à base de um regime que se apresenta quantitativamente suficiente para suas necessidades básicas, sem sobras, sem margem para excesso. [...] a frugalidade se ajusta sabiamente dentro do equilíbrio alimentar, sendo que os excessos são muitas vezes mais prejudiciais do que as próprias deficiências (CASTRO, 2003b, p. 189-190).

Dieta, cuja base alimentar é o milho. Tido, por ele mesmo, como um alimento nutricionalmente incompleto, contudo, no caso do sertanejo, o seu “gênero de vida” criou “um complexo alimentar em que as graves deficiências protéicas e vitamínicas do milho são compensadas por outros componentes habituais da dieta” (Castro 2003b, p. 158).

A referida dieta sertaneja, descrita por Castro (2003b) é composta, além do milho, por carne (boi, bode, carneiro), leite e derivados (requeijão, manteiga fresca), feijão, farinha, batata doce, inhame, rapadura e café.

Sobre a pouca participação das frutas e hortaliças, o autor responde que “muitos outros alimentos, além das verduras e frutas conhecidas, são capazes de abastecer o organismo tanto de sais minerais como de vitaminas” e, assim, “o sertanejo - seja por simples acaso, seja por sabedoria instintiva - consome estas espécies de alimentos em combinações apropriadas” (CASTRO, 2003b, p. 191).

Pelos relatos de Castro, as deficiências nutricionais encontradas em outras áreas alimentares, são contornadas pelo sertanejo por meio de uma “economia biológica” e “sobriedade alimentar”:

Sua sobriedade alimentar, no caso, longe de significar miséria e decadência, traduz uma sábia aplicação de economia biológica. As características da alimentação sertaneja, um tanto magra e despida de qualquer excesso de tempero, harmonizam-se admiravelmente

com os traços naturais da terra também magra dos sertões nordestinos (CASTRO, 2003b, p. 184-185).

No sertão de Josué de Castro a terra é magra, a dieta é magra e o sertanejo também é magro, contudo, isto não é visto como uma desvantagem:

É essa mesma parcimônia calórica, sem margens a luxo, que faz do sertanejo um tipo magro e anguloso, de carnes enxutas, sem arredondamentos de tecidos adiposos e sem nenhuma predisposição ao artritismo, à obesidade e ao diabete, doenças essas provocadas, muitas vezes, por excesso alimentar. Não o do atleta de capa de revista, nem de herói de fita de cinema, atraindo os olhares femininos com suas formas apolíneas, mas o do atleta fisiológico, com seu sistema neuromuscular equilibrado, com bastante força e agilidade e com excepcional resistência, nos momentos oportunos.

[...]

O teor protéico liberal associado a boas doses de vitaminas fornecidas ao sertanejo pelo leite e pela manteiga constitui um dos fatores do seu crescimento proporcional, da boa estatura da população e da polarização do biótipo numa tendência acentuada à longitipia, ao aparecimento dos tipos longilíneos, em contraste marcante com a tendência das populações do brejo para os tipos brevilíneos (CASTRO, 2003b, p. 188-189).

O que desestabiliza o “gênero de vida” sertanejo, conforme Castro (2003b) é a seca e a sua maior conseqüência é a fome. Nessas ocasiões, conforme o autor, a ração sertaneja se reduz a um pouco de milho, feijão e farinha, depois, quando esses acabam, come-se de tudo, das chamadas iguarias brabas a solado de alpercatas.

O “atleta fisiológico” desaparece dando lugar a indivíduos “secos, mirrados, com os olhos embutidos dentro de órbitas profundas, as bochechas sumidas e as ossaturas desenhadas em alto-relevo por baixo da pele adelgada e enegrecida” (CASTRO, 2003b, p. 212).

Também são nesses momentos que surgem, segundo Castro (2003b), as “doenças de carência”, moléstias produzidas pela fome: os edemas (anasarcas, hidropisias), as síndromes diarréicas, as oftalmias (a hemeralopia ou cegueira noturna e a queratomalacia, dissecação da córnea) e as estomatites.

Outro distúrbio observado por Castro (2003b) durante os períodos de seca é a mudança de comportamento do sertanejo por causa do aprofundamento da fome:

Nesta fase desaparecem todos os outros desejos e interesses vitais

e o pensamento se concentra ativamente em descobrir o alimento por quaisquer meios e a custo de quaisquer riscos. [...]. Estes estados de espírito extremos representam, em última análise, as exteriorizações do tremendo conflito interior que se trava entre os impulsos e instintos da fome e os que levam a satisfação de outros desejos e aspirações. Entre a alma do homem e do animal de rapina, entre o anjo e o demônio que simbolizam a ambivalência mental da condição humana (CASTRO, 2003b, p. 231).

Essa “hidrofobia da fome”, segundo Castro (2003b), conduz ao surgimento de dois fenômenos peculiares do sertão nordestino, o “fanatismo religioso” e o “banditismo”:

Contribuem, dessa forma, as secas e as fomes periódicas que dela decorrem para a cristalização desses tipos característicos da vida social do sertão: o cangaceiro e o beato fanático. [...] O cangaceiro que irrompe como uma cascavel doída deste monturo social significa, muitas vezes, a vitória do instinto da fome - fome de alimento e fome de liberdade - sobre barreiras materiais e morais que o meio levanta. O beato fanático traduz a vitória da exaltação moral, apelando para as forças metafísicas a fim de conjurar o instinto desadorado. Em ambos o que se vê é o uso desproporcionado e inadequado da força - da força física ou da força mental - para lutar contra a calamidade e seus trágicos efeitos (CASTRO, 2003b, p. 233).

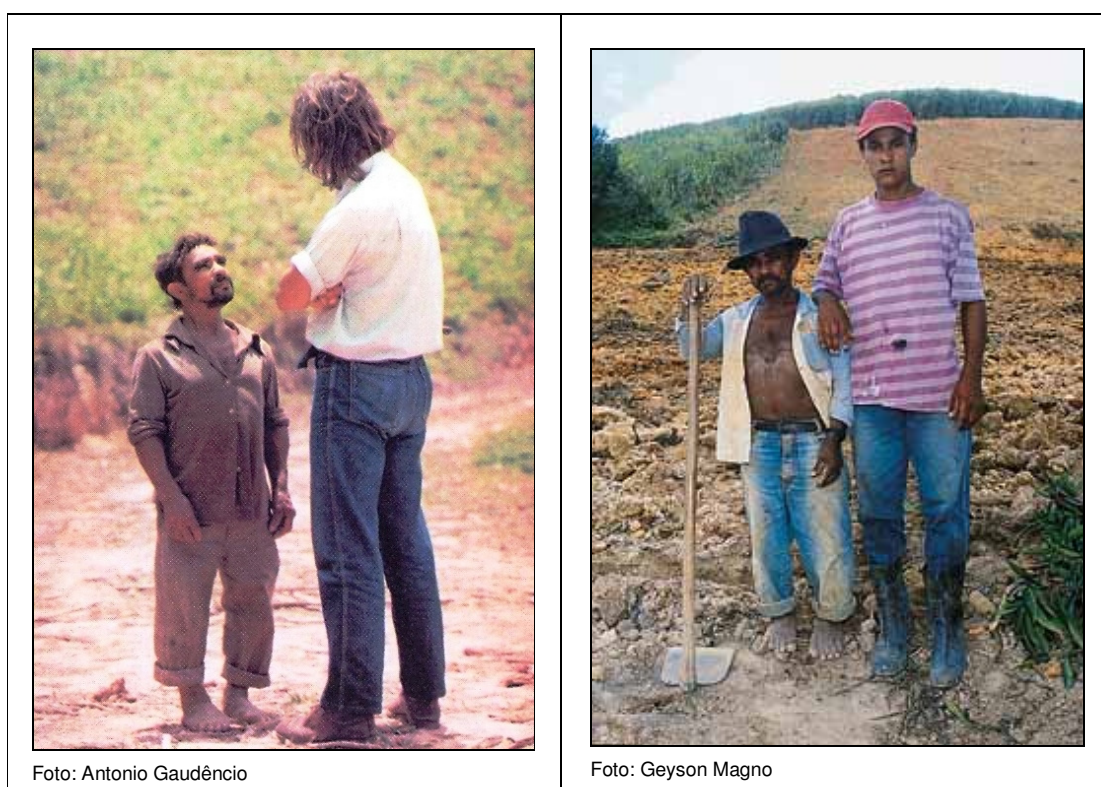
A seca e a fome ainda são responsabilizadas por Castro (2003b) por prejudicar a “raça sertaneja” na medida em que as carências nutricionais dificultam o desenvolvimento corporal das crianças. Observa-se, neste contexto, uma manifestação eugênica do autor (MARQUES, V., 1994; VASCONCELOS, 2001):

Muitas dessas crianças ficam marcadas a vida toda com suas estaturas mirradas pelo nanismo alimentar, com suas deformações das osteopatias da fome e suas endocrinopatias carenciais, *manchando e afeando* o conjunto de homens fortes que constitui a raça sertaneja (CASTRO, 2003b, p. 212, grifo nosso).

A questão do “nanismo” voltou à mídia nos anos 1990 a partir de uma série de matérias jornalísticas que narravam o surgimento de uma “sub-raça” no Nordeste por conta das carências alimentares. Josué de Castro, imediatamente foi lembrado. Impingiram aos “novos” portadores das seqüelas da fome o rótulo de “homem-gabiru” como uma “evolução” do “homem-caranguejo” de Josué de Castro (vide capítulo 2, o ciclo do caranguejo). Embora, o próprio Josué de Castro não tenha usado essa denominação nos livros que tratou desse assunto - “Documentário do

Nordeste” e “Homens e Caranguejos”, publicados, originalmente, nos anos de 1937 e 1965.

Contudo, o “homem-gabiru” ganhou as manchetes dos jornais como mostra a Figura 3. A foto à esquerda traz a imagem de um trabalhador rural pernambucano, que na época (1991) estampou jornais e revistas do país inteiro, como à comprovação da tese “fome/sub-raça”, da existência do “homem-gabiru”.



**Figura 3 - O nanismo nutricional na figura do “homem-gabiru”**

Entretanto, como muitos fatos que ocorrem no Brasil, quando o “assunto” deixa de ser “notícia” é relegado ao esquecimento. Nesse caso, porém, o jornalista Ancelmo Góis voltou ao sertão pernambucano alguns anos depois do estardalhaço da mídia, em 1998; encontrou o mesmo trabalhador rural com seus mesmos 1,30 metro de altura, acompanhado de um de seus filhos que, dessa vez, destoava da “sub-raça” por medir 1,69 de altura (foto à direita). Segundo Góis (1998), a explicação de tal fato, fornecida pelo mesmo trabalhador, foi simples:



A dieta básica com que Amaro foi alimentado era paupérrima. "Eu comia banana, jaca e mingau de água com farinha e só", diz. Carne raramente, e só de caça: tatu, rato-do-mato e teju - uma espécie de lagarto. "Não gosto nem de lembrar da fome que passei."

[...] A reviravolta na vida dos Silva ocorreu em 1994, quando eles saíram do casebre de taipa na zona rural para uma casa de alvenaria de três cômodos na periferia de Amaraji. Além do salário mínimo pago pela usina, Amaro passou a ter outras duas fontes de renda. Uma, a pensão pela morte da mulher, e outra por meio de um programa oficial chamado Mão Amiga, que dá uma ajuda em dinheiro para a família que mantém pelo menos um filho na escola. Com três salários mínimos de renda mensal, Amaro fez uma revolução na mesa da casa. "Antes a gente comia um preá, quando aparecia", compara Amaro. "Agora tem carne todo dia. Tem arroz, feijão, café preto forte e leite". A melhora na nutrição teve um efeito visível no crescimento da família Silva. Dos oito filhos adultos de Amaro, três nunca chegaram a uma estatura normal. São justamente os mais velhos, que nasceram e viveram os primeiros anos na roça. Os outros cinco adultos têm mais de 1,60 metro de altura, o que está dentro dos padrões nordestinos. (GÓIS, 1998).

De acordo com Lima et al. (2008), os fatores que incidem sobre o crescimento da criança são:

O índice altura-para-idade expressa o crescimento linear da criança e, nessa medida, sintetiza a história do seu estado nutricional, do nascimento (ou mesmo antes) até o momento atual, refletindo o aporte de energia, de macronutrientes e de vitaminas e minerais, todos elementos essenciais para o crescimento. O índice peso-para-altura expressa o equilíbrio entre a massa corporal da criança e seu crescimento linear, refletindo, sobretudo, a adequação do balanço de energia (LIMA et. al., 2008, p. 253).

A mesma autora afirma que déficits de altura, de peso e de peso-para-altura em cerca de 2% a 3% das crianças são considerados dentro da normalidade. Acima desses percentuais existe o risco de desnutrição na população. Para as grandes regiões brasileiras ela apresenta os seguintes índices de crianças com menos de cinco anos de idade com déficit de altura/idade: Norte, (14,8%), Nordeste (5,7%), Centro-Oeste (5,6%), Sudeste (5,7%) e 8,5% para o Sul do país (LIMA et. al., 2008, p. 255).

Por esses dados se conclui que em todas as regiões brasileiras existe o risco da desnutrição infantil, pois, estão bem acima do referencial de déficit de 2% a 3% de crianças menores que suas respectivas idades.

Se isso servisse de alento para Josué de Castro, a região Nordeste não seria a única a "produzir" "nanicos" no país, visto que apresenta os mesmos percentuais das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Na visão de Castro (2003b, p. 232), “as conseqüências da fome, sob o ponto de vista das moléstias e dos fenômenos psicossociais, não tem retorno”. Se analisarmos a Figura 3, no caso do pai (à esquerda), realmente, mas, no caso do filho (à direita), comeu, cresceu.

## **VII. “NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESSE PAÍS”: O PROJETO FOME ZERO**

### **7.1. O Projeto Fome Zero**

O bordão “nunca antes na história desse país” tornou-se marca registrada do presidente Lula para exaltar suas obras e realizações. No caso do combate a fome, em termos de política governamental, não é exagero. Segundo Frei Betto (2003, p. 53) “antes de Lula, presidente da República algum tomou a si o desafio de erradicar a fome, excetuando o programa de reformas de base de João Goulart, abortado pelo golpe militar de março de 1964”.

O Projeto Fome Zero, originalmente lançado outubro de 2001, foi elaborado pelo Instituto Cidadania sob a coordenação técnica de três pesquisadores da Universidade Estadual paulista (UNICAMP) - José Graziano da Silva, Walter Belik e Maya Takagi. Constam, ainda, como coordenadores gerais os nomes do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e do pesquisador José Alberto de Camargo.

Destaca-se, ainda, que o documento Fome Zero foi elaborado em um período imediatamente anterior a eleição presidencial de 2002, a qual levou ao poder o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, cujo mote principal de sua campanha era, justamente, de se acabar com a fome neste país.

A vocação política do Projeto Fome Zero está explícita em suas primeiras

linhas: “este projeto visa suprir a falta de uma política de segurança alimentar e nutricional que consiga coordenar e integrar as diversas ações nos estados, municípios e sociedade civil”.

Afirmando que o problema alimentar de um país está além da pobreza e da fome, o projeto enfatiza como seu eixo principal “associar o objetivo da segurança alimentar a estratégias permanentes de desenvolvimento econômico e social com crescente equidade e inclusão social” (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 9).

Entretanto, para que o projeto tivesse credibilidade política, O Instituto Cidadania salienta que contou com a participação de vários segmentos da sociedade em seu processo de criação:

A própria elaboração do Projeto Fome Zero demonstra uma maneira participativa de se fazer políticas públicas. O texto preliminar foi elaborado a partir de contribuições de uma centena de especialistas durante mais de seis meses. Foram realizados três grandes encontros em São Paulo, Fortaleza e Santo André, que reuniram ao todo mais de 1.000 participantes que debateram e contribuíram para a versão preliminar da proposta. Foram realizados ainda, vários debates com a participação de técnicos e especialistas de todo o Brasil. A versão preliminar dessa proposta foi enviada, também, para entidades da sociedade civil, parlamentares, sindicatos, empresários e especialistas nacionais e internacionais que analisaram e propuseram modificações ao documento base. Todas as sugestões consideradas pertinentes foram reunidas nessa versão final... (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 10).

A “versão final” citada no texto mostra-se como um “documento guia contendo elementos de diagnósticos do conceito de segurança alimentar, do problema da fome e das políticas existentes e uma síntese das propostas apresentadas”. A íntegra da publicação está disponível no site do programa Fome Zero na qualidade de documento oficial (<http://www.fomezero.gov.br/documentos>).

Em sua apresentação, intitulada “Para acabar com a fome” (assinada pelo, na época, candidato Luiz Inácio Lula da Silva), o Instituto Cidadania (2001, p. 5) declara tratar-se de um documento de “domínio público e aberto”, elaborado com a participação de “representantes de ONGs, institutos de pesquisas, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais e especialistas ligados à questão da segurança alimentar, de todo o Brasil”.

Assim, o documento se mostra didático em alguns momentos e crítico em outros, dentre eles, quando aborda a questão da concentração fundiária e de renda,

da destinação da produção agrícola, das políticas agrárias e dos projetos sociais em vigor.

O projeto eleva o “direito humano à alimentação” ao mesmo patamar dos Direitos Humanos universais, adotado pela Organização das Nações Unidas em 1948:

O Direito à Alimentação começa pela luta contra a fome, ou seja, pela garantia a todos os cidadãos do direito ao acesso diário a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para atender as necessidades nutricionais básicas essenciais à manutenção da saúde. [...] A alimentação para o ser humano tem outros aspectos importantes. A alimentação humana tem de ser entendida como processo de transformação de natureza - no seu sentido mais amplo - em gente, em seres humanos, ou seja, em humanidade. [...] Assim, o Direito à Alimentação passa pelo direito de acesso aos recursos e meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis que possibilitem uma alimentação de acordo com os hábitos e práticas alimentares de sua cultura, de sua região ou de sua origem étnica (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 14-15).

Na mesma linha de pensamento, o Projeto apresenta, então, sua definição do de segurança alimentar e nutricional:

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurar este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p.15).

Mais tarde, em 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei da segurança alimentar e nutricional (Lei nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006) com a seguinte redação:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, P. R., 2006).

Note-se que há uma grande semelhança entre os dois textos, não menos, porque todo o processo de elaboração e condução da citada lei esteve a cargo, principalmente, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comandado em seus primeiros anos por José Graziano da Silva, um dos autores do Projeto Fome Zero.

Além da definição de segurança alimentar, encontra-se no Projeto uma definição de fome:

A fome ocorre quando a alimentação diária não supre a energia requerida para manutenção do organismo e para exercício das atividades normais do ser humano. A desnutrição decorre da manifestação de sinais clínicos que provêm da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou também de doenças que provocam o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos [baseado em Monteiro<sup>16</sup>,1995] (INSTITUTO CIDADANIA, P. 16, 2001).

Ao discutir o problema da fome a publicação apresenta cinco temas sob a denominação “desconstruindo mitos”:

a) *A fome não tem diminuído no mundo* - a afirmação baseia-se em dados fornecidos pelo Banco Mundial, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo “Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo - (SOFI 2000)” elaborado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Segundo essas informações “o número de 826 milhões de pessoas subnutridas no mundo, para o período 1996-98, não mostrava diferença em relação aos dados do período anterior, de 1995-1997”.

b) *A fome não é causada pelo aumento da população nem pela falta de alimentos no mundo* - sobre essa temática o Projeto Fome Zero declara:

No entanto, mesmo com a enorme quantidade produzida de alimentos no mundo, como resultado da Revolução Verde, verifica-se a permanência de milhões de pessoas em situação crítica em diversos países, mesmo onde há excesso de disponibilidade calórica. [...]

---

<sup>16</sup> MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. In: Estudos avançados. São Paulo, v. 9, n. 24, 1995.

Os dados já citados do SOFI 2000 mostram que a fome atinge 98 países subdesenvolvidos e mais 27 países desenvolvidos e em transição (Europa Oriental e antiga União Soviética). Esses países têm uma população total que varia de 400 mil (Suriname) a 1,2 bilhão (China). Dos 98 países, verifica-se que apenas seis deles têm uma disponibilidade calórica total per capita abaixo do mínimo requerido. Ou seja, apenas seis países não têm disponibilidade de alimentos suficiente para alimentar toda a população, diferentemente dos demais 92 países, cujo problema é a distribuição desigual da alimentação (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 18-19).

c) *Existe um mercado da fome no mundo* - a publicação sustenta a tese da escritora Susan George (autora de “O mercado da Fome”, 1976), de que o mercado agrícola global é controlado por empresas transnacionais do setor alimentício e amparado por governos nacionais e organizações internacionais de fomento. Para o Instituto Cidadania (2001, p. 19) “esse mercado, ou indústria, da fome é altamente dinâmico e lucrativo e manifesta-se de diversas formas, segundo os imperativos da acumulação capitalista”. Sobre a relação produção agrícola e interesses do mercado, o Instituto complementa:

As conseqüências desse processo são várias. Primeiro, verifica-se que a produção, a manufatura e a distribuição de alimentos no mundo são cada vez mais controladas por poucas mãos, cujos interesses estão relacionados à busca de lucros monetários e não às necessidades dos seres humanos. Isto faz com que as decisões do que e quanto produzir dependam cada vez menos das necessidades da população dos países subdesenvolvidos, fornecedores de matérias-primas. As decisões são ditadas pelos países desenvolvidos e pelos imperativos da exportação (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 20).

d) *No Brasil, a pobreza e a fome não estão concentradas nas áreas rurais do Nordeste* - utilizando-se de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) o Projeto assegura que o aumento da pobreza, nos últimos anos, ocorreu principalmente nas áreas metropolitanas. É citado o caso da região metropolitana de São Paulo onde a proporção de pobres aumentou em 45% num período de quatro anos, passando de 26,9%, no ano de 1995, para 39%, em 1999.

e) *As forças do mercado não resolvem o problema da fome* - segundo o Instituto Cidadania (2001), nos países onde se conseguiu algum sucesso no combate a fome foi somente com uma forte atuação do governo junto à sociedade civil, no entanto,

se afirma que os agentes públicos pouco têm feito, em termos de ação planejada, para se combater a fome.

O penúltimo capítulo do Projeto Fome Zero é dedicado à definição do público beneficiário. Após uma discussão sobre as diversas metodologias utilizadas para definição da pobreza, indigência, fome e desnutrição, o projeto adota como ponto de partida a linha de pobreza utilizada pelo Banco Mundial, que considera como pobres aquelas pessoas com renda inferior a um dólar por dia; excluindo-se as despesas com aluguel e/ou prestação da casa própria além do autoconsumo das famílias agrícolas.

Na seqüência, a área rural do Nordeste é adotada como base para a definição dessa linha de pobreza, acrescentando-se, para o cálculo do restante do país, as diferenças regionais do custo de vida conforme a classificação das áreas metropolitanas, das áreas urbanas não-metropolitanas e das demais áreas rurais.

Dessa forma, o Projeto Fome Zero, utiliza o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) de agosto de 2001, para estabelecer como indicativo para a linha de pobreza baseada na renda familiar *per capita* um valor de R\$ 78,00.

A partir da linha de pobreza definida para o projeto, o Instituto Cidadania (2001, p. 71,78) calculou o potencial de beneficiários em 44 milhões de pessoas, distribuídas por 9,3 milhões de famílias, significando 27,8% da população total do país e 21,9% das famílias brasileiras, respectivamente.

O público alvo do projeto encontra-se naquela “parcela da população que não possui renda suficiente para garantir sua segurança alimentar, estando, portanto, vulnerável à fome”. São enquadrados nessa categoria “os pequenos produtores agrícolas nas áreas rurais e urbanas e os trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos e os desempregados das áreas metropolitanas e urbanas”

Os parâmetros para se designar a população favorecida seguiram três dimensões fundamentais:

- a insuficiência de demanda, decorrente da concentração de renda existente no país, dos elevados níveis de desemprego e subemprego existentes e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora;
- a incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da sua população;



- a exclusão daquela parcela da população mais pobre do mercado, muitos dos quais trabalhadores desempregados ou subempregados, velhos, crianças e outros grupos carentes, que necessitam de um atendimento emergencial (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 81).

Textualmente, o Projeto Fome Zero declara que para se acabar com a fome no Brasil é “preciso mudar o modelo atual de desenvolvimento econômico que causa a exclusão social, da qual a fome é apenas mais um dos seus resultados visíveis, como o são também o desemprego, a miséria, a concentração da terra e da renda” (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 81).

O último capítulo do Projeto Fome Zero intitula-se “Propostas para uma política integrada de segurança alimentar e combate à fome”, nele, as sugestões estão divididas entre imediatas e estruturais.

As medidas imediatas incluiriam aumento da oferta e barateamento do preço dos alimentos; melhoria dos rendimentos da população por meio de programas emergenciais voltados àquela parcela excluída do mercado de trabalho.

As medidas estruturais, ou políticas estruturais, por sua vez, visam à diminuição da desigualdade de renda por meio do aumento da renda familiar e da garantia dos direitos sociais e de acesso à alimentação de qualidade. As propostas são:

**a) Políticas de geração de emprego e aumento da renda** - [...] Este modelo deve priorizar a diminuição das desigualdades sociais através de uma melhor distribuição de renda. Para isso é fundamental retomar a política de aumentos do salário mínimo para o piso de cem dólares e reduzir as distâncias entre ele e os salários mais altos. Além disso, julgamos fundamental retomar formação de frentes de trabalho temporários em regiões com elevado índice de desemprego sazonal; programas de formação e incentivo ao primeiro emprego para jovens; e programas de requalificação permanente, especialmente para pessoas acima de 40 anos. [...] recuperar o ensino público fundamental de qualidade; recuperação de uma política habitacional.

**b) Intensificação da reforma agrária** - [...] sua importância se coloca a partir de quatro motivos principais: redistribuição de renda, ampliação das fontes de renda para as famílias, fonte de autoconsumo alimentar e dinamização das economias regionais.

**c) Previdência Social universal** - propõe-se a extensão do direito social universal da Previdência a todos os trabalhadores em regime de economia familiar nas condições clássicas de vulnerabilidade social e biológica: idade, invalidez, viuvez e provavelmente também desemprego aberto, nas áreas rurais e urbanas.

**d) Bolsa Escola e Renda Mínima** - [...] propõe-se o fornecimento de uma renda mínima às famílias carentes com crianças em idade escolar, vinculando o benefício à melhoria nos padrões educacionais da população brasileira. [...] vinculação do renda mínima a programas de educação de jovens e adultos, a qualificação profissional e o encaminhamento a programas de microcrédito, por exemplo, são outros mecanismos importantes que vem sendo experimentados na busca permanente de emancipação da família de forma que ela não precise depender no futuro da renda mínima transferida, mas de seu trabalho.

**e) Incentivo à agricultura familiar** - [...] conjunto de políticas que combinem: seguro da renda agrícola; prioridade à produção interna; incentivo à pesquisa pública que favoreça ao pequeno produtor o uso de tecnologias apropriadas, e que esteja associada a uma política efetiva de assistência técnica; uma política de crédito efetivo que esteja vinculada à formação de canais de comercialização; estímulo à formação de cooperativas de incentivo para proteção da natureza e da paisagem, entre outras (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, grifo do autor, p. 85-87).

Os custos e a origem dos recursos foram mencionados somente para alguns programas, pois se alegou características diferenciadas na implantação das medidas por estados e municípios. Contudo, para o programa “Cupons de Alimentação”, que mais tarde seria incorporado ao Bolsa-Família, foi estimado um custo anual de R\$ 19.961,242, para um público beneficiário de 44 milhões de pessoas, com recursos oriundos do Tesouro Nacional, do Fundo de combate à Pobreza e do Fundo de Assistência Social.

## 7.2. O Fome Zero

Em seu discurso de posse, proferido no Congresso Nacional em primeiro de janeiro de 2003, o recém-eleito presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a sua intenção de tornar fato o Projeto Fome Zero:

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida (FOLHA ONLINE, 2003).

A efetivação do projeto veio com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), criado em 1º de janeiro de 2003, por meio da Medida Provisória nº. 103, posteriormente transformada na Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, (BRASIL, P. R., 2003a); entregue aos comandos de José Graziano da Silva, "autor" do Projeto Fome Zero.

Logo depois, a Medida Provisória nº. 108 de 27 de fevereiro de 2003 criou o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - "Cartão Alimentação", convertido, depois, em Lei nº. 10.689, de 13 de junho de 2003 com a criação do "Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA" (BRASIL, P. R., 2003b). Os principais artigos e parágrafos dessa lei são:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, vinculado às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional.

§ 1º Considera-se segurança alimentar e nutricional a garantia da pessoa humana ao acesso à alimentação todos os dias, em quantidade suficiente e com a qualidade necessária.

§ 2º Os benefícios financeiros decorrentes do PNAA serão efetivados mediante cartão unificado, ou pelo acesso a alimentos em espécie pelas famílias em situação de insegurança alimentar.

§ 3º O cartão unificado constitui instrumento para recebimento de recursos financeiros do PNAA pelas famílias em situação de insegurança alimentar, bem como para beneficiários de outros programas de transferência de renda.

Art. 2º O Poder Executivo definirá:

2º Os benefícios do PNAA serão concedidos, na forma desta Lei, para unidade familiar com renda mensal **per capita** inferior a meio salário mínimo.

§ 3º Para efeito desta Lei, considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela

possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.

§ 4º O recebimento do benefício pela unidade familiar não exclui a possibilidade de recebimento de outros benefícios de programas governamentais de transferência de renda, nos termos de regulamento.

§ 5º Na determinação da renda familiar **per capita**, será considerada a média dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família, excluídos os rendimentos provenientes deste Programa, do Bolsa-Alimentação, e do Bolsa-Escola.

Art. 4º A concessão do benefício do PNAA tem caráter temporário e não gera direito adquirido (BRASIL. P. R., 2003b, grifo do autor).

Assim que o Fome Zero foi lançado, pelo sistema de cartão alimentação, recebeu muitas críticas, inclusive, de dentro do próprio governo ou de seus apoiadores por causa da forma de pagamento do benefício - cartão magnético; da proibição da compra de refrigerantes, doces e biscoitos e pela exigência da nota fiscal para que o beneficiário comprovasse gastos apenas em gêneros alimentícios e não com bebidas alcoólicas e fumo.

Dentre as personalidades que apoiavam a iniciativa, mas que criticavam o formato do Fome Zero, estavam o senador Eduardo Suplicy (integrante do próprio partido do presidente da república); Dom Mauro Morelli (bispo da cidade de Duque de Caxias e um dos idealizadores do Projeto Fome Zero); Zilda Arns, fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança.

Outros consideravam o Fome Zero emergencial, propagandístico e publicitário pelo modo como havia sido lançado: escolheu-se duas cidades no interior do estado do Piauí - Guaribas e Acauã, como símbolos do lançamento do programa e do combate a fome no Brasil.

Também sobraram críticas para o coordenador do Fome Zero, o assessor especial da Presidência da República e escritor Carlos Alberto Libânio Christo - o Frei Betto, sobre a seriedade dos nomes e siglas que atribuiu as divisões burocráticas do Fome Zero:

As iniciais do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar formam a palavra Mesa. Sobre esta Mesa, a Mobilização Social do Fome Zero, coordenada por Oded Grajew e por mim, colocou Copo, Prato, SAL e Talher (FREI BETTO, 2003, p. 56).

As referidas siglas, na visão dos criadores, representavam: “Copo” (Conselho Operativo do Programa Fome Zero); “Prato” (Programa de Ação todos pela Fome Zero); “SAL” (Agentes de Segurança Alimentar).

Para “Talher” não havia uma significação específica, apenas a descrição de suas tarefas: “A equipe conhecida por Talher prepara monitores que capacitam quem participa de Comitês Gestores, Copos, Pratos ou atua como SAL. E ajuda a multiplicar muitos Talheres pelo Brasil afora” (FREI BETTO, 2003, p. 57).

Frei Betto deixou o governo Lula no final de 2004, antes, em maio desse mesmo ano o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome foi extinto (Lei nº. 10.869, de 13 de maio de 2004); em seu lugar criou-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entregue aos comandos de um “político profissional” - o deputado federal mineiro, e ex-prefeito da cidade de Belo Horizonte, Patrus Ananias.

O efetivação do Fome Zero se deu com o primeiro pagamento do “Programa Cartão Alimentação”, ocorrido em 24 de fevereiro de 2003 nas localidades-piloto de Acauás e Guaribas (PI) onde as 1.000 famílias cadastradas puderam sacar no representante local da Caixa Econômica Federal o montante mensal de R\$ 50,00.

Os outros programas de transferência de renda oriundos do governo anterior (Fernando Henrique Cardoso) continuaram vigentes até quase o final do mesmo ano quando a Medida Provisória nº. 132, de 20 de outubro de 2003, unificou a todos para a criação do *Programa Bolsa Família: Cartão Alimentação* (Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA), *Bolsa Escola* (Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação), *Bolsa Alimentação* (Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde) e Programa *Auxílio-Gás*.

A Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, P. R., 2004), regulamentou o Programa Bolsa Família e estabeleceu as características dos beneficiários, assim como os valores a serem pagos. Entretanto, em 2008, a Lei nº. 11.692, de 10 de junho de 2008 (BRASIL, P. R., 2008b), alterou os artigos 2º e 3º da lei anterior com referência ao público beneficiário e aos valores mensais pagos em reais. Os respectivos parágrafos das duas leis que tratam do citado assunto trazem a seguinte redação:

**Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004**

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

III - renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento.

§ 9º O benefício a que se refere o § 8º será mantido até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

§ 10. O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família poderá excepcionalizar o cumprimento dos critérios de que trata o § 2º, nos casos de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, para fins de concessão do benefício básico em caráter temporário, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento (BRASIL, P. R., 2004).

**Lei nº. 11.692, de 10 junho de 2008**

Art. 20. Os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham

em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 3 (três) benefícios por família;

III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.

.....

§ 2º O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais).

§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição:

I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e  
 II - o benefício variável, vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais).

Art. 3º .....

Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do caput do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do caput do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996." (NR). (BRASIL, P. R., 2008b).

Politicamente, o governo Lula define o Fome Zero como “uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos”.

Essa estratégia, segundo o *site* do Fome Zero (<<http://www.fomezero.gov.br>>) está baseada num conjunto de programas e ações divididos em quatro eixos principais:

- Eixo 1 - Acesso à alimentação;
- Eixo 2 - Fortalecimento da agricultura familiar;
- Eixo 3 - Geração de renda;
- Eixo 4 - Articulação, mobilização e controle social.

Ao todo constam do mesmo *site* trinta programas e ações voltados para o

combate à fome e para a inclusão social (vide Anexo B), entretanto, o Programa Bolsa Família é apontado pelo próprio governo como o “carro chefe” da política de combate à fome no país.

O perfil para que uma família possa ser incluída no Programa Bolsa Família segue o critério da renda mensal familiar e subdivide-se em dois grupos de beneficiários: as famílias consideradas extremamente pobres (com renda mensal *per capita* até R\$ 60,00) e as famílias consideradas pobres (com renda mensal *per capita* até R\$ 120,00).

Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$ 20,00 a R\$ 182,00 conforme a renda mensal familiar e o número de crianças e adolescentes até 17 anos. Os benefícios são classificados em três tipos:

**Benefício Básico**, de R\$ 62,00, é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa (pago às famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens).

**Benefício Variável**, de R\$ 20,00, é pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 120,00 por pessoa desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 60,00.

**Benefício Variável Vinculado ao Adolescente**, de R\$ 30,00, é pago a todas as famílias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos freqüentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 60,00 (BRASIL, M. D. S., 2008b).

A partir do momento em que uma família é classificada para o Programa Bolsa Família seguem-se determinados critérios para se saber o valor do benefício a ser pago (Tabela 8).

Além dos critérios mencionados, o Programa Bolsa Família mantém algumas exigências, na área da educação, saúde e assistência social, cujo cumprimento, por parte das famílias, está diretamente ligado ao recebimento do benefício (continuação ou cancelamento). Chamadas de “condicionalidades”, essas regras são imputadas às famílias e ao poder público. Seus preceitos são:

**Educação:** freqüência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.



**Saúde:** acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos.

**Assistência Social:** frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil (BRASIL, M. D. S., 2008b, grifo do autor).

As famílias que descumprem as condicionalidades do Bolsa Família estão sujeitas a diversas sanções, definidas pela Portaria GM/MDS nº. 321, de 29 de setembro de 2008, que vão desde uma advertência; bloqueio e suspensão do benefício por 30 dias e 60 dias, até, em última instância, o desligamento da família do programa (BRASIL, M. D. S., 2008b).

**Tabela 8 - Escala de valores e critérios dos benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família segundo classes de rendimento mensal *per capita* dos beneficiários - Brasil - 2008 (R\$)**

Famílias com renda mensal de R\$ 60,00 <i>per capita</i>			
Número de crianças e adolescentes até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício (R\$)
0	0	Básico	62,00
1	0	Básico + 1 variável	82,00
2	0	Básico + 2 variáveis	102,00
3	0	Básico + 3 variáveis	122,00
0	1	Básico + 1 BVJ*	92,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	112,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	132,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	152,00
0	2	Básico + 2 BVJ	122,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	142,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	162,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	182,00
Famílias com renda mensal até R\$ 120,00 <i>per capita</i>			
Número de crianças e adolescentes até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício (R\$)
0	0	Não recebe benefício básico	---
1	0	1 variável	20,00
2	0	2 variáveis	40,00
3	0	3 variáveis	60,00
0	1	1 BVJ	30,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	50,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	70,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	90,00
0	2	2 BVJ	60,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	80,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	100,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	120,00

Fonte: Brasil, M. D. S., 2008b. (\* BVJ: Benefício Variável Jovem).

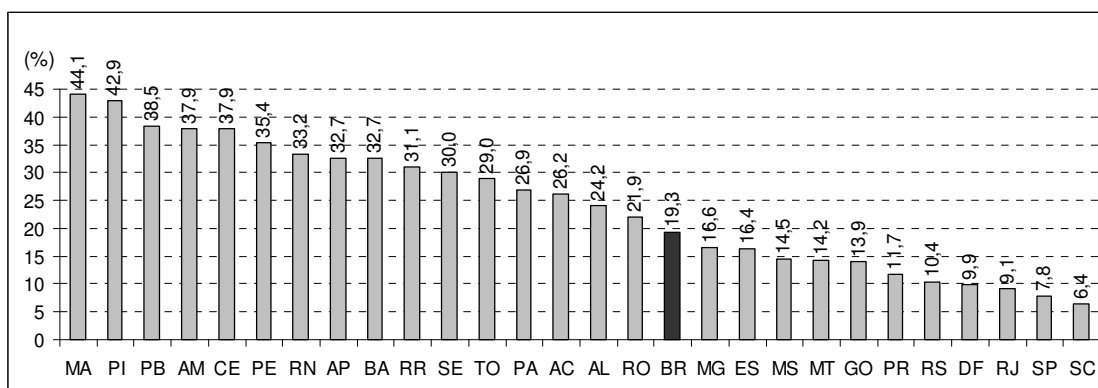
O Programa Bolsa Família atendia até outubro de 2008 cerca de 10,6 milhões de famílias a um custo mensal para os cofres públicos da ordem de 892,7 milhões de reais, observe-se na Tabela 9:

Unidade Federativa	Bolsa Família		Auxílio Gás		Custo anual dos programas (R\$/milhões)
	Famílias (1.000)	Recursos (R\$/milhões/mês)	Famílias (Centenas)	Recursos (R\$/mil/mês)	
Acre	56.000	5,0	607	9,1	60,0
Alagoas	349.000	29,6	4.900	72,9	356,4
Amapá	39.000	3,8	----	----	45,6
Amazonas	222.000	21,0	----	----	252,0
Bahia	1.400.000	119,5	27.700	415,0	1.441,2
Ceará	877.000	74,6	21.700	325,0	898,8
Distrito Federal	75.000	5,6	1.100	16,4	67,2
Espírito Santo	174.000	13,5	3.200	47,4	162,0
Goiás	248.000	18,7	5.800	87,5	225,6
Maranhão	731.000	67,9	---	---	814,8
Mato Grosso	124.000	9,7	2.300	34,6	116,4
Mato Grosso do sul	102.000	8,1	3.300	49,1	97,2
Minas Gerais	1.000.000	78,5	32.700	490,5	948
Pará	533.000	50,6	---	---	607,2
Paraíba	410.000	35,6	8.600	129,2	428,4
Paraná	375.000	28,0	14.800	221,6	338,4
Pernambuco	887.000	75,9	25.400	382,0	915,6
Piauí	361.000	31,9	9.400	140,7	384,0
Rio de Janeiro	504.000	40,7	8.500	128,0	489,6
Rio Grande do Norte	295.000	24,6	11.300	168,9	297,6
Rio Grande do Sul	375.000	29,7	12.300	184,5	358,8
Rondônia	93.000	8,0	---	---	96,0
Roraima	35.000	3,3	---	---	39,6
Santa Catarina	119.000	9,1	4.700	70,5	110,4
São Paulo	990.000	75,0	17.800	266,6	903,6
Sergipe	179.000	16,0	2.600	38,4	192,0
Tocantins	104.000	8,8	2.200	33,2	105,6
<b>BRASIL</b>	<b>10.657.000</b>	<b>892,7</b>	<b>220.907</b>	<b>3.311,1</b>	<b>10.752,0</b>

Fonte: Brasil, M. D. S., 2008a. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

Em 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008a, 2008b) estimava um total de 60,1 milhões de famílias no país. Ao se conferir na Tabela 9 o número total de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (10,6 milhões) depara-se com um quadro onde, praticamente, um sexto das famílias brasileiras está na condição de dependente (total ou parcialmente) de repasses de dinheiro do governo federal.

Observe-se, no Gráfico 18 e Tabela 10, o total de beneficiários dos programas federais de transferência de renda segundo as unidades federativas do Brasil:



Fonte: Brasil, M.D.S., 2008b; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007a. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 18. População beneficiária dos programas de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Brasil - Unidades Federativas - 2008 (%)**

**Tabela 10 - População beneficiária dos programas de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, segundo as Unidades Federativas - Brasil - 2008**

Unidade Federativa	População Total (1.000)	Total de beneficiários (1.000)	% de beneficiários na população
Maranhão	6.118.995	2.700.000	44,1
Piauí	3.032.421	1.300.000	42,9
Paraíba	3.641.395	1.400.000	38,5
Amazonas	3.221.939	780.000	37,9
Ceará	8.185.286	3.100.000	37,9
Pernambuco	8.485.386	3.000.000	35,4
Rio Grande do Norte	3.013.740	1.000.000	33,2
Amapá	587.311	154.000	32,7
Bahia	14.080.654	4.600.000	32,7
Roraima	395.725	123.000	31,1
Sergipe	1.939.426	582.000	30,0
Tocantins	1.243.627	361.000	29,0
Pará	7.065.573	1.900.000	26,9
Acre	655.385	202.000	26,2
Alagoas	3.037.103	1.300.000	24,2
Rondônia	1.453.756	319.000	21,9
Minas gerais	19.273.506	3.200.000	19,3
Espírito Santo	3.351.669	550.000	16,6
Mato Grosso do Sul	2.265.274	329.000	16,4
Mato Grosso	2.854.642	404.000	14,5
Goiás	5.647.035	787.000	14,2
Paraná	10.284.503	1.200.000	13,9
Rio Grande do Sul	10.582.840	1.100.000	11,7
Distrito Federal	2.455.903	244.000	10,4
Rio de Janeiro	15.420.375	1.400.000	9,9
São Paulo	39.827.570	3.100.000	9,1
Santa Catarina	5.866.252	374.000	7,8
<b>BRASIL</b>	<b>183.987.291</b>	<b>35.509.000</b>	<b>19,3</b>

Fonte: Brasil, M. D. S., 2008b; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007a. Org.: L. C. Santos.

Geograficamente se comprova que o número de beneficiários dos programas federais de transferência de renda diminui sensivelmente de Norte para Sul. No

estado do Maranhão quase a metade de sua população (44,1%) é beneficiária desses programas; sete vezes mais que Santa Catarina (6,4%), no sul do País.

Os fatores que interferem na espacialização desse fenômeno não se situam apenas na esfera da localização geográfica, mas, na forma e no processo de organização de cada um desses espaços. A esse respeito, Santos e Silveira (2001) comentam:

A noção de desigualdade territorial persiste nas condições atuais. Todavia, produzir uma tipologia de tais diferenciações é, hoje, muito mais difícil do que nos períodos históricos precedentes. As desigualdades territoriais do presente têm como fundamento um número de variáveis bem mais vasto, cuja combinação produz uma enorme gama de situações de difícil classificação (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 259).

No caso da variável renda/pobreza, retratada pelo Gráfico 18, percebe-se um nível de pobreza bastante acentuado no Norte e Nordeste, pois essas regiões apresentam nada menos do que 20% de suas populações dependentes dos repasses do governo federal; no Nordeste esse percentual não é inferior a 30% (excetuando-se o estado de Alagoas).

Se aplicássemos os critérios de Josué de Castro (2003b) sobre a definição das “áreas de fome”, onde mais da metade da população sofre de carências alimentares, certamente os estados do Maranhão e Piauí seriam “novamente” incluídos em seu mapa carencial.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), após pesquisa, divulgou o documento “*Repercussões do programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas*”. Nele se apurou o seguinte perfil do beneficiário do Bolsa Família:

A maioria dos (as) titulares do PBF é de mulheres (94%) - a titularidade do cartão é concedida preferencialmente às mulheres.

27% dos (as) titulares são mães solteiras.

A maior parte das mulheres titulares (85%) têm entre 15 e 49 anos.

A maior parte dos (as) titulares são pretos ou pardos (64%).

78% das famílias residem em área urbana enquanto 22% em áreas rurais. A maior concentração de famílias rurais beneficiadas pelo PBF está na Região Nordeste (50%).

81% dos titulares sabem ler e escrever, sendo que 56% estudaram até o ensino fundamental (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2008, p. 5).

Também, se pesquisou a destinação que as famílias dão ao dinheiro recebido:

Alimentação - 87% (no Nordeste chega a 91% enquanto no Sul a 73%);

Material escolar - 46% (no Norte chega a 63,5% enquanto no Nordeste a 40%); Vestuário - 37%; Remédios - 22%; Gás - 10%; Luz - 6%; Tratamento médico - 2%; Água - 1%; Outras opções - menos de 1%.

As famílias beneficiadas pelo PBF gastam, em média, R\$ 200 mensais com alimentação, o que representa 56% da renda familiar total.

Quanto mais pobre a família maior a proporção da renda gasta com alimentação (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2008, p. 5).

Mesmo com o recebimento do benefício, a maior parte das famílias cadastradas continua em situação de vulnerabilidade alimentar, pois, segundo o IBASE, apenas 16,9% dos lares estão em segurança alimentar; os outros 83,1% encontram-se em estado de insegurança alimentar leve (28,3%), moderada (34,1%) e grave (20,7%). Lembrando-se que a insegurança alimentar grave indica a presença da fome dentro do domicílio entre adultos e/ou crianças. Diante desse quadro o IBASE apresenta as seguintes conclusões:

Mesmo com a percepção de aumento na quantidade e na variedade dos alimentos, a partir do recebimento do benefício do PBF, a situação de IA é alta. Do ponto de vista das políticas públicas, o programa é importante para melhorar as condições de vida das famílias, embora, por si só, não garanta índices satisfatórios de segurança alimentar, questão associada a um quadro de pobreza mais amplo. É necessário manter e aprofundar o programa, associando-o a outras políticas públicas capazes de atacar problemas como a falta de saneamento básico e de acesso ao mercado formal de trabalho – fatores que guardam correlação com a insegurança alimentar. Oferta de alimentos mais baratos, ampliação da alimentação escolar para o ensino médio, entre outras, são também políticas governamentais que poderiam contribuir para uma melhora dos índices (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2008, p. 9).

Em termos de Brasil, o fato de mais de 35 milhões dos brasileiros estarem inseridos nos programas de transferência de renda do governo federal aponta para duas constatações distintas: a primeira delas é que, cerca de, 20% da população da população brasileira se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza, visto

que, este é o critério para que a família possa ser inserida nos programas de transferência de renda (resumindo-se: Bolsa Família). A segunda é que, ao menos, essa parcela da população está sendo assistida e amparada pelo Estado em seus direitos mais básicos.

## **VIII. FOME: DE TERRA, DE RENDA**

### **8.1. A questão da terra**

No Brasil, a questão da fome e de sua causa maior, resume-se a uma palavra com dois significados: “concentração” - de terras e de renda. Como já se sustentou ao longo deste trabalho, não falta comida neste país. Falta dinheiro para comprá-la.

Para tanto, a pecuária brasileira nos fornece um bom exemplo: segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apenas o rebanho bovino contava, em 2005, com 207.157 milhões de cabeças; nesse mesmo período, em 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao fazer a contagem da população brasileira, divulgou um total de 189.820 milhões de habitantes, conclusão: nesse país se tem mais bois do que seres humanos (BRASIL, M. A. P. A., 2005; IBGE, 2008a).

Como, então, se falar em fome por falta de comida?

No exemplo bovino, a razão de tamanho rebanho chama-se “boi gordo”. Essa é a especificação que o animal recebe na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (Bm&fBovespa) onde desponta como uma das principais mercadorias (“commodities”) ao lado do café, da soja e do milho.

Em 2008, os (grandes) produtores agrícolas e as indústrias de alimentação, produtos e implementos agrícolas (“o agronegócio”) comemoraram o desempenho

“histórico” do setor com um faturamento de 71,8 bilhões de dólares sobre as exportações; um crescimento de 22,9% em relação ao ano anterior. Com isso, o setor atingiu a cifra de 36,3% do total das exportações brasileiras, cuja receita foi de 197,9 bilhões de dólares. Também foi considerado um recorde histórico o superávit da balança comercial brasileira: 59,9 bilhões de dólares (BRASIL, M. A. P. A., 2008). A Tabela 11 traz o motivo da comemoração do agronegócio:

<b>Tabela 11 - Exportação de produtos agrícolas - Brasil - 2008</b>			
Produtos exportados	Valor (US\$ milhões)	Participação (%)	Peso (mil toneladas)
Complexo soja	17.980	25,0	39.098
Carnes	14.545	20,3	5.911
Produtos florestais	9.326	13,0	14.177
Complexo sucroalcooleiro	7.873	11,0	23.567
Café	4.763	6,6	1.657
Cereais, farinhas e preparações	2.206	3,1	7.823
Sucos de fruta	2.151	3,0	2.154
Frutas (inclui nozes e castanhas)	1.033	1,4	1.001
Lácteos	541	0,8	148
Cacau e seus produtos	400	0,6	105
Hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	120	0,2	195

Fonte: Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2008. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

Dentro do esteio da agricultura comercial somente o “complexo soja” (farelo, óleo e grãos) respondeu por 25% de todas as exportações realizadas pelo setor em 2008. Seu faturamento, 17,9 bilhões de dólares, superou em mais de seis vezes as exportações das categorias “cereais” (2,2 bilhões de dólares; inclui arroz, aveia, centeio, milho, sorgo, trigo, massas alimentícias, pães e biscoitos, amidos de milho e trigo, farinhas de milho e trigo), “lácteos” (541 milhões de dólares) e “hortícolas” (120 milhões de dólares; inclui alimentos frescos e secos, dentre eles, batatas, cebolas, cenouras e nabos, ervilhas, feijões, mandioca, tomates, grão-de-bico, lentilhas).

Atualmente, produção agrícola e produção de alimentos não são sinônimos. Os claros interesses dos que produzem, descortinados de mídia e *marketing*, se reduzem somente a uma coisa: capitalização e lucro. O caso da produção brasileira de milho mostra-se um exemplo bastante revelador dos interesses comerciais do agronegócio.



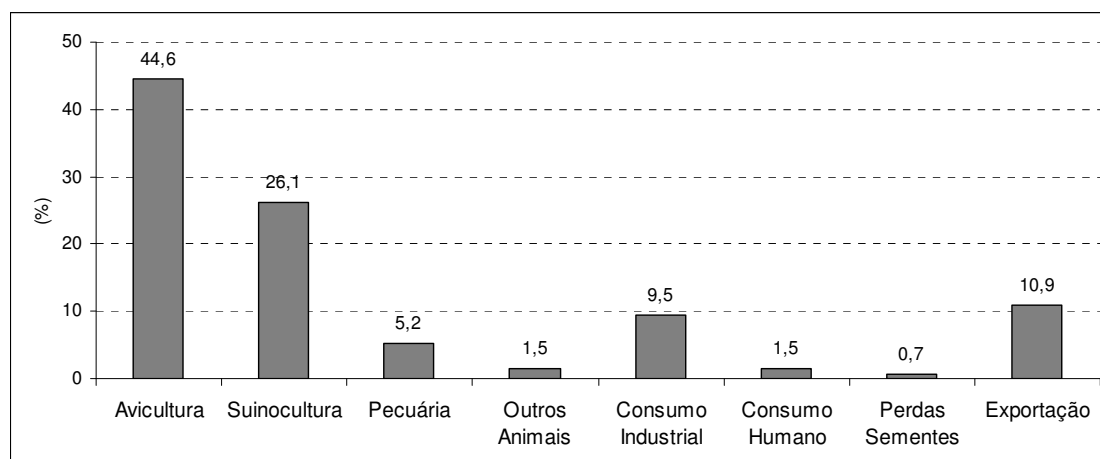
**Tabela 12 - Área colhida e quantidade produzida de cereais, leguminosas e oleaginosas - Produtos selecionados - Brasil - 2007**

Produto	Área colhida		Produção	
	(hectare)	% do total	(tonelada)	% do total
Total	45.440.464	100,0	133.290.867	100,0
Soja (em grão)	20.614.606	43,5	58.038.033	43,5
Milho (em grão)	13.820.864	30,4	51.846.196	38,9
Feijão (em grão)	3.828.270	8,4	3.242.290	2,4
Arroz (em casca)	2.886.694	6,4	11.041.320	8,3
Trigo (em grão)	1.853.334	4,1	4.107.615	3,1
Sorgo granífero (em grão)	653.292	1,4	1.419.880	1,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008c, p. 18.

Na Tabela 12 se observa que o milho obteve um índice de 38,9% no total geral da produção de grãos em 2008. Em termos de tonelagem, pouco se diferenciou da soja: 51,8 milhões para o milho e 58 milhões para a soja. Uma diferença de 6,1 milhões de toneladas entre as duas culturas. Entretanto, nesse mesmo período, as exportações de milho significaram apenas 1,8% do total agrícola, ou, 6,3 milhões de toneladas (BRASIL, M. A. P. A., 2008). O restante de tão expressiva produção foi destinado ao mercado interno.

Considerando-se, sob o ponto de vista da alimentação humana, que o milho é um tradicional integrante da culinária brasileira essa seria essa uma boa notícia quanto à questão da segurança alimentar e combate a fome. No entanto, mais de 2/3 da produção é destinada ao consumo animal. Os dados estão no Gráfico 19:



Fonte: Associação Brasileira das Indústrias do Milho, 2007. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 19. Consumo de milho por segmento - Brasil - 2007 (%)**

A alimentação animal, em 2007, consumiu 77,4% da produção de milho. O consumo humano, por sua vez, ficou em 1,5%, o mesmo percentual destinado à categoria “outros animais”.

Josué de Castro (2003b) era bastante crítico quanto à utilização do milho na alimentação humana. Ele afirmava que no mundo inteiro onde o milho era a base da alimentação, tornavam-se áreas de graves deficiências alimentares. Para ele, o milho era um alimento incompleto devido ao seu baixo teor protéico, sua deficiência em ácidos aminados e sua relativa pobreza em sais minerais e certas vitaminas: “alimento tão pobre que nas zonas ricas, onde o homem dispõe de outros recursos nutricionais, ele é abandonado à alimentação do gado” (CASTRO, 2003b, p. 176).

A empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), por meio de seu Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo (Embrapa Milho e Sorgo) reconhece as deficiências nutricionais das proteínas do milho, (apresentam baixos teores de dois aminoácidos essenciais: a lisina e o triptofano), contudo, desde 1985 a empresa vem desenvolvendo variedades de milho conhecidas internacionalmente como QPM (*Quality Protein Maize*) ou “milho de alta qualidade protéica”.

Entre as variedades QPM desenvolvidas pela Embrapa estão os milhos BR 451, de cor branca, e BR 473, amarelo. Nesses milhos a qualidade de sua proteína é 30% superior à proteína dos milhos comuns e equivalente a 85% da qualidade da proteína do leite de vaca, a caseína (PAES; OLIVEIRA; MELO, 2009).

Apesar dos esforços da Embrapa para o melhoramento genético do milho, a destinação da maior parte da produção para o consumo animal nada tem haver com seu baixo teor nutricional; trata-se de uma questão de mercado, pois esse é o grande filão lucrativo do milho.

A Tabela 11 indica que as exportações de carnes vêm logo atrás do complexo da soja. Enquanto a soja rendeu cerca de 18 bilhões de reais com a exportação de 39 milhões de toneladas, o setor de carnes conseguiu arrecadar mais de 14 bilhões de reais com “apenas” 6 milhões de toneladas.

Isso demonstra que os produtos de origem animal possuem um maior valor agregado, daí a produção de milho ser direcionada para este setor. Ou, atualizando as palavras de Josué de Castro (2003b, p. 250) o frango e o porco “como os processos mais rendosos de ensacar e exportar o milho”.

Provavelmente as exportações de milho irão aumentar, não apenas “ensacados em carnes de frango e porco”, mas porque os Estados Unidos elegeram

o milho como sua principal matéria-prima para a fabricação de biocombustível (etanol); nos últimos anos, mais da metade da sua produção tem sido destinada para esse fim.

Segundo Perez, Sachs e Rezende (2007) a demanda norte-americana por milho implicará no aumento da área plantada em mais 90 milhões de acres até 2010. Além disso, atualmente, cento e onze refinarias de etanol estão em operação no país e mais setenta e oito encontram-se em fase de construção.

Considerando-se que os norte-americanos são os principais produtores e exportadores mundiais de milho, os efeitos já se fizeram sentir no mercado mundial com o aumento da demanda e, conseqüentemente, elevação do preço do produto.

Na publicação *El estado mundial de la agricultura y la alimentación* a Organización de las Naciones Unidas Para la Agricultura y la Alimentación (2008b) comenta que o aumento global dos preços dos alimentos (commodities agrícolas) pode, a curto prazo, agravar a situação alimentar das famílias pobres, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Entretanto, o organismo das Nações Unidas afirma que isso, por outro lado, depende do grau em que os preços internacionais se refletem nos mercados domésticos.

Acerca de toda essa imbricação entre commodities e agronegócio a escritora Susan George (1978), autora da relevante obra “O mercado da fome”, declara:

O problema é que a produção dos alimentos tornou-se quase sem importância com referência ao consumo. Não existe nenhuma relação particular entre a quantidade de alimentos produzidos no mundo - e a fome em si mesma. A questão: “Quem irá comer?” praticamente nunca é levantada. A agricultura para exportar para os países ricos é encorajada, porque *metade da população do mundo não está no sistema do mercado, ainda que pertença a economias de mercado*. A produção alimentar é relativa à indústria alimentar, mas não relativa à fome, nem à *pobreza que causa essa fome*. A idéia de que o pobre deveria estar produzindo *para si próprio* e não para o “mercado” ainda não aflorou, oficialmente, à maioria dos setores (GEORGE, 1978, p. 218-219, grifo da autora).

Também Santos (2001), ao discutir o processo de globalização da agricultura, comenta:

Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. [...] Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil [...]. São essas as condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento,

empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização. [...] o critério do sucesso é a obediência às regras sugeridas pelas atividades hegemônicas, sem cuja utilização os agentes recalcitrantes acabam por ser deslocados (SANTOS, 2001, p. 88-89).

John Madeley (2003, p. 131), no livro “Comércio da fome”, sustenta que “cerca de um terço do comércio internacional é efetuado por conglomerados dentro de suas próprias estruturas - a filial de um país vende para a de outro ou compra dela, ou comercializa com a matriz”. Com relação à comercialização de gêneros alimentícios ele afirma que:

Seis conglomerados dominam 85% do comércio mundial de grãos, oito respondem por 55% a 60% das vendas de café, sete controlam 90% do chá consumido nos países ocidentais, três respondem por 83% do comércio mundial de cacau e três por 80% das vendas de bananas. Os produtos alimentícios representam três quartos do comércio agrícola (MADELEY, 2003, p. 131).

No Brasil, o agronegócio se baseia na tríade - *lucro, liberalismo econômico e propriedade privada*. A evocação do *liberalismo* serve apenas como pano de fundo para que os produtores (“latifundiários”) e as agroindústrias ajam livremente de acordo com os seus interesses e os de mercado; por assim fazerem, garantem *lucros* cada vez maiores. A *propriedade privada*, por sua vez, é a certeza de que não serão molestados. Novamente, Susan George (1978), de forma bastante perspicaz, esclarece essa avidez do agronegócio:

Não há razão para acreditar tampouco que muitos líderes de agroindústria e banqueiros privados não ficariam contentes, orgulhosos até, de ver os alimentos chegando à boca dos famintos. [...] A dificuldade é que não se pode *esperar* que negociantes agrícolas e banqueiros privados invistam em algo que não lhes traga lucro - isso simplesmente não está na sua natureza (GEORGE, 1978, p. 219, grifo da autora).

No quesito propriedade privada das terras e dos meios de produção, fundamental para o sucesso do agronegócio no Brasil, o país destaca-se entre aqueles cuja concentração de terras atinge os mais elevados níveis.

Não é por menos que no documento intitulado “World Census of agriculture

2000”, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil apareça entre os dez países com maior concentração de terras do mundo. Observe-se na Tabela 13:

**Tabela 13 - Índice de Gini<sup>17</sup> dos países com maior concentração da propriedade da terra, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) - 2000**

Países	Ano do Censo	Índice de Gini	Propriedades área total (hectares)	Número de propriedades	Tamanho médio (hectares)
Austrália	1990	0,94	466.561.000	129.540	3601,68
Argentina	1988	0,93	177.437.398	378.357	468,97
Canadá	1991	0,88	97.753.700	280.043	349,07
Estados Unidos	1987	0,87	390.311.617	2.087.759	186,95
Paraguai	1991	0,87	23.817.737	307.221	77,53
Reino Unido	1993	0,87	17.144.777	244.205	70,21
<b>Brasil</b>	<b>1985</b>	<b>0,86</b>	<b>376.286.577</b>	<b>5.820.988</b>	<b>64,64</b>
Finlândia	1990	0,86	12.338.439	199.385	61,88
Ilhas Marianas	1990	0,85	5.836	119	49,04
Dinamarca	1989	0,83	2.774.127	81.267	34,14

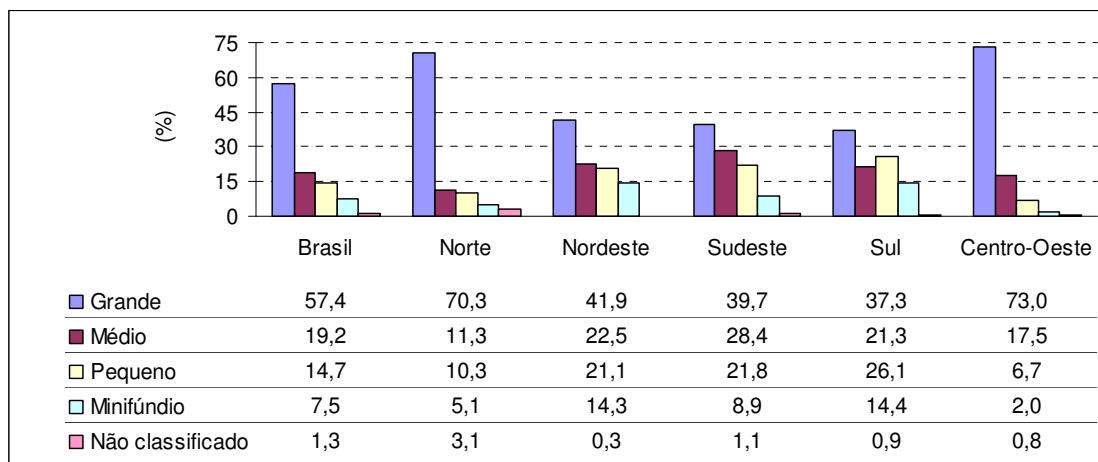
Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2000. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

Embora os dados apresentados referentes ao Brasil e aos demais países sejam de anos bem diversos, um pouco antigos, contudo, a propriedade da terra não é algo que se muda constantemente.

No caso do Brasil, pouca coisa mudou de lá para cá, o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2001) divulgou em 2001 um Índice de Gini de concentração de terras de 0,802 para o país inteiro. Para as grandes regiões brasileiras o Índice de Gini, segundo o mesmo documento, são os seguintes: Norte (0,714); Nordeste (0,780); Sudeste (0,750); Centro-Oeste (0,802); Sul (0,707).

Em suma, o que estes índices demonstram é que no Brasil predominam as grandes propriedades rurais - os latifúndios. A terra, aqui, é tratada como capital, como mercadoria e como meio de acumulação de capital. Quanto mais terra concentrada, mais capital se tem; quanto mais capital, mais poder (em suas inúmeras manifestações). Observe-se no Gráfico 20, a classificação das terras agriculturáveis (imóveis rurais) segundo o tamanho desses imóveis e sua distribuição pelas grandes regiões brasileiras:

<sup>17</sup> Índice de Gini: É uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero, a perfeita igualdade, até um, a desigualdade máxima (IBGE, 2008a, p. 43).



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2008. Org.: L. C. Santos.

**Gráfico 20. Distribuição da área total dos imóveis rurais<sup>18</sup> por categoria - Brasil e Grandes Regiões - 1998 (%)**

O Brasil é mesmo um país de latifúndios, visto que, 57,4% de seus imóveis rurais estão classificados como grandes propriedades.

Regionalmente o Centro-Oeste se destaca pela concentração fundiária, 73% de suas terras estão nas mãos de poucos. Rotulada pelo próprio setor do “agronegócio” como “celeiro agrícola brasileiro”, essa região têm sua produção (soja, milho, algodão), voltada, praticamente, para exportação. Além disso, fazendeiros e

<sup>18</sup> **Imóvel Rural** (INCRA) - Imóvel Rural, para os fins de cadastro do Incra, é o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes restrições: 1) Os imóveis localizados na zona rural do município cuja área total for inferior a 5.000 m<sup>2</sup> não são abrangidos pela classificação de “Imóvel Rural” e não são objeto de cadastro. 2) Os imóveis rurais localizados na zona urbana do município somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a dois ha e que tenham produção comercializada. [...] **Grande**: imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais; **Médio**: imóvel rural de área superior a quatro e até 15 módulos fiscais; **Pequeno**: Imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais; **Minifúndio**: Imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal” (DIEESE, 2008, p. 31, 269, grifo nosso).

**Módulo Fiscal** - Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: 1) tipo de exploração predominante no município; 2) renda obtida com a exploração predominante; 3) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; 4) o conceito de propriedade familiar (DIEESE, 2008, p. 269-270).

**Imóvel Produtivo** - Para o Incra, corresponde àquele que, explorado econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, Grau de Utilização da Terra - GUT (relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área explorável total do imóvel) igual ou superior a 80% e Grau de Eficiência na Exploração - GEE (relação percentual entre a produção animal e vegetal, dividida pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo Incra, e a área efetivamente utilizada) igual ou superior a 100% (DIEESE, 2008, p. 268).

grileiros tem demonstrado seu “pioneirismo” avançando sobre terras amazônicas o que, por sua vez, também insere o Norte do país como uma região latifundiária, pois, 70,3% de seus imóveis são assim definidos.

As regiões Sul, Sudeste e Nordeste apresentam uma menor concentração de grandes propriedades, entretanto, em torno de 40% de seus imóveis rurais podem ser classificados como latifúndios.

Os recursos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) também servem para confirmar a grande concentração fundiária nas regiões Norte e Centro-Oeste. Observe-se na Tabela 14 a distribuição dos recursos federais e o número desses contratos:

	Recursos		Contratos	
	R\$ (milhões)	%	(1.000)	%
Brasil	8.423,9	100,0	1.691.919	100,0
Norte	821,7	9,8	104.669	6,2
Nordeste	2.064,2	24,5	708.732	41,9
Centro Oeste	570,5	6,8	61.425	3,6
Sudeste	1.807,5	21,5	277.374	16,4
Sul	3.159,9	37,5	539.719	31,9

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2008. Org.: L. C. Santos.

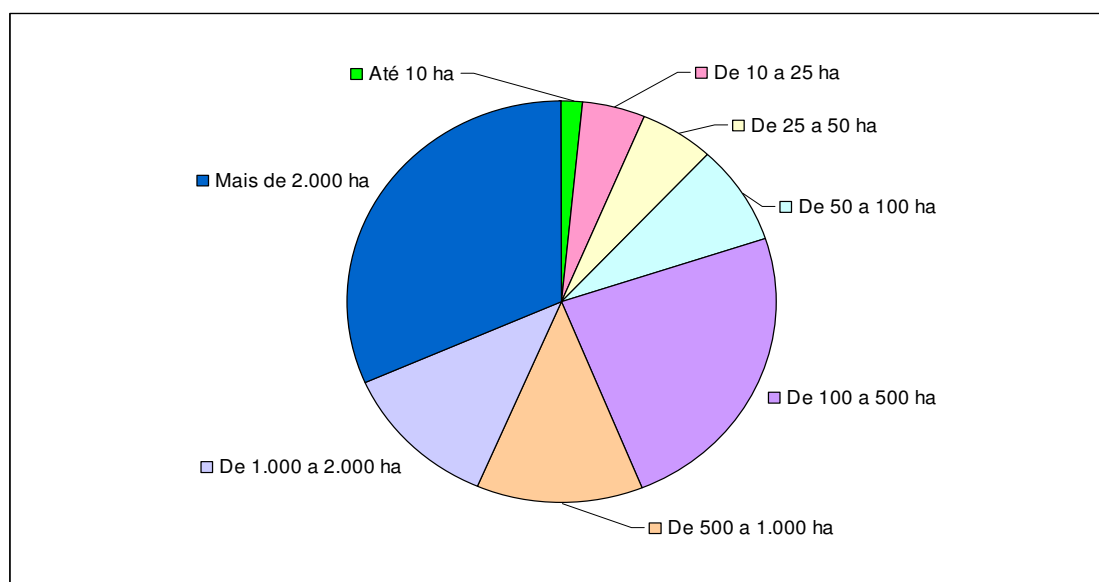
Os custeios e financiamentos do PRONAF destinam-se a pequenos agricultores, agricultores familiares, trabalhadores rurais, remanescentes de quilombos, agricultores de assentamentos não contemplados em outros programas, enfim, pequenos e descapitalizados proprietários. Assim, observa-se um número expressivo de contratos para as regiões Nordeste (41,9% de todos os contratos) e Sul (31,9%) e um pequeno volume no Norte (6,2%) e no Centro-Oeste (3,6%) do país. A porcentagem pequena de contratos dessas duas últimas regiões reflete a estrutura de grandes propriedades existentes porque o financiamento agrícola nessas regiões não se faz com pequenas quantias.

Outro detalhe da Tabela 14 mostra que apesar da Região Nordeste ter apresentado o maior número de contratos, os agricultores nordestinos receberam bem menos recursos (2,06 milhões de reais) que os agricultores da região Sul (3,1 milhões) e quase o mesmo montante os dos Sudeste (1,8 milhão), embora o número de contratos destes últimos seja 2,5 vezes menor que os do Nordeste.

Outra constatação da concentração de terras no Brasil diz respeito ao número de propriedades rurais e respectivas áreas em hectares. Da área total dos imóveis rurais, quase a metade (43,7%) são de propriedades com extensão superior a mil hectares, porém, esses imóveis representam apenas 1,7% do total. Por outro lado, 1,3 milhão de proprietários rurais, praticamente um terço dos imóveis rurais, mas que representam apenas 1,8% da área total, se espremam em pequenas propriedades, com média de 5,7 hectares. A Tabela 15 e os gráficos 21 e 22 apresentam essas informações:

Tabela 15 - Estrutura fundiária Brasil - 2003					
Estratos Área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (hectares)
	Nº. de imóveis	%	Hectares	%	
Até 10	1.338.771	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1.000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1.000 a 2.000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2.000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
Total	4.238.447	100,0	420.345.362	100,0	99,2

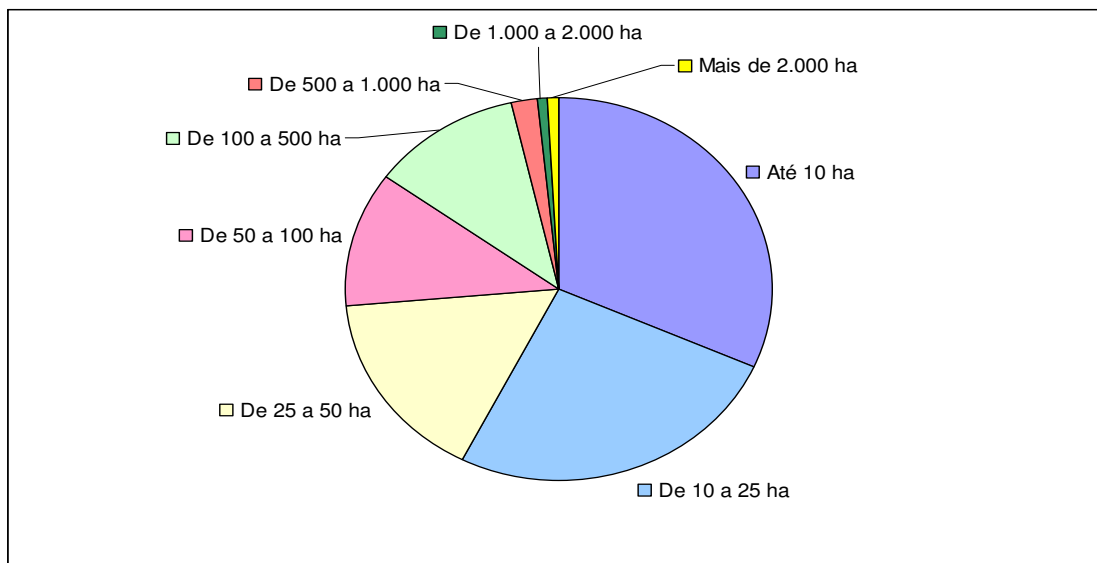
Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2008.



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2008. Org.: L. C. Santos.

**Gráfico 21. Distribuição da área total dos imóveis rurais segundo classes de imóveis com diferentes dimensões em hectares - Brasil 2003 (%)**





Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2008. Org.: L. C. Santos.

**Gráfico 22. Distribuição do número de imóveis rurais segundo classes de imóveis com diferentes dimensões em hectares - Brasil 2003 (%)**

Se o Brasil é um país de latifúndios, obviamente, é um país de latifundiários. Politicamente, os grandes proprietários rurais representam o maior entrave a qualquer proposta de mudança com vistas a promover uma desconcentração de terras, por mínima que seja.

Formando poderosos “lobbies” no Congresso Nacional, que inclui dezenas de senadores e deputados, os únicos interesses desses grandes fazendeiros são os de barrar qualquer tentativa, via projeto de lei ou coisa assim, que coloque em risco a atual estrutura fundiária do campo brasileiro.

O pesquisador José de Souza Martins (2004), em “Reforma Agrária: o impossível diálogo”, cita trecho de um discurso do senador Fernando Henrique Cardoso o qual, posteriormente, tornar-se-ia presidente deste país e, nessa condição, exerceria um importante papel na manutenção da atual estrutura agrária:

Numa conferência de 1983, Fernando Henrique Cardoso, então senador, assinalava, sobre propostas relativas à reforma agrária, que tramitavam no Senado: “Mas as propostas não passam porque existe uma maioria que é contra. E não é só isso. Estas questões não se politizaram realmente; não dividem. Não só não passam nas votações, como não chegam a ser divisores de águas, não estão no centro da discussão” (MARTINS, 2004, p. 21).

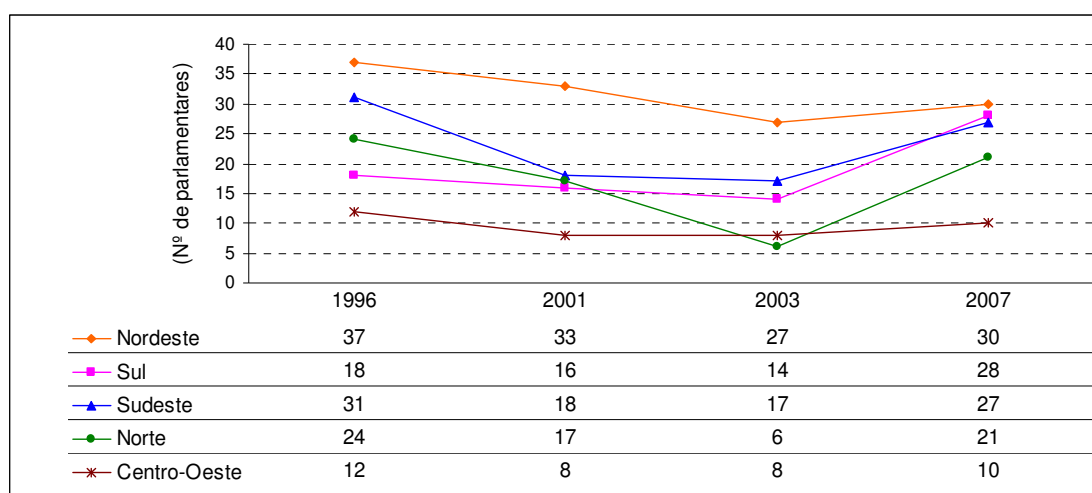
Segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), a

“bancada ruralista”, na legislatura 2007/2010, constitui-se de 116 parlamentares, corresponde a 22,6% do total dos congressistas do parlamento brasileiro. Com um número tão expressivo de membros, explica-se porque os projetos de efetiva reforma agrária no Brasil dificilmente saem do papel:

Historicamente, desde a legislatura de 1999/2003, a bancada ruralista desenvolveu a estratégia de ocupar todos os espaços políticos possíveis. Desde então, vem conquistando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e as presidências da Comissão de Agricultura e Política Rural e da Comissão de Meio Ambiente e Consumidor - esta última com menor freqüência. No Senado Federal, na última legislatura podia-se notar a proximidade efetiva de alguns senadores com os interesses da bancada ruralista. Não era inusitada a visita das lideranças ruralistas aos gabinetes dos senadores nos momentos de votação ou de encaminhamentos de projetos de interesse da bancada. Essa relação estreitou-se por ocasião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a questão da Terra (CPMI da Terra), quando foi aprovado o relatório do deputado Lupion (DEM/PR), que criminalizava os movimentos sociais, em detrimento do texto do relator titular da CPMI, deputado João Alfredo (PSOL/CE). [...]

O forte do grupo é o potencial para mobilizar um número de parlamentares bem maior que os diretamente envolvidos com a bancada. Assim, não é bem o número absoluto de membros que promove sua força, mas a capacidade de mobilização que possui junto aos diversos partidos políticos e às bancadas estaduais, além de sua representação política federal (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007, p. 5-6).

A representação dessa bancada conservadora, como afirma o texto, pode ser conferida pelo gráfico seguinte:



Fonte: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2007. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 23. Representação da bancada ruralista no Congresso Nacional - Brasil - 1996-2007**

O período representado no gráfico compreende os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (de 1999 a 2003), pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e o primeiro e parte do segundo mandato (de 2003 em diante) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

O presidente Fernando Henrique Cardoso (“FHC”), ao assumir o poder, destoou por completo de sua postura enquanto senador da República, pois, governou o país em estreita aliança com os setores mais conservadores da sociedade - representados pelo extinto Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM).

Na gestão FHC, a vice-presidência do país ficou nas mãos de um importante representante do coronelismo nordestino, o político pernambucano Marco Maciel e a presidência do Senado Federal, nesse período (1997-2001), foi comandada por outra liderança do extinto PFL, o político baiano Antonio Carlos Magalhães (“ACM”), uma das mais expressivas e truculentas figuras da oligarquia rural nordestina. Esses dois políticos constam da história recente do país como grandes colaboradores dos governos militares que se impuseram a partir de 1964.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de ser de um partido político com histórica tradição de atuação junto aos movimentos sindicais e sociais, trouxe contigo para a vice-presidência, desde o primeiro mandato (2003 a 2007), o senador mineiro José de Alencar (dono de um dos maiores conglomerados têxteis desse país - Coteminas), na época, filiado ao Partido Liberal (PL), cujo presidente - Valdemar da Costa Neto era um fidedigno representante dos ruralistas.

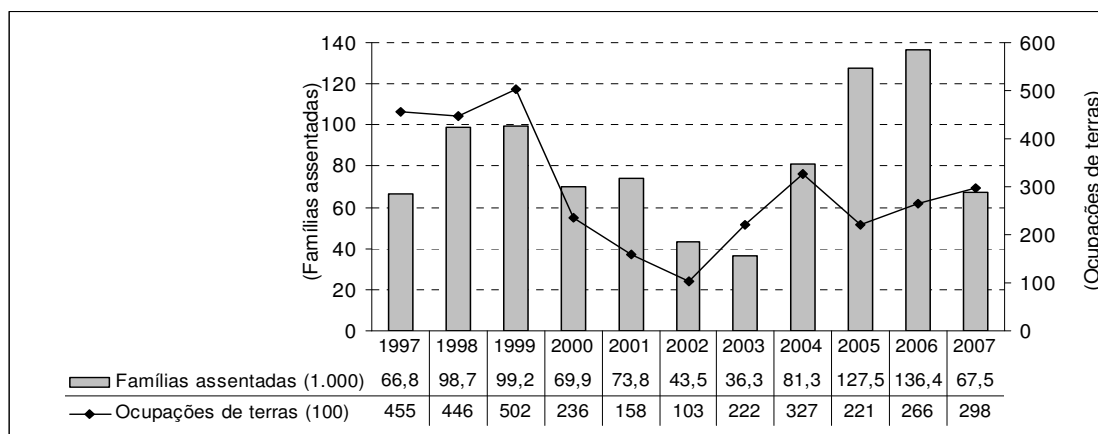
Quanto à leitura do Gráfico 24, se nota uma queda da bancada ruralista no Congresso Nacional logo no primeiro mandato do governo Lula; talvez conseqüência de uma expectativa de mudanças por parte do eleitorado que optou por votar em candidatos mais comprometidos com as causas sociais. Porém, verifica-se que após o impacto do “fenômeno Lula” os ruralistas se adaptaram muito bem ao novo governo (ou o novo governo se adaptou a eles), visto que, a partir de 2003 voltaram a aumentar a sua representação no congresso Nacional, inclusive, com um expressivo crescimento nas regiões Norte, Sudeste e Sul.

Para os parlamentares ruralistas, os partidos políticos aos quais estão filiados nada representam com relação aos seus programas ou propostas, são apenas meios de se chegar ao parlamento para, neste, defender seus verdadeiros

interesses particulares. Isso explica porque mesmo no período em que houve um declínio de seus representantes, como visto no gráfico anterior, não houve um recuo do conservadorismo no parlamento brasileiro. O INESC (2007) comenta:

A queda na representação da bancada, que foi reduzida de 117 deputados (1995/1999), para 89 (1999/2003) e depois 73 (2003/2007), em três legislaturas consecutivas, não enfraqueceu os ruralistas, pois eles obtiveram conquistas significativas nesse período. Na última eleição (2006), a bancada saltou de 73 para 116 membros. Cresceu, portanto, 58,9% em relação à última legislatura. No balanço geral, percebe-se que a oscilação na representação da bancada não deve ser vista como uma debilidade. Mesmo durante os anos magros, os ruralistas mantiveram um poder de pressão considerável no Legislativo e também sobre o Executivo. Obtiveram, nestes últimos 12 anos, vitórias consideráveis, como a aprovação da Lei de Biossegurança; a liberação dos transgênicos por meio de Medidas Provisórias; a aprovação do relatório final da CPMI da Terra. Ainda garantiram que o governo mantivesse intacta a Medida Provisória que suspende as vistorias nas áreas ocupadas pelos movimentos sociais e penaliza os agricultores sem-terra que participam de ocupações; e avançaram nas diversas renegociações das dívidas dos grandes produtores rurais, entre outras conquistas (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007, p. 6).

Os efeitos da atuação retrograda da bancada ruralista podem ser avaliados por meio do número dos assentamentos rurais efetivamente implementados pelo governo, mesmo porque, esses assentamentos, no fim das contas, trata-se de uma redistribuição de terras. Observe-se no Gráfico 24 o número de famílias assentadas e de ocupações de terras ocorridas no período 1997-2007, abrangendo os períodos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva:



Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007; DIEESE, 2008. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 24. Evolução do número de famílias assentadas e de ocupações de terras - Brasil - 1997-2007**

Existe uma relação entre aumento e/ou redução de ocupações de terras e assentamentos rurais. Verifica-se que no período correspondente ao segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2003) o número de assentamentos rurais caiu para menos da metade entre 1999 e 2002 (de 99,2 mil para 43,5 mil) No mesmo tempo, as ocupações de terra, em 2002, estavam reduzidas a 1/5 do total ocorrido em 1999, precisamente, 103 ocupações.

A respeito da forte redução dos assentamentos e ocupações rurais, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) comenta:

Este governo entrou para a História, marcado por um tipo de violência que não havia acontecido de forma explícita no Brasil: quem passou a matar os camponeses em luta pela terra, foram as forças policiais dos Estados. O massacre de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são os exemplos ocorridos no governo FHC. Estes dois massacres representavam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da reforma agrária. O apoio dos ruralistas à base de sustentação política do governo FHC, tem tido como contrapartida duas práticas políticas pelo governo: a primeira, posição repressiva aos movimentos sociais e a segunda, no plano econômico, prorrogando não se sabe até quando, as dívidas destes latifundiários que não às pagam (OLIVEIRA, 2007, p. 141-142).

O autor ainda afirma que mesmo os assentamentos ocorridos no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) aconteceram, em parte, por pressão dos movimentos sociais ligados aos agricultores sem terra, entretanto, quase 60% deles ocorreram na Amazônia, área que não representa mais que 10% das ocupações de terras organizadas pelos movimentos sociais.

Além disso, os assentamentos verdadeiramente originados de expropriação de terras para a reforma agrária podem ser ainda menores, uma vez que o geógrafo sustenta que entre os assentamentos estão incluídos as “regularizações fundiárias (as posses), os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural, e os projetos de reforma agrária propriamente dito” (OLIVEIRA, 2007, p. 142).

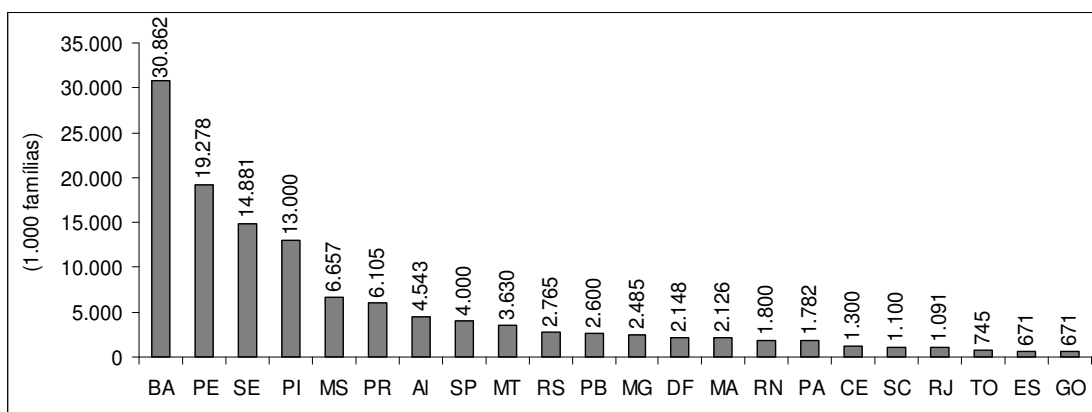
Outra observação interessante é que a partir do governo Lula as ocupações de terra se intensificaram, como demonstra o Gráfico 24 pelo total de famílias assentadas nos anos 2005-2006.

A explicação dada por Oliveira (2007), de incluir de tudo nas estatísticas de assentamentos, pode ser uma das respostas para o significativo aumento de

assentamentos ocorridos nos anos 2005-2006. O autor escreve até com ironia sobre os “números” da reforma agrária:

Parece até, uma doença congênita. Certos “técnicos do Cadastro do INCRA” parecem ser mágicos, pois enfeitam todos os dirigentes que por lá passam. Com o governo Lula não está sendo diferente, ou seja, também foi iludido ou pediu ajuda para, tentar iludir a todos que lutam pela reforma agrária. Aliás, o que é estranho é que o atual presidente do INCRA ajudou durante o governo FHC, a desmistificar “os dados falsos da maior reforma agrária do mundo do PSDB”. Aqui cabe também, uma digressão sobre o INCRA e seus “técnicos do Cadastro”. Se há uma caixa preta das terras do Brasil e da reforma agrária, ela está no Cadastro daquela instituição. Por lá passaram alguns dos maiores “agentes da grilagem de terra do país”, se é que eles ainda não estão por lá. (OLIVEIRA, 2007, p. 263).

Do outro lado da questão fundiária estão os despossuídos de todas as formas. O maior expoente da luta pela reforma agrária no Brasil é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Gráfico 25 apresenta os números dessa questão:



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2006. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 25. Número de famílias acampadas por Unidades da Federação segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - Brasil - 2005 (1.000 famílias)**

Importante destacar que esses dados referem-se apenas às famílias acampadas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que estão espalhadas em acampamentos rurais distribuídos por todo o Brasil e são estimadas em 124.240 famílias.

Os maiores contingentes de famílias sem terra estão, justamente, nos estados nordestinos, Bahia e Pernambuco na liderança; não por menos, os principais aliados

políticos do presidente Fernando Henrique Cardoso eram tradicionais políticos desses estados.

Entretanto, não é apenas o MST que ocupa terras nesse país. Segundo a Ouvidoria Agrária, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), das 298 ocupações de terra que aconteceram no Brasil em 2007 houve a participação de 28 movimentos sociais ligados à questão da terra (vide a relação desses movimentos no Anexo C). Destas, o MST participou em 217 delas (BRASIL, M. D. A., 2007).

Quanto ao governo Lula e a questão fundiária, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (2006) alega que esse governo também se assemelha ao seu antecessor, principalmente, privilegiando a Amazônia, quanto a destinação de áreas para assentamentos. Para o Instituto essa política tem objetivos bem definidos:

Além de impedir a desapropriação em áreas estratégicas para a construção de um modelo de desenvolvimento agrícola alternativo, assentado no desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar, essa não atualização também promove a concentração de assentamentos de reforma agrária na região da Amazônia Legal, representando um grande risco à sustentabilidade ambiental. Na prática, esses assentamentos têm sido funcionais à expansão do agronegócio na fronteira agrícola, oferecendo mão-de-obra barata para uma trajetória de ocupação desordenada e predatória. Estima-se que perto de 66% dos assentamentos estão concentrados nesta região (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2006, p. 4).

Um exemplo, para se cientificar de que não se avançou muito em termos de distribuição de terras para assentamentos, está no Gráfico 24. Nele, se observa que apenas 700 famílias separam os totais dos assentamentos feitos no governo Lula de 2007 para os assentamentos feitos pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1997 (67,5 mil famílias no governo Lula e 66,8 mil famílias no governo FHC).

Por conta disso, o INESC faz a seguinte análise dos assentamentos rurais no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

Pior, os dados mostram que há uma inversão da lógica da política de reforma agrária preconizada pelo PT e demandada pelos movimentos sociais: aumenta-se o peso do instrumento de compra e venda, reduz-se o peso do instrumento de desapropriação e joga-se, agressivamente, com os instrumentos de arrecadação e reconhecimento. Esse último, na prática significa que o governo reconhece assentamentos já realizados pelos estados, ou seja, parte considerável dessas 245 mil famílias não foi assentada em novos projetos, e em terras oriundas de desapropriação. De acordo com os números do governo, somente em 2005 foram

assentadas 127.506 famílias. Esse número vem sendo, contudo, contestado pela sociedade civil organizada, em especial pelos movimentos sociais, que reconhecem apenas cerca de 26 mil famílias assentadas em terras desapropriadas, nos projetos criados em 2005. O que ocorre na realidade?

A reforma agrária do governo tem buscado claramente uma linha de menor resistência. Expandem-se os processos de “reforma agrária” em áreas públicas, em especial pela via do reconhecimento de títulos públicos (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2006, p. 3).

O INESC cita algumas medidas que poderiam ser implementadas para se avançar no processo de reforma agrária:

1) Atualização dos índices de produtividade que orientam a aferição do Grau de Utilização (GU) e do Grau de Eficiência (GEE) dos imóveis rurais. O governo Lula se comprometeu a modificar os índices desde o início do mandato, mas a medida, até hoje, não saiu do papel. Apesar da Constituição Federal determinar que a cada dez anos esses índices sejam atualizados, a última modificação ocorreu em 1975. Com índices tão defasados fica impossível avaliar, de fato, se uma área é ou não produtiva diante do avanço tecnológico e da evolução do sistema agrícola.

2) Revogação do Decreto 2.250, de 11 de junho de 1997, que estabelece em seu Art. 4º que o imóvel rural que venha a ser objeto de ocupação não será vistoriado, para os fins de reforma agrária, enquanto a área não for desocupada. Apesar de não ter sido utilizado pelo governo, a sociedade civil organizada considera como inaceitável o recuo à lógica da criminalização dos movimentos sociais.

[...]

O orçamento da reforma agrária (MDA) para 2005, foi de R\$ 3,339 bilhões, dos quais foram executados R\$ 2,884 bilhões (86,39%), até 21/01/2006. Foram deixados de executar R\$ 454,5 milhões. Hipoteticamente, caso esses recursos pudessem ser remanejados e utilizados nos projetos de assentamentos, que custam em média cerca de R\$ 20 mil por família assentada, poderiam beneficiar aproximadamente 23 mil famílias (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2006, p. 3-4).

As declarações do presidente Lula, proferidas num evento na cidade de Mineiros (GO), ajudam a compreender porque as medidas citadas pelo INESC não foram implementadas:

Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser



mais sérios, porque nós temos que garantir para eles *o atendimento ao suprimento* (FOLHA ONLINE, 2007, grifo nosso).

Suprimento de que? Certamente, das generosas linhas de crédito que o setor sucroalcooleiro consegue para sua expansão, das facilidades de licenciamento ambiental, dentre outros “suprimentos”. Também, a garantia de que não serão importunados (leia-se manutenção da estrutura fundiária) na sua nobre missão de salvar o país de um “apagão energético”. Mais uma vez Oliveira (2007) comenta sobre essa questão:

A experiência da participação na equipe de Plínio de Arruda Sampaio no segundo semestre de 2003, para elaborar o primeiro documento que deveria ser o II PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária foi muito importante para que se pudesse reforçar a consciência de que em política vale tudo. No governo de FHC do PSDB não foi diferente, no governo Sarney do I PNRA também não foi diferente. Aliás, na ditadura militar, também não foi diferente (OLIVEIRA, 2007, p. 263).

## 8.2. A questão da renda

Igualmente à concentração de terras, o Brasil também se destaca quanto à concentração de renda. Internacionalmente, o país está entre os mais desiguais do mundo. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2007), a desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini<sup>19</sup>, situa o país em décimo primeiro lugar, numa relação de 177 países. A Tabela 16, a seguir, traz um comparativo dos países que apresentam as maiores e as menores desigualdades de renda do mundo.

Na relação dos países que apresentam as maiores desigualdade de renda, verifica-se que as cinco primeiras posições são ocupadas por nações africanas (Namíbia, Lesoto, Serra Leoa, República Centro-Africana, Botsuana) com uma história política, social e econômica diferente do Brasil devido ao processo de ocupação imperialista que a Europa impôs ao continente, sobretudo, a partir do século XIX. Também, se for levado em conta a questão da instabilidade política e

---

<sup>19</sup> Índice de Gini - “Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula)”. (PNUD, 2007).

socioeconômica do Haiti, observar-se-á que o Brasil “subirá” algumas posições no *ranking* das maiores desigualdades do planeta.

**Tabela 16 - Índice de Gini e Índice de Desenvolvimento Humano dos países com as maiores e as menores desigualdades de renda, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - 2007**

Maiores desigualdades			Menores desigualdades		
País	Índice Gini	*IDH	País	Índice Gini	*IDH
Namíbia	0,743	125	Dinamarca	0,247	14
Lesoto	0,632	138	Japão	0,249	8
Serra Leoa	0,629	177	Suécia	0,250	6
República Centro-Africana	0,613	171	República Checa	0,254	32
Botsuana	0,605	124	Noruega	0,258	2
Bolívia	0,601	117	Eslováquia	0,258	42
Haiti	0,592	146	Bósnia e Herzegovina	0,262	66
Colômbia	0,586	75	Finlândia	0,269	11
Paraguai	0,584	95	Hungria	0,269	36
África do Sul	0,578	121	Ucrânia	0,281	76
<b>Brasil</b>	<b>0,570</b>	<b>70</b>	Alemanha	0,283	22
Panamá	0,561	62	Eslovênia	0,284	27
Guatemala	0,551	118	Cróacia	0,290	47
Chile	0,549	40	Áustria	0,291	15
Honduras	0,538	115	Bulgária	0,292	53

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2007. (\*) *Ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

Ainda a título comparativo, a Tabela 17 confronta o Produto Nacional Bruto (PNB) e a renda *per capita* dos países da categoria “maiores desigualdades”:

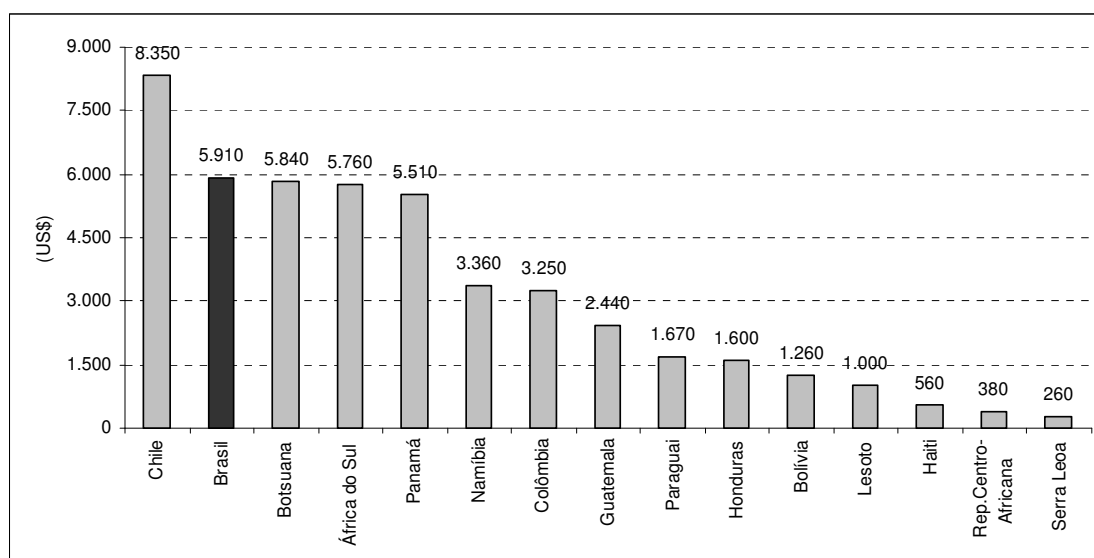
**Tabela 17 - Produto Nacional Bruto (PNB), renda *per capita* e Índice de Gini dos países com as maiores desigualdades de renda, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - 2007**

País	*Renda <i>per capita</i> (US dólares)	*PNB (milhões/dólares)		Índice de Gini	População (milhões)
Chile	8.350	138.630	**44	0,549	16.595
<b>Brasil</b>	<b>5.910</b>	<b>1.133.030</b>	<b>10</b>	<b>0,570</b>	<b>191.601</b>
Botsuana	5.840	10.991	108	0,605	1.881
África do Sul	5.760	274.009	28	0,578	47.588
Panamá	5.510	18.423	93	0,561	3.341
Namíbia	3.360	6.970	125	0,743	2.074
Colômbia	3.250	149.934	39	0,586	46.117
Guatemala	2.440	32.585	78	0,551	13.348
Paraguai	1.670	10.225	112	0,584	6.120
Honduras	1.600	11.339	107	0,538	7.091
Bolívia	1.260	11.964	106	0,601	9.518
Lesoto	1.000	2.007	171	0,632	2.006
Haiti	560	5.366	140	0,592	9.612
República Centro-Africana	380	1.667	174	0,613	4.343
Serra Leoa	260	1.537	176	0,629	5.848

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2007; World Bank, 2007. \*Banco Mundial, método Atlas. \*\**Ranking* das economias pela classificação do Banco Mundial. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

Primeiro, pela análise da tabela, verifica-se que, excluindo o Brasil, a somatória do Produto Nacional Bruto (PNB) de todos os países (US\$ 675.647) não alcança 60% do PNB brasileiro (US\$ 1.133.030); contudo, ao se analisar as respectivas rendas *per capita*, vê-se que nosso país é superado pelo Chile (44º economia do mundo), cujo valor supera em mais de 40% ao do Brasil.

Apesar da economia brasileira situar-se entre as dez maiores do planeta, o fruto de toda essa riqueza não é distribuída entre a população. O Gráfico 26 visualiza melhor essa contradição. Observa-se que a renda *per capita* dos brasileiros é apenas 70 dólares maior que a dos habitantes de Botsuana que, por sua vez, apresenta um produto nacional bruto que não chega a 1% do PNB brasileiro. Situação semelhante encontra-se na África do Sul, cuja renda *per capita* é somente 150 dólares menor que a brasileira, porém, o país africano carrega contigo, as cicatrizes de um brutal regime racista - o “apartheid”; que vigorou até 1994, excluindo a população negra de qualquer benefício ou direito social, político ou econômico.



Fonte: World Bank, 2007, Método Atlas. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 26. Renda *per capita* do Brasil e dos países com as maiores desigualdades de renda, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2007**

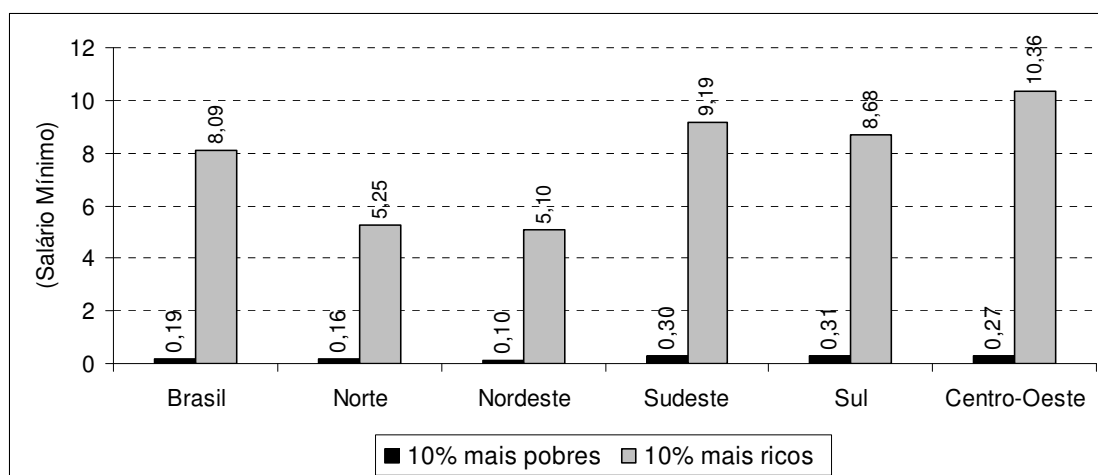
O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2008b), ao analisar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD 2007, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresenta novas informações acerca da concentração de

renda no Brasil. Segundo a pesquisa, o Índice de Gini no país caiu de maneira contínua e acelerada. De 2001 a 2007 declinou 7%, passando de 0,593 para 0,552; equivalente a uma taxa de redução média anual de 1,2%.

Ainda, de acordo com o IPEA (2008b), no mesmo período - de 2001 a 2007, a renda dos 10% mais pobres da população, cresceu anualmente a uma média em torno de 7%, enquanto que a renda dos 10% mais ricos cresceu 1,1%. Como exemplificação, o Instituto faz uma analogia entre o crescimento econômico da população mais pobre e mais rica do Brasil com o crescimento econômico de alguns países:

Os resultados revelam que a quase totalidade dos países apresenta uma taxa anual de crescimento da renda per capita menor do que a observada para os 10% mais pobres brasileiros (7%). De fato, a taxa anual de crescimento da renda dos 10% mais pobres no período 2001-2007 é muito próxima daquela observada para a China e maior que a de 99% dos países. No outro extremo da distribuição de renda, cerca de 80% dos países investigados apresentaram uma taxa anual de crescimento maior do que a observada para os 10% mais ricos brasileiros (1%). Esse grupo, portanto, têm a percepção de estar vivendo em um país estagnado, como o Senegal (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008b).

Apesar da euforia do IPEA, em demonstrar um crescimento econômico “chinês” para os mais pobres do Brasil contra um crescimento “africano” para os 10% mais ricos, nada obstante, estes últimos continuam a deter 40% de toda a renda nacional, observe-se o Gráfico 27:



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nº. 23. 2008d. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 27. Rendimento médio mensal familiar *per capita* dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos da população segundo as Grandes Regiões - Brasil- 2007 (salários mínimos)**

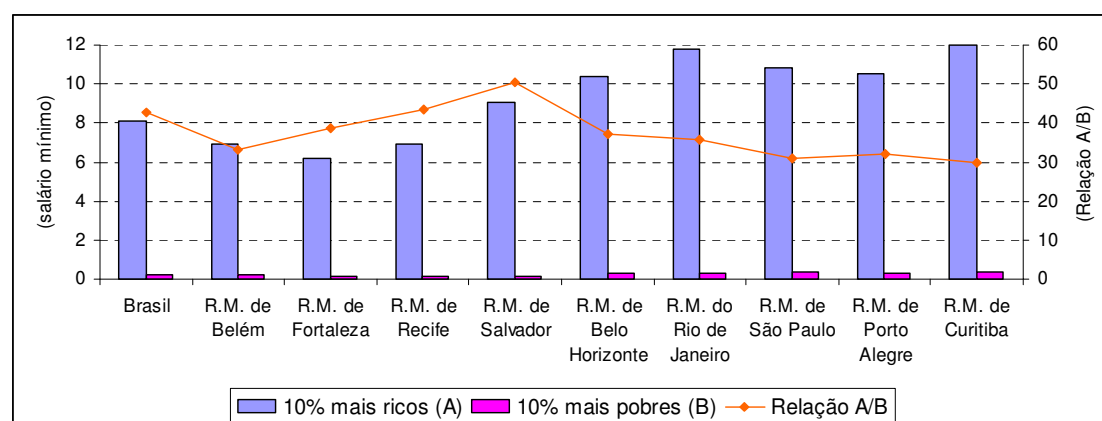
Em termos nacionais, em 2007, enquanto o rendimento médio mensal familiar *per capita* dos 10% mais pobres era de, apenas, 0,19 salário mínimo, para os 10% mais ricos essa importância era de 8,09 salários mínimos. Em dinheiro vivo, pelo valor do salário mínimo a partir de abril de 2007 (R\$ 380,00), essas cifras correspondiam a R\$ 72,20 para os mais pobres e R\$ 3.074,20 para os mais afortunados; uma diferença de ganho de 42,5 vezes entre as duas classes de rendimentos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008d).

Esse abismo econômico existente entre as classes mais pobres e mais ricas do Brasil se reproduz por todo o território brasileiro, observe-se na Tabela 18 e Gráfico 28 a reprodução dessas desigualdades para as regiões metropolitanas:

**Tabela 18 - Rendimento médio mensal familiar *per capita* dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos - Brasil e Regiões Metropolitanas - 2007 (salário mínimo\*)**

Região metropolitana	10% mais pobres (A)		10% mais ricos (B)		Relação A/B
	Salário mínimo	(R\$)	Salário mínimo	(R\$)	
<b>Brasil</b>	<b>0,19</b>	<b>72,20</b>	<b>8,09</b>	<b>3.074,20</b>	<b>42,6</b>
R.M. de Fortaleza	0,16	60,80	6,21	2.359,80	38,8
R.M. de Recife	0,16	60,80	6,92	2.629,60	43,3
R.M. de Belém	0,21	79,80	6,95	2.641,00	33,1
R.M. de Salvador	0,18	68,40	9,07	3.446,60	50,4
R.M. de Belo Horizonte	0,28	106,40	10,38	3.944,40	37,1
R.M. de Porto Alegre	0,33	125,40	10,53	4.001,40	31,9
R.M. de São Paulo	0,35	133,00	10,85	4.123,00	31,0
R.M. do Rio de Janeiro	0,33	125,40	11,77	4.472,60	35,7
R.M. de Curitiba	0,40	152,00	11,98	4.552,40	30,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008d. \*Valor do salário mínimo a partir de 01 de abril de 2007: R\$ 380,00 (Lei Federal nº. 11.498 de 28 de junho de 2007). Org. e atual.: Luiz Cláudio dos Santos.



Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008d. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 28. Rendimento médio mensal familiar *per capita* dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos e relação de rendimento médio entre as duas classes - Brasil e Regiões Metropolitanas - 2007 (salário mínimo)**

Essas informações permitem uma melhor visualização acerca da magnitude do desnível social existente no Brasil. Constatamos que o maior valor familiar *per capita* recebido pelos mais pobres não chega a meio salário mínimo (0,40), referido para a região metropolitana de Curitiba. Ainda assim, esse valor é mais que o dobro da média nacional (0,19) e das regiões de Fortaleza (0,16), Recife (0,16), Salvador (0,18) e Belém (0,21).

No oposto, os mais ricos, também moradores da região metropolitana de Curitiba são os mais abastados; a renda familiar *per capita* dessa classe corresponde a 11,98 salários mínimos. Os “menos” ricos estão situados na região metropolitana de Fortaleza, seus ganhos *per capita* são de 6,21 salários mínimos.

Apesar da classe rica da região de Curitiba apresentar os maiores ganhos, verifica-se pela tabela que a diferença de ganhos entre as duas classes é a menor do Brasil, mesmo que isso signifique que um curitibano rico ganhe trinta vezes mais que seu conterrâneo pobre.

A campeã em desigualdade de renda é a região metropolitana de Salvador, lá, o rendimento dos 10% mais ricos é 50,4 vezes maior que o rendimento dos 10% mais pobres.

Os índices apresentados pelas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, enfatizam que, em termos de macrorregiões, o Nordeste se sobressai como a mais desigual das regiões brasileiras. A confirmação dessa desigualdade de renda também pode ser comprovada pela análise com as demais unidades federativas do Brasil (Tabela 19).

As primeiras posições, com relação ao maior nível de pobreza, são ocupadas por todos os estados nordestinos. O estado do Maranhão, mais uma vez, surge como o lugar onde a pobreza se apresenta de forma mais aguda, pois, o rendimento médio mensal familiar *per capita* dos 10% mais pobres corresponde apenas a 0,08 do salário mínimo.

Em seguida vem o Piauí onde os mais pobres ganham apenas 0,09 do salário mínimo, contudo, nesse mesmo estado a diferença de ganhos entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos atinge o mais alto índice do país - 66,2.

O Distrito Federal ocupa o segundo lugar quanto ao abismo de ganhos: os mais pobres ganham 61,2 vezes menos que os mais ricos, que, por sua vez, possuem um rendimento médio mensal familiar *per capita* de 18,97 salários mínimos, o maior do Brasil. No caso específico do Distrito Federal essa questão,

certamente, está associada aos elevados e desproporcionais salários pagos pela administração pública aos membros dos altos escalões dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

**Tabela 19 - Rendimento médio mensal familiar *per capita* dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos e relação entre os rendimentos médios, segundo as Unidades da Federação e Distrito Federal - Brasil - 2007 (salário mínimo\*)**

Unidade da Federação	Rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> (Salário Mínimo)				Relação A/B
	10% mais pobres (A)		10% mais ricos (B)		
	Salário mínimo	(R\$)	Salário mínimo	(R\$)	
Maranhão	0,08	30,40	4,26	1.618,80	53,3
Piauí	0,09	34,20	5,96	2.264,80	66,2
Alagoas	0,10	38,00	5,72	2.173,60	57,2
Rio Grande do Norte	0,10	38,00	5,19	1.972,20	51,9
Ceará	0,10	38,00	4,65	1.767,00	46,5
Acre	0,11	41,80	6,46	2.454,80	58,7
Paraíba	0,11	41,80	6,17	2.344,60	56,1
Pernambuco	0,11	41,80	5,06	1.922,80	46,0
Bahia	0,12	45,60	5,13	1.949,40	42,8
Sergipe	0,13	49,40	4,97	1.888,60	38,2
Roraima	0,13	49,40	4,94	1.877,20	38,0
Amazonas	0,15	57,00	5,54	2.105,20	36,9
Tocantins	0,16	60,80	5,65	2.147,00	35,3
Pará	0,17	64,60	5,00	1.900,00	29,4
Rondônia	0,19	72,20	5,34	2.029,20	28,1
Amapá	0,19	72,20	4,97	1.888,60	26,2
Minas Gerais	0,23	87,40	7,15	2.717,00	31,1
Espírito Santo	0,24	91,20	7,58	2.880,40	31,6
Mato Grosso	0,25	95,00	6,46	2.454,80	25,8
Goiás	0,26	98,80	7,56	2.872,80	29,1
Mato Grosso do Sul	0,27	102,60	9,29	3.530,20	34,4
Rio Grande do Sul	0,28	106,40	8,42	3.199,60	30,1
Paraná	0,29	110,20	9,15	3.477,00	31,6
Distrito Federal	0,31	117,80	18,97	7.208,60	61,2
Rio de Janeiro	0,31	117,80	10,69	4.062,20	34,5
São Paulo	0,36	136,80	9,58	3.640,40	26,6
Santa Catarina	0,41	155,80	8,40	3.192,00	20,5

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008d. \*Valor do salário mínimo a partir de 01 de abril de 2007: R\$ 380,00 (Lei Federal nº. 11.498 de 28 de junho de 2007). Org. e atual.: Luiz Cláudio dos Santos.

Diante de tamanha desigualdade de renda no Brasil questiona-se: onde estão as causas?

Na publicação “Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Barros, Foguel e Ulyssea

(2007, p. 11) sustentam que 3/4 da renda familiar provêm do trabalho; esta, por sua vez, é determinada “(a) pela qualificação dos membros ocupados; (b) pelo acesso ao trabalho - isto é, pela oportunidade que os trabalhadores têm para utilizar suas qualificações; e (c) pela qualidade dos postos de trabalho a que têm acesso”.

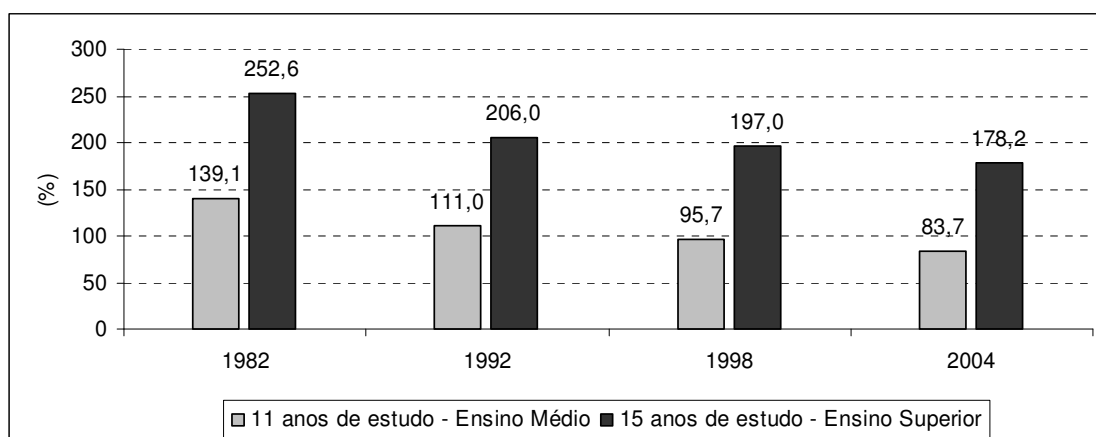
A qualificação para o mercado de trabalho, no entender dos autores, significa formação educacional: “para que se alcance maior igualdade é preciso promover um acesso mais eqüitativo à educação e a outras formas de capital humano...”.

Em diversos estudos sobre a questão da desigualdade de renda, uma grande ênfase é dada à formação educacional do indivíduo como meio de redução desta.

Para Crespo e Reis (2007, p. 25) “existe praticamente um consenso na literatura econômica de que os rendimentos de um indivíduo estão relacionados positivamente com o seu nível educacional”. Segundo os autores, “esse resultado é justificado pelo fato de um maior nível educacional aumentar a produtividade dos trabalhadores e, conseqüentemente, os seus rendimentos no mercado de trabalho”.

Também, para Barros, Franco e Mendonça (2007, p. 333) “o mercado de trabalho funciona como um tradutor da desigualdade educacional em desigualdade de remuneração”; em outras palavras, pouco estudo, baixo salário.

Sobre a relação entre rendimento e desnível educacional, o Gráfico 29 apresenta a variação de ganhos entre pessoas com zero ano de estudo e outras com 11 e 15 anos de estudo (equivalentes a conclusão do ensino médio e ensino superior):



Fonte: Belchior, 2007. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 29. Comparativo da valorização do rendimento do trabalho por nível de escolaridade, na comparação com zero ano de estudo (%)**



Nas mais de duas décadas expostas no gráfico se observa que houve uma substancial redução entre o diferencial de ganho entre as pessoas com zero ano de estudo e as outras com 11 anos de estudo (redução de 55,4 pontos percentuais) e 15 anos de estudo (74,4 pontos percentuais), mesmo assim, um trabalhador com diploma universitário possui uma valorização de rendimento de 178,2% sobre uma pessoa sem estudo nenhum.

O principal da questão educacional no Brasil é que a taxa de analfabetismo ainda permanece alta (10%), enquanto que a média de anos de estudo está em 7,3 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008a); em termos de diplomação, isto significa que as pessoas abandonam a escola antes mesmo de concluírem o ensino fundamental.

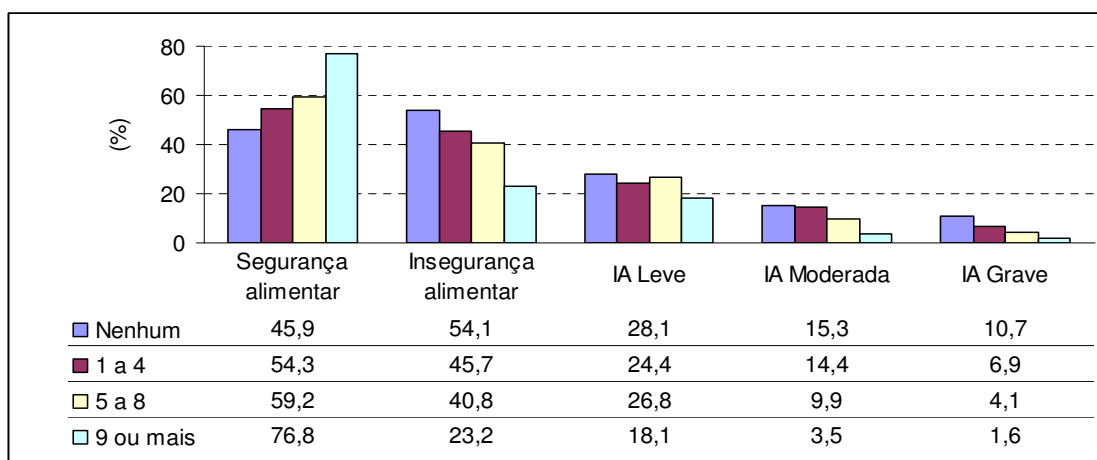
Crespo e Reis (2007) comentam o papel do “efeito-diploma” na relação com os rendimentos:

As evidências apresentadas nesta nota mostram que a conclusão de graus de educação tem efeitos significativos sobre os rendimentos. Portanto, não apenas cada ano a mais de escolaridade gera um determinado aumento percentual nos rendimentos, como esse ganho pode ser bastante significativo se o ano adicional de educação está associado a um grau completo. Para o primário completo<sup>20</sup>, foi estimado um aumento de 15% nos rendimentos. Já para o secundário e o superior, foram estimados efeitos-diploma de 18% e 23%, respectivamente (CRESPO; REIS, 2007, p. 29).

Quando se relaciona o fator educacional com a questão da vulnerabilidade alimentar no domicílio, se observa que nas residências onde a pessoa de referência não possui nenhuma instrução escolar os níveis de insegurança alimentar são mais elevados. As pesquisadoras Segall-Corrêa e Marín-León (2008) evidenciam essa relação (Gráfico 30):

---

<sup>20</sup> Por “primário completo” os autores referem-se ao atual Ensino Fundamental (até 2006, aos oito primeiros anos de estudo), conforme texto: “[...] correspondente ao primário completo e hoje denominado fundamental, é alcançado com 8 anos completos de escolaridade” (CRESPO; REIS, 2007, p. 26).



Fonte: Segall-Corrêa; Marín-León, 2008.

**Gráfico 30. Situação de segurança alimentar no domicílio segundo anos de estudo da pessoa de referência - Brasil - 2006 (%)**

Pela leitura do gráfico observa-se que nos domicílios onde a pessoa de referência possui nove ou mais anos de estudos a prevalência da segurança alimentar é de 76,8%, um índice bastante elevado. Esse índice cai para 45,9% quando o mantenedor da residência é analfabeto; ainda nessa condição, a chance de um domicílio enfrentar uma situação de insegurança alimentar grave é seis vezes maior do que nos domicílios onde o nível de escolaridade seja de nove anos ou superior.

A pesquisadora Ana Lucia Lovadino de Lima et al. (2008) também relacionou a escolaridade à questão nutricional, contudo, o objeto de estudo da pesquisadora foram as mães de crianças menores de cinco anos de idade. Os resultados estão na Tabela 20:

**Tabela 20 - Relação entre anos de estudo da mãe e déficits de altura e peso para a idade, e excesso de peso para a idade, em crianças menores de cinco anos de idade - Brasil - 2006 (%)**

Anos de estudo da mãe	Déficit de altura para idade	Déficit de peso para idade	Excesso de peso para idade
Zero	16,6	8,2	4,2
1 a 3	13,6	4,4	6,4
4	5,7	2,6	6,2
5 a 8	7,8	1,4	6,8
9 a 11	4,7	1,6	6,7
12 ou mais	6,2	0,9	6,9

Fonte: Lima et al., 2008.

A relação direta entre escolaridade e desenvolvimento antropométrico das

crianças também se contempla nessa tabela. Observe-se que as crianças cujas mães são analfabetas (zero ano de estudo) estão em desvantagem tanto no déficit de altura para idade, quanto no peso para a idade. Notadamente, no quesito “déficit de peso para idade”, as crianças de lares onde suas mães possuem 12 ou mais anos de estudo apresentam ínfimos 0,9% de diminuição na relação peso/idade.

Ainda pela análise da tabela anterior verifica-se que no único componente onde as crianças cujas mães não freqüentaram a escola se sobressaem é “excesso de peso para a idade”; embora, nesse caso, se possa afirmar que não engordaram por falta de acesso (financeiro) a produtos alimentícios, principalmente, aos destinados ao público infantil que são altamente calóricos.

Nada obstante quanto a relação entre escolaridade e disponibilidade alimentar e nutricional, todavia, ninguém passa fome apenas porque é analfabeto. Se assim fosse, a própria espécie humana já teria sido extinta da face da terra.

A questão maior da insegurança alimentar está na condição de pobreza em que milhões de famílias estão inseridas. Essa situação se reflete, de imediato, na questão alimentar, principalmente, porque, sobretudo em áreas urbanas, a aquisição de alimentos está diretamente condicionada ao poder aquisitivo de cada família.

Portanto, a diminuição dos níveis de insegurança alimentar, necessariamente passa pela melhoria do poder aquisitivo das parcelas mais pobres da população. A educação torna-se um meio para se conseguir esse objetivo.

No entanto, em termos de política de governo, não se pode ensejar pela diminuição da desigualdade social apenas por meio da melhoria do nível educacional da população; mesmo porque, muitas vezes, o abandono da escola vem por causa da necessidade da complementação da renda familiar. Acerca dessa situação Santos (1979) comenta:

Já não se afirmou que o pobre pode melhorar a sua situação através do esforço individual, da iniciativa pessoal ou da educação? É dessa maneira que se alimenta a esperança da mobilidade ascendente, justificando, ao mesmo tempo, a sociedade competitiva. Assim, a pobreza é considerada apenas como uma situação transitória, um estágio na mobilidade social, evitando-se procurar idéias para mudar o estado das coisas (SANTOS, 1979, p. 12).

Porém, diferentemente, Barros; Foguel e Ulysea (2007) sustentam que a educação é o fator central para redução da desigualdade de rendimentos:

Assim, para que se alcance maior igualdade é preciso promover um acesso mais eqüitativo à educação e a outras formas de capital humano, ampliar o acesso ao trabalho de boa qualidade e reduzir imperfeições no funcionamento do mercado de trabalho que levem à persistência de grandes diferenças de remuneração entre trabalhadores com produtividade similar (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2007, p. 11).

Com outras palavras, os autores sugerem que a desigualdade de renda se resolverá a partir do momento em que os mais pobres tiverem acesso integral a educação de qualidade em todos os níveis; haver empregos suficientes para todos e os salários forem condizentes com a dignidade humana. Nisso todos concordam. A questão maior é se conseguir isso dentro de todo antagonismo mercadológico do modo de produção capitalista.

## IX. A GEOGRAFIA DA VULNERABILIDADE À FOME

Na introdução deste trabalho se afirmou que no Brasil de hoje a fome é ao mesmo tempo oculta e explícita. É explícita porque mais de 35 milhões de brasileiros são assistidos pelo Estado que, mensalmente, lhes repassa milhões de reais para que possam se alimentar adequadamente.

A fome é oculta porque a sua caracterização na população brasileira não é tarefa das mais fáceis. Não se apresenta mais como nos tempos de Josué de Castro (2003b) a cobrir dois terços do território brasileiro em extensas “áreas de fome”. Entretanto, mesmo hoje, ela se espacializa por todo o território brasileiro.

Uma simples verificação dessa afirmação advém de um programa de distribuição de cestas básicas do Governo Federal. Observe-se na Tabela 21:

<b>Tabela 21 - Número de beneficiários do Programa Cesta Alimentar, do Governo Federal, segundo unidades federativas selecionadas - Brasil - Jan. - Out. 2008</b>						
Região	Unidade Federativa	Beneficiários (1.000)			Cesta alimentar (1.000)	Recursos (R\$/mil)
		Total	População Indígena	População Quilombola		
C. Oeste	Mato Grosso do Sul	266.000	97.000	360	164.000	8.900.000
Nordeste	Pernambuco	166.000	12.800	8.600	120.000	6.500.000
Norte	Pará	131.800	386	1.400	30.800	1.700.000
Sudeste	São Paulo	76.800	652	5.600	26.300	1.400.000
Sul	Paraná	50.700	4.200	355	47.500	2.600.000

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008a. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

Nessa tabela constam apenas as unidades federativas de cada região que apresentam o maior número de beneficiários das cestas alimentares. Geralmente a distribuição de cestas básicas se faz em períodos/situações de emergência, como

secas prolongadas no sertão nordestino ou qualquer outra excepcionalidade que possa se abater sobre o cotidiano de vida dos brasileiros.

Entretanto, nesse caso, a entrega das cestas de alimentos se faz por meio de uma ação institucional promovida pelo Fome Zero denominada “*Alimentos a grupos populacionais específicos*”, cujas características são:

Ação realizada por meio de convênio firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Companhia Nacional de Abastecimento, com o objetivo de atender, por meio da distribuição de cestas de alimentos, às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

[...]

A prioridade é dada a grupos remanescentes de quilombos, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, comunidades de terreiros, indígenas, atingidos por barragens e populações residentes em municípios vítimas de calamidades públicas, impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos.

[...]

Amplia o acesso aos alimentos básicos dos povos indígenas, comunidades quilombolas, grupos de trabalhadores rurais acampados, catadores de lixo e outros que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da distribuição de alimentos (BRASIL, P. R., 2008a).

Em 2007, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome distribuiu 2.097.153 cestas de alimentos para 402.726 famílias (BRASIL, M. D. S., 2008a). Na fonte referenciada não está especificada a quantidade que cada “grupo populacional específico” recebeu, sendo assim, se aplicarmos uma matemática rasa, diremos que cada família recebeu apenas cinco cestas básicas no transcorrer do ano de 2007.

Descontando-se as “situações excepcionais” (que no Brasil são corriqueiras), o que se nota é que o público consumidor destas cestas de alimentos constitui-se, na realidade, de grupos sociais que estão excluídos do sistema produtivo, sejam na condição de desempregados; de “sem terra”, ou ainda, na condição dos grupos sociais historicamente marginalizados desde o processo de colonização, como é o caso dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

Todos esses grupos têm algo em comum: a sua capacidade produtiva está sendo cerceada pelo desemprego, pela concentração de terras, pela expulsão das terras etc. pela falta de oportunidades e/ou baixa qualificação profissional etc., por isso estão em situação de insegurança alimentar e nutricional. Não se trata de medidas emergenciais. Trata-se de medidas estruturais.

O caso dos “catadores de lixo” nos fornece uma visão mais ampliada dessa situação. Quando as pessoas se envolvem na coleta de lixo reciclável pelas ruas deste país é porque estão no último patamar antes da mendicância; o dinheiro ganho com a venda do material reciclável torna-se a única fonte de renda para a aquisição de alimentos ou qualquer outro produto de sustentação básica. Estima-se que haja algo em torno de 300 mil catadores de lixo no Brasil incluindo-se crianças, homens, mulheres e idosos de ambos os sexos.

Entre os catadores de lixo encontra-se uma heterogeneidade de vidas e profissões anteriores. A maioria dos catadores de lixo é oriunda de funções com pouca ou nenhuma exigência de qualificação profissional (serventes de pedreiro, porteiros, lavradores, vigias e faxineiros etc.), no entanto, também se encontram, nesse meio, pessoas com experiência profissional qualificada, como motoristas, metalúrgicos, marceneiros, dentre outras, que se lançaram à coleta de lixo após a perda do emprego formal. Muitos se consideram numa situação transitória, a espera de um emprego com “carteira assinada” (SANTOS, 2004).

Deste modo, situar os catadores de lixo na condição de desempregados seria mais sensato de que em “grupo populacional específico”. É dessa condição que advêm à insegurança alimentar e nutricional.

Não obstante, a insegurança alimentar não se faz presente apenas nos grupos sociais citados, em pouco mais de um terço dos domicílios brasileiros, a fome, de certa forma, é uma preocupação constante. E onde estão esses domicílios? Em 2004 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006) realizou uma pesquisa, exclusivamente, sobre a temática da segurança alimentar. Os resultados estão expostos nas Tabelas 22 e 23:

**Tabela 22 - Domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 2004**

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Situação do domicílio					
	(1.000 domicílios)			(% )		
	Total	Urbano	rural	Total	Urbano	Rural
Total	51.802.121	43.820.614	7.981.507	100,0	100,0	100,0
Com Segurança alimentar	33.754.206	29.242.599	4.511.607	65,2	66,7	56,5
Com Insegurança alimentar	18.024.439	14.556.572	3.467.867	34,8	33,2	43,4
Leve	8.308.975	6.923.966	1.385.009	16,0	15,8	17,4
Moderada	6.364.308	5.003.621	1.360.687	12,3	11,4	17,0
Grave	3.351.156	2.628.985	722.171	6,5	6,0	9,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

**Tabela 23 - Moradores em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 2004**

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Moradores em domicílios particulares					
	(1.000 moradores)			(% )		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Total	181.428.807	150.529.088	30.899.719	100,0	100,0	100,0
Com segurança alimentar	109.190.429	93.721.824	15.468.605	60,2	62,3	50,1
Com insegurança alimentar	72.163.886	56.736.950	15.426.936	39,8	37,7	49,9
Leve	32.645.194	26.697.916	5.947.278	18,0	17,7	19,2
Moderada	25.596.991	19.561.233	6.035.758	14,1	13,0	19,5
Grave	13.921.701	10.477.801	3.443.900	7,7	7,0	11,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

Os resultados das tabelas anteriores representam apenas uma estimativa da situação de segurança alimentar existente no Brasil, uma vez que a pesquisa foi feita por amostragem, mesmo assim, se constata que cerca de 14 milhões de brasileiros, ainda hoje, enfrentam, cotidianamente, a triste realidade da falta de comida em seus lares torna-se um grave problema de caráter público-governamental.

Nesta condição, a situação de carência alimentar mais agravante, de acordo com os dados tabelados, situa-se na área rural, justamente, onde se deveria concentrar a produção de alimentos.

Para o economista Rodolfo Hoffmann (2008, p. 52), em artigo sobre a pesquisa de segurança alimentar do IBGE, afirma que o fato dos domicílios rurais apresentarem os maiores índices de insegurança alimentar está relacionado ao menor rendimento *per capita* de seus moradores, por conseguinte, menos acesso aos alimentos. Contudo, o autor afirma que “controlando o efeito da renda e de outros fatores, a insegurança tende a ser *menor* na área rural do que na área urbana”. O mesmo autor ainda sustenta que no Brasil a insegurança alimentar é fruto da insuficiência de renda:

Nas economias mercantis em geral e, particularmente, na economia brasileira, o acesso diário aos alimentos depende, essencialmente, de a pessoa ter poder aquisitivo, isto é, dispor de renda para comprar os alimentos. E uma parcela substancial da população brasileira tem rendimentos muito baixos, determinando a sua insegurança alimentar (HOFFMANN, 2008, p. 50).

Hoffmann (2008) busca no, também, economista indiano Amartya Sen (*Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*) a afirmação de que,



em muitos casos, onde ocorreu mortandade humana pela fome, a fatalidade se deu menos pelo falta de alimentos e mais pela dificuldade e/ou impossibilidade de acesso à alimentação.

Da mesma forma segue o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006) para uma conceituação de fome:

Condição definida como uma sensação de ansiedade e desconforto provocada pela falta de comida. No contexto estudado, a fome é referida como uma condição involuntária, *causada pela falta de recursos dos indivíduos ou famílias para a obtenção dos alimentos necessários*. Pode ser de diversos graus e, conseqüentemente, seu impacto é tanto maior sobre o bem-estar dos indivíduos e populações, quanto mais grave for a carência de alimentos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006, p. 132, grifo nosso).

Observe-se que a definição do IBGE (2006) associa, explicitamente, falta de comida à falta de dinheiro.

Hoffmann (2008), após a análise dos dados da pesquisa do IBGE (2006) e acerca das causas da insegurança alimentar no Brasil, emite as seguintes considerações:

Os determinantes da insegurança alimentar analisados neste trabalho permitem explicar, em geral, as grandes variações observadas na probabilidade de insegurança alimentar. O determinante isolado mais importante é, sem dúvida, a renda domiciliar *per capita* (RDPC). É muito substancial a redução na probabilidade de insegurança alimentar grave associada à passagem do estrato mais pobre (com RDPC  $\leq 0,25$  salário mínimo) para o estrato seguinte (com RDPC de mais de 0,25 a 0,5 salário mínimo), e essa probabilidade se torna desprezível no estrato de RDPC  $> 10$  salários mínimos (HOFFMANN, 2008, p. 60).

Outra experiência, sobre fome e poder aquisitivo, vêm da pesquisadora Ana Maria Segall-Corrêa, responsável (coordenação) pela validação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA (SEGALL-CORRÊA, 2004).

A partir de informações da mesma pesquisa do IBGE (2006) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2004 e da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2006 (BRASIL, M. S., 2008), Segall-Corrêa (2008) analisa a evolução da insegurança alimentar no Brasil entre os anos de 2004 e 2006. Suas conclusões foram de que “milhões de famílias brasileiras ainda convivem com a insegurança alimentar e a fome”, além de que “a

desigualdade social ainda é uma marca muito brasileira”.

A Tabela 24 traz informações sobre as condições físicas do domicílio, a existência de equipamentos urbanos e a insegurança alimentar:

<b>Tabela 24 - Relação entre poder aquisitivo, condições do domicílio e insegurança alimentar - Brasil - 2004 - 2006</b>					
Características do domicílio	Nº de domicílios na Amostra (1.000)	Domicílios com segurança Alimentar (%)	Domicílios com insegurança Alimentar (%)		
			Leve	Moderada	Grave
<b>• Tipo de moradia</b>					
Alvenaria, madeira aparelhada	11.769	63,8	22,9	9,1	4,2
Madeira aproveitada, taipa não revestida	623	33,9	28,8	19,7	17,6
Palha, adobe, lona/plástico, outro	323	40,8	23,8	22,2	13,2
<b>• Abastecimento de água</b>					
Canalizada em pelo menos 1 cômodo	11.042	64,5	23,0	8,5	4,0
Canalizada no terreno	804	51,0	24,6	15,1	9,3
Não Canalizada/outro	871	38,6	22,3	25,4	13,7
<b>• Esgotamento sanitário</b>					
Rede de esgoto/pluvial-fossa séptica ligada à rede/fossa séptica não ligada	8.949	66,5	22,2	7,7	3,5
Fossa rudimentar/ vala aberta/ direto no terreno	2.895	53,0	26,2	14,3	6,5
<b>• Número de pessoas por cômodo/dormitório</b>					
Abaixo da média	5.750	71,9	18,9	6,6	2,7
Média ou mais	6.968	53,8	27,0	12,5	6,7

Fonte: Segall-Corrêa, 2008.

Observa-se que a insegurança alimentar atinge 61,4% dos domicílios sem abastecimento de água canalizada e 59,2% das habitações confeccionadas (“construídas”) a partir de restos de madeira, palha, lona plástica etc. Em ambientes urbanos, essas precárias moradias são os correspondentes às favelas, aos mocambos e outros correspondentes que o regionalismo nos provê.

Certamente, ninguém habita um ambiente desprovido de condições dignas de moradia por livre opção. É o baixo poder aquisitivo que força milhões de brasileiros a se abrigarem debaixo de lonas, pedaços de papelão e restos de madeiras de construções. Nessas condições, a falta de alimentos torna-se a principal preocupação dessa calamitosa vida de extrema pobreza.

Determinados fatores interferem diretamente no grau de insegurança alimentar que atinge o domicílio; variam desde a queda na qualidade dos produtos até a diminuição da quantidade dos alimentos.

Intimamente ligados ao perfil socioeconômico dos moradores, esses fatores incluem além da renda, a localização espacial da residência (urbano ou rural), o

número de habitantes por domicílio, a presença de crianças e adolescentes no domicílio, ao gênero, a cor, a idade e ao nível de escolaridade dos moradores e/ou pessoa de referência do domicílio.

Assim, de acordo com as pesquisas realizadas nesse campo, existe uma grande probabilidade de se conviver com a fome nos domicílios que apresentam o seguinte perfil socioeconômico: baixo rendimento familiar; habitados por mais de 7 pessoas incluindo-se crianças e/ou adolescentes; onde a pessoa de referência seja mulher; negra; com idade inferior a 55 anos e com nenhuma escolaridade (HOFFMANN, 2008; IBGE, 2006; SEGALL-CORRÊA, MARÍN-LEÓN, 2008).

Tanto Hoffmann (2008) quanto Segall-Corrêa e Marín-León (2008) salientam que em domicílios administrados por idosos (acima de 60 anos) a prevalência de insegurança alimentar apresenta-se em níveis mais baixos. Hoffmann (2008) atribui esta ocorrência à estabilidade gerada pelo efeito das aposentadorias e pensões, fato que ocorre em 29% dos domicílios pesquisados.

Dos fatores citados, o gênero, a cor e a escolaridade da pessoa de referência são os que mais influenciam na manutenção da segurança alimentar do domicílio.

No caso do gênero, a insegurança alimentar é maior nos domicílios comandados por mulheres. Confirma-se essas informações na Tabela 25, a partir de Hoffmann (2008) e Segall-Corrêa e Marín-León (2008):

**Tabela 25 - Prevalência da situação de segurança alimentar no domicílio conforme o sexo da pessoa de referência do domicílio - Brasil - 2004/2006**

Autor	Sexo de referência	Nº de Domicílios (1.000)	Segurança alimentar (%)	Insegurança alimentar (%)		
				Leve	Moderada	Grave
Hoffmann (2004)	Masculino	36.883	66,8	15,8	11,6	5,8
	Feminino	13.280	60,2	16,8	14,5	8,5
Segall-Corrêa e Marín-León (2006)	Masculino	10.168	63,3	23,0	9,1	4,6
	Feminino	2.550	59,0	23,6	12,1	5,3

Fonte: Hoffmann, 2008; Segall-Corrêa e Marín-León, 2008.

Apesar das diferenças dos percentuais dos pesquisadores, relacionadas ao uso de diferentes metodologias para coleta e/o tratamento dos dados, optou-se pela inserção de ambos por tratarem-se de informações de períodos diferentes, apesar de curtos. Nada obstante, observa-se que a prevalência da insegurança alimentar nos domicílios femininos se destaca nos dois autores.

A explicação para tal situação remonta ao próprio processo civilizatório onde o papel da mulher foi secundarizado por conta de uma ideologia discriminatória da

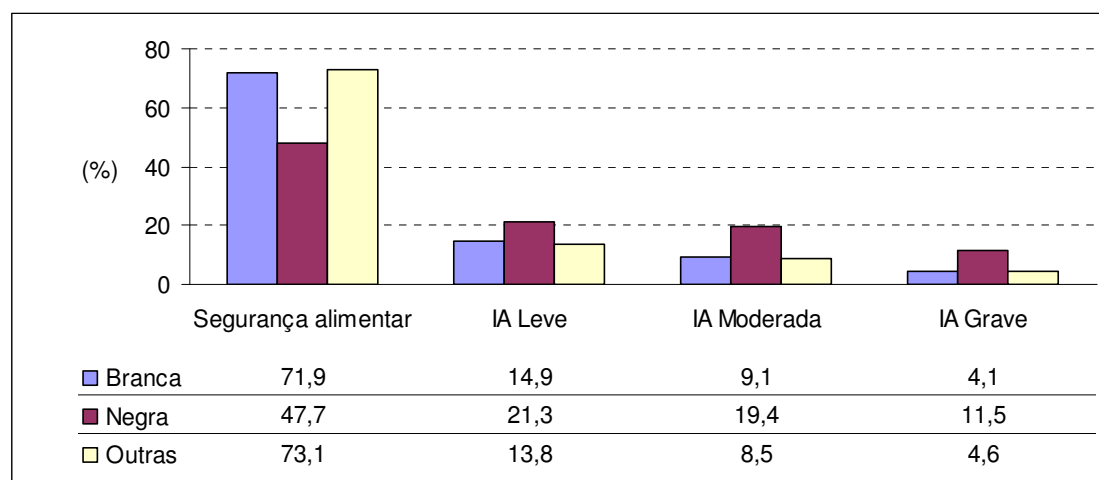
superioridade masculina. Tanto que, ainda hoje, os salários de homens e mulheres para uma mesma função/qualificação são diferenciados em detrimento delas (vide Gráfico 33). Pinheiro et. al. (2008) demonstra que, mesmo permanecendo mais tempo nos bancos escolares, a taxa de desemprego em 2007 foi maior para as mulheres (Tabela 26):

**Tabela 26 - Média de anos de estudo e taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça - Brasil - 2007**

	Branca		Negra	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Média de anos de estudo	9,3	8,4	7,4	6,3
Taxa de desemprego (%)	9,2	5,3	12,2	6,4

Fonte: Pinheiro et al. 2008. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

Situação de prevalência de insegurança alimentar no domicílio, semelhante ao administrado por mulheres, ocorre quando a pessoa de referência é negra. Observe-se no Gráfico 31:



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. (IA: Insegurança alimentar). Org.: L. C. Santos.

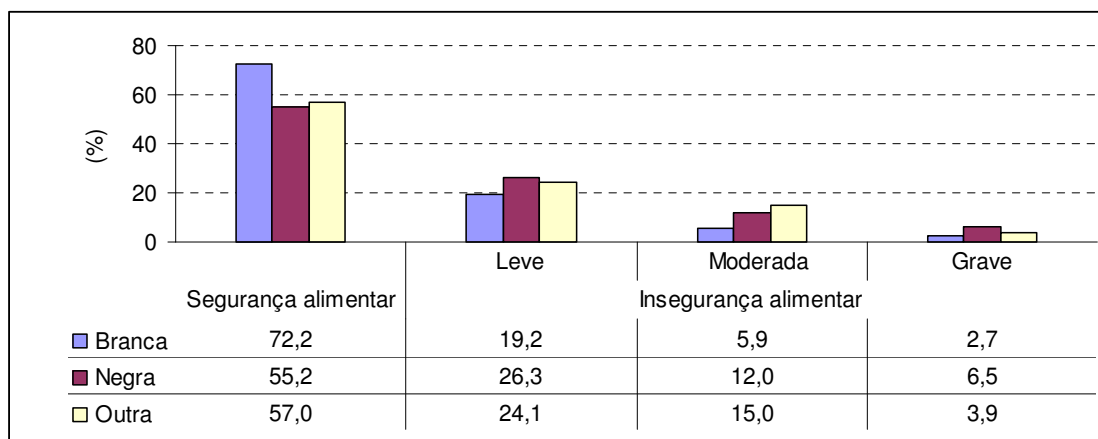
**Gráfico 31. Situação de segurança alimentar existente no domicílio segundo a raça/cor da pessoa de referência no domicílio - Brasil - 2004 (%)**

Conforme se contempla no gráfico, a segurança alimentar prevalece em menos da metade dos domicílios negros (47,7%), enquanto que nos lares de população branca e outras estes índices se elevam para 71,9% e 73,1%, respectivamente.

A situação mostra-se ainda mais agravante acerca da insegurança alimentar grave (situação de fome), pois, o percentual da população negra nessa condição

(11,5%) é, praticamente, o triplo das populações branca (4,1%) e outras (4,6%).

As pesquisadoras Segall-Corrêa e Marín-León (2008) igualmente abordaram este tema. Os resultados estão expressos no Gráfico 32:



Fonte: Segall-Corrêa, Marín-León, 2008.

**Gráfico 32. Situação de segurança alimentar existente no domicílio segundo a cor da mulher entrevistada - Brasil - 2006 (%)**

As informações de Segall-Corrêa e Marín-León (2008) estão inclusas na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (BRASIL, M. S., 2008). A particularidade nesse caso é que a pessoa de referência no domicílio é mulher. Foram pesquisados 15.057 domicílios, distribuídos conforme a cor da mulher entrevistada em: branca (5.854), negra (8.417), outra (786).

Nada obstante, também nesse cenário, a situação da mulher negra continua desfavorável. Apesar dos percentuais serem um pouco amenos (quando comparados aos dados do IBGE, 2006), porém, novamente verifica-se que no quesito “insegurança alimentar grave” o percentual apresentado pela mulher negra (6,5%) é 2,4 vezes maior que o da mulher branca (2,7%).

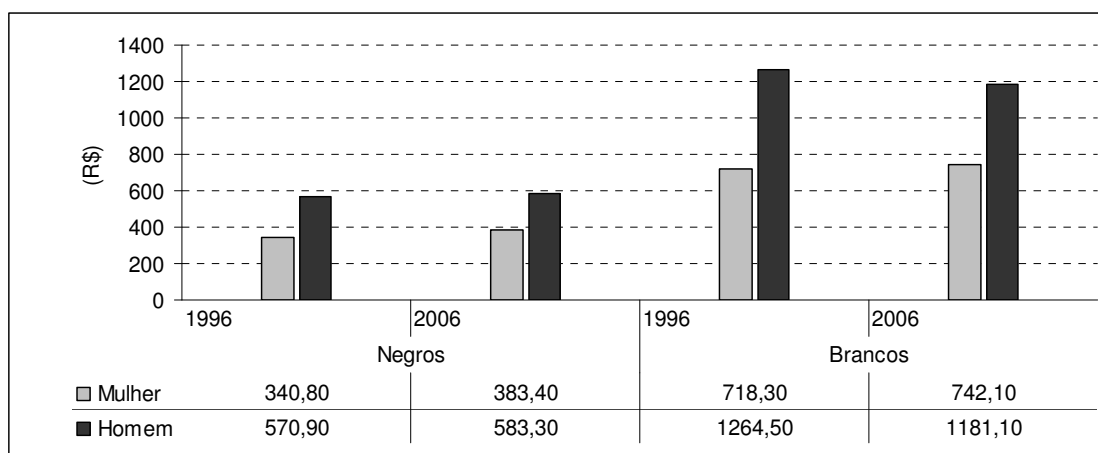
Situação semelhante ocorre para a “insegurança alimentar moderada” pois, nos domicílios geridos por mulheres negras este índice atinge 12%; já, nos lares das mulheres brancas, essa cifra cai pela metade (5,9%).

A cor “outra” se sobressai na categoria de insegurança alimentar moderada apresentando um índice de 15%, superior mesmo ao da cor negra (12%). Contudo, quando somados os níveis moderado e grave de insegurança alimentar das duas categorias os percentuais são, praticamente, iguais: cor negra (18,9%) e outra (18,5%). Mesmo assim, observa-se que na somatória dos três tipos de insegurança

alimentar a cor negra apresenta o maior índice de vulnerabilidade alimentar, 44,8%, contra 27,8% da mulher branca e 43% da cor *outra*.

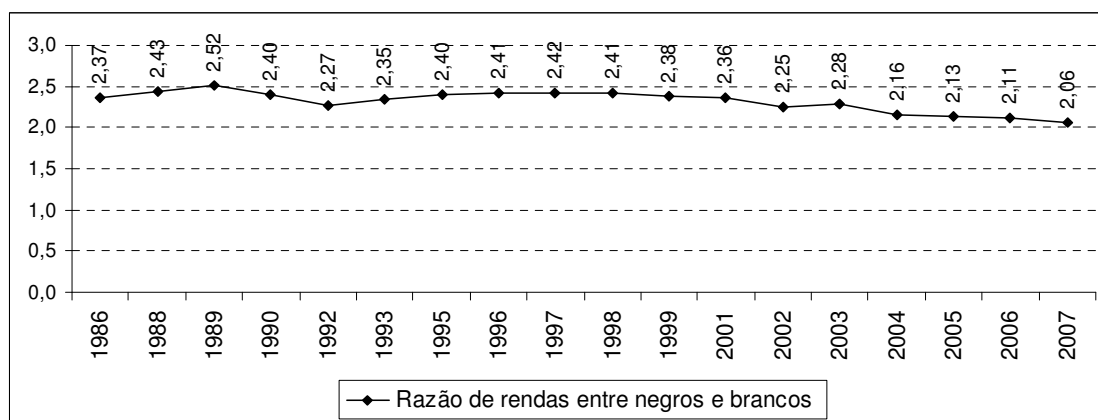
Nesse caso específico, da insegurança alimentar mostrar-se mais agravante entre a população negra, as causas são bastante conhecidas e estão relacionadas com o longo processo histórico de discriminação racial porque sofrem os afrodescendentes nesse país desde a colonização do Brasil.

Atualmente, existe uma vasta bibliografia sobre este tema; contudo, apesar de não ser a tônica central deste trabalho, a guisa de exemplo, os gráficos seguintes (33, 34, 35 e 36) apresentam alguns dados sobre a questão dos rendimentos e do nível educacional entre brancos e negros que, inevitavelmente, refletem-se na questão da segurança alimentar e nutricional no domicílio:



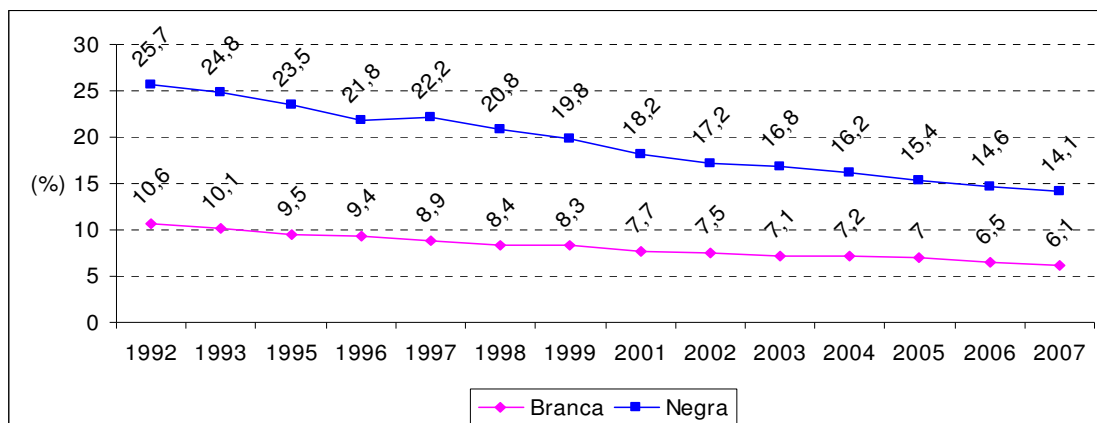
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008c. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 33. Renda média da ocupação principal segundo sexo, raça/cor - Brasil - 1996/2006**



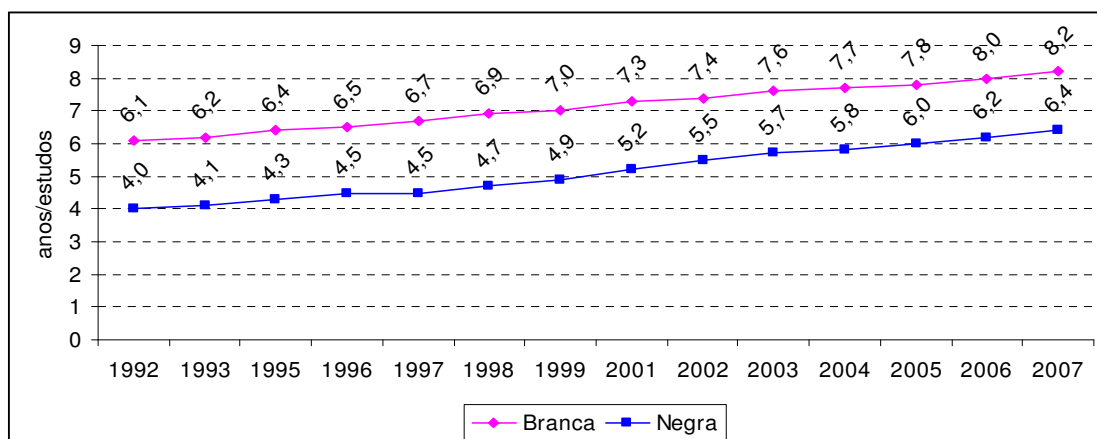
Fonte: Soares, S., 2008. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 34. Razão de renda domiciliar per capita entre brancos e negros - Brasil - 1987-2007**



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008a. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 35. Taxa de analfabetismo segundo raça/cor - Brasil - 1992 - 2007 (%)**



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008a. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 36. Número médio de anos de estudo segundo raça/cor - Brasil 1992 - 2007**

A seqüência de informações contidas nos gráficos anteriores não deixa dúvidas sobre a relação entre desigualdade racial e insegurança alimentar nos lares negros. De início, observa-se que o rendimento médio do trabalhador branco é o dobro do negro (Gráfico 33); enquanto que, em 2006, o homem negro possuía um rendimento médio de R\$ 583,30, o homem branco, por sua vez, recebia mais que o dobro, especificamente, R\$ 1.181,10.

O Gráfico 34 confirma essa disparidade visto que em 2006 a renda domiciliar *per capita* da população branca estava à razão de 2,11 maior que da população negra. Na mesma representação gráfica ainda se observa que a diferença de ganhos entre as populações branca e negra se manteve num patamar em torno de

2,38 até início dos anos 2000, quando, a partir dali, ocorre uma sensível queda, reduzindo-se a 2,06 em 2007.

Sergei Soares (2008) explica que redução da razão de rendas entre negros e brancos está relacionada a uma pequena queda na discriminação racial, contudo, para ele, essa situação tem mais haver com a inclusão dos negros nos programas governamentais de transferência de renda, uma vez que, são maioria nesses programas. O autor ainda comenta que, nesse ritmo de redução, somente haverá igualdade racial na renda domiciliar *per capita* por volta de 2029.

Hoffmann (2008), também comenta a questão da maior vulnerabilidade alimentar da população negra:

Mas, mesmo quando se controla o efeito da RDPC, da escolaridade e de outras variáveis, permanece um efeito estatisticamente significativo de cor preta ou parda determinando maior insegurança alimentar [...] sugerindo a existência de efeitos específicos associados à discriminação (HOFFMANN, 2008, p. 59)

Outros indicadores estatísticos da desigualdade racial são relativos à questão educacional. No Gráfico 35 observa-se uma redução do percentual de analfabetismo para brancos (de 10,6% para 6,1%) e negros (de 25,7% para 14,1%). Entretanto, chama à atenção o fato de que, a menos de duas décadas atrás, cerca de 25% da população negra era analfabeta.

Mesmo havendo uma melhora nestes índices, o percentual de negros analfabetos ainda se mantém alto, em 14,1%, quase duas vezes e meia o índice da população branca (6,1%), além disso, o analfabetismo negro em 2007 ainda não havia atingido o índice da população branca analfabeta de 1992 (10,6%).

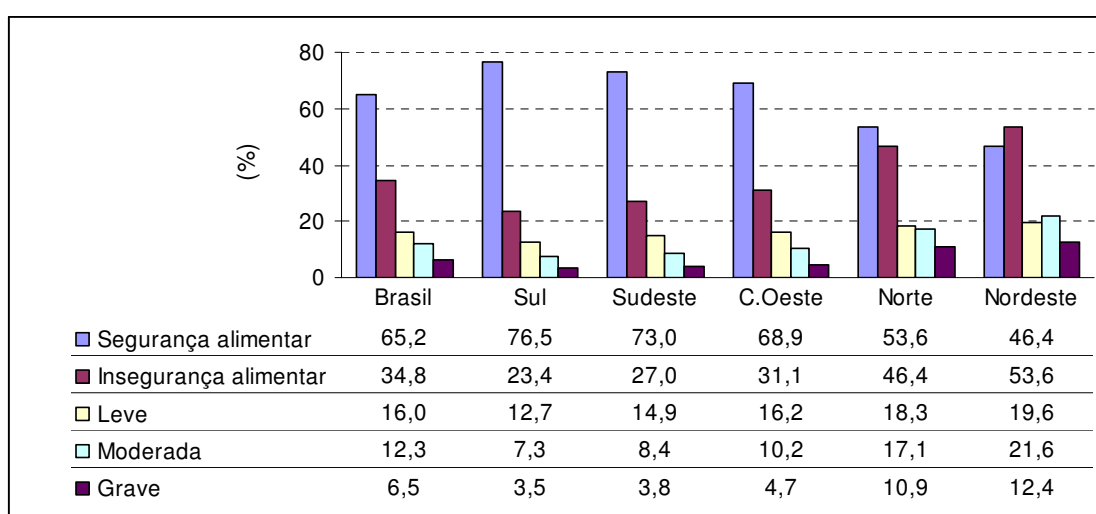
Existe uma relação direta entre escolaridade e renda. Quanto maior o nível de educação do indivíduo, maiores são as possibilidades de se obter rendimentos mais elevados. Quando se analisa o número médio de anos de estudos (Gráfico 36) de brancos e negros nota-se que este índice é baixo para ambos os casos, 8,2 e 6,4, respectivamente, porém, os negros estão em pior situação.

Em 2007 os negros possuíam a média de seis anos de estudo, novamente, a mesma que os brancos tinham em 1992. Com essa média de anos de estudos não se consegue nem mesmo concluir o básico da educação brasileira - o ensino fundamental (antigo ginásio). Por conta disso, a parcela negra da população, desde já, fica excluída de diversas oportunidades profissionais onde se exija o mínimo da formação educacional - o “diploma” do ensino fundamental.



A partir de 2006 ocorreram mudanças na legislação educacional referentes ao ensino fundamental, aumentou-se de oito para nove anos de duração (lei federal nº 11.274, de 6 de Fevereiro de 2006). Assim, caso esses índices não melhorem, nem mesmo a população branca conseguirá obter o seu primeiro diploma educacional.

Além dos fatores renda, escolaridade, gênero, raça, idade, interferirem na existência da insegurança alimentar, a localização regional do domicílio também é outro fator a ser considerado nessa questão. Observe-se no Gráfico 37 o percentual de insegurança alimentar para as grandes regiões brasileiras:



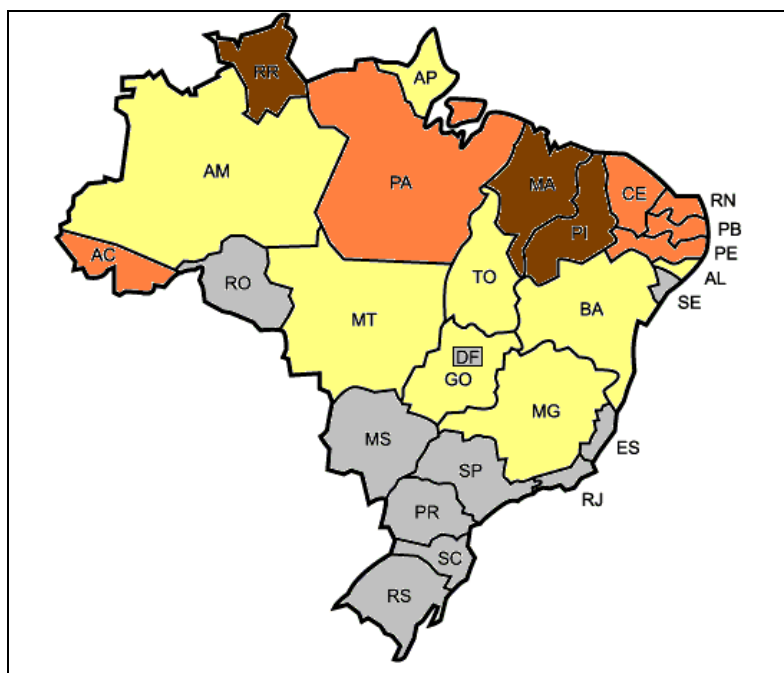
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 37. Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, Grandes Regiões - Brasil - 2004 (%)**

Conforme os dados do gráfico 6,5% dos domicílios brasileiros encontram-se em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, nesses lares seus moradores as situações de fome variam desde “alguns dias” à “quase todos os dias” do mês.

Regionalmente, observa-se que a maioria dos domicílios em situação de vulnerabilidade alimentar está no Nordeste. Essa região concentra bem mais famintos na condição de insuficiência alimentar grave (12,4%) de que as regiões Sul (3,5%), Sudeste (3,8%) e Centro-Oeste (4,7%) em conjunto. Na região Norte a situação também não é muito favorável visto que pouco mais da metade de seus domicílios (53,6%) goza de segurança alimentar.

Um melhor panorama sobre a distribuição espacial dos famintos no Brasil pode ser visualizado na Figura 4:



**Figura 4 - Mapa da insegurança alimentar domiciliar segundo as Unidades Federativas e Distrito Federal - Brasil - 2004 (%)**

Percentual dos domicílios em situação de insegurança alimentar

- Até 30% dos domicílios
- > 30% ≤ 50% dos domicílios
- > 50% ≤ 60% dos domicílios
- Acima de 60% dos domicílios

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

Percebe-se na Figura 4 que nenhuma das unidades federativas do Brasil deixa de ter o seu percentual de famintos. Embora os menores índices de insegurança alimentar predominem nas regiões Sul e Sudeste (com exceção de Minas Gerais), os estados do Mato Grosso do sul, de Rondônia e Sergipe também se enquadram nessa condição. A seguir, a Tabela 27 apresenta situação de segurança alimentar existente no domicílio para cada unidade federativa do Brasil:

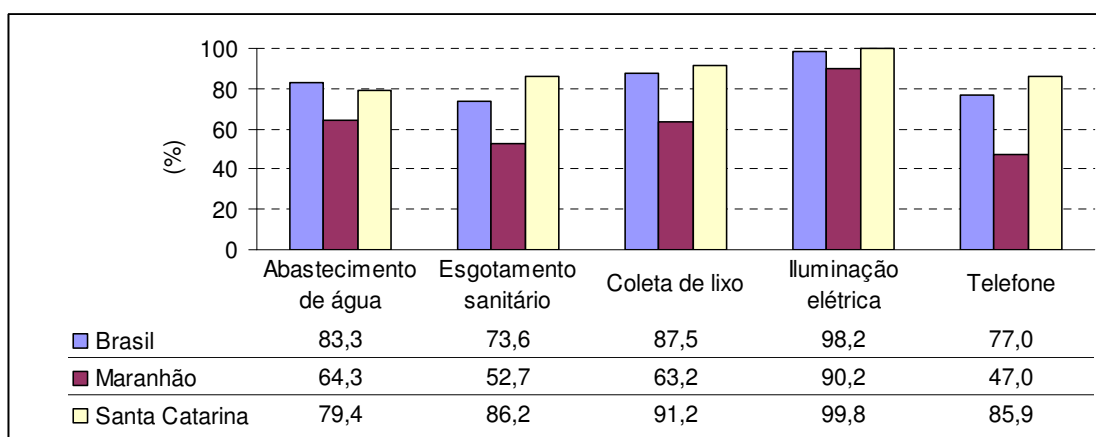
**Tabela 27 - Situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar segundo as Unidades Federativas e Distrito Federal - Brasil - 2004 (%)**

Unidade Federativa	Domicílios particulares				
	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
	Segurança alimentar	Total	Insegurança alimentar		
			Leve	Moderada	Grave
Santa Catarina	83,2	16,5	10,0	4,5	2,0
São Paulo	75,8	24,2	13,6	7,2	3,4
Rio Grande do Sul	75,2	24,8	13,2	7,6	4,0
Distrito Federal	75,1	24,9	12,3	8,5	4,1
Paraná	74,1	25,9	13,7	8,5	3,7
Mato Grosso do Sul	73,9	26,1	12,8	8,3	5,0
Sergipe	73,9	26,1	10,8	11,6	3,7
Rio de Janeiro	71,7	28,3	15,0	9,5	3,7
Espírito Santo	71,7	28,3	15,3	8,7	4,3
Rondônia	70,0	30,0	15,7	10,5	3,9
Minas Gerais	68,2	31,8	17,3	9,9	4,5
Amazonas	67,6	32,4	11,8	11,3	9,4
Mato Grosso	66,9	33,1	18,4	10,4	4,3
Goiás	65,5	34,5	18,0	11,6	4,9
Amapá	55,8	44,2	16,9	14,1	13,2
Alagoas	55,3	44,7	15,0	20,4	9,3
Tocantins	53,3	46,7	24,2	14,5	7,9
Bahia	49,8	50,2	18,0	20,1	12,1
Pernambuco	48,8	51,2	20,3	20,3	10,6
Paraíba	46,8	53,2	17,4	20,8	15,1
Pará	45,7	54,3	20,2	20,9	13,2
Ceará	44,3	55,7	20,9	21,3	13,5
Acre	40,5	59,5	24,3	20,4	14,8
Rio Grande do Norte	39,6	60,4	19,5	27,0	13,9
Piauí	36,5	63,5	27,7	25,1	10,8
Roraima	31,3	68,7	20,2	32,6	15,8
Maranhão	30,9	69,1	23,2	27,9	18,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

Note-se que o estado de Santa Catarina aparece, isoladamente, com o elevado índice de 83,2% de segurança alimentar em seus domicílios. Depois, mesmo para os melhores estados posicionados, esses índices baixam para, cerca de, 75%, como são os casos de São Paulo (75,8%), Rio Grande do Sul (75,2%) e Distrito Federal (75,1%). Na outra ponta, os menores índices de segurança alimentar são encontrados nos estados do Norte e Nordeste do Brasil, sendo que as situações mais preocupantes ocorrem nos estados de Roraima (31,3%) e Maranhão (30,9%).

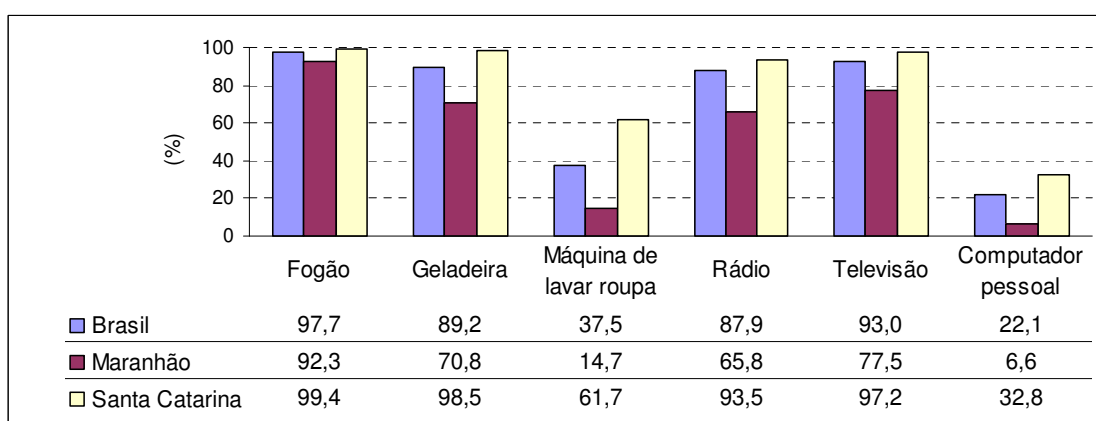
Para que se possa compreender a razão de tamanhas disparidades regionais, observe-se no Gráfico 38 o comparativo de alguns equipamentos e serviços urbanos entre os estados situados nas duas extremidades da tabela: Santa Catarina (S) e Maranhão (NE):



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008a. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 38. Determinados serviços de infra-estrutura prestados a domicílios particulares em Santa Catarina e Maranhão - Brasil - 2007 (%)**

Hoffmann (2008, p. 58). Afirma que “a existência de luz elétrica, água encanada e esgoto apropriado reduzem a probabilidade de insegurança alimentar”, contudo, “quando a análise se restringe à insegurança alimentar grave, apenas a água encanada, dentre estas três variáveis, tem efeito estatisticamente significativo”.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008a. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 39. Existência de determinados bens de consumo duráveis em domicílios particulares de Santa Catarina e Maranhão - Brasil - 2007**

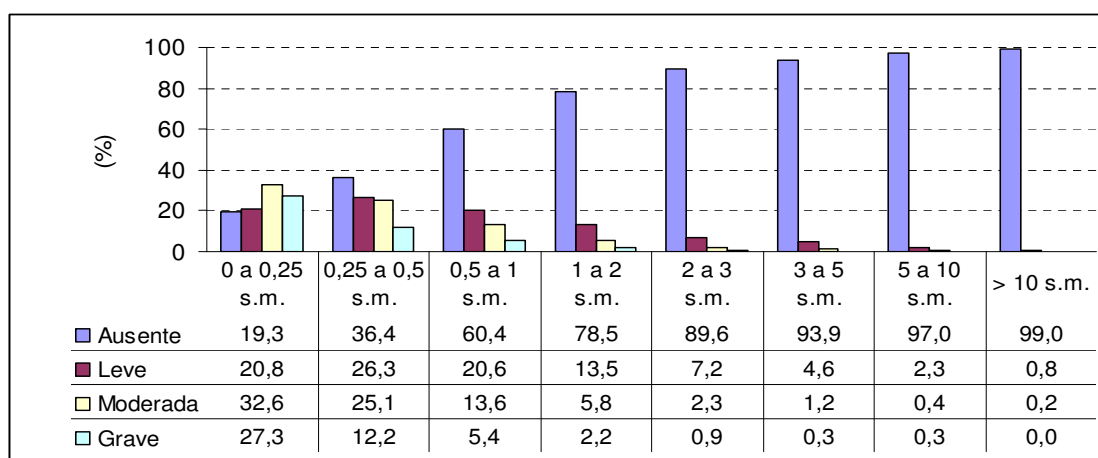
Mesmo sendo importantes indicadores do perfil do domicílio com probabilidade de insegurança alimentar, os equipamentos e serviços de infraestrutura (Gráfico 38) estão atrelados à presença do Estado na função de fornecê-los à sua população. Essa poderia ser uma das causas dos precários indicadores maranhenses.

Entretanto, o Gráfico 39 compara o poder aquisitivo das populações de Santa Catarina e do Maranhão por meio da existência de determinados bens de consumo desses domicílios. Nele, percebe-se que, em termos de aquisição de bens, a população maranhense está bem aquém de seus conterrâneos de Santa Catarina.

Somente em um item - fogão, as duas populações se assemelham quanto ao consumo, pois, em ambas, a existência desse utensílio doméstico é superior em mais de 90% dos lares. No restante, esses índices são bastante diferenciados, como nos itens “máquina de lavar roupa” e “computador pessoal”, onde os domicílios maranhenses possuem quatro vezes menos o utensílio de lavanderia e cinco vezes menos computadores que os moradores do Sul.

O que se deduz a partir desses dados é que o poder de consumo da população maranhense é inferior ao da população catarinense, porque, evidentemente, o seu poder aquisitivo é menor. Pouco dinheiro no domicílio se traduz por dificuldades em tudo, principalmente na dieta alimentar. Muitas vezes a família opta pelo pagamento de aluguel, dos serviços de infra-estrutura (água, energia elétrica etc.) e/ou prestações de bens de consumo em detrimento da alimentação.

A relação direta entre rendimentos e segurança alimentar se observa no Gráfico 40:



Fonte: Hoffmann, 2008. (s.m.: salário mínimo). Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

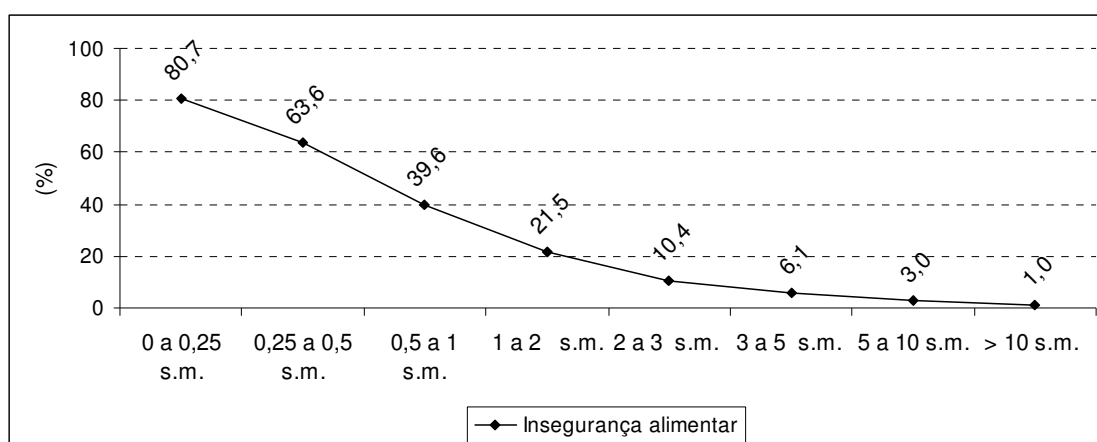
**Gráfico 40. Situação de insegurança alimentar no domicílio, conforme estratos de renda mensal domiciliar *per capita* em salários mínimos - Brasil - 2004 (%)**

Os dados indicam uma situação bastante desfavorável para a população de baixa renda, uma vez que, a insegurança alimentar é superior a 80% dos domicílios

com rendimento mensal de zero a 1/4 do salário mínimo; desses, 27,3% tem freqüentes experiências com a fome, pois figuram na condição de insegurança alimentar grave.

No estrato de renda acima de dez salários a insegurança alimentar é praticamente inexistente. Esses domicílios apresentam índices inferiores a um por cento para a condição de insegurança alimentar leve (0,8%) e moderada (0,2%).

Também existe uma proporcionalidade entre o aumento dos rendimentos e a queda da insegurança alimentar. Acompanhe pelo Gráfico 41:



Fonte: Hoffmann, 2008. Org.: Luiz Cláudio dos Santos.

**Gráfico 41. Redução da insegurança alimentar conforme aumento da renda mensal domiciliar per capita - Brasil - 2004 (%)**

No Gráfico precedente confere-se a relação direta entre as duas variáveis, pois, a medida em que se dobra a renda domiciliar per capita a insegurança alimentar se reduz pela metade. Vê-se que nos domicílios sem renda, ou com renda até 0,25 do salário mínimo, a insegurança alimentar atinge o nível de 80,7%. Esse índice cai para 39,6% quando a renda familiar per capita atinge a um salário mínimo e, continua em queda, baixa para 21,5% quando os ganhos chegam a dois salários mínimos. Ao fim, reduz-se para um por cento nos domicílios com ganhos per capita acima de dez salários mínimos.

Todavia, nesse país, onde as pessoas deixam de crescer apenas por falta de comida, viver com “renda domiciliar per capita acima de dez salários mínimos” é algo muito distante para a maioria da população brasileira. A Tabela 28 exhibe o nível de rendimentos dos brasileiros e a sua distribuição espacial:

**Tabela 28 - Domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2007 (%)**

Classes de rendimento mensal domiciliar*	Domicílios particulares (%)					
	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
Menos de 1/4 do s.m.	7,0	10,7	17,1	2,8	2,8	3,6
1/4 a menos de 1/2 s.m.	14,3	22,7	23,6	9,7	9,1	13,6
1/2 a menos de 1 s.m.	24,9	28,6	26,3	23,8	23,2	27,0
1 a menos de 2 s.m.	28,4	21,9	19,9	31,8	34,8	29,2
2 s.m. ou mais	21,1	12,3	9,8	26,2	27,9	23,5
Sem rendimento**	1,5	2,2	1,9	1,4	1,0	1,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008a. (\*) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (\*\*) Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Esta tabela assinala que em 7% dos domicílios brasileiros o rendimento mensal *per capita* não ultrapassa a 1/4 do salário mínimo. Nesses lares, a probabilidade da insegurança alimentar ocorrer, de acordo com os dados de Hoffmann (2008), é de 80,7%.

A tabela aponta ainda que nas regiões Norte e Nordeste, os rendimentos até um salário mínimo atingem 2/3 de seus domicílios, respectivamente, 62% e 67%. Essas cifras diminuem para 35,1% e 36,3% quando se referem às regiões Sul e Sudeste.

Em termos nacionais, a situação não é diferente, uma vez que em quase a metade (46,2%) dos domicílios brasileiros impera idêntica situação, ou seja, a renda familiar mensal *per capita* não ultrapassa a um salário mínimo.

Em suma, a insegurança alimentar no Brasil é, antes de tudo, um problema de renda, de poder aquisitivo. Pobreza e insegurança alimentar não são assuntos regionais, se espalham por todo território brasileiro como consequência da má distribuição de renda. Por conta disso, nos lares onde os rendimentos familiares são suficientes para se cobrir as despesas, vive-se em segurança alimentar; onde se ganha pouco, se come pouco, e onde mal se ganha, mal se come.

## X. CONCLUSÃO

As verdadeiras causas da fome são políticas. Josué de Castro afirmou na sua Geografia da Fome (2003b) que, “em última análise”, é por meio do “mecanismo biológico” que a fome se impõe. Enquanto consequência ele está correto. A fome, na forma de deficiência alimentar, conduz a vários distúrbios médicos-nutricionais que, por suas implicações, podem levar a morte; de um indivíduo, de um grupo humano.

Contudo, no entendimento deste trabalho, os fatores que conduzem à deficiência alimentar de camadas inteiras da sociedade humana se encontram na esfera da decisão política - de governo, de Estado e, principalmente, do mercado global. Assim sendo, são os interesses econômicos que ditam a escassez de alimentos num canto do planeta e a abundância das “safras recordes” noutra.

O acesso aos alimentos, tanto nos lugares de escassez, quanto nos lugares de abundância é intermediado pelo poder econômico das populações envolvidas. Considerando-se a divisão de classes que existe na sociedade humana (balizada pelo poder de compra) observa-se que mesmo nos países onde haja acentuada escassez de alimentos a totalidade da população não será atingida. Alguns não sentirão seus efeitos, notadamente, os proprietários de bens e capital e de meios de produção.

Também aqueles que, mesmo não pertencendo à classe dos proprietários, mas que incluídos no sistema produtivo por meio da venda de sua força de trabalho, sofrerão menos os efeitos da escassez produzida.

Até nos lugares onde as catástrofes naturais ou situações conflituosas



impõem a fome, sobretudo na África e na Ásia, suas causas ainda são políticas. A exemplificação vem do pesquisador Jacques Chonchol (2005):

Até o início dos anos de 1980, considerava-se que os grandes déficits alimentares eram influenciados sobretudo por razões climáticas excepcionalmente negativas, e secundariamente por conflitos políticos. Nos anos de 1990, os conflitos políticos convertem-se na causa primeira da necessidade de ajuda alimentar de urgência. Por outro lado, comprova-se que os conflitos que se eternizam podem agravar as condições de produção e abastecimento de numerosas populações. É o caso, por exemplo, no Afeganistão, na Etiópia, no Haiti e no Sudão. Hoje, esses conflitos se converteram em uma das causas essenciais da fome que atinge numerosas populações, como vemos no caso de Serra Leoa, Libéria, Ruanda, Burundi, Somália, Nigéria, Coreia do Norte, Birmânia, além daqueles anteriormente citados (CHONCHOL, 2005).

Primeiramente, nos casos particulares da Coreia do Norte e Birmânia (Myanmar), a escassez alimentar está associada, no caso do regime comunista norte-coreano, a sua política armamentista que, possivelmente, desvia os poucos recursos econômicos do país para fins bélicos (inclusive nucleares) e também ao isolamento diplomático (mercantil) porque o país sofre. Quanto a Myanmar, trata-se de uma ditadura militar que governa o país conforme seus próprios interesses.

Nos outros casos, a escassez de alimentos (“ajuda alimentar de urgência”) tem como causa central, o fato desses países serem administrados por governos fracos e instáveis, sujeitos a alternância de poder por grupos militares, paramilitares, guerrilheiros e, inclusive, bandos armados sem nenhuma conotação político-ideológica. Como resultado dessa situação acontece a destruição das áreas de plantio devido aos conflitos bélicos e a conseqüente falência da produção agrícola; os bloqueios de estradas e/ou áreas territoriais que impede o acesso da população aos alimentos; o confisco de ajuda alimentar por grupo armados; além da alta exagerada dos preços dos gêneros alimentícios devido aos fatores anteriormente citados.

Do mesmo modo ocorre a fuga (migração forçada) de milhares de pessoas motivada por perseguições políticas, culturais, étnicas etc. Todo esse contingente, na maior parte das vezes, termina sua jornada em áreas fronteiriças, chamadas de campos de refugiados que, em muitos casos, não oferecem as mínimas condições de sobrevivência humana.

Apesar disso, mesmo na Ásia e na África, na ausência das situações

anteriormente expostas, se impera a pobreza de milhões de seres humanos que os priva do essencial à vida que é a alimentação.

Pois que, nesse grande mercado global em que o planeta foi transformado, a fome igualmente é global. Entretanto, seus efeitos são sentidos com maior intensidade nos lugares onde a divisão social esteja mais acentuada; onde boa parte da população esteja excluída do mercado (produção, troca, distribuição) por impossibilidade de geração de renda (desemprego) ou de acesso a terra (produção de autoconsumo).

O Brasil se encaixa nesse triste quadro. Ao longo desse trabalho se procurou mostrar que a fome ainda está presente em milhões de lares brasileiros. Também se procurou mostrar que dentre os fatores que hoje conduzem um domicílio a uma situação de insegurança alimentar o principal deles é a falta de dinheiro para se comprar comida. O dinheiro falta por causa do desemprego, pela falta de qualificação profissional, mas falta, sobretudo, porque é pouco, porque vem aos poucos.

Segundo consta do *site* do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o valor do salário mínimo<sup>21</sup> calculado pela instituição, em dezembro de 2008, deveria ser de R\$ 2.141,08 (equivalente a 5,15 vezes o valor real do salário mínimo no mesmo período - R\$ 415,00). Esse montante seria suficiente para deixar cerca de 94% dos domicílios brasileiros em situação de segurança alimentar (veja-se o Gráfico 41).

Então, diante de tantos famintos surgem diferentes propostas para socorrê-los. Qualquer medida que venha no sentido de se reduzir a fome e a vulnerabilidade alimentar dos excluídos da sociedade brasileira é bem-vinda, desde que seja séria e sensata.

O Fome Zero tem o seu mérito. Durante certo período de tempo mobilizou amplos setores da sociedade em prol de se acabar com a fome no Brasil (mesmo

---

<sup>21</sup> "Salário mínimo necessário: Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada Mês o maior valor da razão essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário". Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminjun09.xml>>. Acesso em: 11 fev. 2009.

times de futebol estampavam a logomarca do programa em suas camisetas).

Hoje, dos vários dos programas e ações que constituem o Fome Zero continuam a existir muitos aquém de suas próprias metas. Exemplos dos restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias dentre outros, que muitas vezes existem mais no *marketing* político do que em unidades em funcionamento.

O carro-chefe, o Bolsa Família, atende hoje cerca de 20% da população brasileira. Mensalmente transfere para esses brasileiros a complementação da renda que deveria vir do próprio salário, mas não vem.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) demonstrou que o Bolsa Família não tem conseguido zerar a fome entre seus beneficiários; 83% das famílias incluídas no programa ainda convivem com a preocupação dos alimentos acabarem “antes do mês”. Cerca de 20%, entre adultos ou crianças, ainda convivem com a fome.

Programas de transferência de renda semelhantes ao Bolsa Família já existem em diversos países da América Latina, dentre eles, México, Chile, Colômbia, Paraguai, El Salvador, Honduras e Nicarágua (MOORE, 2009; SOARES; BRITTO, 2008). Também na África subsahariana já surgiram projetos-piloto no Quênia, Malawi e Zâmbia (HANDA, 2009; SAMSON, 2009; SCHUERING, 2009).

O que estes programas de renda (“*cash transfer*”) escondem por trás de si é a realidade da pobreza estrutural que o capitalismo produz. Depois de exaurir-lhes a mais-valia esse modo de produção tem lançado camadas inteiras da população em um estágio de pobreza tão acentuado que nada mais lhes resta a não ser a intervenção do Estado para garantir-lhes uma sobrevivida.

No entanto, sem esse programa governamental a coisa estaria bem pior. Mas, falta-se a segurança para se saber aonde isso vai chegar, porque depois que a família é incluída no Bolsa Família não existe prazo de duração para deixá-lo de receber; a lei que criou o programa apenas estipula que o benefício será mantido “até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem”. Dentro da conjuntura estrutural que essas famílias se encontram, dificilmente as condições de elegibilidade cessarão.

Também existe a possibilidade da descontinuidade do programa por motivos eleitorais. O programa Bolsa Família tornou-se “marca registrada” do governo Lula, caso ele não faça sucessor à presidência do país ao término de seu mandato em

2010, corre-se o risco do vindouro presidente querer “apagar” as marcas de seu antecessor. Mesmo que não se acabe com o programa, mudanças poderão ocorrer.

Será que a fome esperará? A identificação dos famintos de hoje, não é tarefa das mais fáceis. Dentro de um mesmo domicílio podem ocorrer situações bastante distintas quanto à questão alimentar. Duas crianças, por exemplo, de uma mesma família que esteja em insegurança alimentar, poderão apresentar uma situação alimentar e nutricional diferente se uma delas freqüentar a escola (e tiver acesso à merenda escolar) e a outra não. Também situação semelhante ocorrerá com os adultos em cujos locais de trabalho sejam servidas refeições.

As propostas e soluções para o problema da fome no Brasil não mudaram desde Josué de Castro, o que ele propunha na “Geografia da Fome” para acabar com a falta de comida reapareceu no Projeto Fome Zero: reforma agrária e melhoria do poder aquisitivo (dinheiro no bolso dos mais pobres).

O debate sobre o tipo de reforma agrária e os mecanismos de elevação do poder aquisitivo dos brasileiros pobres já se faz há muito tempo; propostas honestas existem a partir de variados setores dessa sociedade comprometidos com a efetivação da cidadania neste país.

Falta apenas que os governantes desse país também pensem dessa forma. Que procurem “heróis” também nos setores mais pobres da população (e não apenas entre ministros e usineiros); que pensem verdadeiras medidas de geração de renda e de real elevação do poder aquisitivo; pensem uma reforma agrária verdadeira e políticas de geração de empregos, decentemente remunerados, porque, no fim das contas, como afirmou Susan George (1978, p. 35) “o pobre não é nem ‘inativo’, nem ‘atrasado’ - o que ele não tem é com que trabalhar”.

## X. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA (Brasil, Estado). **Resolução - RDC nº. 360, de 23 de dezembro de 2003**. Disponível em: <[http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2003/rdc/360\\_03rdc.htm](http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2003/rdc/360_03rdc.htm)>. Acesso em: 14 out. 2008.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VELLOSO, João Paulo dos Reis. **A Nova Geografia da Fome e da Pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

\_\_\_\_\_. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300020&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300020&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 04 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

\_\_\_\_\_. et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2003.

ANGELIS, Rebeca Carlota de. et. al. **Fome oculta: impactos para população do Brasil**. São Paulo: Atheneu, 1999.

ANJOS, Luiz A. Índice de massa corporal ( $\text{massa corporal} \cdot \text{estatura}^2$ ) como indicador do estado nutricional de adultos: revisão da literatura. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 26, n. 6, dez. 1992. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89101992000600009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101992000600009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 jan. 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 3. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DO MILHO. **Milho Brasil**: estimativa de consumo por segmento (toneladas), 2007. [Abimilho > Estatística > Consumo por segmento]. Disponível em: <<http://www.abimilho.com.br/estatistica4.htm>>. Acesso em: 19. jan. 2009.

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. (Org.) **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007. 2 v. [Página inicial > O Trabalho do Ipea > Publicações > Livros > Ano > 2007]. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 29 ago. 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. (Org.) **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007. 2 v., cap. 26, p. 305-342.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21-47.

BATISTA FILHO, Malaquias; BATISTA Luciano Vidal. A Geografia da fome 50 anos depois: o que mudou? In: ANDRADE, Manuel Correia de. et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2003. p. 39-48.

BELCHIOR, Fátima. O valor do diploma no Brasil. In: DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO, nº 35, set. 2007, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [Página Inicial > Publicações > Revistas]. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 9 jan. 2009. p. 22-28.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. 3ª ed. - São Paulo: Ática, 1999.

BICKEL, Gary et al. Guide to Measuring Household Food Security, Revised 2000. In: **Measuring Food Security in the United States**. U.S. Department of Agriculture, Food and Nutrition Service, Alexandria VA. March, 2000. [Home > Research > Office of Research and Analysis > Food Security Studies]. Disponível em: <http://www.fns.usda.gov/ora/MENU/Published/FoodSecurity/FoodSecurity.htm>. Acesso em: 21 abr. 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Exportações do agronegócio**: Ranking de produtos; Nota à Imprensa: Dezembro 2008; Balança Comercial do Agronegócio: Dezembro 2008. [Página Inicial > Balança Comercial]. Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em 24 jan. 2009. [2008].

\_\_\_\_\_. **Agricultura brasileira em números - Anuário 2005**; Pecuária: Rebanho bovino brasileiro - efetivo por estado 1990-2005. [Estatísticas > Dados Estatísticos > Agricultura brasileira em números - Anuário 2005 > 3.3. Pecuária: rebanho, abate, produção de carnes e de leite > Bovinos]. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em 15 dez. 2008. [2005].

\_\_\_\_\_. **Balanço nacional de cana-de-açúcar e agroenergia 2007**. Brasília: MAPA/SPA, 2007. [Página Inicial > Agricultura e Pecuária > Cana-de-açúcar e Agroenergia > Estatísticas]. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 out. 2008. [2007].

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Relatórios da Ouvidoria Agrária Nacional 2007**. [Página inicial > Unidades > Ouvidoria Agrária > Relatórios da Ouvidoria Agrária Nacional > 2007 > anual]. 2007. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/arquivos/RelatoriodaOuvidoriaAgraria2007\\_Anuar\\_B.pdf](http://www.mda.gov.br/arquivos/RelatoriodaOuvidoriaAgraria2007_Anuar_B.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **MDS em Números**: outubro de 2008. [Página inicial > MDS em números]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros>>. Acesso em: 20 nov. [2008a].

\_\_\_\_\_. Programa Bolsa Família. [Benefícios e Condicionaisidades]. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/beneficios-e-contrapartidas](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas)>. Acesso em: 20 nov. [2008b].

\_\_\_\_\_. **Chamada nutricional**: um estudo sobre a situação nutricional das crianças do Semi-Árido brasileiro. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Nº. 4, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/arquivo-sagi/pesquisas>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI). **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Semi-Árido - PDSA** - (Versão preliminar para discussão). Brasília, nov. 2005. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pdsa.asp>>. Acesso em: 31 out. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **PNDS 2006**: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - Relatório. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/>>. Acesso em: 06 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Situação epidemiológica da malária no Brasil 2006**. [Ministério da Saúde > Links de interesse > Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS > O que você procura? > Publicações > Vigilância Epidemiológica]. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/gestor/area.cfm?id\\_area=1133](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/gestor/area.cfm?id_area=1133)>. Acesso em: 26 set. 2008.

\_\_\_\_\_. **Surto de Beri-Beri em municípios do Maranhão**. Brasília, 24 ago. 2007. Secretaria de Vigilância em Saúde. [Ministério da Saúde > Links de interesse > Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS > O que você procura? > Informes Técnicos > 24/08/07]. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/nota\\_beriberi2408.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/nota_beriberi2408.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº. 6.272 de 23 de novembro de 2007** - Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6272.htm)>. Acesso em: 04 ago. 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Fome Zero: Programas e Ações**. [Página inicial > Programas e Ações > Eixo 1: Acesso aos Alimentos > Alimentos a grupos populacionais específicos]. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoes>>. Acesso em: 20 nov. 2008. [2008a].

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003**: Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.683.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2008. [2003a].

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.689, de 13 de junho de 2003**: Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.689.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.689.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2008. [2003b].



\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006** - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)>. Acesso em: 17 out. 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2008. [2004].

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm#art20](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm#art20)>. Acesso em: 15 nov. 2008. [2008b].

BRUNHES, Jean. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Editora funde de Cultura, 1962.

BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade brasileira**. 5. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

CABALLERO, Benjamin. Subnutrição e obesidade em países em desenvolvimento. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Nº. 2, nov. 2005. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/sagi-arquivo/estudos-e-pesquisas/cadernos\\_de\\_estudos/cadernos\\_estudos.htm/?searchterm=Experiência%20internacional%20com%20a%20escala%20de](http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/sagi-arquivo/estudos-e-pesquisas/cadernos_de_estudos/cadernos_estudos.htm/?searchterm=Experiência%20internacional%20com%20a%20escala%20de)>. Acesso em: 28 jul. 2008.

CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio (Org.). **Distribuição de renda no Brasil**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A dimensão populacional na obra de Josué de Castro**. 2004. 430f. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

CARVALHEIRO, José da Rocha. A saúde na metrópole. **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 203-208, maio/agosto 2003.

CASTRO, Anna Maria de (Org.). **Fome, um Tema Proibido**: últimos escritos de Josué de Castro. 3ª ed. Recife: CEPE, 1996.

CASTRO, Josué de. Armamentismo (discurso). In: ANDRADE, Manuel Correia de. et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Documentário do Nordeste**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

\_\_\_\_\_. **Geografia da Fome**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica da fome**. - 8ª ed. rev. e aument. – São Paulo: Brasiliense, 1968. 2v.

\_\_\_\_\_. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003c.

\_\_\_\_\_. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

\_\_\_\_\_. **Sete palmos de terra e um caixão**: ensaios sobre o Nordeste, área explosiva. 2ª ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CHAGAS, Carlos. Notas sobre a epidemiologia do Amazonas. **Brazil-Médico**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 42, p. 450-456, nov. 1913. Biblioteca Virtual Carlos Chagas. [Produção Intelectual > Veja a Produção > Década de 1910]. Disponível em: <<http://carloschagas.ibict.br/index.html>>. Acesso em: 18 set. 2008.

COELHO, Liana S. et al. Deficiência de tiamina como causa de *cor pulmonale* reversível. In: **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 91, nº. 1, 2008. p.e7-e9. Estudo de Caso. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0066-782X2008001300013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2008001300013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 Set 2008.

CONFALONIERI, Ulisses E. C. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005. pp. 221-236. Dossiê Amazônia Brasileira I. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100014&lng=pt&nrm=iso&tling=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100014&lng=pt&nrm=iso&tling=pt)>. Acesso em: 16 abr. 2006.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Angelo. Geoecologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 67-208.

CRESPO, Anna; REIS, Maurício Cortez. O efeito-diploma no Brasil. In: BOLETIM MERCADO DE TRABALHO - Conjuntura e Análise, nº 31, out. 2006, p. 25-30. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [Página inicial > Publicações > Boletins]. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 9 jan. 2009.

CRUZ, Oswaldo Gonçalves. Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas apresentado a Sua Exa o Sr. Dr. Pedro de Toledo - Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1913. Biblioteca Virtual Carlos Chagas. [Produção Intelectual > Veja a Produção > Década de 1910]. Disponível em: <<http://carloschagas.ibict.br/index.html>>. Acesso em: 23 set. 2008.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. 1.ed. 1. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ícone/Editora Unicamp, 1985.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Estatísticas do meio rural 2008**. 3. ed. - Brasília: MDA: DIEESE, 2008. [Publicações > Anuários] Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/estatisticasMeioRural2008.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Estudos e Pesquisas: Dez anos do Real**. Ano 1, n. 1, julho 2004. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/real10anos.pdf>>. Acesso em: 14 ago 2004.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Escândalo da mandioca**. Fortaleza, 28 fev. 1999. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/1999/02/28/010003.htm>>. Acesso em: 31 out. 2008.

DOMENE, Semíramis M. A. Indicadores nutricionais e políticas públicas. **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 131-136, maio/agosto 2003.

DUARTE, Jason de Oliveira. et. al. Cultivo do milho: economia da produção; mercado e comercialização. In: EMBRAPA SORGO E MILHO, Sistemas de Produção 2, versão eletrônica, 3ª ed., set. 2007. [Cultura do Milho > Sistemas de Produção > Economia da Produção]. Disponível em: <<http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho/economia.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Consumo per capita mundial de leite fluido - 2000/2008**. julho, 2008. [Embrapa > Embrapa no Brasil e Exterior > Embrapa Gado de Leite > Informações Técnicas > Estatísticas do Leite > Leite em Números > Consumo > Tabela 07.03]. Disponível em: <<http://www.cnpqgl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/consumo/tabela0704.php>>. Acesso em: 27 set. 2008.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. 4ª ed. - São Paulo: Global Editora, 1981.

FERNANDES, Benedito Scaranci. Nova abordagem para o grave problema da desnutrição infantil. **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 77-92, maio/agosto 2003.

FERNANDES, Florestan. Natureza e significado do materialismo histórico. In: K. Marx F. Engels - História. FERNANDES, Florestan (Org.) 3ª ed. - São Paulo: Ática, 1989. p. 111-144.

FERREIRA, Francisco H. G.; LITCHFIELD, Julie A. Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil 1981/95. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 49-80.

FOLHA ONLINE. **Leia na íntegra o discurso de Lula no Congresso Nacional**. 01 jan. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **Presidente Lula chama usineiros de heróis**. 20 mar. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2008.

FONTENELLE, Luiz Fernando Raposo. **Rotina e fome em uma região cearense**. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária do Ceará, 1969.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Prevalence of undernourishment in total population 2006**. Food Security Statistics. Disponível em: <[http://www.fao.org/faostat/foodsecurity/index\\_en.htm](http://www.fao.org/faostat/foodsecurity/index_en.htm)>. Acesso em: 09 set. 2008.

\_\_\_\_\_. **World Census of agriculture 2000**. [About FAO > Departments > Economic and Social development Department > Statistics Division > World Census of agriculture 2000 > Additional international comparison tables including Gini coefficients]. Disponível em: <<http://www.fao.org/es/ess/census/gini/table1.asp>>. Acesso em 27 out. 2008.

FREI BETTO. A fome como questão política. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 53-62, maio/agosto 2003.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. Uma abordagem fenomenológica da fome. In: **Revista de Nutrição**, v.15, n.1, Campinas, jan. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732002000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732002000100007)>. Acesso em: 04 jun. 2006.

FROGUEL, Philippe. Os gordos lucros do Big Mac e a obesidade como sobremesa. In: **Le Monde Diplomatique**, dez. 2004. [Le Monde Diplomatique Brasil]. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2004-12,a1034>>. Acesso em: 06 set. 2008.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Situação mundial da infância 2008**. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/sowc2008\\_br.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/sowc2008_br.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

\_\_\_\_\_. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. Entrevistadores: Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Rodrigues Pereira. 2ª ed. 1ª reimpr. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GALVÃO, Vinícius Queiroz. Mercado para obeso gira um Chile nos EUA. In: **Folha de São Paulo**, 10 set. 2006. [Folha Online > Notícias > Dinheiro]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/dinheiro/ult91u110886.shtml>>. Acesso em: 06 set. 2008.

GEORGE, Pierre. **Geografia do consumo**. 2ª ed. - São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

GEORGE, Susan. **O mercado da fome**: as verdadeiras razões da fome no mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GÓIS, Ancelmo. O filho do gabiru. In: VEJA, nº. 1565, 23 set. 1998. Disponível em: < [http://veja.abril.com.br/230998/p\\_104.html](http://veja.abril.com.br/230998/p_104.html) >. Acesso em 07 out. 2004.

HANDA, Sudhanshu. El Dilema de la Focalización en los Huérfanos en África Oriental y Meridional. In: **Poverty in focus**. Transferencias Monetarias Lecciones de África y América Latina. Número 15, maio, 2009. Centro Internacional de Políticas para el Crecimiento Inclusivo. Brasília, DF: Brasil. Disponível em: <[www.ipc-undp.org/pub/esp/IPCPovertyInFocus15.pdf](http://www.ipc-undp.org/pub/esp/IPCPovertyInFocus15.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2009. p. 19-21.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15ª ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HERRÁN, Carlos Alberto. **Reduzindo a pobreza e a desigualdade no Brasil**. Brasília: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das revoluções**: Europa 1789-1848. 6ª ed. - Rio de Janeiro, 1977.

HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: análise dos Dados da PNAD de 2004. In: **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 15, 2008. p. 49-61. Núcleo de estudos e Pesquisas em alimentação (NEPA), UNICAMP. [NEPA > Página Principal > Publicações > Revista SAN]. Disponível em: < [http://www.unicamp.br/nepa/arquivo\\_san/4\\_artigo\\_1415\\_Determinantes\\_da\\_Inseguranca\\_Alimentar.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/4_artigo_1415_Determinantes_da_Inseguranca_Alimentar.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 81-107. [Ipea > Página inicial > Busca > Desigualdade e Pobreza no Brasil]. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 09 abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. In: **ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 9, n. 24, São Paulo, maio/ago. 1995. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 dez. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). Repercussões do programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas: relatório síntese. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em: <http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&file=index&pa=showpage&pid=2482>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: 20 Nov. 2008. [2007a].

\_\_\_\_\_. **Estudo nacional da despesa familiar - ENDEF: Tabelas de composição dos alimentos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007: volume 28 Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Aquisição alimentar domiciliar *per capita* - Brasil e Grandes Regiões**. Rio de Janeiro, IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002aquisicao/aquisicao.pdf>> Acesso em: 09 jun. 2008. [2004b].

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 2004c.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Primeiros resultados: Brasil e grandes regiões**. 2ª ed. Rio de Janeiro, IBGE, 2004d.

\_\_\_\_\_. **Produção agrícola municipal 2007:** cereais, leguminosas e oleaginosas. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pamclo/2007/default.shtm>>. Acesso em: 26 jan. 2009. [2008c].

\_\_\_\_\_. **Produção da pecuária municipal:** volume 32 - 2004. Rio de Janeiro, IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2004/default.shtm>>. Acesso em: 28 mai. 2008. [2004e].

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira 2008. Estudos e Pesquisas, nº. 23. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2008/indic\\_sociais2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2008/indic_sociais2008.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2008. [2008d].

\_\_\_\_\_. **Tendências demográficas:** uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Estatística da pesca 2006 Brasil:** Brasil. Grandes regiões e unidades da federação. Brasília: Ibama, 2008. [Ibama > Áreas Temáticas > Recursos Pesqueiros > Documentos > Estatística Pesqueira]. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/recursos-pesqueiros/documentos/estatistica-pesqueira/>>. Acesso em: 03 out. 2008.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero:** uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Outubro 2001, versão 3. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/documentos>>. Acesso em: 27 fev. 2006.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **Bancada ruralista:** maior grupo de interesse no Congresso Nacional. Brasília, out. 2007, ano VII, nº. 12. [Página Inicial > Biblioteca > Publicações > Artigos] Disponível:<<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/ARTIGO%20BANCADA%20RURALISTA%20OUTUBRO%202007.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária no Governo Lula:** residual e periférica. Nota Técnica, nº. 105, mar. 2006. Disponível:<[http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/NT.%20105%20-%20Reforma%20agr\\_ria%20no%20governo%20Lula%20residual%20e%20perif\\_rica.pdf](http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/NT.%20105%20-%20Reforma%20agr_ria%20no%20governo%20Lula%20residual%20e%20perif_rica.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2008.



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **O Brasil desconcentrando as terras**. 2001. [Publicações > Livros, Revistas e Cartilhas]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0127900015.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no Brasil**. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: <[bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seguranca\\_alimentar.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seguranca_alimentar.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2007. [Ipea > O trabalho do Ipea > Assessoria Direta ao Governo > Objetivos do Milênio]. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD\\_CHAVE=123](http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=123)>. Acesso em: 03 out. 2007.

\_\_\_\_\_. **PNAD 2007: Primeiras Análises**: Educação, juventude, raça/cor. v. 4. Comunicado da Presidência nº. 12, 14 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em 09 jan. 2009. [2008a].

\_\_\_\_\_. **PNAD 2007: Primeiras Análises**: Pobreza e Mudança Social v.1. Comunicado da Presidência nº. 9, 22 set. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em 22. set. 2008. [2008b].

\_\_\_\_\_. **Retrato das desigualdades de gênero e raça - 3ª edição**: Análise preliminar dos dados. Brasília, set. 2008. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa\\_Retrato\\_das\\_Desigualdades.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf)>. Acesso em 09 jan. 2009. [2008c].

INTERNACIONAL POVERTY CENTRE. **What is poverty? - Concepts and measures**. United Nations Development Programme, International Poverty Centre. Poverty in Focus, december 2006. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCPovertyInFocus9.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2008.

IYDA, Massako. **Cem anos de saúde pública**: a cidadania negada. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 8ª ed. - São Paulo: Ática, 2001.

KENNEDY, Eileen. Qualitative measures of food insecurity and hunger. In: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Measurement and Assessment of Food Deprivation and Undernutrition**. Part II: Methods for the measurement of food deprivation and undernutrition. Rome, 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/Y4249E/y4249e0c.htm#bm12>>. Acesso em: 30 jun. 2008.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina**: o debate adiado. 2.ed. – São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**: geopolítica de uma crise. 7ª ed. refundida. – São Paulo: DIFEL, 1985.

LEFÈVRE, Fernando. **Mitologia sanitária**: saúde, doença, mídia e linguagem. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LEVY-COSTA, Renata Bertazzi. et al. Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). In: **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, São Paulo, ago. 2005. p. 530-540. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102005000400003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000400003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 5 abr. 2008.

LIMA SOBRINHO; Antonio Estevam de. **Fome, agricultura e política no Brasil**: a chantagem alimentar. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

LIMA, Ana Lucia Lovadino de. et al. Avaliação antropométrica do estado nutricional de crianças e mulheres em idade fértil. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **PNDS 2006**: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - Relatório. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/>>. Acesso em: 06 jan. 2009. Cap. 10, p. 252-262.

LIMA, Nísia Trindade. Um tema delicado e perigoso: fome e interpretação do Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701998000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000100018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 fev. 2007.

LIRA, Pedro Israel Cabral de; ANDRADE, Sonia Lucia Lucena Sousa de. Epidemia de beribéri no Maranhão, Brasil. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, nº. 6, 2008. [Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2008000600001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000600001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Set 2008.

MADELEY, John. **O comércio da fome**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de e economia política e considerações sobre sua aplicação prática; Ensaio sobre a população**. 2ª ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MANÇANO, Bernardo, GONÇALVES, Carlos W. P. **Josué de Castro - vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MANTOVANI, Flávia; BIDERMAN, Iara. Mercado tem "personal" para praticamente qualquer atividade. In: **Folha de São Paulo**, 18 ago. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u3994.shtml>>. Acesso em: 08 set. 2008.

MARCHI, Dorival Donizeti. **O Pensamento geográfico de Josué de Castro nas décadas de 40 e 50: a fome e a produção de alimentos**. 1998. 66 p. Monografia (conclusão de estágio de especialização em Desenvolvimento Rural). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1998.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados/USP**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, maio/agosto 2003.

MARQUES, Rosa Maria. A importância do bolsa família nos municípios brasileiros. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Nº. 1, jul. 2005. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/sagi-arquivo/estudos-e-pesquisas/cadernos\\_de\\_estudos/cadernos\\_estudos.htm/?searchterm=Experiência%20internacional%20com%20a%20escala%20de](http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/sagi-arquivo/estudos-e-pesquisas/cadernos_de_estudos/cadernos_estudos.htm/?searchterm=Experiência%20internacional%20com%20a%20escala%20de)>. Acesso em: 28 jul. 2008.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. 1ª ed. 1ª reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MASON, John B. Keynote Paper: Measuring hunger and malnutrition. In: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Measurement and Assessment of Food Deprivation and Undernutrition**. Part II: Methods for the measurement of food deprivation and undernutrition. Rome, 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/Y4249E/y4249e0d.htm#bm13>>. Acesso em: 30 jun. 2008.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. What Do We Mean by “Feminization of Poverty”? In: **International Poverty Centre**. One Pager, n. 58, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager58.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Raízes da fome**. 3<sup>a</sup>. ed. - Petrópolis : Vozes, 1987.

MONTANARI, Massimo. **A fome e a abundância**: história da alimentação na Europa. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

MONTEIRO, Carlos Augusto (Org.). **Velhos e novos males da saúde no Brasil**: a evolução do país e suas doenças. 2<sup>a</sup> ed. rev. e aumentada. - São Paulo: Hucitec, Nupens/USP, 2000.

\_\_\_\_\_. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. In: **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, v. 17, n<sup>o</sup>. 48, maio/agosto 2003. p. 07-20.

\_\_\_\_\_. Da privação ao excesso de comida. In: **Revista Pesquisa Fapesp**, n<sup>o</sup>. 111, maio 2005. Entrevista. [Outras Edições > Anteriores]. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/index.php?art=6&bd=1&pg=1&lg=>>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. et al. A transição nutricional no Brasil. In: MONTEIRO, Carlos Augusto (Org.). **Velhos e novos males da saúde no Brasil**: a evolução do país e suas doenças. 2<sup>a</sup> ed. rev. e aumentada. - São Paulo: Hucitec, Nupens/USP, 2000.

MOORE, Charity. Por qué son Importantes las Fuentes de Financiación para las TMC en Honduras y Nicaragua. In: **Poverty in focus**. Transferencias Monetarias Lecciones de África y América Latina. Número 15, maio, 2009. Centro Internacional de Políticas para el Crecimiento Inclusivo. Brasília, DF: Brasil. Disponível em: <[www.ipc-undp.org/pub/esp/IPCPovertyInFocus15.pdf](http://www.ipc-undp.org/pub/esp/IPCPovertyInFocus15.pdf) >. Acesso em: 13 jun. 2009. p. 10-12.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Epistemologia e geografia. In: **Orientação - Instituto de Geografia**. nº. 6, nov. 1985. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP, 1985.

\_\_\_\_\_. **Geografia: pequena história crítica**. 7ª ed. - São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOURA, Eunice Paraguassu; MELO, Maria Auxiliadora do Nascimento; MEDEIROS, Denise Dumke de. Um estudo sobre o desempenho da agroindústria canavieira no Estado de Pernambuco no período de 1987 a 1996. In: **Produção**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2004. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65132004000100008&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000100008&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 04 dez. 2007.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão de terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).

**Acampamentos 2005**: dados sobre o número de acampamentos do MST por estado em 2005. jun. 2006. [Página inicial > Biblioteca > Dados > acampamentos 2005]. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=871>>. Acesso em: 29 out. 2008.

NEUMANN, Zilda Arns. Lições da Pastoral da Criança. **Estudos Avançados/Universidade de São Paulo**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 63-76, maio/agosto 2003.

NORD, Mark; ANDREWS, Margaret; CARLSON; Steven. Household Food Security in the United States, 2006. In: **Economic Research Report (ERR)**, n. 49, nov. 2007. Economic Research Service. United States Department of Agriculture (USDA). Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/Publications/ERR49/>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro\\_ariovaldo.pdf](http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_ariovaldo.pdf)> Acesso em: 28 out. 2008.

OLIVEIRA, José Eduardo Dutra de. Nutrição deve ser pauta de saúde pública. In: **ComCiência** - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. [Entrevistas], set. 2005. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/2005/09/entrevista2.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2007.

OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). **Demografia da exclusão social** - temas e abordagens. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Nepe, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Nações Unidas - Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php#>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN (FAO). **Cumbre Mundial sobre la Alimentación**. Declaración de Roma sobre la Seguridad Alimentaria Mundial. Roma (Italia), Nov. 1996. Disponível em: <[http://www.fao.org/wfs/index\\_es.htm](http://www.fao.org/wfs/index_es.htm)> Acesso em: 29 jul. 2008. [1996].

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN (FAO). **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2006**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/009/a0750s/a0750s00.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2008. [2006].

\_\_\_\_\_. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2008: los precios elevados de los alimentos y la seguridad alimentaria: amenazas y oportunidades**. Roma, Italia, 2008. [Página Principal > Publicaciones]. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/011/i0291s/i0291s00.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2009. [2008a].

\_\_\_\_\_. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación: biocombustibles: perspectivas, riesgos y oportunidades**. Roma, 2008. Disponível em: <[http://www.fao.org/sof/sofa/index\\_es.html](http://www.fao.org/sof/sofa/index_es.html)> Acesso em: 27 out. 2008. [2008b].  
PAES, Maria Cristina Dias. OLIVEIRA, Faustina Maria de; MELO, Olga Álvares de. **Culinária do Milho & Sorgo**. [Embrapa Milho e Sorgo > Cultura do Milho > Culinária do Milho]. Disponível em: <<http://www.cnpms.embrapa.br/receitas/index.html>>. Acesso em 26 jan. 2009.

PAULILLO, Luiz Fernando; ALVES, Francisco (Org.). **Reestruturação agroindustrial: políticas e segurança alimentar regional**. São Carlos: EDUFSCar, 2002.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

PEREZ, Luis Henrique; SACHS, Raquel Castellucci Caruso; RESENDE, José Venâncio de. Milho: demanda por etanol eleva cotações. In: INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, v. 2, nº. 5, maio 2007. [Publicações > Análises e Indicadores do Agronegócio > Último Ano > 2007]. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=8945>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael. Experiência internacional com a escala de percepção da insegurança alimentar. In: **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**, nº. 2, nov. 2005. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. [Página Inicial > Institucional > Secretarias > Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI > Pesquisas/Resultados > Cadernos de Estudos]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/arquivo-sagi/pesquisas>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

PINHEIRO, Luana et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3ª ed. - Brasília: Ipea: SPM: UNIFEM, 2008. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/081216\\_retrato\\_3\\_edicao.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/081216_retrato_3_edicao.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2009.

PIRES, Maria Idalina da Cruz; SIMÕES, Maria Lucília Rodrigues. **Josué de Castro**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRIORE, Sílvia Eloiza. **Perfil dos adolescentes do sexo masculino residentes em favelas**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.  
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Projeto do Milênio das Nações Unidas 2005**. Investindo no Desenvolvimento: Um plano prático para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Visão Geral. Nova Iorque, 2005. [PNUD Brasil > Desenvolvimento Humano > Projeto do Milênio > Resumo do Projeto]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/milenio/>>. Acesso em: 24 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**: combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido. New York, USA, 2007. [PNUD Brasil > Desenvolvimento Humano > Relatórios de Desenvolvimento Humano]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 03 dez. 2007.

RATZEL, Friedrich. O solo, a Sociedade e o Estado. In: **Revista do Departamento de Geografia**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, n. 2, p. 93-101, 1983.

REBELLO, Lêda Maria de Vargas. Loucuras da fome. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jul./set. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1998000300023&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000300023&lang=pt)>. Acesso em: 11 fev. 2007.

REZENDE, Maria José de. Josué de Castro e a combinação das perspectivas multidirecionais e cíclicas da mudança social. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, n. 33, Abr. 2003. p. 117-145. Disponível em: <[www.cfh.ufsc.br/~revista/rch33.pdf](http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch33.pdf) >. Acesso em: 19 jan. 2008.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. SP: Contexto, 2001.

ROCHA, Rudi; URANI, André. Distribuição de renda no Brasil: um ensaio sobre a desigualdade desconhecida. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (ANPEC). XXXIII Encontro Nacional de Economia, Natal (Rio Grande do Norte), dez. 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A151.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2008.

ROCHA, Sonia. Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. In: **Texto Para Discussão**. Rio de Janeiro, n. 720, abr. 2000. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) [Publicações > Textos para Discussão]. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 14 maio 2006.

\_\_\_\_\_. Pobreza e indigência no Brasil - algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**, v.16 n.2, Belo Horizonte maio/ago. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512006000200003&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000200003&lang=pt)>. Acesso em: 05 fev. 2008.

ROMÃO, Maurício Costa. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio (Org.). **Distribuição de renda no Brasil**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ROSS, Jurandy L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

SAMSON, Michael. Pensiones Sociales como Seguridad Social para el Desarrollo en África. In: **Poverty in focus**. Transferencias Monetarias Lecciones de África y América Latina. Número 15, maio, 2009. Centro Internacional de Políticas para el Crecimiento Inclusivo. Brasília, DF: Brasil. Disponível em: <[www.ipc-undp.org/pub/esp/IPCPovertyInFocus15.pdf](http://www.ipc-undp.org/pub/esp/IPCPovertyInFocus15.pdf) >. Acesso em: 13 jun. 2009. p. 25-27



SANTOS, Luiz Cláudio dos. **A questão dos resíduos sólidos urbanos**: uma abordagem socioambiental com ênfase no município de Ribeirão Preto (SP). 2004. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 2ª ed. - São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3. ed. - São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Paloma; FIGUEIREDO, Cilene. Maranhão fiscaliza usinas de arroz no combate ao beribéri. In: **Agência Brasil**. 18 fev. 2008, 18h40. [Empresa Brasileira de Comunicação - EBC > Links > Agência Brasil > Notícias > Pesquisa por data]. Disponível em: < <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/18/materia.2008-02-18.3629625502/view>>. Acesso em: 18 set. 2008.

SAWAYA, Ana Lydia. (Org.). **Desnutrição urbana no Brasil em um período de transição**. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. et. al. Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, v. 17, nº. 48, maio/agosto 2003. p. 21-44.

SCHUERING, Esther. Transferencias Monetarias Sociales en Zambia: Un Proyecto en Marcha. In: **Poverty in focus**. Transferencias Monetarias Lecciones de África y América Latina. Número 15, maio, 2009. Centro Internacional de Políticas para el Crecimiento Inclusivo. Brasília, DF: Brasil. Disponível em: <[www.ipc-undp.org/pub/esp/IPCPovertyInFocus15.pdf](http://www.ipc-undp.org/pub/esp/IPCPovertyInFocus15.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2009. p. 22-24.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria (Coord.). **Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras**: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação urbano/rural. Relatório Técnico. Versão preliminar. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Março, 2004. Disponível em: <[http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/vru\\_unic.pdf](http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/vru_unic.pdf)>. Acesso em 21 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Insegurança Alimentar no Brasil. In: **Encontro em Homenagem ao Centenário do Cientista Josué de Castro**. 2008. Câmara Municipal de Ribeirão Preto (Org.), Ribeirão Preto, 22 ago. 2008. (Apresentação audiovisual).

\_\_\_\_\_.; MARÍN-LEÓN, Letícia. Segurança alimentar. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **PNDS 2006**: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - Relatório. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/>>. Acesso em: 06 jan. 2009. Cap. 11, p. 263-275.

SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. In: **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, São Paulo, abr.1995. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 dez. 2005.

SILVA, José Graziano. Segurança alimentar: uma agenda republicana. **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, v. 17, n. 48, maio/agosto, 2003. p. 45-52.

SILVA. Maria Ozanira da Silva e. (Coord.). **O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SMITH, Lisa C. The use of household expenditure surveys for the assessment of food insecurity. In: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Measurement and Assessment of Food Deprivation and Undernutrition**. Part II: Methods for the measurement of food deprivation and undernutrition. International Scientific Symposium, Rome, 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/Y4249E/y4249e08.htm#bm08>>. Acesso em: 30 jun. 2008.

SOARES Fabio Veras; BRITTO, Tatiana. Dores de Crescimento: os principais desafios dos novos programas de transferência condicional de renda na América Latina. In: **One Pager**, nº 44, agosto, 2008. Centro Internacional de Pobreza. Disponível em: <[www.undp-povertycentre.org/pub/port/IPCOnePager44.pdf](http://www.undp-povertycentre.org/pub/port/IPCOnePager44.pdf)>. Acesso em: 03 set. 2008.

\_\_\_\_\_. et. Al. Avaliando o impacto do programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países. In: CENTRO INTERNACIONAL DE POBREZA. **Nota de Avaliação, nº 1**, Brasília, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub.do#ev>>. Acesso em 12 jan. 2009.

SOARES, Sergei. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia**: geografia e ideologia. 6ª ed. - Petrópolis: Vozes, 1987.

SOLYMOS, Gisela M. B. A batalha contra a desnutrição em SP. **Estudos Avançados/ Universidade de São Paulo**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 93-100, maio/agosto 2003. (entrevista).  
SOUZA, Leonardo. BB dá perdão bilionário para usineiros. In: **Folha de São Paulo**. 14 jan. 2007. [Hemeroteca do Instituto de Eletrotécnica e Energia/USP]. Disponível em: <<http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/100106.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2008.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Mutirão da Corte Especial**: Usineiros de Alagoas perdem no STJ seu último recurso. 19 maio 2004. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=368&tmp.texto=75121&tmp.area\\_anterior=44&tmp.argumento\\_pesquisa=usineiros%20de%20alagoas](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=368&tmp.texto=75121&tmp.area_anterior=44&tmp.argumento_pesquisa=usineiros%20de%20alagoas)>. Acesso em: 04 nov. 2008.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; BUARQUE, Cristovam. Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros. **Estudos Avançados**, v.11, n.30, São Paulo, maio/ago, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 dez 2005.

TAKAGI, Maya; SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Del. Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil. In: **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP. Campinas, nº 101, jul. 2001. [Unicamp > Instituto de Economia > Publicações > Textos para Discussão > nº 101]. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/visualizar.php?itemID=TextosDiscussao>>. Acesso em: 29 ago. 2007.

THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **The least developed countries - Report 2008**: Growth, Poverty and the Terms of Development Partnership. Disponível em: <[http://www.unctad.org/en/docs/ldc2008overview\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/ldc2008overview_en.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2008.

UNITED NATIONS. **Life expectancy at birth (years) both sexes: 1990 - 2000 - 2006**. Economic and social development > UNdata: > Life expectancy. Disponível em: < <http://data.un.org/Data.aspx?q=life+expectancy&d=WHO&f=inID%3aMBD03>>. Acesso em: 09 set. 2008.

VALIM, Ana. **Migrações: da perda da terra a exclusão social**. 4ª ed. - São Paulo: Atual, 1996.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. In: **Revista de Nutrição**. v. 18, n. 4, Campinas, jul./ago. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732005000400001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 maio 2006.

\_\_\_\_\_. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. VIII(2): 315-39, Rio de Janeiro, jul./ago. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702001000300002&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000300002&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 27 maio 2006.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo: DIFEL, 1976.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Quadro da Geografia da França. In: **GEOgraphia**, Ano1, nº. 1, 1999, p. 141-145. Tradução de Rogério Haesbaert. [Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense]. Disponível em: <[http://www.uff.br/geographia/rev\\_01/pvl%20blache%20quadro%20geografia.pdf](http://www.uff.br/geographia/rev_01/pvl%20blache%20quadro%20geografia.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2008.

VIEIRA, Luiz Carlos; KANEYOSHI, Cristóvão Morelly; FREITAS, Hashiguti de. Criação de Gado Leiteiro na Zona Bragantina - Qualidade do leite. In: **Sistemas de Produção**, 02, dez. 2005. [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária]. disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/GadoLeiteiroZonaBragantina/paginas/qualidade.htm>>. Acesso em 27 set. 2008.

WORLD BANK. **GNI per capita 2007, Atlas method and PPP; GNI, Atlas method; Population 2007**. Data & Statistics. Quick Reference Tables. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/DATASTATISTICS/0,,contentMDK:20399244~menuPK:1504474~pagePK:64133150~piPK:64133175~theSitePK:239419,00.html>>. Acesso em: 09 set. 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global Database on Body Mass**

**Index:** an interactive surveillance tool for monitoring nutrition transition classification. 2006. [Home > Data and statistics > Overweight and obesity > Tables]. Disponível em: <[http://www.who.int/bmi/index.jsp?introPage=intro\\_3.html](http://www.who.int/bmi/index.jsp?introPage=intro_3.html)>. Acesso em: 06 set. 2008. [2006a].

\_\_\_\_\_. **Obesity and overweight** - What are overweight and obesity? Fact Sheet n. 311, set. 2006. [Home > Health topics > Obesity]. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/index.html>>. Acesso em: 06 set. 2008. [2006b].

YURI, Débora. Estudo indica desafio antipobreza no Brasil. In: **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** - Pobreza e Desigualdade. [PNUD Brasil > Pobreza e Desigualdade > Reportagens > 26/10/2007]. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2802&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2802&lay=pde)>. Acesso em: 30 out. 2007.

## XII. ANEXOS

### 12.1. Anexo A - Questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), segundo Segall-Corrêa, 2004<sup>22</sup>

#### CARACTERÍSTICAS DE IDADE DOS MORADORES

##### A. Quantas pessoas vivem nesta casa?

ANOTAR: |\_\_|\_\_|                    [ ] NS/NR

##### B. Destas pessoas quantas são menores de 20 anos ?

[ ] Nenhuma    Se tem menores de 20 anos (ANOTAR NUMERO) |\_\_|\_\_|                    [ ]  
NS/NR

##### C. Quantas destas pessoas são menores de 6 anos?

[ ]Nenhuma    Se tem menores de 6 anos (ANOTAR NUMERO) |\_\_|\_\_|                    [ ]  
NS/NR

---

<sup>22</sup> SEGALL-CORRÊA, Ana Maria (Coord.). *Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação urbano/rural. Relatório Técnico. Versão preliminar.* Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Março, 2004. Disponível em: <[http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/vru\\_unic.pdf](http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/vru_unic.pdf)>. Acesso em 21 abr. 2008.

**CARACTERÍSTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR/FOME**

Agora vou ler para a(o) senhora(sr) algumas perguntas sobre a alimentação em sua casa. Elas podem ser parecidas umas com as outras, mas é importante que a senhora(sr) responda todas elas.

(AS PERGUNTAS DE 1 A 6 DEVERÃO SER FEITAS EM TODOS OS DOMICÍLIOS. O ENTREVISTADOR DEVE NOMEAR OS ÚLTIMOS 3 MESES PARA SITUAR MELHOR O ENTREVISTADO).

**1. Nos últimos 3 meses a(o) senhora(sr.) teve preocupação que a comida na sua casa acabasse antes que a(o) senhora(sr.) tivesse condição de comprar, receber ou produzir mais comida?**

1 [ ] Sim (siga 2)                      3 [ ] Não (passe ao 3)                      5 [ ] Não sabe (passe ao 3)

**2. Com que frequência isto ocorreu?**

1 [ ] Em quase todos os dias  
3 [ ] Em alguns dias  
5 [ ] Em apenas 1 ou 2 dias  
7 [ ] Não sabe (siga 3)

(Siga 3)

**3. Nos últimos três meses a comida acabou antes que a(o) senhora(sr) tivesse produção ou dinheiro para comprar mais comida ?**

1 [ ] Sim (siga 4)                      3 [ ] Não (passe ao 5)                      5 [ ] Não sabe (passe ao 5)

**4. Com que frequência isto ocorreu?**

1 [ ] Em quase todos os dias  
3 [ ] Em alguns dias  
5 [ ] Em apenas 1 ou 2 dias  
7 [ ] Não sabe (siga 5)

(Siga 5)

**5. Nos últimos 3 meses a(o) senhora(sr) ficou sem dinheiro (ou produção) para ter uma alimentação saudável e variada?**

1 [ ] Sim (siga 6)                      3 [ ] Não (passe ao 7)                      5 [ ] Não sabe (passe ao 7)

**6. Com que frequência isto ocorreu?**

- 1 [ ] Em quase todos os dias  
 3 [ ] Em alguns dias  
 5 [ ] Em apenas 1 ou 2 dias  
 7 [ ] Não sabe

(Siga 7)

**7. (ESTA PERGUNTA DEVE SER FEITA APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 20 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES). Nos últimos 3 meses a(o) senhora(sr) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar algum morador com menos de 20 anos (crianças e adolescentes) porque o dinheiro ou a produção (comida) acabou?**

- 1 [ ] Sim (siga 8)                      3 [ ] Não                      5 [ ] Não sabe

*(Se em todas as perguntas 1, 3, 5 e 7 estiver assinalada a quadrícula correspondente ao código **NÃO** ou **NÃO SABE**, ENCERRE A ENTREVISTA. Caso contrário, siga 9).*

**8. Com que frequência isto ocorreu?**

- 1 [ ] Em quase todos os dias  
 3 [ ] Em alguns dias  
 5 [ ] Em apenas 1 ou 2 dias  
 7 [ ] Não sabe

*As perguntas de 9 a 30 devem ser respondidas apenas por moradores que tenham respondido SIM em pelo menos uma das perguntas 1, 3, 5 ou 7.*

**9. ESTA PERGUNTA DEVE SER FEITA APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 20 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES). Nos últimos 3 meses a(o) senhora(sr) não pode oferecer a algum morador com menos de 20 anos de idade uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro (ou comida)?**

- 1 [ ] Sim (siga 10)                      3 [ ] Não (passe ao 11)                      5 [ ] Não sabe (passe ao 11)

**10. Com que frequência isto ocorreu?**

- 1 [ ] Em quase todos os dias  
 3 [ ] Em alguns dias  
 5 [ ] Em apenas 1 ou 2 dias  
 7 [ ] Não sabe

(Siga 11)



**11. ESTA PERGUNTA DEVE SER FEITA APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 20 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES). Nos últimos 3 meses algum morador com menos de 20 anos de idade não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia produção ou dinheiro para comprar mais comida?**

1 [  ] Sim (siga 12)                      3 [  ] Não (passe ao 13)                      5 [  ] Não sabe (passe ao 13)

**12. Com que frequência isto ocorreu?**

1 [  ] Em quase todos os dias

3 [  ] Em alguns dias

5 [  ] Em apenas 1 ou 2 dias

7 [  ] Não sabe

*AS PERGUNTAS DE 13 A 21 DEVERÃO SER FEITAS EM TODOS OS DOMICÍLIOS*

**13. Nos últimos 3 meses a(o) senhora(sr) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou deixaram de fazer refeições, porque não havia produção ou dinheiro suficiente para comprar a comida?**

1 [  ] Sim (siga 14)                      3 [  ] Não (passe ao 15)                      5 [  ] Não sabe (passe ao 15)

**14. Com que frequência isto ocorreu?**

1 [  ] Em quase todos os dias

3 [  ] Em alguns dias

5 [  ] Em apenas 1 ou 2 dias

7 [  ] Não sabe

(Siga 15)

**15. Nos últimos 3 meses, a(o) senhora(sr) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia produção ou dinheiro suficiente para comprar comida ?**

1 [  ] Sim (siga 16)                      3 [  ] Não (passe ao 17)                      5 [  ] Não sabe (passe ao 17)

**16. Com que frequência isto ocorreu?**

1 [  ] Em quase todos os dias

3 [  ] Em alguns dias

5 [  ] Em apenas 1 ou 2 dias

7 [  ] Não sabe

(Siga 17)

**17. Nos últimos 3 meses, a(o) senhora(sr) alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia produção ou dinheiro suficiente para comprar comida?**

1 [ ] Sim (siga 18)                      3 [ ] Não (passe ao 19)                      5 [ ] Não sabe (passe ao 19)

**18. Com que frequência isto ocorreu?**

1 [ ] Em quase todos os dias

3 [ ] Em alguns dias

5 [ ] Em apenas 1 ou 2 dias

7 [ ] Não sabe

(Siga 19)

**19. Nos últimos 3 meses, a(o) senhora(sr) perdeu peso porque não tinha produção ou dinheiro suficiente para comprar comida ?**

1 [ ] Sim (siga 20)                      3 [ ] Não (passe ao 21)                      5 [ ] Não sabe (passe ao 21)

**20. A quantidade de peso que perdeu foi:**

1 [ ] Pouca

3 [ ] Média

5 [ ] Muita

7 [ ] Não sabe

(Siga 21)

**21. Nos últimos 3 meses, a(o) senhora(sr) ou algum adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha produção ou dinheiro para comprar comida ?**

1 [ ] Sim (siga 22)                      3 [ ] Não (passe ao 23)                      5 [ ] Não sabe (passe ao 23)

**22. Com que frequência isto ocorreu?**

1 [ ] Em quase todos os dias

3 [ ] Em alguns dias

5 [ ] Em apenas 1 ou 2 dias

7 [ ] Não sabe

(Siga 23)

**23. ESTA PERGUNTA DEVE SER FEITA APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 20 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES). Nos últimos 3 meses a(o) senhora(sr) alguma vez diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 20 anos de idade (criança e /ou adolescente), porque não havia produção ou dinheiro suficiente para comprar comida?**

1 [ ] Sim (siga 24)                      3 [ ] Não (passe ao 25)                      5 [ ] Não sabe (passe ao 25)

**24. Com que frequência isto ocorreu?**

1 [ ] Em quase todos os dias

3 [ ] Em alguns dias

5 [ ] Em apenas 1 ou 2 dias

7 [ ] Não sabe

(siga 25)

**25. ESTA PERGUNTA DEVE SER FEITA APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 20 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES). Nos últimos 3 meses, alguma vez a(o) senhora (sr) teve que deixar de fazer uma refeição para algum morador com menos de 20 anos de idade (criança ou adolescentes) porque não havia produção ou dinheiro para comprar comida ?**

1 [ ] Sim (siga 26)                      3 [ ] Não (passe ao 27)                      5 [ ] Não sabe (passe ao 27)

**26. Com que frequência isto ocorreu?**

1 [ ] Em quase todos os dias

3 [ ] Em alguns dias

5 [ ] Em apenas 1 ou 2 dias

7 [ ] Não sabe

(siga 27)

**27. ESTA PERGUNTA DEVE SER FEITA APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 20 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES). Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 20 anos de idade (criança ou adolescentes) teve fome mas a(o) senhora(sr) simplesmente não podia comprar mais comida?**

1 [ ] Sim (siga 28)                      3 [ ] Não (passe ao 29)                      5 [ ] Não sabe (passe ao 29)

**28. Com que frequência isto ocorreu?**

1 [ ] Em quase todos os dias

3 [ ] Em alguns dias

5 [ ] Em apenas 1 ou 2 dias

7 [ ] Não sabe

(Siga 29)

29. ESTA PERGUNTA DEVE SER FEITA APENAS EM DOMICÍLIOS COMORADORES MENORES DE 20 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES). **Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 20 anos de idade (criança ou adolescentes) ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar a comida?**

1 [ ] Sim (siga 30)

3 [ ] Não

5 [ ] Não sabe

**30. Com que frequência isto ocorreu?**

1 [ ] Em quase todos os dias

3 [ ] Em alguns dias

5 [ ] Em apenas 1 ou 2 dias

7 [ ] Não sabe

## **12.2. Anexo B - Fome Zero - Programas e Ações**

Eixo 1 - Acesso aos Alimentos

Eixo 2 - Fortalecimento da Agricultura Familiar

Eixo 3 - Geração de Renda

Eixo 4 - Articulação, Mobilização e Controle Social

### **• Eixo 1 - Acesso aos Alimentos**

- Bolsa Família

- Alimentação Escolar (PNAE)

- Alimentos a grupos populacionais específicos

- Cisternas

- Restaurantes populares

- Bancos de alimentos

- Agricultura urbana / Hortas comunitárias

- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)
- Distribuição de vitamina A (Vitamina A+)
- Distribuição de ferro (Saúde de Ferro)
- Alimentação e nutrição de povos indígenas
- Educação alimentar, nutricional e para consumo
- Alimentação Saudável / Promoção de Hábitos Saudáveis
- Alimentação do trabalhador (PAT)

• **Eixo 2 - Fortalecimento da Agricultura Familiar**

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
- Garantia-Safra
- Seguro da Agricultura Familiar
- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

• **Eixo 3 - Geração de Renda**

- Qualificação social e profissional
- Economia solidária e inclusão produtiva
- Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD)
- Organização produtiva de comunidades
- Desenvolvimento de cooperativas de catadores
- Microcrédito produtivo orientado

• **Eixo 4 - Articulação, Mobilização e Controle Social**

- Casa das Famílias - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

- Mobilização social e educação cidadã
- Capacitação de agentes públicos e sociais
- Mutirões e doações
- Parcerias com empresas e entidades
- Controle social - conselhos da área social

### **12.3. Anexo C - Movimentos Sociais envolvidos em conflitos e ocupações de terra no Brasil - 2007**

1. Acampados
2. Comissão Pastoral da Terra (CPT)
3. Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
4. Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados (CETA)
5. Departamento Estadual dos Trabalhadores rurais da Central Única dos Trabalhadores (DETR-CUT)
7. Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP)
8. Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAGRI)
9. Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG)
10. Federação dos Trabalhadores na agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)
11. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF)
12. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo (FETAESP)
13. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (FETAES)
14. Independentes

15. Liga dos Camponeses Pobres (LCP)
16. Movimento de Agricultores Sem-Terras (MAST)
17. Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST)
18. Movimento de Luta pela Terra (MLT)
19. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST)
20. Movimento Popular dos Sem-Terras (MPST)
21. Movimento Ruralista dos Agricultores Sem-Terras (MRAST)
22. Movimento Terra Brasil (MTB)
23. Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL)
24. Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária (OITRA)
25. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos (Quilombolas)
26. Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF)
27. União Socialista da Terra (UST)
28. Via Campesina

**Tabela 29 - Total de ocupações de terra por unidades da federação e movimentos sociais envolvidos - Brasil - 2007** (continua)

Unidade da Federação	Movimento social	Nº de ocupações	Total por U.F.
Alagoas	MST	17	42
	CPT	01	
	MLST	09	
	LCP	02	
	FETAG	06	
	MLT	03	
	CPT, MLST, MTL e MST	01	
	MST e MTL	01	
	CETA	02	
Bahia	MST	54	54
Ceará	MST	06	06
Distrito Federal	MST	04	04
Espírito Santo	MST	01	03
	MRAST	01	
	Dissidentes FETAES e MST	01	
Goiás	MST	08	12
	MTL	04	
Maranhão	MST	01	01

**Tabela 29 - Total de ocupações de terra por unidades da federação e movimentos sociais envolvidos - Brasil - 2007** (conclusão)

Minas Gerais	MST	13	20
	MTL	01	
	LCP	01	
	MPST	02	
	Quilombolas	01	
	Dissidentes do MLST	01	
	MST e CPT	01	
Mato Grosso do Sul	MST e FETAGRI	01	03
	DETR-CUT	01	
	FETAGRI	01	
	FETRAF	10	
Paraíba	MST	02	02
Mato Grosso	MST	01	02
	Independentes*	01	
Pará	MST	03	13
	FETRAF	10	
Unidade da Federação	Movimento social	Nº de ocupações	Total por U.F.
Pernambuco	MST	13	15
	MLST	01	
	CPT, FETAPE, FETRAF e MLST	01	
Paraná	MST	06	11
	MLST	01	
	MAST	01	
	Dissidentes do MST	02	
	Via Campesina	01	
Rio de Janeiro	MST	02	02
Rondônia	MST	03	04
	Acampados*	01	
Rio Grande do Sul	MST	05	09
	Via Campesina	04	
São Paulo	MST	04	95
	MST	74	
	MLST	03	
	FERAESP	02	
	OITRA	01	
	UST	01	
	FETAESP	01	
	SINTRAF	01	
	MST, SINTRAF e FERAESP	01	
	MST, SINTRAF	04	
	FETAESP e CONTAG	01	
	MTB e MST	02	

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatórios da Ouvidoria Agrária Nacional/2007. [Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/arquivos/RelatoriodaOuvidoriaAgraria2007\\_Anuual\\_B.pdf](http://www.mda.gov.br/arquivos/RelatoriodaOuvidoriaAgraria2007_Anuual_B.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2008.